

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DE CLASSE:  
UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

EDUARDO LUIZ ZEN

BRASÍLIA, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DE CLASSE:  
UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

EDUARDO LUIZ ZEN

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / UNB COMO  
PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO  
DO TÍTULO DE MESTRE.

BRASÍLIA, JUNHO DE 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:**  
MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO DE CLASSE:  
UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

AUTOR: EDUARDO LUIZ ZEN  
ORIENTADOR: DOUTOR SADI DAL ROSSO

**BANCA EXAMINADORA:**  
PROF. DOUTOR SADI DAL ROSSO - ORIENTADOR (SOL/UNB)  
PROF<sup>a</sup> DOUTORA BERLINDES ASTRID KUCHEMANN (SOL/UNB)  
PROF. DOUTOR GUSTAVO LINS RIBEIRO (DAN/UNB)  
PROF. DOUTOR YVES CHALOULT - SUPLENTE (SOL/UNB)

*A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.  
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.  
Só a força os garante.  
Tudo ficará como está.  
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.  
No mercado da exploração se diz em voz alta:  
Agora acaba de começar:  
E entre os oprimidos muitos dizem:  
Não se realizará jamais o que queremos!  
O que ainda vive não diga: jamais!  
O seguro não é seguro. Como está não ficará.  
Quando os dominadores falarem  
falarão também os dominados.  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a continuação desse domínio?  
De quem depende a sua destruição?  
Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o "hoje" nascerá do "jamais".*

Elogio da Dialética – Bertolt Brecht

## AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado e elaborar uma dissertação em sociologia não são tarefas fáceis. Trabalhar e estudar, ao mesmo tempo, tornam a empreitada mais difícil. Porém, a amizade e o carinho das pessoas que nos acompanham neste período, constituem pontos de equilíbrio indispensáveis para superar os momentos de angústia e compartilhar as alegrias vividas.

Entre estas pessoas, preciso agradecer principalmente a minha mãe e meu pai. Iracema e Alevino Zen. Mesmo estando tão distantes eles viveram comigo todas as etapas deste trabalho, ajudando com palavras, sentimentos, carinho e atenção em todos os momentos.

Agradeço a meus irmãos, Marlon e Bere, além da minha sobrinha e afilhada Tainá, linda menina que chegou para nos trazer alegria. Vó Zen e Vó Maria, minhas tias, pelas orações. Meus tios e primos, pela energia positiva que foi essencial para a realização do trabalho. Amo muito todos, é uma pena que a vida tenha me colocado tão longe, queria estar mais perto.

Agradeço ao CNPq, pelo apoio a este trabalho de pesquisa. À Universidade de Brasília e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus funcionários e professores. Gratidão e orgulho de poder frequentar universidades públicas de tamanha qualidade.

Ao Professor Sadi Dal Rosso, meu orientador, pelo respeito e liberdade que propicia a seus orientandos. Pela ajuda para encontrar caminhos nos momentos de indecisão. Pela postura como intelectual e cientista preocupado com os problemas à sua volta; pela dedicação às aulas, à pesquisa, à discussão do método e importância que dá ao campo empírico articulado com a teoria; exemplo para todos os sociólogos brasileiros.

Aos amigos que deixei em Porto Alegre, aos que já tinha deixado antes em Erechim e Marcelino Ramos. Aos amigos que fiz em Brasília. Leonardo, por ter feito minha inscrição no processo de seleção da UnB; Eurípedes, por ter me recebido tão bem na morada dos pós-

graduandos; Davi, meu colega de apartamento. Aos amigos, moradores e freqüentadores da Colina – UnB, Tarcísio, Fred, Loren, Luiza, Cristina, Shelton, Adnilton, Fernando, Rodrigo... Aos colegas de trabalho, em especial Ianaê e Fabiola pela grande amizade que construímos.

Aos cientistas sociais que me ajudaram, com seus comentários, seja no projeto ou na dissertação. Em especial Rita, Isamara, Rosana, Erlando, Suylan da UnB; Flávia Braga do Ippur / UFRJ, Morgana da UFG, Lorena da UFRGS. Além dos Professores Gustavo e Astrid, pelos comentários na qualificação do projeto e pela gentileza de aceitarem o convite para a banca final.

Agradeço a Nilo Brandi e sua esposa, por terem me recebido em sua casa tão bem durante o trabalho de campo. À Suineide, agente de turismo da prefeitura de Itá, pelo acompanhamento e assistência durante a saída a campo; aos funcionários do CDA em Itá; aos militantes locais do MAB e a todos nas secretarias do Movimento em Erechim e Brasília.

Agradecimento especial aos meus grandes amigos sociólogos, Arquimedes Belo Paiva e Raphael Seabra. Pelo companheirismo, paciência, afinidade ideológica e militante; pela ajuda durante o mestrado, conversas intermináveis, discussões, conselhos, risadas. Agradeço ao Arquimedes, pela convivência que me propiciou o desenvolvimento pleno do significado de amizade, e ao Raphael pelo comum entendimento teórico e disposição para a construção conjunta de conhecimento em sociologia.

Por fim, agradeço ao MAB e aos atingidos por barragens do Brasil, pelo que já aprendi nestes anos, pelas experiências que vivi.

## SUMÁRIO

Resumo.....	09
Abstract.....	10
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1</b>	
Movimentos sociais contemporâneos e a questão de classe.....	30
1.1 – Os novos movimentos sociais.....	30
1.2 – Discussão de classe e os novos movimentos sociais.....	34
1.3 – Apontamentos para um entendimento possível de classe e movimentos sociais no início do século XXI.....	38
<b>Capítulo 2</b>	
O Movimento dos Atingidos por Barragens: um novo movimento social.....	57
2.1 – Situação dos atingidos por barragens no Brasil.....	62
2.2 – Dos vales dos rios à organização nacional.....	68
2.2.1 – Articulando as experiências locais.....	71
2.2.1 – O MAB deixa ser articulação e se torna um movimento popular nacional.....	75
2.3 – Quem são os atingidos por barragem? Quem são os integrantes do MAB?.....	77
2.4 – Na identidade de atingido no MAB, o trabalhador e a trabalhadora.....	82
2.5 – Os atingidos por barragens e os atingidos pela política energética: a luta contra os altos preços da energia elétrica.....	85
<b>Capítulo 3</b>	
A construção de barragens dentro do modelo de acumulação capitalista no Brasil.....	88
3.1 - A indústria de barragens.....	92
3.2 - O papel do Estado na valorização do capital no setor elétrico.....	95
3.3 – Energia elétrica: de serviço público para simples mercadoria.....	102
3.4 - A noção de “desenvolvimento” no capitalismo.....	106
3.5 – Caos ecológico: a realidade destrutiva do capital e o setor elétrico.....	111

## Capítulo 4

A divisão de classe como definidora da luta social: O caso do conflito no município de Itá..	115
4.1 – A bacia do rio Uruguai e os projetos de barragem.....	119
4.1.1 – Os rios dão lugar a lagos artificiais.....	121
4.1.2 – O Alto Uruguai.....	122
4.2 – O município de Itá.....	124
4.2.1 – Relações econômicas no campo.....	128
4.2.2 – Relações econômicas na cidade.....	132
4.3 – A Usina Hidrelétrica de Itá e seus impactos.....	137
4.4 – Frente à Hidrelétrica, duas visões de mundo: a Utopia do Progresso e o Não à Barragem.....	141
4.4.1 – O lugar da ideologia do progresso.....	144
4.4.2 – Do questionamento da barragem à crítica do capitalismo.....	150
4.5 – A Comissão de Relocação de Itá.....	154
4.5.1 – O Estado fantasiado de sociedade civil.....	158
4.6 – O Movimento dos Atingidos por Barragens.....	159
4.6.1 – Mediadores: a Crab como entidade.....	162
4.6.2 – A classe trabalhadora toma seu espaço: a Crab como Movimento Popular....	168
4.6.3 – Pequenos proprietários agrícolas e sem terra: unidade possível no MAB / Itá da diversidade da classe trabalhadora.....	170
4.7 – A notícia da obra no município de Itá.....	173
4.8 – Nova Itá: vitrine do modelo energético brasileiro.....	176
4.8.1 – A periferia de Itá.....	183
4.9 – O conflito de resistência.....	186
4.9.1 – O acordo de 1987.....	190
4.9.2 – A luta pela garantia dos direitos sociais.....	192
4.10 - Identidade de atingido e a noção de beneficiário.....	193
<b>Conclusão.....</b>	<b>197</b>
Referências Bibliográficas.....	206



## RESUMO

Neste trabalho fazemos análise sobre as relações existentes entre os movimentos sociais contemporâneos e as classes sociais. A partir de uma leitura crítica da teoria dos novos movimentos sociais e do debate com autores que tem discutido a questão de classe, procuramos construir um entendimento destes conceitos que fossem adequados aos dias de hoje. Para tanto, elegemos como objeto empírico de análise o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, um movimento social contemporâneo que não está organizado diretamente em torno do mundo do trabalho, mas que de acordo com nossa pesquisa possui uma identidade de classe, com os trabalhadores. A peculiaridade do objeto empírico reveste-se no fato de que este se organiza a partir de uma problemática que atinge indistintamente territórios onde estão localizados, como em todos os outros locais, relações econômicas, sociais, culturais em toda a sua diversidade. Dessa forma, sua demanda é “aparentemente” transversal do ponto de vista das classes sociais. Ao mesmo tempo, estudamos as contradições presentes no setor elétrico brasileiro, buscando analisar de forma ampla as questões envolvidas na construção de hidrelétricas para assim, poder compreender os contornos da organização do MAB, na configuração e no projeto político que este apresenta. Nossas conclusões remetem para a necessidade de se considerar as classes na discussão dos movimentos sociais contemporâneos. Não a partir da definição de um conceito estanque característico da discussão em torno da “classe operária”, mas a partir da visualização de sujeitos que, apesar de não se encontrarem mais necessariamente nos mesmos locais de trabalho ou na situação de assalariamento, sofrem com múltiplas formas de expropriação e exploração características do período atual do capitalismo. Desenvolvendo, dessa forma, possibilidades de reconhecimento mútuo pela comum situação de explorado, evidenciando dualidade e contradição com os indivíduos que operam no sentido de expropriação e acumulação capitalista universal.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais. Classes Sociais. Ação Coletiva. Atingidos por Barragens.

## ABSTRACT

In the present work we analyze the existing relations between contemporary social movements and social classes. Based on a critical view of the theory of the new social movements and through exchanges with authors engaged in the debate over the social class issue, we purposed to develop alternative and more adequate renderings of these concepts. To this goal, we have choose the Movement of People Affected by Dams – MAB as our object of empirical scrutiny, a contemporary social movement which is not itself associated to work, but nevertheless, according to our research, shares a common class identity with workers. The unusual character of this study object lies in the fact that the movement is organized around a number of issues that affect indistinctively the entire territory inhabited by them, as elsewhere, social, cultural and economic relations in their full diversity. Being so, his demand is “apparently” transversal from the stand point of social classes. In the same mood, we will also encompass the contradictions of the Brazilian electric sector, trying to unravel the questions surrounding the building of hydroelectric power stations, in order to fully understand the political project and configuration of the MAB. Our conclusions point towards the need to take into account the classes when approaching the problem of contemporary social movements. This view stands in contrast to the narrow-minded definition of a “working-class” concept and focuses rather on subjects who are not in working places or under wage but are, nevertheless, subject to exploration and expropriation in more general terms according to current capitalist motives. This conclusion feeds the possibility of mutual recognition through the shared status of explored subject, showing duality and contradiction in relation to those individuals who work out the universal capitalist exploration, expropriation and accumulation.

**Keywords:** Social Movements. Social Classes. Collective Action. People Affected by Dams.

## INTRODUÇÃO

O século XXI inicia com os impactos das transformações ocorridas no planeta a partir das décadas de 1970 e 1980, que tiveram como evento simbólico síntese, a queda do muro de Berlim e, como fato concreto dado, a expansão do neoliberalismo que se tornou então, modelo amplamente hegemônico em praticamente todos os continentes.

A reestruturação econômica das últimas décadas e os avanços tecnológicos provocaram aumento da produtividade da força de trabalho de tal ordem, que houve a eliminação de milhões de empregos. Uma massa enorme de trabalhadores foi colocada nas ruas sem quaisquer perspectivas de retorno. A maioria deles, antes ocupados na produção industrial, foram empurrados para a chamada informalidade, ou então, para postos precarizados no setor de serviços e comércio, quando não, excluídos completamente do processo de trabalho.

O taylorismo-fordismo, sistema de produção até então hegemônico no capitalismo, se caracterizava pela produção em massa através de mecanismos rígidos, produção contínua e grandes séries de um mesmo produto. Ele deu lugar a um sistema mais flexível de produção, onde as fábricas produzem séries mais curtas, de uma gama de produtos diversos, destinados a diferentes mercados segmentados. Para tanto, a produção flexível faz uso das redes informatizadas, melhorando a gestão e administração do trabalho nas fábricas, o fluxo de insumos e o controle da demanda e quantidade de produção, em tempo real. Os estoques diminuem consideravelmente na produção flexível, bem como o número de trabalhadores diretamente envolvidos na produção, que deixam de apenas repetir mecanicamente determinada atividade - característica do fordismo - e passam a executar uma diversidade de tarefas, de maior complexidade. O “enxugamento” das fábricas, a terceirização de serviços, a utilização em larga escala de mão-de-obra imigrante e a transferência de unidades de produção para países dependentes em busca de mão-de-obra mais barata, também são características da nova orientação da produção em nível mundial.

O sistema flexível foi resultado de uma verdadeira corrida global pela reciclagem das economias, a fim de dar-lhes novo dinamismo e superar o impacto de fatores determinados, como os custos e dificuldades de aumento da produtividade do trabalho, e a elevação dos

preços do petróleo verificado a partir de 1973, que limitavam a taxa de acumulação e lucratividade das empresas e, por conseguinte, diminuía os níveis gerais de investimento na economia.

Como consequência direta das alterações do sistema de produção, agravam-se as condições gerais de vida dos trabalhadores. Como seqüência política à reestruturação produtiva, dá-se a instalação do neoliberalismo, responsável pela desregulamentação junto aos Estados Nacionais, do controle sobre o fluxo de capitais e sobre as relações de trabalho, bem como, pela implantação de políticas privatizantes, precarização dos serviços públicos e diminuição de direitos sociais.

Ao mesmo tempo, o chamado socialismo-real no leste europeu veio abaixo, mergulhado numa crise provocada, entre outros fatores, pelo excesso de burocracia, rigidez e autoritarismo político, e pela incapacidade do modelo produtivo de competir economicamente com o mundo capitalista – dado o processo de reestruturação produtiva e inovação tecnológica em curso - e de atender suficientemente as demandas internas de bens de consumo básicos da população; características deste sistema.

Estes dois fatores, a reestruturação produtiva e renovação científico-tecnológica no campo econômico, e o fim do socialismo real no campo político tiveram, por sua vez, consequências drásticas e redesenharam os contornos das nações no mundo, a partir dos anos 1990.

O desemprego crescente e a informalidade provocaram o aumento da demanda sobre os serviços sociais públicos, ao mesmo tempo em que diminuía o número de contribuintes para mantê-los gerando uma crise deficitária do *welfare state*. A insegurança e instabilidade dos trabalhadores em seus postos de trabalho, fizeram o movimento sindical recuar e perder força, frisando sua atuação na manutenção dos empregos; além das barreiras e incapacidades relativas à própria história e estrutura sindical, em aglutinar os interesses das novas manifestações, da composição e novos contornos que a classe trabalhadora toma desde então. Ao mesmo tempo, a queda do leste europeu minou o contraponto social, político e econômico concreto existente ao capitalismo, possibilitando que este sistema se desenvolvesse amplamente, sem a competição de modelos societários contrapostos aos interesses do capital

internacional e estadunidense<sup>1</sup>; de modo que as contraposições ao modelo capitalista estabelecido recuam, na maioria dos casos, ao nível local e/ou cultural – exemplo vivo, o islamismo. Desta forma, criaram-se às condições plenas na economia, na política e a ideologia necessária, para a instalação e avanço do neoliberalismo.

O resultado no campo cultural e ideológico deste conjunto de mudanças verificadas no final do século passado, foi a abertura de um período histórico marcado pela propalada “crise de utopias”. A perda de referências de mudanças, o aparente triunfo final do capitalismo, o desencantamento do mundo, a disseminação do individualismo como condição para a disputa e inserção dentro do modelo econômico e no processo de trabalho, entre outros fatores, fizeram com que os desejos e projetos mais globais de transformação social, perdessem espaço.

O fim do socialismo real em particular, tratado ideologicamente pelos meios dominantes como fim do socialismo, conforme Vizentini “o desaparecimento do campo soviético foi mostrado como colapso do socialismo em geral” (2002 p. 32); afetou de forma direta ou indireta, a todos os agentes sociais que lutavam por mudanças na sociedade. Incluem-se os que tinham tal sistema como centro de referência e alternativa ao sistema capitalista e às injustiças sociais provocadas por ele; os que mantinham uma posição crítica em relação ao leste europeu, mas que buscavam transformações radicais na sociedade; e até mesmo os que aspiravam apenas reformas sociais e democráticas, no âmbito do sistema capitalista. Todos foram atingidos seriamente pelos acontecimentos do final do século XX, num momento em que se apregou até mesmo o “fim da história”.

Os cientistas e as ciências sociais em especial, não ficaram imunes á estas transformações. Pelo contrário, sofreram conseqüências avassaladoras. Segundo Octávio Ianni, ao falar sobre o momento vivido pelas ciências sociais neste contexto, observa a proclamação de uma crise que, real ou imaginária, questiona teorias, modelos ou paradigmas.

---

<sup>1</sup> Sobre isso, Eric Hobsbawm escreveu: “O principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo. Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena para seus povos – previdência social, o estado de bem-estar social, uma renda alta e crescente para os trabalhadores, e sua conseqüência natural, a diminuição da desigualdade social e a desigualdade de oportunidades – resultou do medo. Medo dos pobres e do maior e mais bem organizado bloco de cidadãos dos Estados industrializados – os trabalhadores; medo de uma alternativa que existia na realidade e que podia realmente se espalhar, notavelmente na forma do comunismo soviético.” (HOBSBAWM, 1991 p. 103)

(IANNI, 1990). Na crise “real ou imaginária” das ciências sociais, não só os conceitos gerais explicativos de determinados fenômenos são colocados em xeque, como a própria noção de capacidade de explicação macro da realidade é questionada fortemente, dando lugar à noção de situações específicas explicadas de forma particular no seu contexto; ou seja, é proclamado o fim das “grandes sínteses”.

No Brasil, por exemplo, conforme relatado por Mauro Iasi (2006) em sua pesquisa sobre consciência de classe:

Os estudos sociológicos recentes tenderam a deixar o terreno das teorias explicativas de nosso país como formação social integrada à ordem capitalista e a natureza desta integração, incluindo suas conseqüências para uma particular estrutura de classes (seja na perspectiva marxista de caracterização capitalista da formação social brasileira, seja na dicotomia arcaico / moderno de inspiração weberiana, seja nas sínteses que levaram à dicotomia desenvolvimento / subdesenvolvimento), em direção a temas que buscavam a análise do microcosmo da produção e dos processos de trabalho, das atitudes operárias e manifestações coletivas para aspectos da subjetividade. Gradativamente, a terminologia muda de classes para atores, de consciência para identidade. (IASI, 2006 p. 38).

Poderíamos dizer até, que se produz um vigoroso questionamento dentro das ciências sociais, da perspectiva de “totalidade”. E, por conseguinte, de conceitos clássicos de explicação macro da realidade, como o conceito de “classe social”, a dinâmica dos fenômenos sociais entendidos a partir da “luta de classes”, e seus desdobramentos em estruturas organizativas e atores coletivos próprios de cada classe, ou representantes do interesse de determinada classe social. Conforme afirma Ralph Miliband em relação às pesquisas na atualidade “a ênfase hoje é sobre objetos parciais, localizados, específicos, fragmentados e contra perspectivas universais totalizadoras” (MILIBAND, 1991 p. 137).

As teorias da chamada “pós-modernidade” vão mais longe, ao procurar nas novidades das últimas décadas, fatos que supostamente demonstrariam uma espécie de mudança civilizatória sem precedentes há séculos, onde a sociedade industrial estaria em processo de superação ou já superada, de modo que atravessamos o “pós-industrialismo” teorizado, entre outros, por Alan Touraine (1970), na qual o conhecimento se tornou a principal força econômica de produção. Por conseguinte, os modelos e principais categorias explicativas da sociedade industrial, estariam defasados ou seriam completamente incapazes de explicar o

contexto de hoje. Quanto a isso, basta pensar em proposições como o fim do trabalho e o fim das classes sociais, um dos temas deste estudo.

O pensamento pós-moderno, expressão ideológica da propalada “crise dos paradigmas”, por que passam as ciências sociais nas últimas décadas; é responsável na sociologia pela disseminação de um tipo de pesquisa que muitos autores chamam de “microsociológicas”. Estas apostam no singular, no específico, no efêmero, no imaginário, no fragmento, nos microfundamentos e nas individualidades. Rejeitam as teorias gerais, a perspectiva de totalidade, a ligação do singular com o universal, do micro com o macro; apresentam uma organização caótica do pensamento contemporâneo. Resultam, em última instância, de uma profunda desilusão dada à crise das utopias, expressam uma atitude desmobilizadora diante das questões sociais e um forte recuo frente ao campo político.

Observa-se que há dificuldades para muitos pesquisadores captarem a historicidade dos fatos e processos envolvendo os fenômenos sociais que se deparam e passam a tentar entender e explicar. A atualidade, o mundo imediato, para alguns parece ser algo sólido e absoluto. Desta forma, as evidências observadas numa determinada conjuntura passam a ter peso explicativo absoluto, sem o necessário olhar histórico e problematização, no sentido de ver além daquilo que o fenômeno observado aparenta ser num determinado momento histórico.

As mudanças que o mundo vem passando nos últimos anos, aos olhos de grande parte dos cientistas sociais, constituem evidências ou provas cabais de que os “velhos conceitos” estão ultrapassados. Mas será que, fenômenos visíveis em eventos conjunturais ou em situações recentes das últimas décadas, significam realmente prova de mudanças na essência, ou melhor, no fundamento último do sistema econômico, político e social, inaugurado no mundo com as revoluções francesa e industrial do século XVIII?

Encontramos no pensamento de Georg Lukács (1978), a idéia de que no cotidiano, os traços de continuidade da essência humana, estão diluídos na imediatez da práxis social, existente no mundo dos fenômenos sociais. Porém, o fenômeno não possui prioridade sobre a essência, nem vice-versa. A universalidade do ser social, do ser humano, deriva dos traços de articulação – contraditória e desigual – dos momentos fragmentados do cotidiano (mundo fenomênico), em unidade, que ao longo do desenvolvimento histórico (substancialidade do ser), compõem a essência (totalidade das relações sociais). Segundo Lukács:

Na realidade, fenômeno e essência formam uma unidade real realmente inseparável, a grande tarefa do pensamento sendo a de extrair conceitualmente a essência desta unidade, tornando-a assim cognoscível. (LUKÁCS, 1978 p. 221-222).

Ou seja, os pesquisadores precisam se esforçar para buscar a historicidade dos fenômenos que estão estudando. Tentar compreendê-los como um processo longo, dentro de situações amplas, e não restringir suas conclusões a partir do que verificam na imediatez cotidiana e no “calor” dos acontecimentos, do período em que estão vivendo e elaborando suas pesquisas.

O analista que diante de um fato histórico de grande importância, como a queda do muro de Berlim em 1989 e o desmantelamento da União Soviética, decreta o fim da história; ou um economista que, diante da ampliação dos mercados de ações, da disseminação de títulos das dívidas públicas nas mãos de setores médios, e da inserção dos fundos de pensão de segmentos específicos de trabalhadores no controle de alguns meios de produção, relativiza o peso do conceito de propriedade privada e do controle econômico; ou um cientista político que, diante da subida à Presidência da República de um operário que adere ao liberalismo econômico, decreta a lei de que as forças políticas de esquerda necessitam convergir ao centro para chegar ao poder; ou o sociólogo que diante da crise do movimento sindical derivada da ampliação dos níveis de desemprego estrutural e insegurança dos trabalhadores em seus empregos, e o crescente protagonismo de movimentos sociais não ligados diretamente ao mundo do trabalho, decreta o fim das classes; ou mesmo um cientista social qualquer, que diante da fluidez do mercado de trabalho que dificulta a construção de identidades coletivas a partir do espaço de trabalho, decreta o fim da centralidade da categoria trabalho priorizando “relações intersubjetivas”; são pesquisadores que observam determinados fenômenos, muitas vezes com fundamento e propriedade, mas não conseguem captar a essência do que estão observando, ou seja, não vão muito além das aparências, caminham do “fetichismo” ao “fetichismo”, como diria a teoria marxista.

O mesmo pode se concluir, diante de intelectuais que repetem o bordão “Marx estava errado, o capitalismo não acabou”. Como se houvesse data prevista para este acontecimento histórico ou, como se fenômenos sociais observáveis nas décadas de vida destes intelectuais, como a atual renovação, complexificação e fortalecimento do modelo capitalista, fossem



provas conclusivas do triunfo final deste sistema, ou de que os pressupostos para analisá-lo estavam errados.

O enorme espaço ocupado atualmente por estas teorias, na academia e na sociedade em geral, é fruto das já citadas conseqüências da reestruturação produtiva e do fim do socialismo real. Soma-se a isto, as inúmeras outras derrotas e decepções sofridas pelo pensamento de esquerda nas últimas décadas, em especial, com a adesão cada vez mais clara dos grandes partidos social-democratas ou de base popular às políticas liberalizantes, devido à dinâmica da globalização. No mesmo sentido, a mundialização econômica e o fortalecimento do domínio global de algumas poucas grandes potências, com destaque para os Estados Unidos da América, facilitaram o trabalho de organizações que Vizentini classifica como “estruturas hegemônicas de poder” (2002 p. 117), tais como instituições financeiras multilaterais e organismos internacionais diversos<sup>2</sup>, encarregados de difundir através de propaganda, disputa ideológica, persuasão, pressão econômica e até mesmo militar; os valores do livre mercado e as “virtudes” da concorrência e da competição, contribuindo para a disseminação de um individualismo voltado à fruição e socialmente indiferente.

Esta ofensiva ideológica da direita a nível mundial, que se estende até hoje, teve como marco decisivo os anos 1980, com os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher na Inglaterra. Segundo Perry Anderson, Reagan e Thatcher:

depois de anularem os movimentos operários, fizeram recuar a regulamentação e a redistribuição. Espalhando-se da Grã-Bretanha para o resto da Europa, a privatização do setor público, os cortes nos gastos sociais e altos níveis de desemprego criaram um novo padrão de desenvolvimento neoliberal, por fim adotado tanto por partidos de esquerda quanto de direita. (ANDERSON, 1999 p. 108).

Ainda segundo Anderson, ao final dos anos 1980, a missão da social-democracia de pós-guerra na Europa Ocidental, de prover o bem-estar social baseado no pleno emprego e no abastecimento geral, tinha sido abandonado pela quase totalidade dos partidos. Já no terceiro mundo, a maioria dos países, mesmo aqueles nascidos de fortes movimentos recentes de

---

<sup>2</sup> Incluem-se a Organização Mundial do Comércio – OMC (ex-Gatt), o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – Bird, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a Organização dos Estados Americanos – OEA, e o próprio G7 (atual G8, os sete países mais ricos e a Rússia), além de acordos internacionais como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear – TNP; entre outros organismos.

libertação nacional, ficaram incapazes de escapar das pressões dos mercados financeiros mundiais e de suas instituições supervisoras.

Já sobre o pensamento marxista em especial, no contexto dos processos de trabalho da última década, recorremos a Moraes Neto (2003 p. 119-123). Para este autor, Marx nas suas análises ainda no século XIX, teria sido um competente antecipador do taylorismo-fordismo, fenômeno típico do século XX. O fato de se constituir numa grande indústria, uma massa enorme de trabalhadores, característica das linhas de montagem fordista para produção em grande escala; permitiria um desenvolvimento importante das contradições entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo, se processaria um fortalecimento das atividades sindicais e dos partidos ligados aos interesses da classe trabalhadora. Isto, pelo fato de que o ator coletivo visto como chave para as transformações sociais, o operariado, estava concentrado em grande número no centro do sistema econômico capitalista; num regime de trabalho onde ao mesmo tempo em que havia uma homogeneização do trabalho simples, desprovido de conteúdo, momento fundamental do processo de alienação do homem em relação ao trabalho; também estavam colocadas as condições de construção de uma identidade forte entre os indivíduos lá situados, pelo trabalho coletivo que realizavam.

A evidência destas contradições e os fatos específicos quanto ao parcelamento de tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção das fábricas, entre outros; já previstos por Marx, demonstrariam a profundidade da análise marxista em relação ao capitalismo. Especialmente, para os que tinham a organização científica do trabalho, de Taylor, e as linhas de montagem para produção em massa, de Ford, como característica de uma espécie de “modelo de produção por excelência” do sistema capitalista.

No momento em que o fordismo-taylorismo entra em crise nas últimas décadas do século passado, finda o paradigma que ilustrava com perfeição todas as características apontadas por Marx para a natureza especificamente capitalista dos processos de trabalho. Os avanços científicos e tecnológicos, a informática, a robótica e a nova automação de base microeletrônica, a diminuição do número de trabalhadores nas fábricas, a terceirização do processo produtivo, o desemprego em massa; parecem aparentemente esgotar a análise de Marx do processo de trabalho capitalista. Como conseqüência, os críticos do marxismo

crecem em argumentos e número. E mesmo entre os cientistas sociais mais progressistas, surge uma postura desesperançada, principalmente em relação ao agente da transformação social:

Ora, se a grande fábrica taylor-fordista representava a manifestação da visão marxista da grande indústria, então ela representava também a “ponte” que levaria do capitalismo desenvolvido para o socialismo, a partir da ação política do *mass-collective worker*. O progresso técnico “explodiu” essa ponte, levando a uma grande desesperança, á perda de referências fundamentais da transformação social. (MORAES NETO, 2003 p. 122).

Este fato, por si só, abriu espaço para a relativização do conceito de classe social que trabalharemos com profundidade mais adiante nesta dissertação. Por enquanto, afirmamos que, a despeito de todas as mudanças recentes no mundo do trabalho, da complexificação das relações sociais, da mudança de contornos do sistema capitalista; a sua essência - a divisão da sociedade em classes, a apropriação do trabalho alheio, a exploração do homem pelo homem - permanece e se intensifica, assim como também, continuam colocadas as condições materiais para sua superação e, fundamentalmente, o desejo de superá-la.

É importante salientar que o marco ideológico dominante atualmente, embora suscite fortes críticas por parte das ciências sociais, acaba também por pautá-las e influenciá-las de uma forma ou de outra, fazendo com que alguns conceitos sejam relativizados e tornando as teorias em voga extremamente permeáveis por tais pressupostos ou suas variações. Percebe-se, como já dito, que muitas das teses correntes são limitadas pela incapacidade dos pesquisadores reconhecerem a historicidade e captarem a essência dos fenômenos sociais diluída ao longo do processo histórico.

O trabalho que aqui apresentamos, que tem como título “Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens” se insere dentro do contexto histórico, social e metodológico descrito acima, e procurou estar atento a estas questões.

Compreendemos o sociólogo como sendo ele mesmo parte do seu objeto de estudo, a sociedade, e como tal, influenciado por ela e pela ideologia existente. Desse modo, o

pesquisador acaba fazendo escolhas éticas e filosóficas, explícitas ou implícitas, conscientes ou inconscientes, de acordo com a posição que se encontra no mundo. Também procuramos verificar o objeto, seus aspectos aparentes, a complexidade dos conceitos e fenômenos envolvidos, suas mudanças e contornos presentes na conjuntura atual, entendendo-o a partir da essência do sistema político, econômico e social em voga e não, apenas, da particularidade de evidências específicas e de determinados fenômenos sociais singulares observados no campo, ou na literatura sobre o tema.

Com este intuito, através desta dissertação, procuramos contribuir com um debate científico em curso que consideramos extremamente importante dentro da sociologia nos dias de hoje. Trata-se da relação entre classe social e os movimentos sociais contemporâneos. A primeira categoria tem tido questionamentos quanto sua capacidade explicativa e sobre sua própria existência nos dias de hoje. Já a segunda categoria, os movimentos sociais atuais, são amplamente reconhecidos nas ciências humanas e no meio político em geral, como atores centrais dos processos políticos recentes do mundo globalizado.

Assim como rejeitamos um tipo de sociologia que desconhece a perspectiva de totalidade e se volta ao micro, específico e singular; também não corroboramos com o seu inverso, ou seja, com a ciência que negligencia os aspectos singulares e específicos, e que eterniza de forma estanque determinadas categorias macro, que ao nosso ver são históricas. Como exemplo, na própria discussão em torno das classes sociais vemos a persistência de debates sobre a validade de conceitos relativos a categoria de proletariado e de classe operária, nos moldes e características que estes se apresentavam na Europa do século XIX ou início do século XX; sem levar satisfatoriamente em conta as características próprias de cada país e as transformações que ocorreram ao longo das décadas, que apontam para um quadro muito mais complexo para análise das classes sociais no início do século XXI.

Assim, privilegiamos nesta pesquisa a singularidade de uma determinada identidade coletiva construída dentro de um movimento social específico, para só então, analisarmos essa singularidade junto aos aspectos de uma totalidade possível de ser mensurada e compreendida. A singularidade que nos referimos, difere da singularidade das pesquisas “microsociológicas”, por se tratar de um recorte, de uma especificidade, de particularidade de uma mesma universalidade. Obviamente que isso não significa que falamos de uma totalidade ou

universalidade que compreende o universo de possibilidades existentes, ou tudo o que faz parte de uma sociedade. Isto seria impossível de compreender, dada a complexidade, a infinidade e riqueza de interações presentes na sociedade. Por isso, falar da totalidade possível, neste caso, significa captar regularidades sócio-históricas que podem ser racionalmente apreendidas e que nos trazem elementos de fenômenos macros, e até mesmo universais, essenciais para a compreensão de fatos singulares. Nas palavras de Kosik “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (1995 p. 44). Até porque, no conhecimento científico em ciências humanas, é imprescindível ultrapassar as fronteiras do empírico, entender os fatos e relacioná-los a sociedade como um todo; observando as mediações, captar o movimento, o processo histórico, a complexidade, a representação de um todo não-caótico, mas entendível, inteligível e organizado.

Ressalta-se que no nosso entendimento, a discussão a partir de estudos empíricos concretos e delimitados, incluindo suas particularidades, é a melhor maneira de verificar cientificamente na sociologia, a pertinência de categorias teóricas macro, bem como sua formulação e discussão, que em muitos trabalhos sociológicos soam como abstrações e carecem de consistência, justamente por se resumirem a indagações e reflexões apenas no campo teórico.

Deste modo, nossa discussão sobre movimentos sociais contemporâneos e a questão de classe, parte da escolha do Movimento dos Atingidos por Barragens, que é um movimento social organizado em todas as regiões do Brasil, como objeto empírico de análise. Além disso, construímos um estudo de caso sobre o comportamento de diferentes grupos sociais atingidos por uma usina hidrelétrica, numa situação concreta de conflito social, devido ao deslocamento compulsório de uma cidade inteira e de 27% da área rural do mesmo município no sul do Brasil durante os anos 1980, 1990 e começo deste século. O estudo de caso se refere a diferenças observadas dentro de uma mesma categoria social definida pelo fato de ser afetada por uma hidrelétrica, que no caso específico estudado, resultou em diferentes reações e formas de organização e distintas identidades frente a um problema comum: a construção da barragem.

Junto à análise deste caso específico, avançamos no estudo de uma situação mais estrutural, que é a dicotomia existente hoje no Brasil, entre os atingidos por barragens e o chamado setor elétrico. Inclui-se nesta segunda categoria, os agentes governamentais e as empresas envolvidas no planejamento, financiamento, construção e operação de usinas hidrelétricas; na transmissão e distribuição de energia elétrica; bem como, os produtores de insumos necessários à chamada “indústria de barragens” (ex.: fabricantes de componentes de turbinas, cimento etc.); e finalmente, as indústrias de exportação que utilizam grande quantidade de energia elétrica nos seus processos de produção, notadamente os fabricantes de ferro-gusa, celulose e principalmente, o alumínio. O objetivo aqui foi captar as contradições do setor elétrico que dão origem ao MAB, procurando entender as complexas e intrincadas relações dos empreendimentos do setor elétrico nacional e do atual modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, que geram o conflito social envolvendo grosso modo: de um lado, as populações afetadas pelas usinas hidrelétricas; e de outro, os investidores, empreendedores das barragens e o Estado.

No entendimento deste contexto mais amplo e estrutural, assim como no estudo de caso mencionado, o Movimento dos Atingidos por Barragens é o objeto central de análise empírica, e constitui-se como elemento chave para o debate a que se propõe essa dissertação: a relação entre os movimentos sociais contemporâneos com as classes sociais, e a dinâmica da luta de classes no entendimento dos conflitos e nas mudanças recentes. Desse modo, observamos a organização dos atingidos por barragens no Brasil, tentando entender por que esta categoria social, formada a partir de uma demanda não diretamente (ou não aparentemente) ligada ao mundo do trabalho, defende através de sua organização coletiva, a construção de um projeto político que se assemelha às aspirações tradicionais da classe trabalhadora, como veremos adiante.

O MAB é um movimento emblemático do ponto de vista das características dos movimentos sociais contemporâneos. Organizado em todas as regiões do país, ele reúne populações tradicionais como ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas; trabalhadores rurais, camponeses (proprietários de terras ou não) e populações urbanas afetadas de alguma

forma, pela construção de barragens destinadas à produção de energia elétrica<sup>3</sup>. Constitui-se como um movimento autônomo, com forte característica popular, peso político e capacidade de articulação, além de manter uma organização horizontal e dinâmica, com pouca estruturação burocrática. Também possui uma visão extremamente crítica em relação ao modelo atual do setor energético brasileiro, onde 84% de toda energia elétrica é produzida por fonte hídrica. É por excelência um movimento ambiental, em defesa dos rios, da vida e da natureza. Cultural, na resistência de populações tradicionais e do modo de vida dos ribeirinhos brasileiros. Um movimento de luta por transformações sociais e econômicas profundas, capazes de garantir condições dignas de vida a seus integrantes; todas as demandas articuladas, no melhor sentido do que Antônio Negri e Michael Hard (2005) chamariam de “queixas biopolíticas”, por englobarem todas as esferas da vida humana.

Mais do que isso, o fato do MAB se organizar a partir de uma demanda transversal do ponto de vista das classes sociais, não relacionada direta ou explicitamente ao mundo do trabalho e mesmo assim possuir uma clara identidade de classe, com os trabalhadores; é o ponto que nos motiva a conhecê-lo, observar e entendê-lo, com objetivo de encontrar indicações e contribuir com o debate mencionado sobre os movimentos sociais contemporâneos e a questão de classe. A transversalidade do ponto de vista das classes sociais, refere-se ao fato de que uma hidrelétrica atinge uma porcentagem do território brasileiro onde estão colocadas, como em todo o resto do território nacional: relações econômicas, sociais, políticas, culturais; em toda a sua diversidade.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, destacamos que nossa investigação foi dividida não em etapas estanques – revisão bibliográfica, campo, análise de dados, redação – mas em planos que se complementam. Apesar de haver uma delimitação no projeto de pesquisa previamente apresentado, do trabalho no tempo através do cronograma, trabalhamos conforme indica Minayo “com um movimento de valorização das partes e de integração do todo” (1996 p. 27).

---

<sup>3</sup> Exceções neste caso: em localidades da região Nordeste, onde encontramos o MAB organizado em grandes barragens e açudes destinados ao combate à seca; na cidade de Tucuruí / PA, onde o MAB reúne, além dos atingidos pela UHE Tucuruí, também atingidos pelas obras da eclusa da hidrovía do rio Tocantins, em construção. Porém, o eixo de ação política do MAB se concentra prioritariamente na questão energética.

Assim fizemos uma discussão com a literatura existente sobre os movimentos sociais contemporâneos, buscando autores na sociologia que, no Brasil e no mundo, são referências no debate sobre o tema. Também revisamos a bibliografia existente sobre classes sociais, selecionando e discutindo com diversos autores no intuito de problematizar e buscar elementos que pudessem nos aproximar de um conceito de classes sociais adequado aos dias de hoje, além de verificar a capacidade explicativa deste conceito para entendimento dos fenômenos sociais ocorridos em nosso tempo, em especial, para compreensão dos sujeitos coletivos que interagem na sociedade.

Não nos limitamos à revisão e discussão da bibliografia, mas avançamos numa tentativa de elaboração teórica, mesmo que timidamente e reconhecendo as limitações de um trabalho de conclusão de mestrado. Este esforço segue a metodologia discutida por Sadi Dal Rosso, para o qual a construção de teoria “inicia por um ato de contestação e crítica em relação aos conhecimentos existentes e dados” (2006 p. 41), não só do senso comum, mas também como crítica, ruptura, problematização do conhecimento acadêmico elaborado.

À ruptura segue-se a construção, numa ordenação que fundamenta-se epistemologicamente. Primeiro a ruptura, depois a construção. Primeiro a crítica, a contestação, a raiva, depois o opus edificandi. Primeiro a terra arrasada, a limpeza do terreno, depois a edificação. (DAL ROSSO, 2006 p. 41).

Sadi dal Rosso afirma, igualmente, que um dos problemas centrais na pesquisa científica é que a realidade já é dada com uma “codificação prévia”,

Perece-me o lugar, do pesquisador e do cientista não só entender a codificação existente, mas penetrá-la e expor sua interioridade. A isso entendo como leitura crítica”. (2006 p. 19).

Seguindo o entendimento da necessidade do pesquisador problematizar esta “codificação prévia”, é que fizemos uma leitura crítica dos autores que elaboraram a teoria dos novos movimentos sociais e os que a tem utilizado em suas pesquisa, assim como também, uma leitura crítica de pesquisadores que discutem a questão de classes sociais nos dias atuais. O resultado foi um referencial teórico, não conclusivo, mas capaz de nos guiar à solução das indagações do problema de pesquisa colocado inicialmente e das evidências recolhidas no campo. Observa-se que a própria discussão teórica construída aqui nesta dissertação cria, por



si só, questionamentos e problemas que demandam respostas aprofundadas. Algumas destas respostas procuramos dar com o objeto de pesquisa no trabalho empírico, sem ter a intenção de generalizá-las. Ao mesmo tempo, o estudo do objeto empírico nos trouxe elementos para a construção teórica, pois como lembra Dal Rosso, citando Bourdieu, o método de construção do conhecimento deve levar em conta a existência de uma ligação “umbilical” entre teoria e empiria, onde a teoria “se esclarece, se completa e se expande por meio de um trabalho de campo exaustivo e bem construído” (2006 p. 09).

No campo utilizamos diferentes técnicas de coleta de dados, prioritariamente qualitativas, como forma de nos aproximarmos do objeto que procuramos compreender e estudar, para assim, criar conhecimento. Entre as técnicas citamos a revisão de bibliografia específica, documentos e matérias na imprensa sobre o objeto em si, a observação de campo, a realização de entrevistas, além de dados secundários. Nossa concepção na definição das técnicas de coleta de dados segue Minayo (1996 p. 62), quando esta afirma que uma pesquisa não se restringe à utilização de instrumentos apurados de coleta de dados, mas o próprio desenvolvimento dos trabalhos no campo nos levam a reformulações dos caminhos da pesquisa, através da descoberta de novas pistas.

É importante ressaltar que este pesquisador fez parte diretamente do fenômeno social que estuda, de 1999 aos dias de hoje, tendo larga experiência no assunto pela sua própria vivência cotidiana, o que muito contribuiu para a realização da pesquisa. Porém, temos clareza que “familiaridade” com a situação pesquisada não pode ser confundida com o conhecimento científico, apesar de representar uma forma de apreensão da realidade. Desse modo, primamos nossa pesquisa pela busca de informações objetivas e nos posicionamos no campo, especialmente junto aos entrevistados, como pesquisador e cientista. Seguindo Bourdieu (1994), exercitamos durante toda a pesquisa a necessidade de uma permanente vigilância epistemológica, um auto-controle constante, como forma de estar atento ao tipo de conhecimento sociológico que estávamos produzindo.

De qualquer modo, este trabalho científico, assim como todos os outros, trata de uma interpretação onde a subjetividade do pesquisador está presente. Entendemos que a interpretação do campo de qualquer observador, é apenas uma variante que concorre com outras. Assim pretendemos deixar nosso trabalho sempre a disposição, pleiteando a sua

legitimidade junto ao público mais amplo, pois como afirma Dal Rosso “a uma atitude de vigilância contínua deve ser acrescida à necessidade da exposição à crítica social” (2006 p. 12).

Concretamente o estudo do campo dividiu-se em dois níveis principais. A maior parte das informações referentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens, como movimento social nacional, assim como as informações referentes à problemática no entorno do qual este se organiza, notadamente sobre o setor elétrico, foram obtidas pela revisão e discussão da produção bibliográfica, além da observação deste pesquisador. Da análise seguiu-se igualmente, elaboração teórica própria sobre o tema.

Concomitante, realizamos um estudo de caso construído a partir de trabalhos de outros pesquisadores e principalmente de observação e da realização de entrevistas no local. Para a observação do campo, procuramos evitar que nossas atitudes, opiniões e comportamentos influenciassem de maneira inconveniente para a pesquisa, os membros dos grupos sociais estudados, com o intuito de não comprometer a captação da realidade dos fatos estudados. No entanto, tivemos clareza que o ingresso de um “elemento estranho” causa invariavelmente mudanças na estrutura social investigada. Para que estas mudanças não fossem necessariamente prejudiciais, tentamos considerá-las e problematizá-las nesta perspectiva, até porque, como afirma Dal Rosso, “ao tratar dos pressupostos da pesquisa em geral (...) torna-se importante elaborar sobre condições comumente não associadas com a pesquisa, mas inseparáveis dela.” (2006 p. 11).

Nas entrevistas realizadas procuramos indivíduos que constituíam fontes de informação importantes para o objeto de pesquisa, com o intuito de levantar dados que pudessem apontar caminhos para a resposta do problema que nos propomos a tratar nesta dissertação. A seleção dos informantes foi criteriosa, de modo que o objeto de estudo pudesse ser visto como um todo. Para isso, buscamos um pequeno número de pessoas diversificadas e representativas do assunto em estudo. Não com intuito de constituir uma amostra, mas como recomenda Thiollent (1980), uma seleção de indivíduos conforme os critérios do pesquisador, contemplando representantes de posições diferentes referentes ao fenômeno estudado. Levamos também em conta o alerta de Haguette sobre a técnica da entrevista, quando esta afirma que:

Faz-se necessário considerar que o informante é também um observador, no sentido de que ele relata aquilo que viu ou sentiu ao longo de sua experiência. Assim sendo, ele também está sujeito a falhas de observação. (HAGUETTE, 2003 p. 89-90).

O tipo de entrevista realizado foi a semi-estruturada, ou “não-diretiva” na classificação de Thiollent, articulando perguntas previamente formuladas num roteiro mínimo, com diálogo e espaço para o informante abordar livremente o tema proposto. Utilizamos gravador e posterior transcrição das entrevistas, porém, algumas informações foram colhidas sem serem gravadas, já que alguns informantes mostravam mais disposição de falar quando o gravador estava desligado.

Este tipo de entrevista, ao não utilizar um questionário ou grade de perguntas fechadas, mas sim, perguntas em forma de instrução para que o informante fale, conte sobre sua experiência e externalize suas opiniões, possibilita que o entrevistado detenha a atitude de exploração, definindo como quiser o “campo a explorar sem se submeter a uma estrutura pré-determinada”. (THIOLLENT, 1980 p. 85). Assim, buscamos a captação de informações mais profundas e menos censuradas. Em determinados pontos, quando de informações de relevância especial, estabelecemos diálogos mais sistemático com os entrevistados.

Para manter a qualidade dos dados recolhidos através da realização de entrevista, procuramos evidências em ao menos duas fontes, a fim de que pudéssemos analisar a consistência das informações e sua validade. Para isso também, fizemos uso de dados da bibliografia existente sobre o campo, especialmente em relação às informações necessárias à reconstrução histórica, onde alternamos os relatos recolhidos nas entrevistas, com os fatos já descritos por outros pesquisadores.

A revisão da bibliografia, as observações no campo e entrevistas foram analisadas com um olhar atento, no intuito de articular as conclusões surgidas dos dados concretos com a teoria mais ampla, sobre classe e movimentos sociais. Seguindo Minayo (1996 p. 79), acreditamos que o produto final desta pesquisa deve ser encarado de forma provisória e aproximativa, pois, em se tratando de ciência, as afirmações que fizemos podem superar conclusões de outros autores, ao mesmo tempo em que podem ser superadas por outras afirmações futuras.

Temos clareza também, que as conclusões apresentadas servirão para o entendimento do Movimento dos Atingidos por Barragens e do conflito social em estudo. Não se tem como pretensão neste trabalho, resolver o debate, encontrar respostas conclusivas ou construir parâmetros definitivos para entendê-lo. Longe disso. Por outro lado, temos sim a intenção que, o levantamento de dados empíricos e o estudo da realidade dos atingidos por barragens, da organização do MAB e das contradições do setor elétrico brasileiro, contribuam para o debate mais geral sobre os movimentos sociais atuais, sobre a questão de classe e sobre os conflitos sociais no limiar do século XXI. Porém, conclusões maiores sobre o assunto demandariam estudos mais amplos e a testagem das hipóteses e questões aqui levantadas em outros movimentos sociais atuais, não só do Brasil. Nesse caso, a investigação aqui apresentada poderá apenas suscitar questões de reflexão e lançar interrogações, quando da análise por outros pesquisadores, de objetos semelhantes.

É importante destacar também que o MAB, apesar de se constituir como um objeto de grande interesse científico para a testagem de premissas debatidas na sociologia atualmente, é ainda pouco explorado pelos sociólogos. Os estudos na sociologia preocupados com a temática dos movimentos sociais, têm dado pouca atenção para a organização dos atingidos por barragens. Parcela significativa das pesquisas historicamente tem focado movimentos sociais urbanos. Quanto aos movimentos sociais do campo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que constitui tema da maior parte dos estudos desenvolvidos. Pela sua importância política a nível nacional e internacional, além da visibilidade adquirida historicamente pela causa da reforma agrária no Brasil, é natural que o MST ocupe este espaço na academia e centros de pesquisa. No entanto, acreditamos que este fato acaba, de certa forma, ofuscando outros movimentos sociais, como o MAB, que apesar de sua importância, especificidades e grande número de pessoas que envolve, não tem tido a atenção devida dos sociólogos brasileiros.

Por fim, com o objetivo de facilitar a leitura e entendimento do trabalho, apresentamos resumidamente, a estrutura dos quatro capítulos que seguirão. No Capítulo 1, “Movimentos sociais contemporâneos e a questão de classe”, construímos um marco teórico geral que guiou nossa análise, a partir do debate em torno da teoria dos movimentos sociais contemporâneos e

o conceito de classe social, bem como, as relações complexas entre estas duas esferas no mundo de hoje.

No Capítulo 2, “O Movimento dos Atingidos por Barragens: um novo movimento social”, apresentamos o objeto em si, o MAB, analisando-o dentro do debate atual sobre os movimentos sociais e tentando compreender se o MAB pode ser classificado como um “novo movimento social”. Para tanto, procuramos caracterizar a organização do MAB, sua identidade, seus valores, sua estrutura, sua forma de luta, sua relação com a sociedade, as propostas e o projeto que defende. Também buscamos informações sobre a base social integrante do Movimento, principalmente a partir do levantamento de perfil através de questionários aplicados a parte dos participantes de seus dois últimos encontros nacionais ocorridos em 2003 em Brasília e em 2005 em Curitiba, no Paraná.

O Capítulo 3, “A construção de barragens dentro do modelo de acumulação capitalista no Brasil”, apresenta apontamentos gerais sobre o setor elétrico nacional centrado na produção de hidroeletricidade, dentro de um sistema econômico, político e social baseado em relações capitalistas. Este capítulo é essencial para compreendermos os posicionamentos dos atingidos e a sua luta. Também buscamos analisar a pertinência da categoria classe social para análise das contradições do setor elétrico e sua importância para o entendimento e definição dos contornos da luta e organização dos atingidos por barragens.

No Capítulo 4, “A divisão de classe como definidora da luta social: O caso do conflito no município de Itá”, apresentamos o estudo de caso feito no município de Itá - SC, tentando captar os contornos de um conflito social concreto relativo a deslocamento forçado de populações por conta da construção de uma usina hidrelétrica. Caracterizamos e analisamos o processo de reação da população do meio urbano e rural, de diferentes grupos, frente a um problema comum, a barragem.

## CAPÍTULO 1

### MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E A QUESTÃO DE CLASSE

#### 1.1 – OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A partir da década de 1960 ficaram em evidência no mundo, um conjunto de movimentos sociais que não necessariamente estavam centrados diretamente nas contradições existentes no mundo do trabalho. Estes movimentos organizam sua ação em torno de demandas advindas das relações de gênero, das questões juvenis e estudantis, dos crescentes problemas ambientais, do repúdio aos efeitos nocivos da modernidade, de temas étnicos e contra discriminações, preconceitos e autoritarismos de todas as ordens, das reivindicações por democracia e participação, da luta contra a guerra, entre outros assuntos. Nos países periféricos e dependentes, em especial, estes temas se desenvolveram junto a questões urgentes para a sobrevivência humana ainda não amenizadas, tais como a fome, moradia, terra, emprego e melhora nos serviços públicos de saúde e educação. Além da diversidade de “bandeiras” levantadas, a evolução destes movimentos sociais é acompanhada de formas de organização inéditas, de estratégias originais de luta e formas inovadoras de pressão por mudanças na sociedade.

A adoção do adjetivo *novo* remete ao entendimento da existência de inovações em relação ao que se considerava como movimento social clássico. Ilse Scherer-Warren assim define o que, na sua visão, seriam os movimentos sociais tradicionais:

surgem enquanto expressão típica da sociedade industrial (e de sua consciência), dividida em classes sociais, das quais uma delas – o proletariado – encontrava quase a totalidade de seu cotidiano submetido ao mundo da produção e exploração de sua força de trabalho. Os movimentos sociais expressavam essa contradição fundamental e o desejo de sua superação. (SCHERER-WARREN, 1987 p. 36).

Os novos movimentos sociais sinalizariam dessa forma, ao menos “aparentemente”, um certo distanciamento do caráter puramente classista que se configurava nos movimentos sindicais, em torno do mundo do trabalho. Segundo Scherer-Warren, a identidade nos novos movimentos sociais é construída a partir do reconhecimento, pelo povo, das variadas formas

de opressão do capitalismo contemporâneo, bem mais amplas que os antagonismos que ocorrem no mundo das relações de produção.

A crise a nível mundial do movimento social clássico, provocada pelo quadro geral de defensivismo e perda de influência do sindicalismo devido à reestruturação produtiva e o neoliberalismo, além da vinda à superfície de problemáticas antes insuficientemente tratadas, criou o espaço para o protagonismo de novos movimentos sociais. Muitos deles formados por setores progressistas da pequena-burguesia e estratos de melhor renda da classe trabalhadora, tais como o movimento ecológico e anti-nuclear. Já a ampliação dos níveis de desemprego estrutural que excluiu do mercado de trabalho assalariado, e por conseguinte do movimento sindical, milhões de indivíduos, possibilitou a formação da base necessária para a emergência de movimentos populares de novo tipo: os de luta por moradia, por terra, por emprego, entre outras demandas populares.

Na América Latina, estes novos movimentos sociais foram vistos como detentores de influência clara na criação de uma cultura que tem possibilitado relações sociais mais democráticas e um efeito democratizador nas interações humanas, em sociedades marcadas por governos autoritários. A efervescência dos novos movimentos sociais no nosso continente ocorreu justamente no último quarto do século XX, acompanhando os processos de redemocratização, já que a maioria dos países latino-americanos viveu sob regimes ditatoriais no passado recente.

No Brasil, em especial, a derrocada da ditadura militar e a redemocratização do país, foram fruto, em parte, de um enorme processo de mobilização e participação popular, que ao lado das grandes greves operárias protagonizadas pelo que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, evidenciaram um conjunto de inovadoras formas de associativismo, ação coletiva, comunidades de base e movimentos sociais nas mais diversas áreas. O período que compreende o final dos anos 1970 e a década de 1980 viu emergir centenas de associações de moradores, de favelas e outras comunidades; de comunidades eclesiais de base; do movimento feminista, do movimento negro, de defesa ambiental; do movimento por melhorias do transporte de massa, por eficiência no sistema de saúde, garantia de previdência pública; de movimentos organizados ou espontâneos de ocupação de terras, seja na cidade ou no meio rural. Renato Raul Boschi, ao estudar os novos movimentos, percebe que estes envolvem:

grupos heterogêneos de participantes, a protestar ou formular suas demandas sobre questões diversas –que vão da qualidade de vida nas áreas urbanas e a preservação do ambiente às reivindicações de paz e congelamento das armas nucleares. São basicamente caracterizados pela ação coletiva que se desenvolve fora dos canais existentes de acesso ao Estado como o partido político ou movimento sindical. (BOSCHI, 1987 p. 16).

A realidade de protagonismo de movimentos sociais de novo tipo, motivou um conjunto de pesquisadores nas ciências sociais, especialmente na Europa - notadamente Alan Touraine, Claus Offe, Alberto Melucci, Manuel Castells, Boaventura de Souza Santos - a desenvolverem uma teoria adequada para a compreensão deste fenômeno. Frente a aparente inutilidade das teorias clássicas para o entendimento dos diferentes movimentos sociais que se multiplicavam pelo mundo, desenvolveram-se paradigmas teóricos e conceituais que enfatizavam a cultura, a ideologia, a solidariedade entre grupos, a criação de identidades coletivas, entre outros aspectos de um esquema de interpretação que se dedicou à análise destes chamados novos movimentos sociais.

Entre os aspectos centrais de análise, a teoria dos novos movimentos sociais aponta que estes enfatizam as relações pessoais, questionam as relações objetivas e subjetivas de autoridade, possuem orientações comunitárias e organização horizontal. Em contrapartida, os movimentos sociais tradicionais estariam caracterizados por privilegiarem objetivos materiais, relações instrumentais, orientações para com o Estado e uma organização vertical. Movimentos estudantis, feministas, antinuclear, contra a guerra, ecológico, de minorias, de direitos humanos etc. se caracterizam por uma forte articulação a nível internacional, através da organização em redes que valorizam a coordenação e o intercâmbio de experiências entre as unidades locais, ao contrário da articulação nos movimentos tradicionais, marcada por um princípio organizacional fortemente centralizado e hierarquizado.

Esta teoria penetrou com força no estudo dos movimentos sociais que surgiram no Brasil. A partir da década de 1970 até os dias de hoje, praticamente todos os pesquisadores que estudaram movimentos sociais em nosso país estabeleceram um diálogo com a teoria dos novos movimentos sociais, de incorporação parcial ou plena de seus pressupostos, ou de assimilação de algumas partes, ou ainda de sua negação (GOHN, 2004 p. 142).



Além das características mencionadas, acrescentamos a atuação dos movimentos sociais recentes em novas territorialidades, para além das fábricas e locais de produção. A importância dada à cultura e às especificidades dos povos, a valorização de intelectuais que se dedicaram ao estudo destas culturas e especificidades, a adequação das teorias clássicas frente às realidades locais e a fuga do dogmatismo e da ortodoxia, também constituem novidade frente a muitos dos movimentos sociais tradicionais. No mesmo sentido, percebe-se nos movimentos sociais de novo tipo um desapego à burocratização, à institucionalização de suas práticas, à incorporação evidente ou velada ao Estado e em partidos políticos. São movimentos sociais que no geral, recusam uma crença no progresso entendido como desenvolvimento material interminável, resistem a mercantilização da vida e desenvolvem métodos de ação coletivos não convencionais, seja em atos de desobediência civil, como ocupações e ações diretas e também por meio de ações midiáticas e protestos virtuais pela *internet*.

Em relação aos movimentos sociais do campo brasileiro, o adjetivo de *novo* passou a ser utilizado para designar as organizações populares que também seriam portadores da ruptura com as instituições tradicionais brasileiras, assim como trariam uma novidade organizativa, fragmentada por definição, mas que se unificava na intenção de instituir estruturas autônomas e democráticas nas relações políticas nacionais (RUDÁ, 2002).

A ruptura com as instituições tradicionais se revelou principalmente na tentativa de romper com o populismo e o dirigismo partidário e se construir em contraposição ao autoritarismo do regime militar. Além disso, os novos movimentos sociais trouxeram um forte componente de autonomia em suas práticas sociais e políticas, tanto em relação ao Estado, quanto em relação às tradicionais formas de organização populares, como os sindicatos. A novidade organizativa consiste na tentativa de diminuir a distância entre base e direção, caracterizada na forma comunitária de participação direta das bases nos processos decisórios (VIEIRA, 2001).

No América Latina, segundo Navarro (1996), muitas das análises e estudos empíricos sobre movimentos sociais passaram, a partir dos anos 1960, a se valer de uma abordagem evolucionista, onde os novos movimentos sociais que emergiam eram apenas símbolos da modernização recente pela qual passava o subcontinente, em processo de consolidação do sistema democrático, baseado na estrutura clássica de representação. Maria da Glória Gohn

numa tentativa de apontar as especificidades de um paradigma latino-americano para a interpretação dos movimentos sociais, afirma que, ao contrário da Europa, a diferenciação básica no nosso continente não é somente entre os novos movimentos (questões de gênero, raça, ecológicas...) e antigos (movimento operário clássico). Gohn aponta uma hegemonia de movimentos populares na América Latina diante de outros tipos de movimentos sociais. A maioria dos movimentos lutam por terra, casa, comida, ou seja, necessidades básicas elementares à sobrevivência. Para ela, não há nada de moderno ou novo nestas lutas.

Seguindo este raciocínio, percebemos que a diferenciação básica entre antigos e novos movimentos se dá na forma de fazer política, na natureza das relações que os movimentos estabelecem com as instituições, com os partidos políticos e com o Estado, mais hierarquicamente ligados a estas instituições no caso dos antigos, e mais autônomas no caso dos novos movimentos; na estrutura organizativa que adotam, mais vertical e centralizada no primeiro caso, mais horizontal e próxima à estrutura de rede no segundo caso; nas práticas e repertórios que fazem uso, das greves como principal arma de luta no caso dos antigos movimentos sociais, para as ações diretas e aprofundamento da articulação não-hierarquizada a nível internacional, além da utilização de modernas tecnologias de propaganda e comunicação como a *internet* no caso dos novos movimentos sociais; entre outros aspectos que caracterizam as diferenças entre antigos e novos movimentos sociais na América Latina.

## **1.2 – A DISCUSSÃO DE CLASSE E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.**

A discussão em torno da teoria dos novos movimentos sociais colocou em evidência um debate importante sobre o tema das classes sociais, sua relação com os novos movimentos, e seu papel nas novas formas que a sociedade está construindo. Diversos autores - aqui citamos Cruz, Offe, Touraine, Melucci, Gohn e Navarro - apontam que a luta de classes já não é mais o “motor da história” ou pelo menos não é mais o único. O desenvolvimento de movimentos sociais em temas não diretamente ligados a contradição central entre capital e trabalho, é muitas vezes erroneamente tratado como evidência empírica que comprovaria a superação do paradigma teórico marxista das classes sociais, e da própria utilidade da noção de classe para análise dos conflitos contemporâneos. Percebe-se de fato, uma verdadeira recusa da utilização da noção de classe enquanto categoria real. Quando não negam

completamente a sua importância, os pesquisadores reconhecem as classes apenas em relação a grupos sociais que se reconhecem e agem como tal.

Por se organizarem muitas vezes em temas não diretamente relacionados ao mundo do trabalho, os novos movimentos sociais desenvolveriam ações de certa forma deslocadas das condições socioeconômicas existentes. Desse modo suas práticas, apesar de inovadoras, não se aproximariam de um projeto global de sociedade radicalmente diferente das relações sociais capitalistas. Ou seja, apesar de trabalharem por mudanças substanciais na atual ordem social, a ação dos novos movimentos sociais não chegaria a se voltar para a transformação ampla das atuais formas de dominação e exploração econômica, no sentido da construção de uma sociedade baseada na socialização dos meios de produção e no desenvolvimento das potencialidades humanas numa direção não-capitalista.

Para estes pesquisadores, com os novos movimentos saem de cena as classes sociais, que definiriam *a priori* os indivíduos no processo de luta de classes pela sua posição na estrutura produtiva, e surgem atores sociais num processo de luta social, que constroem sua identidade comum na organização coletiva que participam. Para Gohn (2004), esta identidade dos atores sociais resulta das ações coletivas num processo social e político cultural derivado de interesses comuns dos indivíduos nos movimentos sociais. Assim a identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Navarro (1996) que analisa especificamente os movimentos sociais do campo, afirma que o paradigma em torno dos novos movimentos sociais, apesar de alguns problemas de fundamentação, é “provavelmente o mais apropriado veio teórico para o estudo de movimentos sociais que hoje dispomos” (p. 64), justamente porque segundo ele, tendo em vista a natureza do desenvolvimento capitalista recente nas áreas rurais do Brasil, “parece correto o conceito de que os movimentos sociais não se baseiam exclusivamente em identidades de classe” (p. 65).

Para a teoria dos novos movimentos sociais, tais organizações emergem como resposta exclusiva dos indivíduos a determinadas características opressoras da ordem social. Para a maior parte dos teóricos adeptos do paradigma em questão, as ações coletivas não se baseiam em condições materiais, por isso o conceito tradicional de classe social não tem sentido. De

fato, o conceito de movimento social teria se tornado dessa forma então, central para o entendimento das transformações que se processam nas sociedades recentes, e não mais, os processos decorrentes da luta de classes existente.

Rafael de la Cruz chega inclusive a sugerir que se criou uma relação inversamente proporcional entre as classes sociais e os movimentos sociais. “A decadência e desaparecimento eventual das classes pareceria ser a condição de existência dos movimentos” (CRUZ, 1987 p. 96). Apesar disso, o autor não defende a idéia que as classes sociais estão efetivamente desaparecendo. Ele acredita pelo contrário, numa coexistência entre as classes sociais e suas leis de funcionamento, e os novos movimentos sociais com suas próprias leis autônomas, com razões distintas para a sua existência, e com limites e possibilidades também diferentes.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, que fazem alguns autores apontarem o advento de um período pós-industrial, fariam com que os atores sociais construíssem sua identidade e subjetividade não mais pela classe, mas através das mais variadas relações sociais que estes estabelecem no cotidiano (associação de vizinhos, clubes, movimento ecológico, pela paz no trânsito etc). Estes elementos do cotidiano em geral, teriam relevância como constituintes e construtores da identidade dos indivíduos ou atores pelo fato de que o tempo em que os indivíduos permanecem ativos no trabalho não é mais suficiente para definir sua subjetividade, ou melhor, o trabalho tem ocupado um tempo fluido na biografia de vida dos atores sociais. As novas formas de trabalho predominantes numa sociedade pós-industrial, ou complexa, não seriam suficientes para criar vínculos classistas entre os indivíduos.

Clauss Offe (1989) acredita efetivamente que há uma “visível” diminuição do tempo de trabalho na totalidade das vidas das pessoas, cedendo lugar para outras experiências que se colocam para além do trabalho. Tendo em vista o desenvolvimento tecnológico, a proporção de tempo dedicada ao trabalho na vida das pessoas diminuiu. A ampliação do tempo livre, que Offe considera não como algo conjuntural, mas como uma tendência que tende a se confirmar, possibilita que outras questões para além do trabalho, antes consideradas secundárias, surtem com importância, tais como questões étnicas, de gênero, ecológicas etc.

Um dos principais estudiosos do fenômeno dos novos movimentos sociais é o sociólogo francês Alain Touraine, que aponta estes movimentos como os agentes coletivos

que em sua visão, ocupam o espaço que foi do movimento operário na sociedade industrial. Para Touraine, processa-se uma transformação na sociedade moderna, com uma nova natureza na economia resultado de um movimento de idéias que separou das relações econômicas o poder ao qual estava incorporado. Com relações de produção diferentes, por conseguinte, novos movimentos sociais se manifestam da recusa dos valores da sociedade industrial e da procura de uma nova maneira de viver e da defesa do sujeito. As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas garantir os direitos do homem, o direito à vida, à livre expressão, à livre escolha do indivíduo.

Ao estudar o movimento antinuclear francês, Touraine (1988) afirma que esta luta define claramente seu adversário, mas não possui uma definição de quem é que está defendendo. Touraine conclui então, que vivemos num período em que os dominados estão deixando de formar um grupo social real. Para ele as categorias que se manifestam nos movimentos sociais definem-se cada vez menos por uma existência, um modo de vida, pela atividade ou pelo lugar que os sujeitos ocupam na estrutura de produção, mas sim, cada vez mais por uma origem ou pertença cultural, pela dominação que sofrem e pela ação voluntária que empreende.

Dessa forma, a categoria *sujeito* aparece como determinante para a análise dos movimentos sociais atuais, que devem tomar o lugar da noção de classe social, até porque para Touraine, o conceito de classe encontra escassa verificação empírica nos dias de hoje. Desse modo, a formação de movimentos sociais parece não depender tanto das condições objetivas existentes, mas de elementos formadores de atores, definidos numa conjugação entre conflitos que são colocados e vontade de participação social, definidos por questões próprias da diversidade cultural, da identidade pessoal e social e das interações no mundo da política.

O italiano Alberto Melucci (2001) é outro pesquisador de importância nos estudos recentes sobre os movimentos sociais. Sua análise dos novos movimentos está dentro do contexto que ele chama de “sociedades complexas”, no qual o paradigma marxista de classes seria inadequado para análise dos conflitos atuais, por haver uma multiplicidade de grupos e interesses que se entrelaçam neste tipo de sociedades. Nesse sentido, Melucci substitui as noções de contradição e classe social por *conflito* e *antagonismo*. Dessa forma, os novos movimentos sociais emergentes nas sociedades complexas colocariam em cena atores conflituais, formas de ação e problemas estranhos à tradição de lutas característico do

capitalismo industrial. Suas demandas alterariam a lógica dominante no terreno simbólico, questionando a definição de códigos e anunciam que algo mais é possível. Para ele, os movimentos sociais na contemporaneidade não lutam tanto pelo acesso a bens materiais ou por reformas políticas, mas pela criação de novos códigos e símbolos culturais.

As sociedades complexas colocariam uma enorme quantidade de possibilidades à disposição dos atores, um potencial de ações coletivas possíveis, sempre mais amplos que a capacidade efetiva de ação dos sujeitos. Para Melucci, a ação é considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que se estabelece dentro de um sistema de oportunidades. Desse modo, a constituição das identidades coletivas aparece como aspecto fundamental das ações coletivas. Por identidade coletiva, Melucci entende a possibilidade do ator elaborar expectativas dentro de um sistema de ação, avaliar as possibilidades e os limites de sua ação, dessa forma, seria necessário ao ator se definir a si mesmo e ao seu ambiente.

Por fim, Gohn (2004) enfatiza o uso da categoria luta social no sentido de possuir uma maior abrangência que o conceito de luta de classes. Segundo Gohn, as classes sociais seriam uma das formas, e não a única, de agrupar as ações dos homens na história. Esta forma se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores socioeconômicos, mas não daria conta de explicar todas as dimensões da vida social. A categoria de ator social teria relevância então para análise dos movimentos sociais contemporâneos. Para isso, Gohn afirma que todo ator social pertence a uma classe, mas os atores muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas e ecológicas.

### **1.3 – APONTAMENTOS PARA UM ENTENDIMENTO POSSÍVEL DE CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.**

É precipitada a interpretação dada pelos intelectuais que desenvolveram a teoria dos novos movimentos sociais e que têm se destacado na análise recente destas organizações, no que se refere à questão das classes sociais e de sua luta. Percebe-se que as construções teóricas de muitos pesquisadores privilegiam por demais pontos que exprimem diferenças entre as múltiplas identidades coletivas construídas a partir das demandas levantadas por movimentos

sociais específicos. Esta compreensão teórica, proposital ou involuntária, ao desvalorizar os pontos de ligação entre os atores dos movimentos sociais contemporâneos, possui um resultado ideológico que acaba desestimulando a articulação política entre eles. Dessa forma, autores como Melucci, Offe e Touraine acabam contribuindo, numa relação dialética, para a consolidação de um dos principais pontos que eles levantam como características dos novos movimentos sociais e que tem como resultado político, a dificuldade de muitos movimentos articularem suas demandas específicas com projetos mais amplos de transformação social.

Esta concepção teórica assume papel ideológico e político, pois a desarticulação das relações classistas parece ter sido a chave para manter a dominação de classe nos dias atuais. Nesse caso, a fragmentação da *classe trabalhadora* em *indivíduos*, parece ser funcional à ordem dominante, no sentido de manter a dominação.

Ao contrário, em nossa perspectiva, ao falar das novidades organizativas dos movimentos sociais, do surgimento de novas demandas, do destaque que tem tomado reivindicações que aparentemente não estão diretamente relacionadas à contradição entre capital e trabalho, da complexificação das bases dos movimentos sociais contemporâneos, entre outros aspectos da realidade, não podemos excluir a perspectiva histórica da luta de classes ou relativizá-la como elemento incapaz de dar conta das lutas sociais atuais. A sociedade recente e o desenvolvimento do sistema capitalista, produzem mudanças na realidade econômica, no mundo do trabalho e nas relações humanas. Estas alterações por sua vez, também modificam o processo de luta de classes, alteram seus contornos e a complexifica, mas não fazem com que desapareça. A realidade complexa atual da luta de classes é resultado de sua própria evolução, do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e do equilíbrio de forças gerado pelas disputas entre os diferentes grupos sociais presentes no mundo de hoje.

Vivemos num período de reestruturação produtiva com sérias conseqüências no mundo do trabalho e nas relações sociais. A automação na indústria e nos serviços, o desemprego estrutural, entre outros fatores, têm crescentemente enfraquecido o poder e o protagonismo do que no pensamento clássico constituía o núcleo central do chamado *proletariado*, ligado à classe operária diretamente envolvida na produção industrial. Como conseqüência, as formas clássicas de representação e organização da classe trabalhadora também se enfraqueceram,

dando lugar ao protagonismo de movimentos sociais de novo tipo, muitos dos quais, emergem a partir de demandas específicas que até então, apareciam em segundo plano.

Esta situação conjuntural, antes de representar superação da noção de classe social, produz sim importantes mudanças históricas na confrontação entre capital e trabalho, onde os novos movimentos sociais não constituem movimentos de classe no sentido tradicional que existiu no século XIX e grande parte do XX. Cientistas sociais importantes têm se dedicado ao estudo do impacto destas mudanças históricas nas conformações de classe, ações coletivas e na constituição de movimentos sociais na atualidade. Entre eles, destacamos autores que numa tentativa de compreender essas mudanças, cunharam um conceito ampliado de classe trabalhadora. Ricardo Antunes (2003), por exemplo, trabalha com a idéia de *classe-que-vive-do-trabalho* que engloba a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Estes, não possuindo meios de produção, não tem outra alternativa de sobrevivência senão viver do assalariamento. Incluem-se nessa categoria o proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, os assalariados rurais, os trabalhadores terceirizados e os assalariados da chamada economia informal, além dos trabalhadores desempregados. Excluem-se os assalariados que são gestores do capital, altos funcionários com salários elevados. Para Antunes, uma noção contemporânea e ampliada de classe trabalhadora nos oferece potencialidade analítica para captar os sentidos e as forças propulsoras das ações e conflitos que emergem no mundo em escala global, contra uma tentativa de desconstrução da idéia de classe social, verificada nas últimas décadas.

Na formatação do conceito de classe-que-vive-do-trabalho, Antunes leva em conta que o proletariado foi ao longo dos séculos XIX e XX, predominantemente associado à idéia de trabalhadores manuais, fabris, egressos quase que exclusivamente do mundo industrial taylorista-fordista. Porém, os novos movimentos sociais e a variedade de greves, rebeliões e explosões populares que presenciamos na atual fase de mundialização dos capitais, indicam que estamos também numa nova fase de lutas e ações coletivas. Estas ações são desencadeadas a partir de confrontos que continuam emergindo diretamente do mundo do trabalho, ou através das ações dos movimentos sociais de desempregados. Nesse sentido, a classe trabalhadora moderna assumiria na visão de Antunes, uma composição heterogênea, com núcleo central no conjunto dos trabalhadores entendidos como produtivos, por gerarem



mais-valia, mas englobando a totalidade do trabalho coletivo e social, onde estariam também os desempregados e assalariados entendidos como improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas através da realização de serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso privado, para uso do capital, não se constituindo, por isso, como elemento direto no processo de valorização do capital e de criação de mais valia.

Michael Löwy (1985) é outro sociólogo que aponta no mesmo sentido de Antunes. Para Löwy, do ponto de vista marxista, uma visão bastante tradicional é definir o proletariado como sendo igual à classe operária, industrial, produtiva. Esta idéia segundo ele, seria insuficiente para compreensão da classe trabalhadora e das manifestações coletivas nos dias de hoje, tanto nos países centrais, como na periferia. Desse modo, uma visão mais ampla deveria englobar no proletariado, todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de um salário, sendo não só operários, como também diversos setores que para Löwy eram de origem tradicionalmente pequeno-burguesa, mas que passam por um processo de proletarização ou semi-proletarização.

Este fenômeno de proletarização verificado em setores de origem na classe média, refere-se principalmente ao trabalho intelectual, considerado durante muito tempo como um trabalho privilegiado, com caráter pequeno-burguês. De fato, segundo Löwy, um intelectual era um indivíduo que não vendia sua força de trabalho mas sim um serviço, como médicos, advogados, profissionais liberais diversos. Assim como um pequeno burguês vendia sua mercadoria, um advogado vendia um conselho jurídico, por exemplo. Porém, nas últimas décadas, vem se desenvolvendo um processo de proletarização do trabalho intelectual.

Cada vez mais o intelectual vende a sua força de trabalho por um salário, ele trabalha em uma instituição, em uma empresa, privada ou pública, que determina horário, o conteúdo de seu trabalho. Vai-se formando, então, uma massa enorme de trabalhadores intelectuais proletarizados, ou semiproletarizados, cada vez mais com características semelhantes ao resto do proletariado. Isto é, com problemas de emprego, de salário, de organização sindical etc. (LÖWY, 1985 p. 106)

Para Löwy, os intelectuais não são uma classe, mas sim uma categoria social, assim como os estudantes, os padres, os burocratas etc. O que define um intelectual não é sua posição de classe, é o caráter de seu trabalho, a sua formação cultural. Seriam categorias definidas por critérios “extra-econômicos”. Assim, dentro de uma massa enorme de

intelectuais, existem os que pertencem a diferentes classes sociais.

É louvável que Antunes e Löwy ampliem o conceito de classe numa tentativa de compreensão dos movimentos sociais contemporâneos e da ação coletiva no mundo de hoje. A inclusão dos desempregados, da quase totalidade dos assalariados, dos intelectuais, pequena-burguesia e classe média em proletarização, que junto aos operários fabris constituiriam a classe trabalhadora atual, representa um avanço em relação a cientistas sociais que até a pouco, afirmavam o contrário. Como exemplo, citamos Nicos Poulantzas (1978) que utilizou o critério do trabalho produtivo para definir as diferenças entre proletariado e as demais classes sociais. Para ele, proletário é igual a produtor direto de mais-valia. Os outros setores vivem as custas da mais-valia produzida pelo proletariado, por isso são pequeno-burgueses ou burgueses. Além disso, Poulantzas distingue entre a antiga pequena burguesia, composta por comerciantes e pequenos proprietários, entre outros; e a nova, composta pelos trabalhadores intelectuais. Nessa interpretação restrita, a maioria das manifestações ligadas aos novos movimento sociais seriam consideradas como práticas pequeno-burguesas.

Por isso, Antunes e Löwy se mostram sensíveis às mudanças recentes nas manifestações coletivas e nos movimentos sociais que demonstram a existência de uma complexificação na questão de classe, ao defenderem conceitos mais “abrangentes” para a compreensão da classe trabalhadora. Porém, ainda consideramos suas análises excessivamente apegadas à estrutura de pensamento que procurava explicar o movimento sindical clássico, e portanto, pouco fundamentada para explicar a emergência dos movimentos sociais contemporâneos, revelando dessa forma, insuficiência para dar conta da dinâmica da luta de classes nos dias de hoje. Verifica-se que não só assalariados ou setores em proletarização, se constituem como protagonistas dos movimentos sociais combativos atuais, de modo que a tentativa de “ampliação de conceito”, se mostra ainda, por demais “restrita”.

Por outro lado, surgem intelectuais que na tentativa extrema de ampliação de conceitos, chegam a exagerar e, portanto, também apresentam equívocos. Como exemplo, temos Negri e Hardt (2005), pesquisadores que empreenderam um esforço teórico recente de compreensão da situação de classe e das manifestações coletivas no início do século XXI. Seu livro “Multidão: Guerra e democracia na era do Império”, esboça a emergência de um ator coletivo, de um

novo sujeito “revolucionário”, frente ao *Império*<sup>4</sup> surgido das transformações econômicas que tem aumentado a importância do *trabalho imaterial* numa nova ordem capitalista na sociedade contemporânea.

O Império, ao colonizar e interligar de maneira cada vez mais abrangente um número maior de setores, está criando na verdade, as condições para o surgimento de um novo tipo de democracia. Para Negri e Hardt, a interligação em redes globais e a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração pelas nações e continentes, possibilitam uma quantidade infinita de encontros permitindo que diferentes comunidades e indivíduos possam se associar formando uma espécie de novo sujeito coletivo mundial. Este processo possibilitaria a formação de uma *multidão*, com potencial para construir uma alternativa democrática à atual ordem global.

A multidão seria um ator coletivo que não compreende especificamente uma classe nem somente o povo, mas o conjunto e a diversidade da sociedade. Seria mais que uma classe, pois no conceito de multidão não basta utilizar a categoria classista de explorado ou incluir nela todos os que vivem de seu trabalho ou estão desempregados, mas considerar um conceito de *classe expandida*, uma classe “revolucionária” passiva, incluindo a multiplicidade das formas e relações de trabalho existentes, cuja ação constitui poder potencial e alternativo à valorização capitalista.

Falar em classe revolucionária passiva no contexto do Império, remete a superação da noção de existência de duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, que dão lugar à ação democrática e autônoma da multidão, capaz de resultar em transformações cotidianas, internas à ordem do capital. A noção de autonomia como autovalorização da classe expandida seria central para o entendimento da Multidão, que se desenvolve numa situação onde a intensificação da composição de classe devido às modificações no capital, fez com que a classe industrial perdesse sua posição central na sociedade. Dessa forma, a classe expandida, a Multidão, toma o lugar do antagonismo fundamental entre trabalho e capital, com o capital assumindo por meio de sua lógica produtiva, a totalidade social.

---

<sup>4</sup> Entendido como um poder político forte a nível global, dividido entre estados-nação ricos, corporações multinacionais e por instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Todos estes organismos estariam unidos por uma lógica ou regra única, numa nova conformação mundial cuja face mais visível é a globalização (NEGRI e HARDT, 2005).

Entre a noção de Negri e Hardt de classe expandida de um lado, no extremo oposto, a visão restritiva de Poulantzas, e de outro lado a “ampliação ainda restrita” do conceito de classe trabalhadora em Antunes e Löwy; é que buscamos traçar apontamentos possíveis para um entendimento de movimentos sociais e questão de classe nos dias de hoje.

Partimos da observação que somente o processo de luta é capaz de evidenciar as classes sociais como elas estão colocadas num determinado momento histórico. As classes sociais não são objetos estáticos, são processos. Através do desenvolvimento das contradições é que se constroem e se define as classes sociais e se delinea a sua ação. Não é possível observar as classes sociais à priori, no entanto, os elementos materiais que possibilitam o próprio processo de luta que as evidenciará, estão já colocados e são essenciais para delinear os contornos das classes que se constituem. Conforme afirma Thompson (1997), classe é uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.

É importante retomar a contribuição de Lukács (1978) quando este afirma que o trabalho ocupa lugar central para se entender a complexidade das relações sociais. O trabalho possui caráter de mediador entre o homem / sociedade e a natureza. Dessa forma é o trabalho que permite o salto ontológico, do ser meramente biológico ou natural, para o ser social. Todas as demais categorias já têm em sua essência um caráter social, pois a sociabilidade, a linguagem, a família, a religião, o direito, a política, o mercado etc, se efetivam a partir do ser social já constituído. Não se trata em absoluto de estabelecer grau hierárquico a estas categorias, mas sim compreender a gênese que permite o desenvolvimento das demais.

A constatação de Lukács parte do pressuposto básico marxista de toda a história humana, que é a necessidade dos indivíduos se manterem vivos. Portanto, o primeiro ato histórico desses indivíduos não é o fato de pensar, mas o de produzir os seus meios de vida.

Assim, o trabalho é entendido como o processo de mediação entre homem e natureza, que produz coisas úteis aos homens. A produção dos meios de vida permite satisfazer as necessidades básicas, produzindo e reproduzindo a própria vida.

Deste modo, o trabalho e as relações sociais que se estabelecem a partir dele, aparecem como central para entendimento da sociedade. Essa por sua vez, pressupõe um conjunto de relações diferenciadas e contraditórias, de indivíduos e grupos que estão em relação uns com os outros. Estas relações são objetivas, na medida em que não dependem de que as pessoas as percebem, sejam conscientes delas, para que existam e produzam efeitos. Porém, são relações validas para uma determinada sociedade, sofrendo modificações ao longo do tempo. São históricas, onde nem sua forma e nem seu conteúdo são necessariamente universais.

Verificamos também que no processo histórico, o conceito de contradição aparece como central, por possibilitar o movimento, o desenvolvimento, as transformações e até o desaparecimento de determinadas relações sociais e o surgimento de novas. Em nosso tempo, falar em contradição se refere a constatar a presença de inconsistências na estrutura da sociedade capitalista, que constituem fontes potenciais de conflito e transformação. Assim, o que dá um caráter objetivo a esta contradição, são os vínculos causais entre o bem-estar de determinado grupo social e a privação de outro. Dessa forma, em nosso entendimento, o conceito de exploração, nas suas mais diversas formas, está no centro da análise de classe. Buscar as formas como a exploração do homem pelo homem está colocada em um determinado momento histórico, significa perceber como estão configuradas as classes sociais que interagem neste período.

Vivemos um momento de movimentação acelerada e intensificada do capital na era global, que tem expandido sem precedentes suas atividades em direção a todas as esferas da sociedade e da vida humana. Além do processo de reestruturação produtiva que ampliou as possibilidades de acumulação, a ação do capital transforma de forma crescente, todas as coisas em mercadorias e engloba na lógica de extração e acumulação de riquezas, áreas que até pouco tempo não alcançava ou, ao menos, não atingia com tanta intensidade: cita-se a propriedade estabelecida sobre o conhecimento humano, sobre as artes e cultura embutidas na legislação internacional sobre patentes; o crescente controle estabelecido por grandes empresas sobre os conhecimentos de comunidades tradicionais e a instituição da propriedade

privada sobre a biodiversidade e riqueza genética de países e povos pelo mundo; a transformação de direitos em serviços e mercadorias a serem vendidas e, por conseguinte, abrindo-se a possibilidade de extração direta de mais valor em áreas antes não exploradas desta forma, como os setores de educação, saúde, previdência social e serviços públicos de transporte, saneamento, distribuição de água e energia elétrica etc.

A ampliação das grandes obras de infra-estruturas produtivas e de transporte, e a busca incessante por recursos naturais ao redor do Planeta atingiram uma escala nunca vista. Além disso, a forma atual dos estados nacionais e a relação de juros e dívida pública, têm possibilitado acumulação de riquezas sem precedentes nas mãos de setores das classes dominantes com capital acumulado que se dedicam à especulação. Os recursos que possibilitam esta forma de acumulação através do Estado, provém de riqueza recolhida em forma de impostos sobre o trabalho de toda a população com impacto sobretudo, nos setores mais pobres, em especial nos países periféricos. O mesmo ocorre no caso das tarifas públicas sobre serviços antes garantidos pelo monopólio do Estado. Agora repassados ao monopólio privado, os indivíduos que se tornam proprietários têm a possibilidade, além de extrair mais valor sobre o trabalho dos empregados que produzem estes serviços, beneficiar-se de uma brutal transferência de renda assegurada pelo Estado com o estabelecimento de tarifas compulsórias cobradas de toda a população – que afetam sobretudo a classe trabalhadora - muito acima do valor atribuído pelo tempo socialmente necessário para produção destas mercadorias específicas.

Esta “dimensão ampliada da reprodução do capital”, nas palavras de Mészáros (2002), gera um redesenho das classes sociais e de seus conflitos, muito mais amplo do que simplesmente o originado nos locais de trabalho. As contradições presentes no desenvolvimento e expansão do capitalismo, as crises e conflitos no processo de acumulação moldam o cenário no entorno do qual surgem as lutas sociais, com traços específicos em diferentes territorialidades. Desse modo, a realidade nos força a ir além da compreensão de classe de Antunes e Löwy, ligada ao trabalho assalariado, mas também não nós permite corroborar com o conceito de classe expandida de Negri e Hardt, já que, na forma como se reveste a exploração nos dias de hoje, os interesses objetivos dos indivíduos na estrutura de comando do capital continuam opondo classes de pessoas. No nosso entendimento, todos os

elementos resultantes da ampliação e intensificação do capital, somados ao processo direto de extração de mais valor (que permanece de extrema importância), têm aprofundado a divisão da sociedade atual em duas grandes classes antagônicas. De um lado, aqueles indivíduos que de alguma forma são explorados pelo capital - com todas as suas especificidades e heterogeneidade - seja na produção, na distribuição ou no consumo, sejam trabalhadores assalariados da indústria, do campo ou do setor de serviços, desempregados, autônomos, excluídos do sistema de todas as ordens, camponeses sem terra e pequenos proprietários agrícolas que vivem do trabalho familiar, pequenos comerciantes formais ou informais, imigrantes, populações quilombolas, grupos indígenas, comunidades tradicionais diversas etc; e de outro lado, aqueles indivíduos que operam no sentido de expropriação e acumulação capitalista universal.

Nossa idéia encontra eco na elaboração de John Holloway (2003), um pesquisador que constrói uma análise recente e inovadora da luta de classes a partir do movimento zapatista no México, considerado por muitos como Manuel Castells, como um fenômeno emblemático do ponto de vista dos movimentos sociais contemporâneos. Para Holloway, discussões mais ortodoxas sobre a luta de classes tendem a supor que as classes sociais são pré-constituídas, que toda a classe trabalhadora está subordinada, começando daí a análise do conflito entre as classes. No entanto, para ele, este conflito não começa depois que a subordinação objetiva foi estabelecida, na verdade, a constituição dessa subordinação é em si a luta de classes, que se desenvolve no sentido dos sujeitos serem classificados e contra serem classificados na ordem do capital, ao mesmo tempo em que é também, a luta entre as classes constituídas.

Para Holloway a luta de classes é um conflito que impregna toda a existência. Todos existimos dentro desse conflito, assim como o conflito existe dentro de nós. É um antagonismo polar de que não podemos escapar. Uma minoria muito pequena de pessoas participa diretamente ou se beneficia da apropriação e da exploração do trabalho de outros. Outros, a grande maioria da população, são direta ou indiretamente os objetos dessa apropriação e exploração. A natureza polar do antagonismo se reflete assim em uma polarização de duas classes, que se constituem no próprio antagonismo.

No estudo dos zapatistas, Holloway percebe que a classe deve ser entendida como um processo. O capitalismo não só produz mercadorias, não só produz mais-valia, mas produz e

reproduz a própria relação capitalista entre capitalistas de um lado e trabalhadores de outro. Logo, a existência de classes e sua constituição não podem ser separadas, dizer que elas existem significa dizer que estão em processo de ser constituídas. Para Holloway, a acumulação primitiva não foi só a característica de uma fase histórica inicial e passada do capitalismo, mas é fundamental para a existência do capitalismo. Desse modo, a luta de classes não tem lugar somente nas formas completamente constituídas das relações capitalistas, caracterizadas pela dominação e exploração do trabalhador classificado no conceito tradicional de proletariado, mas sim também, junto àqueles grupos e indivíduos em vias de, ou em processo de serem classificados como tal.

Holloway defende a percepção de que o trabalho é algo mais do que o trabalho alienado, e que o trabalhador é mais do que um vendedor de força de trabalho. Para ele, a definição restrita de classe trabalhadora como o proletariado urbano assalariado diretamente explorado nas fábricas, combinada com a evidência da proporção decrescente da população que entra dentro dessa definição, foi o que levou as pessoas a acreditarem que a luta de classes já não era mais relevante para compreender a transformação social. Em outros casos, a definição equivocada da classe trabalhadora também levou, em certo sentido, a uma incapacidade de entendimento e relação com o desenvolvimento de novas formas de luta, como o movimento estudantil, o feminista, o ecológico etc.

Por isso, num sentido contrário, é que Holloway afirma que movimento dos zapatistas se insere na luta de classes e é importante para a luta da classe trabalhadora. Não porque os indígenas de Chiapas podem ser perfeitamente classificados como “classe trabalhadora”, na dimensão que os clássicos do marxismo deram a este conceito, mas porque sua luta de resistência contra a classificação capitalista os identifica com todos aqueles que lutam contra a subordinação ao capital. Desse modo percebemos que Holloway amplia na verdade, o próprio conceito de luta de classes, ao englobar movimentos sociais específicos como os zapatistas, que antes de desenvolverem somente uma luta de recorte étnico ou específico, incluem-se na luta geral contra o capitalismo.

Por isso, em nosso entendimento, na sociedade atual permanece e se intensifica a dualidade entre duas classes fundamentais. Setores constituídos por pequenos proprietários, sejam no campo ou na cidade, que se utilizam do trabalho assalariado em pequena escala e ao



mesmo tempo sofrem com algumas das possibilidades de exploração ou se beneficiam de alguma forma delas, assim como profissionais liberais de melhor renda, constituiriam estrato intermediário capazes de se colocarem de um ou de outro lado de acordo com o momento histórico. No geral, tendem em sua maioria a se identificarem com a classe dominante. Porém, constituam considerável massa crítica que forma a base de muitos dos novos movimentos sociais com reivindicações específicas, sejam setoriais ou mesmo globais, no entanto, sem chegar à proposição ou mesmo serem capazes isoladamente de coordenarem seus movimentos sociais numa direção não-capitalista para a sociedade, que supere na essência a atual forma de exploração capitalista. A capacidade de indicar uma direção de transformações com condições de superar o capitalismo está associado ao trabalho na sua condição de, nas palavras de Mészáros, “antagonista estrutural ao capital”:

O sujeito da emancipação não pode ser arbitrariamente e voluntaristicamente predefinido. Ele só estará apto para criar as condições de sucesso se abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de aglutinar em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequado. O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos não pode ser o 'trabalho industrial', tenha ele colarinho branco ou azul, mas o trabalho como antagonista estrutural do capital. Isto é o que combina objetivamente os interesses variados e historicamente produzidos da grande multiplicidade de grupos sociais que estão do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse comum da alternativa do trabalho à ordem do capital. Pois todos esses grupos devem desempenhar seu importante papel ativo na garantia da transição para uma ordem qualitativamente diferente (MÉSZÁROS, 2004 p. 51).

O entendimento da existência de duas classes fundamentais, separadas pela “linha divisória das classes” onde, conforme Mészáros, um lado é o emancipador, não significa que não haja outras ou que sejam dois blocos uniformes e bem delimitados. Para Georges Gurvitch (1982) as classes sociais são agrupamentos de agrupamentos menores, ou macrocosmos de agrupamentos. Quanto mais forte for a luta de classes num determinado período histórico, menos perceptível será a multiplicidade de agrupamentos no interior de cada classe. Em contrapartida, essa multiplicidade ganha relevo e importância nos períodos de calmaria da luta de classes. Estes agrupamentos menores geram conflitos e competições no interior de cada classe, porém, nunca são conflitos irreconciliáveis. Dessa forma, no interior das duas classes

fundamentais, há diferenciações que fracionam o grupo de acordo com o momento histórico. Porém, enquanto a relação entre as duas classes fundamentais assume uma condição de antagonismo irreconciliável, as contradições no interior de cada classe jamais assumem características de uma incompatibilidade radical.

Ao mesmo tempo, as fronteiras que separam uma classe de outra são diluídas, não concretas. Classe social não pode ser entendida como um grupo definido de pessoas, com fronteiras nítidas e bem estabelecidas. Em determinados momentos, esta característica assume caráter significativo dificultando a visualização da relação de exploração, como no atual período histórico onde há diluição das fronteiras entre a burguesia e extratos dos trabalhadores de melhor renda, devido ao desenvolvimento do mercado de ações, à participação dos fundos de pensão no controle acionário de alguns meios de produção etc; assim como também entre os trabalhadores e a sociedade como um todo, na medida em que determinadas formas de exploração, como a transferência de renda á burguesia pelo mecanismo da dívida pública, abatam-se sobre o recolhimento de imposto de todos.

Mészáros (2002), em seu livro “Para além do capital”, afirma que as oportunidades de vida dos indivíduos sob o sistema do capital, estão determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital. Para Mészáros, o processo de sujeição da sociedade ao capital assume a forma de divisão em classes sociais abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas. Isto deriva do fato que as posições de *produção* e de *controle* do processo de trabalho estão radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos.

Por outro lado, afirma que as classes sociais modernas não são entidades homogêneas, pois o processo de desenvolvimento industrial global com suas indeterminações complexas e múltiplas divisões de interesses, jamais poderia transformá-las em forças sociais homogêneas. Mészáros reconhece que há uma certa subestimação em Marx sobre a fragmentação da classe trabalhadora, característica que permanece pouco explorada. Porém, a condição de luta pela hegemonia suscita a questão da unidade, particularmente em condições de confronto agudo. Segundo ele, essa unidade é mais difícil de ser alcançada na classe trabalhadora:

A classe dominante tem que defender interesses reais, muito grandes e evidentes por si mesmos, que agem como uma força de unificação poderosa entre suas várias camadas. Em completo contraste, a estratificação interna das classes subordinadas tende a intensificar a contradição de interesses imediatos e os de longo prazo, definindo estes últimos como meramente potenciais (previstos, hipotéticos etc.), cujas condições de realização necessariamente escapam da situação imediata. (MÉSZÁROS, 2002 p. 1.037).

Para Mézáros, a abordagem adequada desta questão, envolve a elaboração e a implementação prática de estratégias que reconheçam plenamente que as complexidades dinâmicas da totalidade coletiva se baseiam na atividade própria de forças sociais multifacetadas, com interesses objetivos próprios. O denominador comum socialista de tais interesses diversos só pode ser articulado através desta própria atividade, e não por imposições arbitrárias de uma unidade abstrata.

Mézáros ressalta o surgimento de novos movimentos sociais nos últimos anos, porém observa que os obstáculos a serem superados para interferir no domínio do capital são comuns ao trabalho, entendido como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital, e não a movimentos de “questão única”. Para Mézáros “nenhuma *questão única* pode, realisticamente, ser considerada a *única questão*” (2002 p. 95). Pois, para ele, o capital é uma estrutura totalizadora de controle, a qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, devem se justar e provar sua viabilidade produtiva, ou perecer, caso não consigam se adaptar. Dessa forma, o trabalho, através de um enfoque no seu potencial emancipador socialista, se constitui como única alternativa estrutural viável para o capital, ao indicar um quadro de referências estratégicas onde todos os movimentos sociais emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade.

Até por que, acreditamos que uma visão no campo político e teórico que particulariza e individualiza os movimentos sociais, e se distancia de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade, não leva em consideração que a própria subjetividade e individualidade se apresentam contextualizadas numa cadeia de relações sociais em que a grande maioria dos indivíduos se encontra explorados pela lógica do capital. Nesta realidade, qualquer movimento social que não tenha claros objetivos para além da ruptura com a exploração, pode ser absorvido pela institucionalidade e até assimilado numa ilusória

participação social na estrutura do poder. Nosso entendimento sobre a configuração das classes sociais e os movimentos sociais contemporâneos, insere-se na compreensão de que as classes são sujeitos coletivos que atuam de forma qualitativamente diversa do indivíduo. Dessa forma, as classes se convertem em bases reais para definição de identidade, consciência e ação coletiva. Na perspectiva materialista, uma classe social é definida tanto pela sua inserção nas relações de produção, quanto por sua constituição efetiva num coletivo que trava lutas concretas, dentro de um sistema de relações de classe e num período histórico determinado.

Agora, analisando os novos movimentos sociais que não necessariamente possuam consciência de estarem inseridos num processo de luta de classes, é importante observar que no campo prático, concreto, percebe-se que os impactos de suas ações não se limitam à democratização de direitos, cidadania e das instituições políticas. A ação dos novos movimentos sociais avança, deliberadamente ou não, sobre as relações de trabalho, de propriedade e sobre o controle das riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade. Estes são pontos cruciais de qualquer sistema político, econômico e social; além de características estruturantes relacionadas à exploração e conseqüente desigualdade social. Desse modo, os movimentos sociais constituem a possibilidade, em potencial, de frear ou impor limites à acumulação capitalista, o que os coloca em franca contradição com a burguesia.

Para Daniel Camacho, os movimentos populares demandam reivindicações que questionam o regime de dominação por sua própria natureza, este fato os leva a se oporem às classes dominantes. Assim, os movimentos populares encontram a condução adequada aos seus interesses diretamente nas classes antagônicas à classe dominante. “No fundo de toda reivindicação popular encontramos as contradições de classe” (1987 p. 223). Camacho condena as teorias que reduzem a uma explicação mecânica de teoria das classes, que colocam a contradição entre as duas classes fundamentais como único fator explicativo da dinâmica social. Mas também condena a elevação que autores tem feito da categoria movimentos populares a fator abusivamente explicativo. Para ele, uma interpretação científica dos movimentos sociais, consiste em considerá-los, dinamicamente e em toda sua complexidade, com referência às classes sociais.

De fato, em sua maioria os novos movimentos sociais lutam por mais justiça, por mais

direitos, por liberdade. São movimentos que inevitavelmente opõem categorias de pessoas a outras categorias, numa arena de conflito sobre questões nas quais os ganhos de alguns grupos significam perdas de outros, mesmo que no âmbito do indivíduo essa sensação seja diluída. Nesse caso, a permanência do conceito de classe como essencial para compreendê-los pode ser vista em dois ângulos. Primeiro, porque os novos movimentos sociais não podem ser reduzidos a movimentos que demandam inclusão universal, já que o sentido de suas ações não aponta objetivamente numa direção universalista do ponto de vista das classes sociais, embora em alguns casos, possa ideologicamente transparecer isso. Pois, por mais ampla que possa parecer à demanda ambiental por exemplo, ela implica em aumento do bem estar social de um lado, e perda de lucros de outro. De fato, os movimentos sociais contemporâneos se organizam ao redor de bandeiras que não são necessariamente restritas a apenas uma classe ou setor específico. No entanto, os diferentes grupos sociais dão respostas também diferentes para os problemas comuns que enfrentam, de acordo com seu posicionamento na estrutura social.

Em segundo lugar, perante todas os temas levantados pelos movimentos sociais, sejam questões como as demandas ecológicas, de gênero, raciais... e também as questão de cunho mais popular como terra, moradia, alimentação... a classe trabalhadora tem um ponto de vista, assim como a burguesia também o tem. E são pontos de vistas objetivamente diferentes e contraditórios. Continuando no exemplo da questão ambiental, percebemos que por mais diversificadas que possam ser as opiniões existentes na sociedade sobre o tema, há pontos centrais claros que colocam em xeque os interesses imediatos de uma ou outra classe. Um deles, a questão do consumismo. Ora, criar necessidades novas e maiores de consumo é uma das táticas principais do capital para aumentar suas possibilidades de acumulação de riqueza. O crescimento incessante do consumo tem colocado em risco o próprio planeta, que não dispõe de recursos naturais suficientes para dar conta desta demanda. Logo, o caos ecológico é iminente. Ocorre que acumular riqueza é um ponto central para a existência da burguesia. Nesse caso, somente os trabalhadores têm a possibilidade de questionar este ponto, bandeira de qualquer movimento ecológico conseqüente. O mesmo pode se verificar nas discussões recentes sobre o aquecimento global. A burguesia, através de seus meios de persuasão e disputa ideológica, apressa-se em disseminar a idéia que “todos somos culpados”, que a humanidade “é responsável pelo efeito estufa”. Noção meramente ideológica e conveniente ao

capital, que resulta em diluição de responsabilidades e pouco efeito prático na solução dos problemas. Novamente, somente a classe trabalhadora, a partir dos interesses concretos que lhe são imediatos, pode dimensionar e apontar a real responsabilidade das grandes empresas e dos países centrais no aquecimento global.

Neste sentido, o sociólogo Cândido Grzybowski quando analisou os movimentos sociais do campo brasileiro, colocou a necessidade do resgate de um enfoque em que estes são vistos no interior das contradições de classe, á luz das relações de força entre as classes sociais. Em sua opinião, a relevância do conceito de classe permite conceber os próprios movimentos como expressão contraditória das relações e condições econômicas, políticas e culturais que os engendram.

Eles são vistos a partir da relação dialética, do conflito, da luta, entre classes, frações de classe e o Estado, não somente como uma relação “para fora”, mas como relação definidora de sua interioridade, da sua especificidade. A análise passa a ser conduzida pelas contradições, pelo modo como são vividas e enfrentadas, num processo não linear, mas marcado por desencontros, avanços e recuos. (GRZYBOWSKI, 1987 p. 13).

Nosso entendimento sobre os novos movimentos sociais identifica-os como resultado da própria dinâmica da luta de classes que se complexificou e mudou de contornos. Consideramos de fundamental importância compreender estas alterações e entendemos as novidades organizativas dos movimentos sociais da contemporaneidade como resultado destas modificações. O capitalismo possuiu uma contradição importante em torno da expropriação direta de mais valor sobre o trabalho assalariado. Porém, em torno desta questão, giram um conjunto de outras contradições na área ambiental, de gênero, étnicas, de discriminação de todas as ordens, de falta de aparelhos públicos nas cidades, de condições de trabalho para os camponeses etc, que demandam a criação de movimentos sociais específicos. Além disso, como vimos, a intensificação do capital tem gerado uma séria de novas formas de exploração – onde uma classe utiliza diretamente o aparelho do Estado para a expropriação de outra -, múltiplas possibilidades de exploração do homem pelo homem, que a nosso ver, são capazes de criar identidades de luta comum entre os indivíduos de uma classe social explorada, que por conta da reestruturação produtiva, não se encontram mais no mesmo local ou situação de trabalho. Num contexto de mundialização de capitais, a luta se desenvolve contra um inimigo que não está mais fisicamente, diante dele, como antes estava o latifundiário e o patrão, o

proprietário capitalista. Desse modo, o fenômeno dos novos movimentos sociais emerge, não artificialmente, mas objetivamente da própria pluralidade de vertentes com que se reveste a exploração capitalista no dias de hoje. É o conjunto da força de trabalho em movimento, contra a dominação totalizadora do capital.

Até porque, como afirma Ricardo Antunes a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições semelhantes de existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. “A consciência de uma classe é, pois, a articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular” (ANTUNES, 2000 p. 119). Aos indivíduos está dada a possibilidade de haver um reconhecimento do ser no outro e particularmente no gênero humano. Porém Antunes afirma que as classes sociais particularizam e limitam o ser social, pois o homem que pertence à determinada classe não se reconhece no outro, que pertence à outra classe. Estes elementos materiais impõem obstáculos e oportunidades às tentativas de quaisquer atores políticos de organizar pessoas em formações coletivas. Porém, dentro desses limites, uma variedade de fatores políticos e históricos moldam os padrões presentes que se estabelecem. Os interesses baseados na exploração, radicados na estrutura de classes, constituem as bases materiais para uma variedade de potenciais formações. A realidade concreta pode definir o terreno dos interesses materiais em torno de quais experiências de formação de classes ocorrem ou as probabilidades de diferentes tipos de formação, mas os resultados dependem de uma série de fatores que são estruturalmente aleatórios em relação à própria conformação de classes.

Por fim, afirmamos que à medida que o sistema capitalista foi se reestruturando, os pontos tradicionais que evidenciavam a existência e as contradições de classe se enfraqueceram. No calor dos acontecimento, a “poeira ainda está forte no ar”, dificultando a visão de qualquer analista que tenta observar a nova configuração da luta de classes neste momento histórico. Fato é que, objetivamente, os que estão acima têm coerência do seu privilégio e operam no sentido de manter a dominação que exercem. Já os que estão abaixo, parecem ainda estar “atordoados” em meio às mudanças recentes, carecendo de unidade e solidariedade frente aos desafios para superar sua situação de dominados. Se antes, no predomínio do fordismo-taylorismo, os momentos de unidade de classe sobre a diversidade para a ação coletiva já eram raros, agora, com a dimensão ampliada das contradições e

aumento da diversidade e fragmentação, a unidade concreta de classe fica ainda mais difícil. De qualquer modo, as mudanças estão aí, constituindo espaço promissor para pesquisadores nas ciências sociais que busquem investigar os pontos de evidência das contradições de classe nos dias de hoje e os contornos efetivos de uma “classe trabalhadora” remodelada. Fundamentalmente, análises sobre um movimento social que dê consequência e organização a esta classe trabalhadora remodelada, nos moldes do que significou o movimento sindical e os partidos operários a nível mundial no século passado, constituem na atualidade, campo fértil de pesquisa.



## **CAPÍTULO 2:**

### **O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL.**

Durante o período de democratização e emergência de novos movimentos sociais no Brasil, surgiram também movimentos de grupos atingidos por barragens em diversas áreas como resposta popular aos deslocamentos provocados pela conjuntura acelerada de construção de represas. O contexto do “milagre econômico” brasileiro aumentou a demanda de energia, e a crise do petróleo verificada no mundo na década de 1970 incentivou a busca por fontes energéticas mais baratas. No Brasil, o enorme potencial hídrico, com a existência de muitos rios extensos e caudalosos favoreceu a opção pela geração de eletricidade através de grandes barragens, que vieram a se efetivar em maior número, a partir daquela década. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se forma nesta conjuntura.

Estes empreendimentos modernos produzem impactos negativos para os grupos sociais que atingem, que por sua vez tendem a reagir de alguma forma. Uma barragem inunda um determinado território trazendo sérias conseqüências para os moradores da área alagada e seus arredores, para os habitantes dos municípios atingidos e de toda a região onde a barragem se instala. Além da destruição de florestas e de terras agricultáveis, as represas expulsam milhares de pessoas de suas casas e terras. Vítimas diretas do processo de modernização, os atingidos em sua ampla maioria, não foram e não estão sendo contemplados com programas sérios de mitigação de impactos.

Desta realidade surge o MAB, que hoje está presente em 16 estados da federação e se organiza através de grupos de base, que reúnem as famílias diretamente nas comunidades atingidas por barragens. De representantes dos grupos de base se formam as coordenações locais, que enviam representantes para coordenações regionais ou estaduais, que por sua vez escolhem os integrantes da coordenação nacional do Movimento.

Não há eleições para escolha dos dirigentes do MAB, sua organização é fortemente horizontalizada e existem relativamente poucas estruturas burocráticas e materiais no

Movimento, como sedes, secretarias, funcionários etc. As instâncias locais desfrutam de bastante autonomia para definirem suas ações. Nos marcos da organização dos novos movimentos sociais no Brasil, o MAB surge enquanto organização diferenciada da estrutura sindical tradicional característica da organização dos trabalhadores até então. O MAB não está institucionalizado, não possui estatutos ou registro nos cartórios do país, não tem sócios ou filiados. Seu reconhecimento e legitimidade perante a sociedade e o Estado se estabelece de acordo com a quantidade de pessoas que mobiliza e envolve em suas atividades. Estes aspectos se refletem numa cultura política que valoriza as lutas locais e concretas em detrimento de grandes máquinas burocráticas. Mais ainda, a prática e o discurso de valorização das lutas locais são sempre acionadas numa perspectiva de renovação constante dos quadros e das estratégias de ação.

O MAB incorporou boa parte das bandeiras e práticas dos chamados novos movimentos sociais, tais como o ambientalismo e as questões de gênero, passando a atuar também em escala internacional a partir dos anos 1990 (VIEIRA, 2001 p. 38). Entre outros aspectos presentes do MAB que convergem com os pontos levantados pela maioria dos autores para caracterização e estudo dos novos movimentos sociais, podemos destacar: a importância dada à luta ambiental; a resistência de comunidades contra os efeitos nocivos da modernidade, fundamentação de ação em valores tradicionais, solidários, comunitários; a estruturação em rede, de forma mais horizontal, descentralizada; a utilização dos meios de comunicação de massa para as mobilizações; a importância da articulação a nível internacional e a integração em organizações sociais mais amplas que não implicam hierarquização por se instituírem enquanto redes nacionais e internacionais; a autonomia em relação às instituições políticas tradicionais sejam elas do Estado, como também de sindicatos e partidos políticos.

Além disso, como veremos a seguir, o MAB se organiza numa perspectiva de classe, conformando um movimento específico dentro da classe trabalhadora, em oposição ao capital. Num caderno pedagógico publicado pelo coletivo de educação do Movimento dos Atingidos por Barragens, as lideranças do setor discutem aspectos do que classificam como missão do MAB onde esta questão fica evidente:

Um movimento autônomo que se contrapõe às políticas do setor elétrico controladas pelo capital privado e ao modelo capitalista neoliberal de

sociedade, pretendendo esclarecer, **construir consciência de classe** e organizar as populações atingidas. (TRINDADE, 2005 p. 13).

Porém, o MAB se constitui numa crítica não aberta, mas sutil, ao movimento social clássico existente até então. A prática organizativa do MAB recusa características apontadas como próprias aos sindicatos e a esquerda em geral nos últimos anos, tais como: sua acomodação às estruturas, o descolamento das direções em relação às bases, à prioridade dada às eleições, a ação parlamentar, as negociações prévias, em detrimento das lutas de massa; a facilidade com que são cooptados pelo Estado, a institucionalização em excesso de sua organização, a burocratização de sua ação, o excesso de hierarquia, as disputas internas por cargos e poder, o apego a pontos secundários que impedem a construção de unidade, a incapacidade crescente de mobilizarem os trabalhadores e apontarem para um projeto global de transformações sociais.

Todas estas características advêm de um período de forte recuo das lutas populares, dos movimentos sociais clássicos, frente ao avanço da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil. Neste mesmo período surge o MAB, já que se constitui como movimento nacional apenas na década de 1990. Era de se esperar que estivesse então, limitado pelos mesmos problemas que atingiam o movimento sindical e os partidos de esquerda. Porém o MAB se fortalece nos anos seguintes a seu surgimento, justamente no auge da crise que se abate sobre o conjunto dos trabalhadores no Brasil.

Isto ocorre porque sua ação se alicerça com base em novas formas de organização, tendo em mente os limites e características próprias do movimento sindical que o fez perder importância a partir das mudanças recentes, para assim, poder encontrar fórmulas que superem este problema. Entre as características que o MAB assume, num contexto de diferenciação com o movimento social clássico, apontamos duas que nós parecem serem fundamentais:

A primeira diz respeito a uma cultura política que estabelece, sobre qualquer circunstância, a primazia da ação direta de massas em relação a outras formas de luta e à negociação. “Cada problema do povo é uma pauta de reivindicações, cada pauta uma mobilização. Nas mobilizações se conquista, não se obtém favores nem concessões”. As mobilizações populares são entendidas como o espaço de excelência para a conscientização, formação política das bases e fortalecimento de um sujeito político ativo. Porém, o MAB

entende que não basta ter a clareza da “primazia” das lutas populares, é preciso ter mecanismos que as efetivem na prática e empecem um processo de acomodação dos atingidos. Para tanto, a palavra “Movimento” que dá nome a organização dos atingidos por barragens, assume seu sentido literal: o Movimento só existe se estiver em movimento, se não, simplesmente não há Movimento.

Nesse caso, a negação das estruturas burocráticas, de estatutos, da institucionalização de ações, da realização de eleições internas e distribuição de mandatos para dirigentes, do estabelecimento de um processo formal de “associação” ou “filiação” dos atingidos ao MAB; faz com que os militantes e dirigentes tenham que estar permanentemente em contato com a base, animando-a, mobilizando-a, promovendo estudo da realidade e formação, realizando manifestações de rua, atos públicos, ocupações... pois o MAB só existe com essas ações, sem elas, não há MAB. Logo, pela sua própria estrutura, a menos que desapareça, é impossível o Movimento “acomodar-se”, se deixar cooptar pelo Estado ou pelas empresas. Até porque, a necessidade de estar em permanente ação junto às bases, é um elemento que propicia melhores condições para a definição de linhas e projetos que representam os anseios da própria base, que assim se reconhece no Movimento. De forma dialética, o MAB tem melhores condições de mobilizá-las em ações que propiciam o avivamento de formas de sociabilidade que potenciam a radicalidade necessária à superação do capitalismo.

A segunda questão diz respeito ao papel exercido pela direção do MAB, sua forma de escolha, ação e permanência. A coordenação no MAB é entendida como “coletiva”, contra o presidencialismo e práticas autoritárias. É uma direção reconhecida por confiança, compromisso, competência e que busca a participação e a unidade do Movimento. O poder de coordenar no MAB se mede pela representatividade na base, a capacidade de mobilização, de coordenação junto aos atingidos, e fundamentalmente, o reconhecimento e legitimidade do dirigente. A organização do MAB não permite, na forma como está estruturada, que a direção efetivamente decida unilateralmente as linhas de ação estrutural do Movimento. Como o MAB não é um movimento formal, institucional, não possui estatutos, regimentos, não desenvolveu sistemática de decisões oficiais ou qualquer instrumento por escrito, que leve assinaturas de dirigentes para divulgar decisões, as escolhas do Movimento precisam estar referenciadas em anseios e desejos da própria base, através de uma articulação permanente entre espaços de

formação, informação e decisão. Pois do contrário, a falta de qualquer vínculo institucional ou formal mantendo os atingidos ligados ao MAB, resultaria em seu afastamento do Movimento. É este processo que possibilita a existência de um movimento que está estruturalmente organizado para garantir a unidade no seu interior. Não se constituem tendências ou agrupamentos diversos, tão comuns nos movimentos sociais clássicos, pelo simples fato que a tomada de decisão constitui um processo com participação, fundamentação, convencimento mútuo num ambiente solidário, ético e político onde se busca o consenso. A não formação de tendências também é resultado da inexistência de “cargos” e “aparelhos burocráticos” a serem disputados.

Em nossa visão, são principalmente estas duas características que dão o caráter de “novo” ao MAB. Um novo movimento social que pôde resistir ativo, se fortalecer e expandir sua ação, num contexto de descenso do conjunto dos movimentos sociais e de fragmentação da classe trabalhadora.

Além destas características que o diferenciam do movimento social clássico, o MAB é um dos responsáveis pela evidência de um conjunto de contradições que sempre passaram despercebidas pela maior parte da esquerda e dos movimentos populares. Trata-se das contradições existentes entre o homem e a natureza. Obviamente que estas contradições já estão colocadas há décadas, a partir da ação de inúmeros grupos ambientalistas pelo mundo. Porém, grande parte dos ecologistas o faz dissociado dos aspectos sociais e econômicos mais profundos do sistema que a engendra. E a maioria das organizações ambientalistas são formadas por intelectuais ou extratos médios da sociedade, que não levantam a bandeira do meio ambiente a partir de uma contradição que estão colocados objetivamente, mas sim, a partir de adesão a causa, cujos aspectos e conseqüências estão diluídos pelo Planeta. Por isso, geralmente, os movimentos ambientalistas não possuem grande expressão de massa, centrando-se em ações midiáticas ou no debate de idéias. No outro lado, os movimentos de esquerda tradicionais tentaram superar as contradições de classes mais evidentes, em especial a exploração do trabalho, porém, não foram capazes de perceber que as conseqüências do modelo econômico capitalista eram muito mais profundas. Dessa forma, as sociedades “pós-capitalistas”, nas palavras de Mészáros, ou socialismo real, no uso mais corrente, mantiveram

um modelo econômico “produtivista”, sem freios, sendo incapazes de dar conta de uma gama de “outras contradições” que começam a ficar evidentes para a maioria, somente neste século.

Assim, a novidade presente no MAB diz respeito à ligação direta entre sua luta e a questão ambiental, já que a problemática que se depara, o coloca em contradição direta contra o capital em todos os seus aspectos, principalmente no lastro destrutivo ao meio ambiente de seu avanço. A história da luta e organização dos atingidos por barragens no Brasil é marcado pela discussão da questão energética, ora de forma fragmentada, ora numa visão de totalidade. Na segunda opção, englobando as relações da energia com as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais. Logo, a emergência do MAB se dá numa situação objetiva onde um grupo significativo de pessoas é colocado diante da possibilidade eminente de destruição de seu ambiente. Por isso, de forma concreta e não por adesão a causa, como no caso dos ecologistas, a luta dos atingidos não pode se dissociar da luta ambiental. Segundo Vainer:

O MAB constitui hoje, provavelmente, o movimento popular com mais forte consciência da relevância da questão ambiental e um dos únicos que tem sido capaz de formular esta questão em relação com o padrão de desenvolvimento, articulando estreitamente a forma como se produz e distribui a riqueza, de um lado, e a forma como se apropriam e controlam os recursos ambientais, de outro. (2004 p. 22).

## **2.1 – SITUAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO BRASIL.**

Quanto aos impactos sociais das barragens, a Comissão constatou que muitas vezes os efeitos negativos não são adequadamente avaliados ou sequer considerados (...) Entre 40 a 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo (...) A verdadeira lucratividade econômica dos projetos de grandes barragens permanece imponderável, pois os custos ambientais e sociais foram mal contabilizados em termos econômicos. Em particular, a não contabilização desses impactos e o não cumprimento dos compromissos assumidos levaram ao empobrecimento e sofrimento de milhões de pessoas. (CMB, 2000 p. 11-12).

A conclusão presente no relatório final da Comissão Mundial de Barragens, formada entre outros, pelo Banco Mundial, governos, financiadores e empresas construtoras de barragens, soa como uma confissão da triste realidade de milhões de pessoas em todo o mundo, expropriadas de seus meios de vida para dar lugar às barragens. No período da ditadura militar no Brasil, a política oficial para o tratamento das populações atingidas por estas obras ficou conhecida como o “reassentamento hídrico” ou seja, o governo simplesmente

ignorava a população que acabaria saindo quando as águas dos lagos artificiais atingissem suas casas. Neste período são marcantes as histórias dos “expropriados de Itaipu” e dos “afogados de Passo Real<sup>5</sup>”, bem como do desastre ambiental causado pela barragem de Balbina na Amazônia e do descaso social na barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco, que atingiu 70 mil pessoas no nordeste brasileiro.

Mesmo com a redemocratização do país a partir da década de 1980, não foi construído um marco legal que dê conta das especificidades do deslocamento de populações para dar lugar aos lagos das barragens. O poder e pressão sobre o Estado, estabelecido por grupos privados interessados na construção de barragens, além dos métodos despóticos que continuam a se desenvolver nas empresas estatais do setor elétrico, estruturadas a partir de práticas cotidianas conservadoras e antidemocráticas, fazem com que as arbitrariedades continuem no trato às populações afetadas. Em março de 2004, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) chegaram a denunciar à sociedade, que na barranca dos rios brasileiros continua existindo uma verdadeira “ditadura” contra as populações ribeirinhas.

Ditadura é a palavra exata, sem exageros, com condições de denominar um processo que se materializa na retirada e expropriação dos meios de vida e subsistência das populações não-proprietárias que são afetadas por uma barragem; na negação sistemática dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais destas populações; na incapacidade do ministério público e do poder judiciário em garantir estes direitos; na utilização da violência policial e de tropas do exército para guarnecer os canteiros de obras e dispersar manifestações populares contra as barragens; na perseguição política, tentativas de criminalização e prisões arbitrárias de militantes sociais e líderes que organizam a resistência das populações. Além disso, os processos de licenciamento ambiental das obras são marcados por irregularidades e fraudes, onde impera a política do fato consumado em desacordo com a legislação vigente no país. As decisões sobre as liberações das obras não são técnicas e nem acontecem em ambiente democrático, são decisões políticas tomadas por governos submissos aos interesses das grandes empresas. Em 2007, frente à inviabilidade ambiental, técnica e econômica que faz os

---

<sup>5</sup> Muitos dos atingidos por esta barragem construída pela ditadura militar há cerca de 40 anos no interior do Rio Grande do Sul, permanecem até hoje sem serem reassentados.

funcionários do Ibama se recusarem a assinar pareceres favoráveis para a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, do Complexo Madeira em Rondônia, o Governo Federal simplesmente decidiu dividir o órgão licenciador afim de enfraquecê-lo, e estuda a contratação de “terceirizados” para darem os pareceres favoráveis às obras.

No caso das UHEs do Complexo Madeira, os técnicos do Ibama dimensionam os impactos destas obras a partir da legislação ambiental em vigência no país há pouco mais de 15 anos. Porém, o Brasil não possui uma legislação adequada capaz de dimensionar os impactos sociais das hidrelétricas e apontar critérios técnicos para classificá-los e orientar sua mitigação. No licenciamento de barragens, o chamado “meio antrópico” constitui apenas um dos capítulos dos estudos de impacto ambiental, que assim foi descrito por Vainer:

Estudos de impacto de grandes barragens - destes exigidos pela legislação ambiental brasileira para licenciar grandes empreendimentos ou por agências multilaterais como condição para oferecer seu apoio financeiro – costumam ter um capítulo sobre o “*social*” ou sobre o chamado “*meio ambiente sócio-econômico*”. A leitura destes capítulos revela-se experiência extraordinariamente monótona: por mais diferentes que sejam as realidades econômicas, políticas, culturais e sociais das áreas onde as barragens serão implantadas, os estudos se parecem uns com os outros tanto quanto duas gotas das águas que serão represadas. (VAINER, 2004 p. 01).

Não há lei que defina o que é o atingido por barragem, quem é o atingido, qual a reparação que deve receber e quais as obrigações das empresas construtoras para com as populações afetadas. Caso houvesse legislação a respeito, a obrigatoriedade de repararem todas as famílias atingidas aumentaria os custos das barragens, e isto não é de interesse dos empresários do setor. O fato de não haver marco legal ou a definição oficial de um conceito de atingido, deixa o caminho livre para as empresas construtoras definirem elas próprias, quem são os atingidos por barragens, quais são seus direitos e qual o tamanho das reparações que serão distribuídas. Assim, quando o governo concede autorização para a construção de uma barragem num determinado local, decreta como de utilidade pública a área que será alagada. A partir daí, a construção da barragem se torna mais importante que a vida das pessoas que lá residem, o governo se retira e a empresa construtora fica com o caminho livre para atuar.

Geralmente, o conceito de atingido definido pela construtora é igual á proprietário de terra com título de posse devidamente regularizado. Com raras exceções, a empresa



construtora da obra declara como passível de reparação, alguém mais que não esteja neste critério. Será a própria empresa que vai estabelecer o valor da indenização para os proprietários. Caso o proprietário não concorde, a empresa deposita o valor em juízo, cabendo ao discordante ingressar na justiça em processos que demoram décadas para serem concluídos, em grande parte das vezes, muito tempo depois da barragem já estar em funcionamento. A lentidão da justiça e a possibilidade de enfrentar assessorias jurídicas especializadas no assunto, que trabalham a serviço da empresa na disputa judicial, faz com que os proprietários acabem aceitando a oferta da construtora.

Ocorre que a realidade do interior do Brasil não é necessariamente uma realidade onde todas as terras estejam demarcadas e todos os que nela trabalhem possuam documentação pessoal que poderia comprovar a posse da terra ou de alguma benfeitoria de valor significativo. Muito pelo contrário. As barrancas dos rios brasileiros, de maneira especial, têm historicamente servido de refúgio para diversas populações tradicionais. Por seu terreno acidentado, geralmente foi na barranca dos rios onde o latifúndio avançou menos e onde se concentram uma grande quantidade de camponeses, trabalhadores sem terra, posseiros, arrendatários, meeiros, comunidades indígenas e quilombolas, justamente as mais vulneráveis a ação das empresas. O tratamento das construtoras com essas famílias é a do menor custo possível. Somente quem possui o título da terra receberá reparação, geralmente uma indenização em dinheiro, onde se aplica inclusive a depreciação dos materiais das construções para calcular seu valor, ou seja, dificilmente com o dinheiro recebido alguém consegue reconstruir sua vida em outro lugar com condições similares. Dessa forma, a empresa construtora obtém um documento assinado pela família proprietária e fica livre de qualquer compromisso posterior ou cobrança judicial.

O problema é que a família expulsa tinha sua vida estruturada numa terra geralmente fértil, como são os vales dos rios, além disso usava o próprio rio como fonte de renda. Com o dinheiro recebido dificilmente a família atingida consegue comprar outra terra, pois o mercado de terras nas regiões atingidas por barragens fica super valorizado pela especulação imobiliária decorrente da escassez da oferta, já que grande parte da terra será alagada e pelo excesso de demanda, com centenas de famílias tentando comprar outro lote. Logo, o destino da família acaba sendo a cidade, onde sem emprego, em pouco tempo o dinheiro é gasto e as pessoas se

tornam mais miseráveis do que antes. A indenização dos pequenos proprietários é realmente um processo extremamente injusto. As empresas e seus técnicos têm uma atuação e experiência antiga nesse ramo, e acabam explorando ao máximo as fragilidades de cada família, muitas analfabetas, sem acesso a meios de comunicação ou noção de seus direitos. Quanto aos não proprietários que residem ou trabalham na área alagada pela hidrelétrica, há extrema dificuldade em comprovar “uso capião”, até porque, muitas vezes a área em que eles habitam está registrada em nome de outro, que recebe a indenização e passa sua propriedade para a construtora. Os mais pobres, residentes muitas vezes em casas de “adobe”, não conseguem comprovar nem sequer valor monetário de sua casa, afinal, aos olhos dos técnicos responsáveis pela avaliação imobiliária, barro e palha não valem nada. No final, o custo social das barragens dentro do orçamento global destas obras é muito baixo, atende somente um percentual aproximada de 30% dos atingidos, segundo estimativas do próprio MAB. Os outros 70% dos atingidos, que não são proprietários, não recebem absolutamente nada.

Soma-se a isso, um grande número de grupos sociais que embora não residam nas áreas diretamente alagadas, são também atingidos pelas barragens. Destes grupos, destacamos principalmente as pessoas ribeirinhas que residem abaixo do barramento da hidrelétrica, que sofrem com a diminuição da qualidade da água e colapso dos recursos pesqueiros, devido à interrupção da piracema e possibilidade de reprodução dos peixes. Além dos moradores de jusante, temos a montante, os pescadores, extrativistas e mineradores, completamente ignorados; os pequenos comerciantes e prestadores de serviços, que vão a falência pela saída dos seus antigos fregueses; os balseiros; os caminhoneiros que transportam o leite e a produção dos pequenos agricultores; os professores das escolas que fecham; as famílias moradoras das comunidades remanescentes não alagadas, que tem sua vida desestruturada; os habitantes das áreas que recebem o grande fluxo de operários e migrantes em busca de emprego na usina, que sofrem com o colapso de serviços públicos de saúde e educação, com a escassez de habitações, além da rede de distribuição de produtos de consumo, inflacionada pelo fluxo repentino de grande contingente populacional. Enfim, um número grande de trabalhadores que perdem seu trabalho, sua fonte de sustento com a construção de barragens e assim como os trabalhadores não-proprietários da área alagada, não recebem qualquer reparação.

Outro grande problema enfrentado pelas populações ribeirinhas frente a uma hidrelétrica, diz respeito à incerteza quanto ao futuro. Na bacia do rio Uruguai no sul do Brasil, por exemplo, os projetos de barragens vieram a público na década de 70, a UHE Itá demorou mais de duas décadas para ser construída. A UHE de Machadinho cerca de 10 anos. Já os atingidos pelas barragens de Barra Grande e Campos Novos, ameaçados desde a década de 70, viram as barragens se concretizarem agora no final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. Esta situação de permanente ameaça na vida dos ribeirinhos, faz com que eles não invistam mais nas suas casas e na melhoria da infraestrutura para a produção, com medo de mais cedo ou mais tarde, perderem tudo. Assim vão deteriorando sua condição de vida, de moradia e não exploram novas opções de trabalho e renda, ficando em desvantagem.

Um dos grandes argumentos dos construtores de barragens é que estes empreendimentos trarão emprego e progresso para a região onde se instalam. O que se verifica na prática é que os empregos que são gerados pela construção das obras em si, são transitórios, pois posteriormente a operação das usinas exige poucos técnicos qualificados. Já as promessas de progresso e desenvolvimento não se materializam. Pelo contrário, os municípios atingidos perdem receitas e renda com a inundação de grandes áreas que antes eram destinadas para a produção agrícola. O comércio local nos pequenos municípios enfraquece, as comunidades remanescentes ao redor dos lagos se desestruturam com a saída de muitas famílias. O êxodo rural se agrava, com centenas de trabalhadores expulsos de suas terras que se estabelecem na periferia das zonas urbanas e passam a disputar os poucos empregos existentes com os moradores dessas cidades. A compensação financeira que a Usina Hidrelétrica é obrigada por lei a pagar aos municípios atingidos após a conclusão da obra, junta-se ao orçamento municipal, cuja destino e aplicação é de difícil controle para o conjunto dos trabalhadores.

Esta realidade advém de uma visão na tecnocracia e no judiciário, onde as reparações de impactos sociais de hidrelétricas são sinônimos de avaliação patrimonial e imobiliária, individual por proprietário, da área alagada. Lá não existem famílias, não existem comunidades, não existem relações econômicas, sociais, culturais; existem tão somente, benfeitorias e propriedades. Esta realidade presente nas empresas do setor elétrico, Vainer (1990) designa de *estratégia territorial patrimonialista*. Segundo ele, estratégia territorial porque seu objetivo nuclear é a “limpeza do território”, na perspectiva de força de ocupação. E

estratégia patrimonialista porque apenas reconhece, neste território, propriedades. Dessa forma, Vainer aponta que a estratégia territorial patrimonialista reduz o espaço social a território, e o território a propriedade fundiária.

O que há é o direito de *desapropriação por interesse público* exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor “justo” de suas propriedades. Frente a este direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o direito de propriedade. (VAINER, 2003 p. 03).

Por fim, vale destacar a estranha e perversa lógica que impera nas relações estabelecidas na “estratégia patrimonialista” utilizada a partir dos processos de desapropriação por utilidade pública. Esta modalidade permite uma inversão de posições. Onde o Estado concede ao construtor de barragem o “direito” de construí-la em determinado território. Logo, ele, o empreendedor, se vê e é visto como o detentor de “direitos” frente à população atingida, e não a população atingida que tem direito a uma reparação justa. Deste modo, o “ônus da prova”, como se diz nos meios judiciais, cabe ao atingido para comprovar algum direito à reparação, enquanto o direito do empreendedor é visto como nato.

## **2.2 – DOS VALES DOS RIOS À ORGANIZAÇÃO NACIONAL.**

Esta situação dos atingidos por barragens só poderia resultar em resistência, manifestando-se seja no indivíduo, frente a eminente expropriação, ou coletivamente em forma de conflito social. Historicamente o que tem garantido alguns direitos dos atingidos sintetiza-se na frase “quanto mais povo organizado, mais poder”. Estabelece-se uma correlação de força entre os atingidos e as empresas construtoras de barragens. Quanto mais resistência, quanto mais organização, menores são as chances das empresas ignorarem os atingidos e maiores são as condições para reparações e garantia de direitos. A cada conquista dos atingidos, abre-se precedentes para que outros atingidos tenham as mesmas garantias. Muitas vezes os direitos que em algumas regiões atingidas já parecem naturais, como por exemplo o direito a reassentamento (VAINER, 2003), só foram reconhecidos pelas empresas após intensa mobilização popular dos atingidos.

A resistência começou a ficar mais evidente a partir da década de 1970, quando foi intensificada no Brasil a construção de grandes barragens. O regime autoritário existente

detinha mecanismos repressivos com amplo poder de sufocar qualquer forma de organização popular em áreas de barragem, logo no seu início, dado o aparato estatal que se instalava nas regiões de projetos de hidrelétricas para efetivar a obra. No contexto da abertura política no final da década de 1970, surgem as condições para a emergência de movimentos organizados de populações atingidas por barragens. Destes, destacamos três focos principais.

O primeiro no Nordeste, quando UHE Sobradinho no Rio São Francisco deslocou mais de 70.000 pessoas, e mais tarde com a UHE Itaparica que atingiu 40 mil pessoas. A organização popular em Sobradinho foi contida pelo regime autoritário. Já Itaparica construída alguns anos mais tarde, propiciou a constituição de um movimento social articulado a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais, que constituíram o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco. Esta organização seria responsável pela realização de intensa mobilização popular, que culminou em outubro de 1985, quando cinco mil trabalhadores atingidos ocuparam e paralisaram o canteiro de obras da UHE Itaparica.

O segundo foco foi constituído na região Norte do Brasil, frente a UHE Tucuruí que inundou 2.830 km<sup>2</sup> de florestas no Pará. Em 1981, constituiu-se Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí. Estima-se em aproximadamente 30 mil os atingidos pela obra, embora pouco mais de cinco mil pessoas que detinham algum título de propriedade na área alagada tiveram ressarcimento, mesmo que insuficiente. Os “caboclos” que viviam na beira do Rio Tocantins foram ignorados, com o enchimento do reservatório acabaram transferindo sua moradia para o topo dos morros, que hoje formam as mais de duas mil ilhas existentes no lago artificial. A jusante da UHE Tucuruí houve colapso nos recursos pesqueiros, que levou fome às famílias que dependiam do rio Tocantins para se alimentar.

O terceiro foco de resistência foi localizado no sul do Brasil, a partir do início das obras da UHE Itaipu em 1978, e do anúncio da construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho, planejadas dentro de um conjunto de 22 barragens para a bacia do Rio Uruguai. Destas duas últimas UHEs, emerge a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crab), principal grupo regional promotor do surgimento do MAB.

O ponto comum existente nestes três focos principais, além de outros pelo Brasil, é a luta inicial pela garantia de indenizações justas e reassentamento. Com o desenvolvimento do processo histórico, esta luta evolui para o próprio questionamento da construção da barragem.

A evidência das contradições em que estão envolvidos, a dificuldade em obter qualquer conquista através de sua luta isolada leva os atingidos a perceber que além da resistência no seu rio, deveriam se confrontar com o modelo energético como um todo. O reconhecimento mútuo dos atingidos como partícipes de uma luta comum, o contato com o movimento sindical em efervescência em todo o país, a ação organizadora dos setores progressistas da Igreja Católica; são todos elementos que passam a fomentar o sentimento de uma maior organização dos atingidos por barragens no Brasil.

Em 1988, a Crab procura o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT com a proposta de uma articulação nacional dos movimentos de atingidos espalhados pelo Brasil. Com presença em todo o Brasil, a CUT ajuda a promover encontros regionais entre os atingidos no Pará, Amazonas, Rondônia, Pernambuco (reunindo também atingidos do CE, AL, SE e BA), Minas Gerais (junto com RJ) e no Rio Grande do Sul (reunindo também SC e PR). Todos os encontros regionais escolhem delegados para o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em abril de 1989 em Goiânia / GO.

Além dos delegados, outros grupos de atingidos que não haviam participado dos encontros regionais enviaram representantes, assim como, sindicatos, pastorais sociais e organizações de apoio. No encontro houve consenso sobre o caráter das indenizações e reassentamentos, que remediavam um fato consumado, não repondo os custos sociais e ambientais das barragens. Porém, abriu-se polêmica, que manifestaria-se com mais força apenas nos anos seguintes, sobre o caráter da organização dos atingidos por barragens no que tange a constituição de movimentos autônomos com identidade própria ou, se os atingidos deviam organizar-se dentro dos movimentos tradicionais da classe trabalhadora. O encontro, refletindo visão unitária naquele momento, reconhece como positivas a diversidade e especificidades regionais das formas organizacionais dos atingidos, e ressalta a experiência da Crab e do Pólo Sindical como emblemáticas. A Crab como organização autônoma, e o Pólo como integrado ao movimento sindical.

Da Carta de Goiânia<sup>6</sup>, documento final do encontro, o primeiro ponto pede a “elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora”. A constituição de uma organização forte a nível nacional é a principal decisão

---

<sup>6</sup> Reproduzida anexa a BERMANN, 1991.

dos atingidos. Uma comissão foi formada com a missão de preparar o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que se realiza em nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991 e decide fundar oficialmente o MAB<sup>7</sup>. Do congresso em diante, podemos notar dois períodos distintos da existência do MAB como movimento popular nacional: o primeiro, da data de fundação até aproximadamente 1999, quando o MAB funciona numa estrutura semelhante a uma federação de movimentos regionais; e o segundo período, já neste século, do MAB como movimento popular efetivo a nível nacional.

### **2.2.1 – ARTICULANDO AS EXPERIÊNCIAS LOCAIS.**

O primeiro período da história do MAB definiu-se pelo formato que assume sua organização nacional, como um espaço de articulação das lutas regionais e de troca de experiências. De fato, além da fundação do Movimento, o I Congresso deliberou que cada grupo local ou regional guardaria absoluta autonomia política, organizacional e financeira. A Coordenação Nacional criada no Congresso, teria representação igualitária das regiões e cumpriria as tarefas de articulação. Uma pequena secretaria, sediada em São Paulo com uma ou duas pessoas em tempo integral, apoiaria o trabalho da Coordenação.

Assim, as organizações regionais dispunham de grande autonomia, constituindo movimentos dentro do Movimento, como a Crab no sul, a Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi) no Paraná, a Coordenação dos Atingidos por Barragens da Amazônia (Caba), o Pólo Sindical no São Francisco, o Campo Vale no Jequitinhonha (MG) e o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), reunindo populações quilombolas do Vale do Ribeira em São Paulo, entre outras. Além destas, participavam organizações de assessoria, especialmente ONGs e centros de educação popular, que trabalhavam com os atingidos em regiões específicas. Dessa forma, a organização nacional do MAB assumia uma forma parecida com uma federação de movimentos e entidades regionais, com pouca interação e identidade comum entre si. O MAB Nacional, como era conhecido, resumia-se a estrutura da secretaria mantida com recursos da cooperação internacional, encarregada de assessorar o trabalho de um grupo pequeno de dirigentes, que

---

<sup>7</sup> Para marcar a importância do I Congresso, o dia 14 de março foi afirmado como dia nacional de luta contra as barragens, que a partir dali, passou a ser celebrado todos os anos.

conformavam o núcleo executivo da Coordenação. Estes tinham a tarefa de percorrer o país e contribuir nas organizações regionais, além de representar o MAB frente às articulações nacionais e internacionais que este fazia. Já as organizações locais eram bastante heterogêneas, com diferentes graus de identificação ou sentimento de pertencimento ao MAB.

Tanto no movimento nacional, como na maioria das organizações locais, havia um tensionamento permanente relativo à forma organizacional que daria corpo ao MAB. Ao mesmo tempo em que o movimento popular de massas se efetivava em momentos específicos em determinadas barragens, quando da realização de manifestações públicas e ocupações, a organização permanente do MAB e na maioria das entidades locais se mantinha num formato semelhante à estrutura de Organizações Não Governamentais (ONGs), quando não eram exatamente isso. O MAB Nacional era identificado, não pelo movimento em si, mas pela atuação dos dirigentes e tinha como ponto referencial à estrutura física da secretaria. Havia grande prioridade para a tarefa de articulação, em detrimento do trabalho de base nas regiões atingidas. Durante os primeiros anos, o MAB Nacional se limitou a coordenar pautas reivindicatórias, construir relação com os demais movimentos populares. A organização de viagens de militantes de uma barragem a outra expressava, neste período, a preocupação em promover o conhecimento mútuo e troca de experiências. Já a nível regional, é importante levar em conta que os grupos atingidos constituem em sua maioria, populações tradicionais e trabalhadores com baixíssimo nível de renda. O analfabetismo é uma realidade que até hoje, ultrapassa índices de 80% em algumas comunidades atingidas, assim como a falta de eletrificação nas áreas ribeirinhas. Deste modo, as organizações locais apresentavam níveis de dependência variados em relação a grupos de assessoria, a igreja, sindicatos, ONGs e a grupos acadêmicos. Atingidos e assessores viviam uma relação permeada por diferentes interesses, que muitas vezes criava situações contraditórias, já que, ao mesmo tempo em que o papel dos assessores era extremamente importante na constituição da organização dos atingidos, a transformação desta em movimento popular parecia depender da participação efetiva dos atingidos diretamente na direção e definição de seus rumos.

Os congressos nacionais realizados na década de 1990, o 2º em 1993, realizado em São Paulo, o 3º realizado em Brasília em dezembro de 1996 e o 4º Congresso Nacional realizado em Belo Horizonte em novembro de 1999, refletiam os diferentes graus de sentimento de



pertença e adesão ao MAB. Constituídos por encontros de dirigentes regionais, os congressos nacionais contavam com a participação de cerca de 100 lideranças na maioria das vezes. Algumas, notadamente as da Crab tencionavam pela dissolução das organizações regionais e constituição do Movimento unificado. Outras, mais ligadas aos grupos de assessoria e entidades de atingidos já constituídas com identificação própria, priorizavam as tarefas de suas organizações específicas em detrimento do trabalho do MAB.

Esta relação marca a história do MAB nos anos 1990. Neste período, também tomou destaque a participação do Movimento nas discussões da ECO-92, onde o MAB foi um dos principais atores da sociedade civil brasileira no tema energia, sendo também fundador do Grupo de Trabalho sobre Energia – GT Energia, dentro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS, criado no âmbito da ECO-92, e até os dias de hoje, principal congregação das entidades ambientalistas brasileiras. O debate sobre meio ambiente no MAB toma corpo nos anos 1990, não só nos aspectos e argumentos que diretamente constituíam oportunidades para questionar as barragens, mas sim, numa visão integral voltada para a preservação ambiental como um todo.

Em março de 1997, o MAB promoveu o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens<sup>8</sup>, na cidade de Curitiba, no Paraná. O Encontro Internacional contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Do encontro, resultou a “Declaração de Curitiba”, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens. Fruto da articulação internacional e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, movimentos de atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. O MAB foi um dos protagonistas deste debate que durou aproximadamente três anos, resultando no relatório final

---

<sup>8</sup> O 2º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens foi realizado em dezembro de 2003, na Tailândia, reunindo representantes de 60 países do mundo. Sobre ele, ver VIEIRA, 2005b.

da CMB que, a partir de um abrangente estudo a nível mundial, mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Em 1999, a realização do 4º Congresso do MAB marca o início de mudanças na constituição do Movimento que se manifestariam com mais clareza nos anos seguintes. A dicotomia existente entre a permanência do MAB como uma federação de organizações regionais e o desejo de consolidação de um movimento popular unificado vai se resolvendo no processo, principalmente pela crescente hegemonização dos grupos mais afinados com a idéia de movimento unificado sobre o MAB nacional, já que os demais, concentravam suas energias no trabalho regional. Dessa forma, o congresso de 1999 aponta uma resolução clara na forma organizativa do MAB no Brasil, recomendando a todas as regiões que a principal instância do Movimento deveria passar a ser os “grupos de base”, reunindo pequeno número de famílias cada um, em todas as comunidades atingidas por barragens. As lideranças do Movimento deveriam ser escolhidas nos grupos pelo conjunto das famílias, que por sua vez formariam uma coordenação local, enviando representantes a uma coordenação regional que por fim, enviaria representantes à coordenação nacional do MAB. O 4º Congresso também marca uma definição ideológica mais clara do MAB que reflete um afastamento progressivo, que só viria a se efetivar definitivamente anos mais tarde, da concepção sindical cutista e do Partido dos Trabalhadores, com os quais mantinha relações estreitas. Para tanto, o MAB reafirma o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e ergue a bandeira da construção de um novo modelo energético dentro de um projeto popular para o Brasil, proposição construída conjuntamente com vários movimentos populares brasileiros, alicerçava-se sobre os pilares da democracia, soberania nacional, solidariedade, desenvolvimento e sustentabilidade. Esta proposta reflete um estreitamento de relações com movimentos sociais como o MST, as pastorais da igreja e com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que surge em alternativa a concepção sindical no campo da CUT e da Contag, vistas como institucionalizadas e com papel histórico ultrapassado.

### **2.2.1 – O MAB DEIXA SER ARTICULAÇÃO E SE TORNA UM MOVIMENTO POPULAR NACIONAL.**

Não existem pontos de rupturas na história do MAB, nem houveram momentos claros de debate que externalizasse discordância de opinião ou embate de idéias significativo nos congressos e instâncias de decisão. As mudanças que ocorrem se processam em longos períodos e derivam do avanço do debate coletivo articulado com a formação política e estudo da realidade, fundamento para tomada de decisões estratégicas no MAB. Assim, progressivamente, o debate em torno da necessidade de um movimento dos atingidos forte e unificado toma corpo na mesma medida em que se afastam voluntariamente do MAB, lideranças e organizações que não viam um papel relevante ao MAB.

As recomendações do Congresso de 1999 passam, aos poucos, a serem implementadas em algumas regiões. Percebe-se uma clara estagnação das organizações regionais que objetivavam manter seu formato original, seja pela perda de referência política, pela diluição da identidade de atingido nos sindicatos e movimentos diversos, pela insistência de grupos de assessoria de se manterem como protagonistas principais da luta dos atingidos. Ao mesmo tempo, o MAB no sul do Brasil (antiga Crab) tem energias liberadas com o término das obras da UHEs Itá e Machadinho, que em mais de duas décadas de luta, fizeram emergir dezenas de militantes dispostos a ajudar os atingidos a se organizarem em outras barragens pelo país.

Aos poucos, o MAB toma nova feição. A nível de Coordenação, ocorre um esforço de coesionar os movimentos regionais em torno do movimento nacional, com pautas fortemente focalizadas em questões políticas macro e com a realização efetiva de mobilizações em datas específicas unificadas a nível nacional, em geral duas vezes ao ano, onde cada região realiza sua ação de massa (ocupação, caminhada, ato público etc) e uma pauta de negociação é apresentada por uma comissão de atingidos diretamente em Brasília. Os atingidos dispostos a ajudar a organizar o MAB em outras barragens passam a investir em várias regiões, mapeando lideranças, articulando comunidades, fundando grupos de base e coordenações locais. Ocorre nesse caso uma inversão, antes o MAB Nacional refletia a realidade das organizações locais, agora passa a ser o elemento promotor destas organizações. Ao mesmo tempo, um agressivo programa de formação política e educação popular busca criar as condições para o surgimento e capacitação de novas lideranças pelo país. O público principal das atividades de formação

são os jovens. A própria coordenação nacional do MAB fortalece sua coesão interna através de intensiva programação de estudos e debates teóricos sobre a sociedade e o modelo energético, que costumam ocupar até 2/3 do tempo das suas reuniões deliberativas.

A coordenação nacional do MAB se fortalece, ao mesmo tempo em que se dissemina diferentes grupos de trabalho a nível nacional, encarregados do processo de formação, organização e lutas, finanças, educação etc. O coletivo de educação, em especial, foi responsável pela alfabetização de seis mil jovens e adultos atingidos por barragens, somente no ano de 2005. Convênios entre o MAB e entidades educacionais, propiciam a entrada de atingidos por barragens em cursos técnicos, de graduação e especialização, constituindo um quadro melhor qualificado de militantes. Ao mesmo tempo, o MAB redefine sua relação com os assessores, que permanecem com um papel importante junto ao Movimento, mas secundário em relação ao protagonismo dos atingidos.

Estas mudanças se refletem na redefinição dos espaços de deliberação do MAB. O congresso nacional que reunia os representantes das organizações regionais é abolido. Em seu lugar, passam a ser realizados encontros nacionais massivos reunindo as lideranças locais e dos grupos de base do MAB. Isso significou o aumento em 10 vezes, o público dos Encontros, em relação aos Congressos. As organizações regionais se dissolvem, desaparecem ou se afastam do MAB. O 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, realizado em junho de 2003 em Brasília, contou com participação de aproximadamente mil delegadas de 16 estados da federação, onde foi reafirmado que o método de organização do MAB é através dos grupos de base, instância de organização, multiplicação das informações e resistência às barragens. O 2º Encontro Nacional é realizado em março de 2006, em Curitiba. Entre os dois encontros, em maio de 2004, o MAB realiza a “Marcha Nacional Águas pela Vida”, com mais de 600 atingidos caminhando de Goiânia à Brasília, para exigir mudanças no setor elétrico nacional.

Nota-se que ao contrário do que possa parecer, o período marcado pela afirmação do MAB como movimento unificado não significa perda da autonomia das organizações regionais. O significado da organização nacional no MAB, segundo Trindade, é dado pela definição de um movimento autônomo, de luta, de base, de massa e de militantes, com rostos regionais, que escolhe como forma de luta para conquistar e garantir os direitos imediatos e

históricos da classe trabalhadora, o caminho do enfrentamento (2005 p. 18). Cada região mantém a definição de sua luta específica de acordo com a barragem que enfrenta. O MAB a nível local mantém diversas formas de organização, de acordo com as realidade regionais. Nas jornadas de lutas nacionais, são as regiões que definem suas ações de acordo com suas possibilidades. A unificação dá-se nos símbolos, na bandeira, na forma de mobilização, nas ações conjuntas e articuladas, na construção de um projeto comum, de pautas nacionais discutidas nos grupos de base, nos encontros, espaços de formação e diferentes níveis de coordenação. Agora, para os seus integrantes e grupos sociais que se relaciona, já não há mais o MAB Nacional e organizações locais, há só o MAB.

### **2.3 – QUEM SÃO OS ATINGIDOS POR BARRAGEM? QUEM SÃO OS INTEGRANTES DO MAB?**

As áreas atingidas por uma hidrelétrica são complexas e não compreendem grupos sociais homogêneos. Nelas estão presentes populações urbanas médias e de periferias pobres de cidades; populações rurais, grandes, médios e pequenos proprietários agrícolas; camponeses sem terra, arrendatários, parceiros, posseiros, agregados; pequenos e médios comerciantes; empresários da indústria, do comércio, do turismo; trabalhadores destes empreendimentos, assalariados, autônomos, precarizados; professores, estudantes, funcionários públicos, técnicos e profissionais liberais de todos os tipos; homens, mulheres, idosos, jovens, crianças de diversas escolaridades, com diferentes níveis de renda, com origens étnicas e religiosas diversas; ribeirinhos, pescadores, quilombolas, nações indígenas, comunidades tradicionais de todas as ordens. Enfim, uma barragem atinge regiões onde igualmente, como em todos os locais, se reproduzem relações econômicas, sociais, culturais e políticas, disputas de poder, conflitos de todos os tipos entre as elites políticas e econômicas locais, entre setores dominantes e dominados.

Pesquisadores na área tecem comentários sobre este conjunto de relações. Quanto à base social do MAB, Flávia Braga Vieira (2001) aponta uma presença marcadamente camponesa. Cândido Grzybowski (1984) afirma haver uma heterogeneidade social grande entre os atingidos por barragens no Brasil. Há possibilidade de unidade pela comum situação de atingido, porém ele verifica que os interesses são diferentes e divergentes no interior do grupo. Grzybowski afirma que a luta social contra as barragens depende sobretudo da reação

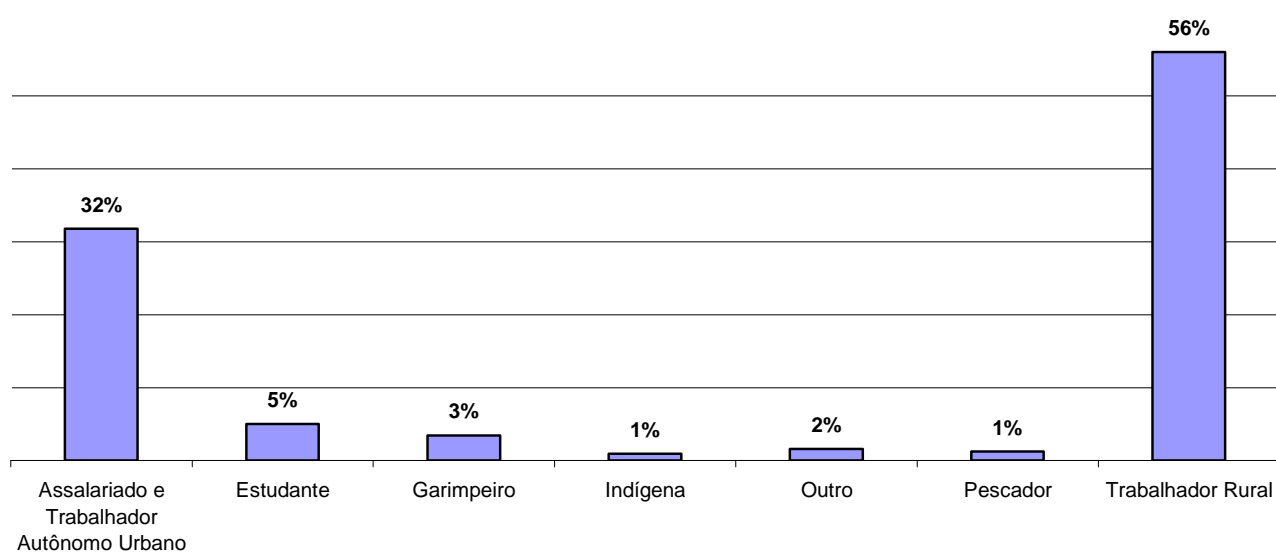
dos segmentos camponeses. Lygia Sigaud (1986) destaca a diversidade dos atingidos por barragens em relação à forma que a modernização agrícola assumiu, à distribuição fundiária, a posse e inserção dos mesmos no mercado. Sandra Faillace (1989) fala da não homogeneidade do ponto de vista de quem é atingido ou não pela água da barragem, ou seja, os “atingidos diretamente”, os “atingidos parcialmente”, os “atingidos indiretamente”. João Ruszczyk (1997) acrescenta que mesmo entre os atingidos diretamente existem: católicos, luteranos, todas as ramificações de evangélicos; que conformam área urbana e área rural, observando-se a existência de povoados, linhas, comunidades etc. No ponto de vista de origem étnica, Ruszczyk aponta italianos, poloneses, alemães, caboclos, índios. Do ponto de vista da posse da terra, encontramos proprietários, posseiros, arrendatários, diaristas ou empreiteiros, parceiros, meeiros, assalariados rurais, pessoas que moram nas cidades da área da barragem e tem terra na área rural. Comerciantes, trabalhadores urbanos, e por fim, distingue os atingidos pela posição social que cada um ocupa na comunidade.

Por meio de questionários aplicados nos dois últimos encontros nacionais do MAB podemos ter uma noção da conformação de seus integrantes. No 1º Encontro, realizado em Brasília no ano de 2003, foram aplicados 318 questionários, num universo de pouco mais de 1.000 delegados. No 2º Encontro em Curitiba no ano 2006, foram aplicados 154 questionários, num universo de 1.200 participantes. Obviamente que estes números não permitem um retrato do conjunto dos integrantes do MAB, até por que os que participaram representam apenas uma parte - aqueles que participaram de um dos encontros nacionais - e não a base social do Movimento como um todo. Porém, acreditamos que estes números possam nos dar indicativos, acha visto que nossa observação empírica conclui que eles se aproximam da realidade.

Nos dois encontros houve a participação de representantes de 16 estados da federação: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba e Santa Catarina. Os destaques no conjunto dos entrevistados foram os mineiros com 24% em Brasília, diminuindo a representação para 6% em Curitiba; os tocantinenses com 18% do total dos entrevistados em Brasília e 5% em Curitiba; os goianos com 17% do total dos entrevistados nos dois encontros; e os gaúchos com apenas 3% dos entrevistados em Brasília, mas com 19% em Curitiba. Em

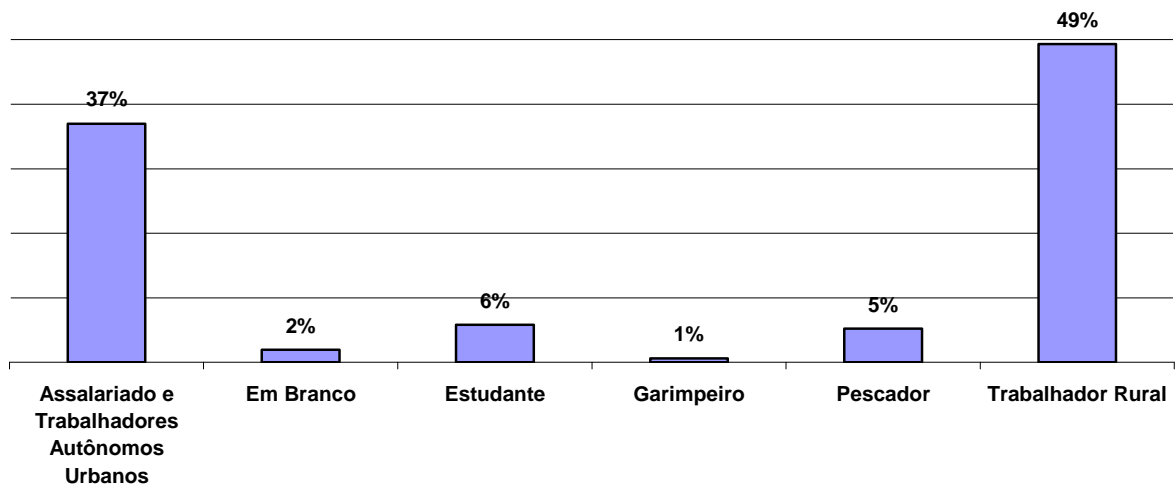
Brasília, a menor idade dos entrevistados foi de 14 anos e a maior idade 78 anos, destes 25% eram mulheres e 75% homens. Em Curitiba aumenta a participação de mulheres para 40%, a idade dos entrevistados vai de 16 anos até 76 anos. Nos dois encontros, o número de analfabetos está em 10%. No encontro de Brasília, 43% dos entrevistados não concluíram a 4ª série, e em Curitiba este número cai para 26%. Porém, o dado que mais nos chamou atenção diz respeito à situação de trabalho dos atingidos por barragens integrantes do MAB, conforme os gráficos a seguir:

Distribuição de participantes do 1º Encontro por Profissão/Ocupação - Brasília 2003.



Fonte: pesquisa Ippur/UFRJ Encontro do MAB Brasília / 2003

Distribuição de participantes do 2º Encontro por Profissão/Ocupação - Curitiba 2006.



Fonte: pesquisa Ippur/UFRJ Encontro do MAB Curitiba / 2006

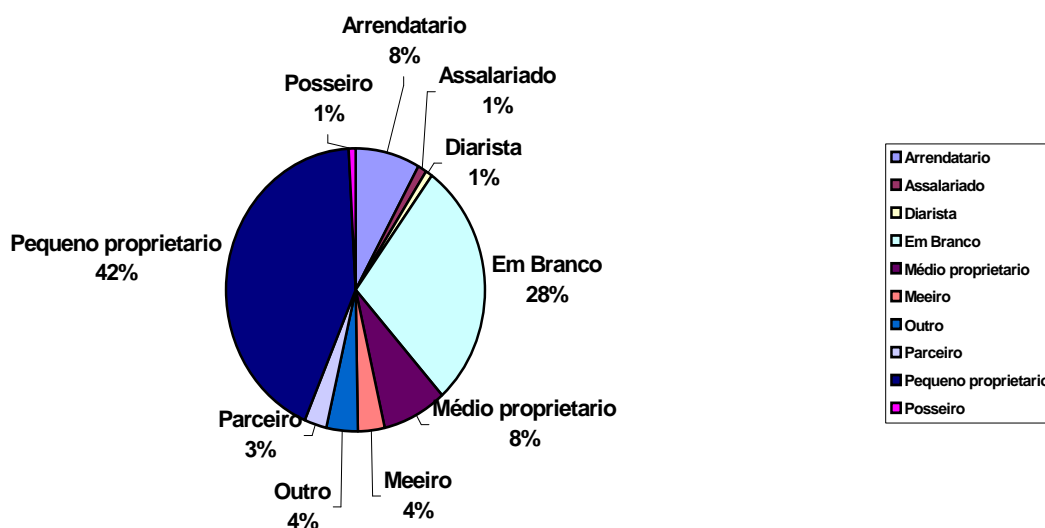
Por meio destes números podemos perceber que é enganosa a associação comumente realizada, do MAB como um movimento eminentemente rural. Os trabalhadores do campo formam o principal grupo, até por que representam pelo menos metade dos integrantes do movimento, situação que não se reproduz na sociedade, já que este segmento é minoritário no conjunto dos trabalhadores. Porém, os trabalhadores urbanos atingidos constituem parcela significativa, 32% dos participantes no encontro de Brasília e 37% em Curitiba. Estes números assumem importância especial, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores urbanos, especialmente os assalariados, tem jornada de trabalho com horários fixos, o que os impede de ausentarem-se por muito tempo. Os dois encontros nacionais do MAB duraram uma semana cada um, sendo que além disso, há de se considerar o tempo necessário para o deslocamento pelo extenso território nacional, todo feito de ônibus pelos delegados. Desse modo, é possível que a parcela de integrantes do MAB representada pelos trabalhadores da cidade seja ainda mais significativa, tendo em vista que a maioria dos atingidos agricultores, apesar das dificuldades da vida no campo, tem a possibilidade de organizarem o próprio tempo de trabalho. Entre as profissões dos trabalhadores urbanos pertencentes ao MAB, descrita nos questionários, listamos as mais frequentes: motoristas, funcionários públicos, costureiras,



cozinheiras, agentes de saúde, artesãos, telefonistas, empregadas domésticas, professores, comerciários, *office boy*, pequenos comerciantes, mecânicos, metalúrgicos, pedagogos, sacoleiros, secretárias, vigilantes, ajudantes de pedreiro, carpinteiros, serralheiros, encanador, marceneiros, pedreiros, pintor; auxiliares de enfermagem, de serviços gerais, administrativo, de almoxarifado; técnicos de eletrônica, de enfermagem, de equipamentos rodoviários, de informática; operadores gráfico, de processo químico, de equipamentos; donas de casa, trabalhadores aposentados e desempregados, entre muitos outros. Há de se ponderar, porém, que muitos dos hoje trabalhadores urbanos podem ter sido vítimas do êxodo rural provocado pela construção de uma hidrelétrica. Sem alternativa de reassentamento, com a inundação de suas terras o mais provável é que uma família de camponeses migre para a cidade. Mesmo quando há compensação o êxodo rural é relevante, já que a maior parte das empresas construtoras de barragens costuma oferecer aos agricultores atingidos a “alternativa” de receberem uma casa na cidade mais próxima, ou mesmo, na vila de operários da própria barragem, desativada quando as obras acabam.

Especificamente em relação aos trabalhadores rurais, temos dados relativos a sua situação colhidos no encontro de Brasília. O gráfico a seguir ilustra as características, mostrando a diversidade existente em relação à situação na terra:

**Distribuição de Trabalhadores rurais por vínculo com a terra (proprietário e não proprietário)**



Fonte: pesquisa Ippur/UFRJ Encontro do MAB Brasília / 2003

Os dados nos dão uma idéia da heterogeneidade de situações de trabalho existentes entre os integrantes do MAB. Apesar da diversidade, também indicam que falar em atingidos por barragens organizados no MAB, significa falar em trabalhadores.

#### **2.4 – NA IDENTIDADE DE ATINGIDO NO MAB, O TRABALHADOR E A TRABALHADORA.**

A discussão em torno da identidade tem assumido cada vez mais relevância nas ciências sociais atuais. Este debate não constituiu ponto central em nossa pesquisa, por isso não fizemos uma revisão da literatura sobre o tema. No entanto constitui-se como um assunto importante para esta dissertação, o que nos leva a fazer algumas contribuições apenas, a partir dos dados empíricos recolhidos, não tendo condições, portanto, de aqui articulá-las com o debate teórico geral sobre o conceito de identidade.

No caso do MAB, salta aos olhos a força da identidade de *atingido por barragem*, marca do Movimento e reconhecimento mútuo entre seus integrantes e a sociedade. Nos parece que num olhar superficial, característica de muitas das análises sobre movimentos sociais, poderíamos concluir que a identidade de atingido é resultado da organização coletiva no Movimento, sob o qual emergem atores sociais numa situação comum específica, que não depende necessariamente das condições materiais de vida e das relações de trabalho que estão envolvidos. De fato, geralmente a identidade é entendida do ponto de vista cultural – de gênero, etnia, religião etc., a situação de trabalho raramente aparece como formador de identidades e, quando está presente, costuma ser relativizada sobre a forma de representações. A identidade então, é construída a partir da diferença, no processo de diferenciação do “outro”, que se constrói a identidade de um grupo. Na melhor das hipóteses, as diferenças de classes aparecem como mais uma diferença, com a mesma importância que qualquer outra.

Porém, com uma base concreta composta por trabalhadores, como vimos no tópico anterior, suscita-nos uma outra compreensão para a emergência da identidade de atingido por barragem no MAB. Nossa concepção visualiza a categoria “identidade”, em movimentos sociais, como a forma que determinado grupo ou categoria, no interior de uma classe social, apresenta-se para externalizar situações específicas que do contrário, ficariam diluídas nos problemas maiores enfrentados pela classe social a que o grupo pertence como um todo. Logo, identidade se constitui como uma forma de representação, nas quais estão presentes as

características próprias do interior do grupo específico e identificados os grupos aliados geralmente pertencentes também a mesma classe social; bem como os grupos e classes antagônicas.

Num momento de confusão e de esgotamento das representações clássicas de classes sociais, como os sindicatos e partidos, os movimentos sociais passam a ser por excelência o espaço de afirmação da identidade de classe e de sua representação com ator político, para intervir na realidade de forma organizada. Segundo Moraes:

As condições históricas da afirmação de identidade de classe e de uma organização política mais ampla se desenvolvem dentro do mesmo movimento através do qual os trabalhadores se constituem em sujeitos específicos com identidades e linguagens próprias, afirmando e acentuando a sua singularidade e sua diversidade. (MORAES, 1994 p. 56).

A realidade das relações de produção exigiu a adjetivação da identidade de atingido por barragem, de modo a expressar as bases ontológicas da identidade enquanto trabalhadores que sofrem com a expropriação de seus meios de vida por conta de uma barragem. A identidade de *atingido* no MAB foi construída com o aprofundamento das lutas, a partir de uma nova atribuição de sentido ao significado corrente desta palavra, que passou a descrever um sujeito social e político ativo na defesa do seu território, das suas práticas sociais e do seu modo de vida; contraposto a um outro sujeito representado pelo empreendimento hidrelétrico, o papel da empresa, que interfere e interage negativamente neste espaço e em suas dinâmicas sociais. A compreensão dos significados mais profundos da identidade de atingido e suas adjetivações abre a possibilidade histórica de sua identificação com as outras lutas suscitadas pelas contradições das relações sociais vigentes, sem perder a individualidade de sua luta específica. (MORAES, 1994 p. 300). A identidade, que se apresenta em confronto com um determinado processo de expropriação orquestrado a partir do centro hegemônico e ao lado de outros movimentos de trabalhadores que sofrem processos semelhantes, foi um passo fundamental para a evolução do movimento e para a constituição do MAB na forma como ele se apresenta. Uma vez assumida a identidade de atingidos, o sentido passivo e pejorativo da palavra foi invertido para o sentido ativo e positivo de resistência não apenas contra projetos específicos de intervenção no território, mas contra uma forma de planejamento e desenvolvimento que excluía parcela significativa da população (VAINER, 1995).

Parece-nos que o reforço à idéia de fragmentação de identidades, motivada na maioria das análises sobre movimentos sociais, enquadra-se numa lógica de forças interessadas na dispersão, como forma de dificultar a constituição de uma identidade política de classe. Essa assertiva é visivelmente correta quando observamos a visão das empresas do setor elétrico frente aos atingidos, na sua dimensão da identidade como sujeito ativo e em luta. Há um claro limite no entendimento das lutas contra as barragens. O setor elétrico simplesmente não consegue compreender a resistência dos atingidos contra as barragens. No fundo, para o setor elétrico, os atingidos que se insurgem contra as hidrelétricas não passam de “irracionais”, pois resistem à racionalidade imanente do desejo de desenvolvimento embutido nas barragens. O progresso trazido por estas obras parece ser algo tão inexorável, que é inconcebível a oposição a elas. Desse modo, as hipóteses formuladas pelo setor elétrico para entender a resistência das populações ribeirinhas giram em torno da *cultura*, lugar da presença de um “radicalismo verde” e da aversão ao progresso: “gente que não gosta de trabalhar”, “preguiçosos”, “vândalos”, pessoas detentoras de uma cultura do atraso.

Ora, ninguém participa de um movimento nas características que possui o MAB - fazendo marchas de dezenas de quilômetros sob sol forte, dormindo em barracos de lona por semanas, sem banho e com alimentação ruim, participando de ocupações arriscadas durante a madrugada, apanhar da polícia, receber tiros de bala de borracha, cacetes, ser preso, ser tachado de baderneiro pela mídia – apenas por questões culturais. A mudança de um modo de vida para outro, mesmo que radicalmente diferente, pode ser traumático para um indivíduo ou grupo, geram resistências, mas as pessoas resistem até um ponto, se a força do agente que promove essa mudança cultural é muito grande, a adaptação acaba ocorrendo logo, sem maiores problemas.

A participação em um movimento social das características do MAB se dá também por questões culturais, mas o mais importante é observar que indivíduos integram o MAB porque vêem-se na iminência de perderem sua fonte de sustento, sua forma de trabalho, seu meio de conseguir comida para si e sua família. Isso é absolutamente concreto na vida de qualquer pessoa e é sobre essa base concreta que emerge a identidade de atingido, a partir da identificação comum dos indivíduos determinada pelas suas relações de trabalho. E mais, essa base concreta interage de forma dialética com a organização que os representa, no caso o

MAB, havendo dessa forma uma identificação entre estas duas esferas com capacidade de reforçar a identidade.

## **2.5 – OS ATINGIDOS POR BARRAGENS E OS ATINGIDOS PELA POLÍTICA ENERGÉTICA: A LUTA CONTRA OS ALTOS PREÇOS DA ENERGIA ELÉTRICA.**

Durante toda sua história, o MAB demonstrou uma grande capacidade de aprendizado com as experiências que passou. A percepção inicial da necessidade de luta pelos direitos dos atingidos, a inviabilidade estrutural de garantia destes, leva a luta contra a construção das barragens, que articuladas num modelo energético faz com que o MAB se posicione por um modelo alternativo. Todas decisões estratégicas tomadas à luz da realidade, em momentos históricos específicos, onde uma decisão equivocada poderia significar a estagnação da luta do Movimento e seu próprio fim.

Ocorre que o processo de luta desenvolvido pelo MAB até então, passa a demonstrar sinais de esgotamento nos últimos anos. A resistência a novas barragens tem uma eficácia relativa, já que demandam processos de luta popular prolongada, difíceis de serem mantidas por qualquer movimento social ao longo de décadas. Já a luta pela garantia de direitos nas barragens já construídas chega próxima a estagnação, pois represas como Acauã (PB), Manso (MT), Samuel (RO), Cana Brava e Serra da Mesa (GO) Tucuruí (PA) e inúmeras outras em funcionamento há anos, apesar da intensidade das ocupações, marchas, ações diretas realizadas nestas áreas ano após ano, os atingidos permanecem na miséria e a fome é uma dura realidade para muitas famílias. Soma-se a isso, um profundo recuo do conjunto das lutas populares no Brasil e a ação desmobilizadora representada pela incorporação ao Estado de várias movimentos sociais pelo governo Lula, um fato que fragiliza e isola as organizações que permanecem em luta intensa.

Diante destes problemas, o MAB desenvolve um processo de estudo e discussão interna e com intelectuais para tentar compreender os seus limites e a necessidade de dar conta efetivamente da realidade que se coloca nos últimos tempos. No contexto do seu 2º Encontro Nacional, realizado em 2006, faz-se um aprofundamento do entendimento do Movimento sobre o setor energético e o peso deste no conjunto do modelo econômico capitalista.

A conclusão deste debate aponta para a insuficiência das construções teóricas sobre o modelo energético feitas até então pelo MAB. Primeiro, porque versavam primordialmente no questionamento as hidrelétricas a partir da apresentação de alternativas energéticas, menos impactantes em termos sociais e ambientais. Segundo, porque apontavam para a luta dos ribeirinhos contra a construção de barragens como indutora principal da mudança de modelo, centrada na discussão de alternativas tecnológicas.

Este entendimento mostra seu limite, principalmente a partir do processo de privatização do setor elétrico brasileiro que evidencia com mais clareza as contradições que estão colocadas em torno das barragens. No primeiro ponto, o MAB percebe que as diferenças entre uma ou outra fonte de energia não são tão significativas, caso estejam em mãos de grupos empresariais privados. Ora, o biodiesel é uma fonte energética limpa, mas produzida em latifúndios no modelo do agronegócio, traz efeitos drásticos sobre o meio ambiente e os trabalhadores. Do que adianta multiplicar a produção da energia eólica e solar, se elas servirem para liberar mais eletricidade para as indústrias eletrointensivas de exportação. Do que adianta produzir etanol, combustível ambientalmente correto se for através de trabalho semi-escravo para abastecer o mercado norte-americano, marcado pelo desperdício. Não se trata de desconhecer que existem fontes energéticas mais impactantes e outras menos, mas sim, entender que a simples substituição de grandes barragens por outras alternativas dentro do mesmo modelo de sociedade, não significa mudanças no bem-estar da população.

No segundo ponto, a própria história de mais de 25 anos de luta dos atingidos, apesar das inúmeras conquistas pontuais obtidas, demonstra a insuficiência em imprimir mudanças estruturais no modelo energético. Esta situação fica mais evidente quando o adversário passa a ser diretamente as empresas privadas e o Estado no período neoliberal, menos permeáveis ao reconhecimento de direitos.

Dessa forma, o MAB caminha para uma inversão de estratégia e tática na sua luta contra as barragens. Na estratégia, o questionamento ao modelo energético passa a ser feito primordialmente sobre o controle privado das fontes e dos meios de produção de eletricidade. Assim, o “não às barragens” passa a ser fundamentalmente um “não” também a propriedade privada sobre elas, sobre a energia, sobre a água dos rios e sobre os recursos naturais. Desse modo, o MAB busca colocar-se frontalmente contra o modelo capitalista, sustentado na

propriedade privada dos meios de produção. Sabe que sua força é limitada para isso, para tanto, acredita na necessidade de envolvimento de toda a classe trabalhadora neste processo.

Na tática para viabilizar esta estratégia para o setor energético, o MAB passa a propor a luta para abaixar o preço da luz, vista como promissora, já que amplas camadas da população estão dispendo de uma fatia cada vez maior de sua renda para pagar a tarifa de energia elétrica, sofrendo conseqüências concretas e visíveis na sua condição de vida para viabilizar o nível de lucratividade do setor elétrico. Um estudo recente da Agência Internacional de Energia (AIE) apontou o preço da tarifa de energia elétrica no Brasil como a décima mais cara do mundo, acima do preço cobrado em países como os EUA, Espanha, França e Reino Unido. Produz-se dessa forma um grande paradoxo. No Brasil, 83% da energia elétrica gerada provém de usinas hidrelétricas, reconhecida mundialmente como a fonte mais eficiente e barata de produção de eletricidade. Segundo especialistas no assunto como o Prof. Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ e ex-presidente da Eletrobrás), a disparidade de preços verificada entre o Brasil, que utiliza água - um recurso gratuito e renovável - e países que possuem matriz energética baseada em termelétricas movidas a petróleo ou gás por exemplo, explica-se pelo processo de privatização que transmitiu poder político aos novos proprietários privados do setor elétrico, sobre a agência estatal criada para regular os preços da energia no Brasil. Dessa forma, permite-se o estabelecimento de tarifas muito acima dos custos de produção e distribuição da energia elétrica, instituindo um regime de exploração dos consumidores que tem penalizado especialmente os mais pobres<sup>9</sup>.

Assim, a tática que vem sendo desenvolvida pelo MAB aponta para a tentativa de limitar as possibilidades de acumulação do capital: de um lado, quando da construção de hidrelétricas através da resistência a elas e na imposição de direitos, que oneram os custos das obras; e de outro lado, na venda da energia elétrica, quando o lucro das empresas se realiza, por meio da mobilização de amplos setores da classe trabalhadora, especialmente nas cidades, afim de diminuir o preço da luz e isentar das tarifas até uma determinada faixa de consumo, que representa a parcela mais pobre da população.

---

<sup>9</sup> <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/08/21/materia.2006-08-21.2695748255/view> e <http://www.ider.org.br/oktiva.net/1365/nota/18174/>

### **CAPÍTULO 3:**

#### **A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO BRASIL DENTRO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.**

A eletricidade é um dos símbolos da sociedade moderna. No imaginário popular representa o “progresso” e é sinônimo de “civilização”. Produto de um esforço do desenvolvimento científico e tecnológico típicos do capitalismo, no contexto da Revolução Industrial, a eletricidade logo se dissemina como uma mercadoria preciosa para múltiplos usos.

O avanço da indústria, a formação de grandes unidades produtoras com milhares de operários e máquinas pesadas, criou uma demanda por energia nunca antes vista na história da humanidade. Primeiro o vapor, carvão vegetal e mineral, e mais tarde o petróleo e a hidroeletricidade, encarregar-se-iam de suprir a gigantesca demanda de energia trazida pela modernidade. O advento do uso da energia elétrica em especial, criaria todo um campo e cadeia de produção que, de forma dialética, ao mesmo tempo em que a eletricidade era energia para a indústria, também desenvolveria todo um gigantesco setor industrial para a produção em larga escala, de toda a sorte de material elétrico que garantiria um vasto sistema de geração, transmissão e distribuição da corrente elétrica. Da mesma forma, a eletricidade chegaria até as moradias, acenderia lâmpadas e faria funcionar eletrodomésticos, criando uma enorme possibilidade de mercado para o desenvolvimento de novas necessidades de consumo e produtos pela indústria.

As grandes barragens surgem neste contexto. Onde as fábricas instaladas nas grandes cidades, enormes unidades consumidoras de energia elétrica, necessitariam igualmente de grandes unidades geradoras. A partir do surgimento da energia elétrica, raras seriam as mercadorias produzidas no âmbito do sistema capitalista, que não possuíssem eletricidade como um dos seus insumos básicos.

E como mercadoria, tanto para seu uso direto ou como parte de praticamente todas as outras mercadorias, a eletricidade carrega consigo as relações de exploração do trabalho



típicas do capitalismo, mesmo que estas relações estejam ocultas, aparecendo como relações entre coisas e não como uma relação social definida entre homens. Marx (1997), ao examinar o capitalismo, mostrou como as relações de desigualdade estrutural entre pessoas aparecem como meras relações entre coisas. O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, toda uma estruturação do poder, a presença de classes sociais, sua organização e desigualdade estrutural.

Porém, a construção de grandes barragens e a energia elétrica gerada, assumem características peculiares como *mercadoria*, que confere um caráter muito mais contraditório nesta produção, do que a maioria das demais mercadorias existentes. Oswaldo Sevá assim descreve algumas das contradições formadas a partir das grandes barragens:

As mega-obras são campos de ação dos interesses de classes e de grupos sociais, cenário de disputas de oportunidades de lucros e de exercício do poder em âmbito extra-local e extra-nacional, por causa da cadeia financeira e produtiva da obra e nas suas duas pontas – a de fornecimento durante a construção e a de despacho de eletricidade depois de pronta e operacional, ou seja, na etapa de realização da mercadoria a ser produzida. (2005 p. 285).

Neste capítulo, analisamos a construção de barragens no contexto do sistema capitalista no Brasil, procurando entender os fatos que estabelecem determinadas relações sociais com os atingidos, resultando no Movimento dos Atingidos por Barragens com as características próprias que este se apresenta. De imediato, apontamos três questões concretas e objetivas que nos parecem constituírem as principais contradições em que os trabalhadores atingidos estão colocados frente às barragens e sobre as quais o MAB tem agido de forma consciente. Aqui as apresentamos de forma sintética. Os elementos para compreendê-las estão colocados nos próximos tópicos.

A primeira destas questões, que têm marcado a luta dos atingidos, diz respeito ao antagonismo entre a expansão capitalista e seu caráter produtivista, e a manutenção da integridade do meio ambiental, dos modos de vida diversos e territorialidades distintas. Uma das principais contradições do setor elétrico brasileiro atual reside, exatamente, no fato de que o aumento da capacidade instalada e de disposição de energia elétrica significa, diretamente, o êxodo rural, retirada dos meios de vida e do local de moradia de comunidades ribeirinhas e tradicionais, e graves danos ao meio ambiente. De fato, as hidrelétricas se inserem numa

lógica de ocupação do território que busca ampliar as oportunidades de acumulação para o capital, numa conexão entre conquista política e colonização cultural. Segundo Sevá, quando uma barragem chega em uma determinada região:

A nova lógica é o assalariamento de grandes contingentes. Em poucos anos, temos já os ingredientes básicos de uma sociedade organizada a partir das empresas capitalistas e entorno delas. Qualquer que fosse a sociedade que ali vivia antes disto virou o quê virou. (SEVÁ, 2005 p. 285).

A segunda questão, diz respeito há uma visão estruturante da construção de barragens no Brasil, imanente ao modelo capitalista que estas estão inseridas. Trata-se da busca incessante do capital pela redução dos custos e maximização dos lucros. No caso das barragens, isso se traduz na redução dos “custos das obras às custas do custo social”. A própria Comissão Mundial de Barragens, composta também por empresas construtoras de barragens, governos e agentes financiadores como o Banco Mundial, que realizou estudos de caso em várias hidrelétricas pelo mundo, concluiu em seu relatório final que:

A base e conhecimento indica que é provável que os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos. (CMB, 2000 p. 12).

A redução de custos e maximização de lucros na construção de hidrelétricas encontra uma margem de possibilidades limitadas na aquisição do cimento necessário, das máquinas e equipamentos, e do pagamento dos operários etc. A margem de economia nestas questões é limitada pelo tempo mínimo socialmente necessário para reproduzi-las. Sem observar esta regra básica do sistema capitalista, simplesmente estas questões não existem e a barragem não se faz. Já com as populações que serão afetadas e o meio ambiente que será destruído, a margem de gastos é indeterminada *a priori*, podendo inclusive chegar a zero, ou próxima a zero, como o foi em inúmeras barragens. Sendo os custos sócio-ambientais iguais a 0%, 5%, 10% ou 90% do custo total da obra, a represa, a princípio, é construída sem problemas, somente com os custos da quantidade de trabalho embutida nos insumos necessários e o tempo gasto para a montagem do barramento.

Utilizando o sentido figurado, podemos exemplificar esta situação com um hipotético alfaiate que produz ternos. Ora, se este sujeito roubar o tecido, poderá fazer ternos a um custo

muito mais barato. É exatamente isto que ocorre em grande escala na construção de barragens. Sevá chega inclusive a comparar a construção de hidrelétricas, com o processo histórico descrito por Marx, em que o cercamento dos campos na Europa e o saque de metais preciosas na América, resultou no acúmulo de riquezas responsável pelo ponta-pé inicial no ciclo de acumulação de capital:

Informação privilegiada, desigualdade notável nas negociações, poder de fogo, estas são marcas de um processo conhecido como acumulação primitiva, com os métodos típicos da expropriação de bens materiais e simbólicos das pessoas e das comunidades. (SEVÁ, 2005 p. 285).

Numa hidrelétrica a população é vista como um problema, um obstáculo a ser removido para “liberar a área”. Não são poucos os engenheiros envolvidos na construção de barragens que utilizam a expressão “limpar o terreno” como sinônimo de “relocação de população”. Neste processo de “limpeza”, quanto menor for o gasto, maior será o resultado financeiro do empreendimento. Apesar de avanços recentes na legislação, extremamente limitados quanto à garantia de direitos de reparação e a obrigatoriedade de mitigação de impactos ambientais, sociais e culturais em grandes barragens – que têm uma contribuição relativa no aumento dos custos das hidrelétricas - percebe-se que o único fator determinante efetivamente significativo no aumento destes custos é a própria ação organizada e a resistência das populações atingidas por barragens.

A terceira e última questão que levantamos neste espaço, tem marcado a luta recente dos atingidos por barragens na tentativa de dar uma amplitude à realidade da questão energética no capitalismo, envolvendo diretamente amplas camadas da classe trabalhadora no seu questionamento direto. Trata-se da contestação do preço que os brasileiros pagam para ter luz elétrica em suas casas, o qual tem empobrecido ainda mais os trabalhadores que despendem parcela significativa de sua renda para pagar a conta de luz. A contradição que está posta nesta questão refere-se a um paradoxo: como é possível o Brasil possuir sua geração de energia elétrica baseada majoritariamente na fonte mais barata existente, que é a fonte hídrica e, ao mesmo tempo, distribuí-la aos trabalhadores com uma das mais caras tarifas do mundo?

Como vimos, as contradições estão colocadas. Enquanto para o setor elétrico a produção de cada vez mais energia é um pressuposto inquestionável, para o MAB e os

atingidos, o que é inquestionável é o direito a sua terra, a casa, ao seu trabalho, ao seu rio, ao seu modo de vida, a condições de existência digna para todos, num ambiente limpo e saudável.

### **3.1 - A INDÚSTRIA DE BARRAGENS.**

A construção de barragens está envolta numa ampla cadeia de produção, englobando múltiplos interesses, que podemos classificar como uma *grande indústria*, que atinge dimensões globais. Oswaldo Sevá denomina o processo de construção de uma barragem como um “surto de acumulação capitalista” (2005 p. 285). Vários são os setores empresariais com interesses diretos na construção de mais usinas hidrelétricas. Em primeiro lugar, destacam-se as indústrias de grandes equipamentos para geração e transmissão de energia elétrica a partir de barragens<sup>10</sup>, como as turbinas, produzidas em sua maioria, por empresas multinacionais como a Siemens.

As empresas de construção civil, estas em sua maioria de capital nacional, constituem no Brasil um poderoso cartel no setor de obras de grande porte. As chamadas empreiteiras possuem forte poder de pressão política sobre os agentes estatais, e monopolizam os contratos para construção de grandes obras nos mais variados setores, não só na energia, mas também na infra-estrutura de estradas, pontes, viadutos etc. Entre elas, destacam-se as empresas Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez, entre outras, estas três no rol das maiores construtoras de hidrelétricas do mundo. Junto às empreiteiras, atuam uma gama de empresas voltadas à elaboração de projetos, estudos de inventário e viabilidade, consultoria, intermediação de mão-de-obra e obras de engenharia menores ligadas às hidrelétricas, tais como o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), a Engevix Engenharia, Themag Engenharia etc. Outro grupo empresarial de interesse na construção de grandes barragens é o setor financeiro, pela grande soma de recursos envolvidos nas obras, o que demanda numerosas operações financeiras de crédito com retorno garantido pelo estado brasileiro. O Banco Bradesco possui sociedade em empreendimentos hidrelétricos, e forma junto com a Votorantin

---

<sup>10</sup> Há um forte *lobby* das corporações de equipamento para hidrelétricas junto ao governo brasileiro e empresas como a Eletrobrás, sendo que um dos resultados deste *lobby*, é que até hoje, a falta de investimento em pesquisa de equipamentos adequadas para a expansão da geração de eletricidade através dos ventos e do sol, constitui um dos principais entraves para o desenvolvimento deste tipo de produção de energia no Brasil.

e a Camargo Correa o grupo VBC, a frente de várias UHEs. Estima-se que 30% da dívida externa do Brasil é resultado de empréstimos no exterior para a construção de barragens.

A produção de cimento é outra importante beneficiada pela indústria de barragens. O poderoso grupo Votorantin, que monopoliza a produção nacional com participação de 39,46% em 2006, comumente é visto como parte acionária de empreendimentos hidrelétricos pelo país<sup>11</sup>. O consumo de cimento na construção de uma grande barragem significa lucros astronômicos para esta empresa. Somente a UHE de Tucuruí é uma obra de engenharia feita com oito milhões de m<sup>3</sup> de cimento, 42% da produção anual brasileira, estimada em 19 milhões de m<sup>3</sup> em 2006. A UHE Itaipu, quando da sua inauguração em 1984, havia utilizado até aquele momento 12 milhões de m<sup>3</sup> de cimento. Dado estes números, pode-se concluir que, a construção ou não de barragens, representa fator determinante na lucratividade da indústria de cimento e pode significar a existência ou o fechamento de fábricas desta mercadoria.

Além do interesse direto pelo fornecimento de um dos principais insumos para a construção de barragens, a indústria de cimento é considerada eletrointensiva, por necessitar de grande quantidade de energia elétrica para sua produção. As empresas eletrointensivas se caracterizam pela produção de mercadorias de alta densidade energética. Fora o cimento, as eletrointensivas abrangem mais cinco ramos: siderurgia, papel e celulose, ferroliga, alumínio e petroquímica. A maior parte destes produtos é voltado para exportação. Conforme afirma Célio Bermann (2004), estes seis ramos consomem juntos aproximadamente 20% da energia elétrica produzida no Brasil, ou 45% da soma total do consumo industrial. Entre as empresas que controlam estes ramos industriais, da qual interessa energia elétrica abundante e barata, temos a Alcoa, Aracruz, Bunge, Camargo Corrêa, Cia. Vale do Rio Doce, Gerdau e o Grupo Votorantim. Todas, com participação acionária em inúmeros projetos de barragens no país.

A produção da indústria eletrointensiva no Brasil está fortemente voltada para a exportação e tem baixo valor agregado, gerando poucas divisas ao país, além de possuir pequena capacidade de geração de emprego. O produto eletrointensivo mais emblemático e que mais traz prejuízos econômicos, sociais e ambientais ao Brasil é o alumínio. Esta

---

<sup>11</sup> Em 2006, a Companhia Brasileira de Concreto, sob controle acionário da Camargo Correa – outra empresa envolvida intensamente na indústria de barragens -, registrou participação de 7% na produção nacional de cimento. A Companhia Itambé Cimentos, uma das empresas que assumiu o controle acionário da UHE de Itá, após a privatização, registrou participação de 2,26% na produção nacional de cimento no mesmo ano.

mercadoria é produzida por um sistema de eletrólise, onde a bauxita refinada passa por uma corrente elétrica da ordem de 80 a 150 mil ampéres. A produção de alumínio consome 8,8% de toda energia elétrica consumida no setor industrial, e 3,6% da energia elétrica produzida no Brasil (BERMANN, 2004 p. 15). Alguns autores apontam em até 9% o total da energia elétrica brasileira integrada ao alumínio nas diversas fases do processo de beneficiamento. Da produção de alumínio, apenas 28,6% se destina ao mercado interno, e 71,4% são exportados.

Segundo Bermann, o alumínio só se viabiliza para a exportação, devido à participação direta de fundos públicos que subsidiam a produção. Somente a Eletronorte, empresa estatal deficitária, registrou acúmulo de perdas de cerca de 200 milhões de dólares ao ano, graças ao fornecimento de energia elétrica da UHE Tucuruí a preços preferenciais para as fábricas Albrás, instalada em Barcarena / PA, e a Alumar, em São Luis / MA, justamente os dois maiores consumidores individuais de energia elétrica do Brasil. De 1983 até 2004, o subsídio direto a estas multinacionais alcançou cerca de US\$ 5 bilhões (2004 p. 40).

Com o processo recente de privatização, novas empresas passaram a visar a construção de barragens no Brasil, entre elas o conglomerado franco-belga *Suez-Tractebel* que assumiu o controle sobre a parte de geração da Eletrosul e possui outras barragens pelo país como Cana Brava, em Goiás. O principal ramo empresarial do grupo Suez-Tractebel é o comércio de água e o serviço de saneamento básico. Seu ramo de energia, com nome-fantasia de *Tractebel Energia* já é o maior investidor privado em barragens no Brasil, assumindo o controle estratégico de importantes cursos d'água no país.

Nesse sentido, percebe-se que a construção de barragens movimenta múltiplos interesses, de diversos setores empresariais. O Paraguai, país vizinho ao Brasil, é um bom exemplo do sentido irracional que a indústria de barragens pode atingir. Somente a produção que lhe cabe pela sociedade na UHE Itaipu (50% da energia gerada) é suficiente para o atendimento de toda a sua demanda nacional de energia elétrica, e ainda sobra eletricidade para ser vendida ao Brasil. Atualmente a venda de energia ao Brasil é feita a preço de custo, sem qualquer ganho econômico significativo ao Paraguai. Mesmo assim, a indústria de barragens continua a se desenvolver no país vizinho. Além de Itaipu, outras UHEs estão instaladas, como a UHE Yaciretá na divisa com a Argentina e grandes barragens continuam a ser planejadas e construídas, como a UHE Corpus.

O sentido irracional da construção de mais e maiores barragens no Brasil, a partir da pressão dos grupos diretamente interessados nos lucros advindos desta atividade econômica, se evidencia no *lobby* contrário a alternativas que estão colocadas ao país para gerar e racionalizar o consumo de eletricidade. Uma destas alternativas que evitaria a construção de mais hidrelétricas, é a redução da perda técnica de energia na transmissão, considerada alta no Brasil em comparação aos padrões internacionais. Esta economia poderia vir da otimização de equipamentos e investimentos em formas de transmissão e distribuição mais eficientes. Investimentos estes mais barato e menos impactante que a construção de novas barragens. Bermann aponta também que seria possível chegar próximo às metas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo Lula em 2007, repotencializando as UHEs com mais de 20 anos, o que poderia adicionar no curto prazo, mais 8 mil megawatts ao estoque de energia gerada hoje, o que atenderia grande parte dos 12,3 mil Mw previstos pelo PAC.<sup>12</sup> Porém, estas alternativas diminuiriam as possibilidades de acumulação dos setores empresariais envolvidos na indústria de barragens, assim como, poderiam significar problemas à margem de segurança para ampliação da produção eletrointensiva voltada á exportação, logo, não são de interesse do capital.

### **3.2 - O PAPEL DO ESTADO NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL NO SETOR ELÉTRICO.**

O aparelho do estado na sociedade capitalista constitui um dos principais elementos de organização e mediação dos conflitos existentes. Em nosso tempo, o resultado das ações do Estado tem sido, na quase totalidade, para o atendimento dos interesses da classe capitalista. Porém, há uma tensão criada entre a dominação de classe pura e simples, através de mecanismo de *persuasão* e *coerção*; e a necessidade do Estado transparecer ideologicamente acima de interesses particulares, como árbitro entre indivíduos contratando livremente entre si. A idéia de representante dos “interesses da sociedade em geral”, atribuído ao Estado, tem que penetrar com força no *senso comum*, a fim de criar legitimidade para manter a estrutura de poder vigente. Por isso até, os interesses dos setores dominados de alguma forma precisam ser levados em conta. Nesse sentido entendemos o Estado não como um bloco monolítico, mas imbuído de contradições.

---

<sup>12</sup> [http://www.agenciartamainor.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=14062&editoria\\_id=3](http://www.agenciartamainor.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14062&editoria_id=3)

Fato é que, a classe dominante por meio do poder econômico que dispõe, instrumentaliza o aparelho estatal – em todas as suas esferas - em favor dos seus interesses imediatos, que resultam num processo de valorização do capital. Esta valorização traduz-se pela existência de uma relação de complementaridade entre os interesses de classe da burguesia e a atividade estatal. A ação do estado na economia se caracteriza pela tentativa de planejar e racionalizar o sistema, harmonizando o conjunto dos interesses privados dentro do sistema capitalista, sempre no sentido de mantê-lo e reforçá-lo. Por seu caráter contraditório, o Estado precisa buscar a harmonização também aqueles interesses contrários ao capital. Nesse sentido, no ponto de vista da classe dominante, quanto menos o Estado incorporar nas suas atividades os interesses contrários à lógica de acumulação, maior será sua racionalidade e eficiência.

Célio Bermann afirma, igualmente, que o setor elétrico brasileiro expressa o caráter classista do Estado e a opressão estabelecida sobre a classe trabalhadora. Quando analisa os problemas relativos à questão energética num momento anterior ao processo de privatização, em que o Estado brasileiro controlava a construção de barragens e distribuição de energia, Bermann chega a seguinte conclusão:

Há de se concordar com a análise (...) quanto ao caráter classista dos tipos de conflitos em jogo. Os conflitos salariais que tem marcado os movimentos dos eletricitários, ou os conflitos decorrentes dos reassentamentos compulsórios que atingem as populações ribeirinhas – via-de-regra acompanhados por compensações financeiras irrisórias, ou mesmo inexistentes – para aqui citar alguns dos confrontos envolvendo o setor elétrico brasileiro, demonstram que seus protagonistas têm em comum o fato de estarem excluídos da forma-mercadoria, seja através da não-valorização do seu trabalho para os primeiros, seja através do não-reconhecimento e valorização das bases materiais e culturais de existência dos “trabalhadores atingidos”. (BERMANN, 1991 p. 215).

Somente com este entendimento do papel do Estado, dentro de relações de classe, é que podemos compreender o que se sucede no setor energético brasileiro. A construção de grandes barragens no Brasil intensifica-se na década de 1970, quando num contexto de urbanização e industrialização aceleradas há o aumento da demanda por eletricidade e, emerge um forte setor empresarial interessado na ampliação em grande escala da disponibilidade de energia elétrica e na possibilidade de aumento de lucros com o acesso a fundos públicos,



através de investimentos estatais de grande porte na economia. Este setor converge com a existência no Brasil, de um Estado autoritário, ainda com o viés estatizante herdado do populismo, que apostava nas grandes obras de infra-estrutura como alavancas do crescimento econômico. Dessa forma, o Estado brasileiro assume a função de planejamento centralizado e contratação direta das várias fases do processo de execução e construção de barragens.

Dois exemplos concretos do papel do Estado na valorização do capital privado no setor elétrico neste período, encontramos em Lúcio Flávio Pinto (2005 p. 97-100). O primeiro diz respeito a 1975 até 1984, quando a UHE Tucuruí começou a ser construída e foi inaugurada. Neste tempo, o dono da construtora Camargo Corrêa, principal empreiteira da obra, mais que dobrou sua fortuna pessoal, entrando para o restrito grupo dos brasileiros bilionários da época, da qual faziam parte apenas Antônio Ermírio de Moraes e Roberto Marinho. O feito deu-se graças às 29 vezes que o contrato de construção da barragem foi aditado, mais que dobrando os custos da obra, que nas estimativas da Comissão Mundial de Barragens ficou em US\$ 7,5 bilhões, sem contar as linhas de transmissão, a construção das eclusas e a segunda etapa da obra só concluída em 2006, da qual a Camargo Corrêa também foi a principal empreiteira.

O segundo exemplo versa sobre a transferência de tecnologia eletrointensiva, quando da vinda de técnicos japoneses ao estado do Pará logo após a crise do petróleo na década de 1970. A missão dos técnicos era estudar a viabilidade de implantação da indústria de alumínio no norte do Brasil, em regime de urgência. Dependente em 80% do petróleo para produzir eletricidade, o Japão estava consciente de que não poderia mais produzir bens industriais de alta demanda energética, sobretudo o alumínio, o mais eletrointensivo de todos. Por isso, as 46 fábricas de alumínio em território japonês foram fechadas e reabertas em outros lugares. A maior delas, foi instalada nos anos 1980 nas proximidades de Belém do Pará. Segundo Pinto, amplas negociações foram mantidas entre Tóquio-Brasília, que resultaram num “pacote completo” de facilidades às empresas japonesas, que não precisaram gastar seu capital, já que o governo brasileiro assumiu todos os custos, tanto de construção da UHE Tucuruí para o fornecimento da energia, como de obras de interesse direto da unidade que fornece hoje 15% do alumínio consumido no Japão, como o porto para escoamento e até mesmo a vila residencial da fábrica. Porém, o mais impressionante são os subsídios na conta de energia fornecida às fábricas de alumínio, que segundo as cláusulas do acordo, não podem ultrapassar

20% do custo médio da tonelada de alumínio vendida no mercado internacional, o que resulta muitas vezes, em venda de energia elétrica abaixo do custo de produção, caracterizando transferência de renda direta e permanente do Brasil dependente, às empresas do Japão desenvolvido.

Os exemplos comprovam na prática, a constatação de Gonçalves Jr. (2002 p. 232-233). Segundo ele, competia ao Estado brasileiro, financiar a implantação dos empreendimentos, contratar os serviços de consultoria e de construção, organizar as empresas, capacitar o pessoal técnico, desenvolver pesquisas aplicadas ao setor, bem como planejar, coordenar, operar e dar manutenção a todo o sistema de produção, transmissão, distribuição que estavam a cargo de empresas estatais. Nesta estrutura, Gonçalves Jr. utiliza o sentido figurado para localizar as maiores taxas de lucratividade para o capital neste período, segundo ele a *montante* e a *jusante* da indústria de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A *montante*, com a construção das grandes hidrelétricas, linhas de transmissão, subestações e o sistema de distribuição em expansão diante do crescimento urbano e industrial. A indústria elétrica pesada mantinha seu parque funcionando a plena capacidade, as empresas de consultoria, com a expansão do sistema realizava estudos e projetos definindo a quantidade de demanda de máquinas, equipamentos, de construções e de serviços. Estes ultrapassavam o campo da indústria elétrica, atingindo, por exemplo, a grande indústria de máquinas e de equipamentos empregados na construção civil, entre outras. Paralelamente as empreiteiras seguiam com uma grande quantidade de obras em execução.

A *jusante*, a valorização do capital se dava num processo onde uma maior oferta de energia elétrica possibilitava expansão do parque industrial com tarifas subsidiadas e a instalação no país das indústrias eletrointensivas. A fabricação de eletroeletrônicos se amplia com o aumento dos domicílios atendidos. Com maior oferta de eletricidade a indústria de equipamentos de uso finais de energia tem atendido os objetivos de expansão e lucratividade.

Percebe-se que a disponibilidade de energia elétrica abundante no mercado, através do papel cumprido pelo Estado na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; enquanto o setor privado se localizava nas fases de concepção e construção das grandes barragens e na utilização de energia barata, era estratégico do ponto de vista da valorização do capital. Dificilmente o setor privado teria condições de arcar com os custos dos pesados

investimentos nas grandes hidrelétricas que, demandando tempo de retorno a longo prazo, ficaram nas mãos do Estado. Ao mesmo tempo, a oferta confiável de eletricidade barata, um insumo essencial à produção moderna, propiciou à iniciativa privada se localizar nas atividades de menor tempo de rotação do capital e com maiores taxas de lucratividade.

Porém, a necessidade estrutural de expansão constante do capital faz com que este modelo se esgote. A partir da década de 1990, com o advento do período de privatização e quebra de monopólios estatais nos setores estratégicos, as áreas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, passam aos poucos para o controle privado. A reestruturação produtiva a nível mundial atinge o setor elétrico brasileiro. Apesar da maior parte das barragens já construídas permanecer nas mãos do Estado, os novos empreendimentos a partir da segunda metade da década de 1990, são privados ou feitos por consórcios de empresas públicas com a iniciativa privada, onde esta última é majoritária. A transmissão de energia elétrica, de custo mais oneroso num país de dimensões continentais, permanece ainda praticamente toda nas mãos do Governo Federal. Já a maioria das empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil são privatizadas.

Das empresas estatais construtoras de barragens – Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Itaipu – sob o controle da Eletrobrás, apenas a parte de geração da Eletrosul é privatizada, porém, todas, abandonam progressivamente sua missão de buscar o “desenvolvimento” nas regiões em que atuam, para voltarem-se a busca simples de lucro, num ambiente aberto pela competição resultante do ingresso no mercado brasileiro de construção de barragens, de empresas privadas como a Suez-Tractebel e várias empreiteiras e indústrias eletrointensivas que passam a assumir diretamente a propriedade privada sobre as novas barragens. Importante destacar que apesar da abertura da possibilidade de construção de barragens diretamente pela iniciativa privada, que efetivamente a realiza majoritariamente a partir da segunda metade da década de 1990, o papel do Estado na valorização do capital continua primordial, já que “controle privado” em se tratando de barragens não é sinônimo necessariamente de “investimentos privados” na sua construção. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é que tem garantido os recursos necessários à iniciativa privada, através do repasse de fundos públicos a juros baixos para a construção de hidrelétricas.

Na nova configuração que a construção de barragens atinge a partir da década de 1990, amplia-se a importância de setores de autoprodução no setor elétrico. Estes, reúnem basicamente as empresas eletrointensivas que, ao necessitarem de muita eletricidade passam a construir grandes barragens para uso particular. Desta característica, que numa visão superficial pode soar como diminuição do papel do Estado já que se afasta da construção direta de barragens, significa na verdade um aprofundamento da condição de agente para valorização do capital.

A construção de grandes barragens para fins particulares significa a apropriação direta de bens públicos, o potencial hidráulico, os rios e a água na área do empreendimento. Mas o mais impressionante é a manutenção pelo Estado, do instrumento jurídico de desapropriação dos atingidos por interesse coletivo, quando declara de “utilidade pública” parte do território para um empreendimento econômico, onde só existirá “utilidade privada” do capital. Se antes, as barragens serviam ao “interesse público” por prover eletricidade para a coletividade, agora nem sequer há o provimento de eletricidade para a coletividade, já que a produção total de uma hidrelétrica de autoprodução, pode destinar-se a um, dois, três agentes privados somente. A situação deriva de uma lógica envolta em tamanho absurdo, que seria o mesmo que o estado brasileiro passasse a desapropriar aleatoriamente áreas no campo e na cidade, para a construção de uma fábrica em particular, de um centro de compras, ou para a construção da mansão de um milionário. Utilizando o princípio jurídico da “utilidade pública”, desapropriasse judicialmente a área, para evitar que o investidor despenda tempo e dinheiro na negociação amigável e compra da área onde pretende implantar sua obra privada.

Na UHE Barra Grande construída no Rio Pelotas, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, algo próximo a isto aconteceu. A multinacional de alumínio Alcoa em associação com a subsidiária do grupo Votorantim, Companhia Brasileira do Alumínio – CBA, além de outros acionistas, construíram uma barragem gigantesca na modalidade de autogeração, utilizando financiamento do BNDES. Milhares de famílias, que desenvolviam inúmeras atividades de relevância econômica, cultural e social na área atingida tiveram seus interesses vistos como particulares, corporativos e hostis ao desenvolvimento. Enquanto que os proprietários norte-americanos da Alcoa e o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, tiveram seu interesse particular considerado pelo Estado brasileiro como “interesse público”.

O procedimento legal de desapropriação de terras por “utilidade pública” foi instituído ainda na época do Estado-Novo, a fim de atender demandas de interesse do desenvolvimento econômico e social, e sob argumentação em torno do bem-estar e do interesse geral da nação. Como a definição do que realmente atende ao bem-estar e o interesse geral da nação é prerrogativa que pela lei, cabe ao poder executivo, há uma relação por si só antidemocrática. Caso haja viabilidade e interesse para a construção de uma barragem em um determinado local, as áreas ribeirinhas são declaradas de utilidade pública e, portanto, passível de desapropriação judicial. Pela lei em vigor, ao judiciário é vedado o questionamento da validade e aplicação do conceito de utilidade pública, cabendo a este poder e aos cidadãos questionar a aplicação da lei no que diz respeito à viabilidade técnica e observação de critérios legais, como a lei ambiental, por exemplo, mas não questionar se o empreendimento atende ou não aos interesses de desenvolvimento do país. Neste processo, o Estado pode depositar judicialmente o valor das áreas a serem desapropriadas, de acordo com a definição de seus técnicos, cabendo ao expropriado recorrer judicialmente em relação ao valor oferecido, em processos jurídicos que demoram anos, senão décadas. Ao declarar como urgente, um procedimento expropriatório, o Estado pode assumir a posse imediata da área, não cabendo aos atingidos qualquer alternativa nos meios oficiais, a não ser aguardar decisão da justiça quanto ao valor depositado em juízo pelo Estado.

Se no processo desapropriatório dos atingidos feito pelo Estado em nome da “coletividade” já há uma relação antidemocrática, por não possibilitar a participação da sociedade na definição do que realmente representa bem estar e interesse geral; a desapropriação para fins específicos privados demonstra o nível de radicalidade que o controle de um classe sobre o aparelho de Estado pode atingir, para efetivar seus interesses imediatos e ampliar sua possibilidade de exploração da classe dominada.

Ao verificar o papel do aparelho estatal na construção de barragens, seja no período em que assumia diretamente as obras, seja na atual conjuntura de privatizações ou no apoio aos autogeradores, verifica-se que o Estado mais do que nunca, encaixa-se na definição marxiana de “comitê gestor dos interesses da burguesia”, pelo seu papel primordial de defesa dos interesses de classe e valorização do capital.

### 3.3 – ENERGIA ELÉTRICA: DE SERVIÇO PÚBLICO PARA SIMPLES MERCADORIA.

No momento em que o capital esgota suas possibilidades de expansão da taxa de lucratividade através do modelo estatal de construção de barragens, a reestruturação produtiva atinge o setor elétrico brasileiro ampliando as possibilidades de acumulação embutidas na *eletricidade* como *mercadoria*, gerando novas formas de exploração e inúmeras contradições.

Até então, a construção de barragens no Brasil se organizava com base na premissa de possibilitar energia elétrica abundante e barata para o “desenvolvimento” econômico do país. A acumulação de capital, como vimos no tópico anterior, dava-se a *montante* e a *jusante* da construção de hidrelétricas, ou seja, na concepção, construção, venda de equipamentos etc; e no uso e desenvolvimento das potencialidades capitalistas a partir da energia. Desse modo, as tarifas estabelecidas nas contas de luz, davam conta dos custos de operação, manutenção, além da amortização e depreciação dos equipamentos mais a parcela correspondente à remuneração do capital investido. Já que a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estavam nas mãos do Estado, a estrutura tarifária foi construída para não gerar acumulação, mas sim, para garantir os pagamentos das atividades necessárias à manutenção e expansão do sistema.

Ocorre que os anos 1990 e 2000 caracterizam-se por um baixo crescimento na economia, impondo limites à expansão capitalista na construção de barragens, a partir somente da acumulação nos setores tradicionais. Como o capital tende estruturalmente à expansão, pois a não expansão permanente é sinônimo de crise, novas formas de acumulação são buscadas e a solução encontrada consiste na transformação da energia elétrica em si, como a principal forma de valorização do capital no setor elétrico.

Mecanismos característicos da reestruturação produtiva em curso foram aplicados ao setor elétrico brasileiro, resultando no aumento das taxas de lucratividade a partir da mercadoria *eletricidade*. Em primeiro lugar, a privatização atinge a quase totalidade das empresas de distribuição de energia elétrica, várias barragens ou projetos de barragens, além de abrir caminho para a construção de UHEs diretamente por empresas privadas, ou em consórcio destas com as estatais. Em segundo lugar, o setor elétrico nacional em todas as suas esferas, abandona oficialmente o papel de indutor do “desenvolvimento” a partir da oferta de energia abundante e barata, e passa em sua totalidade a visar o lucro. Nas empresas privatizadas, por sua própria natureza, e nas estatais que agora, além de enfrentarem

concorrência, também precisam obter resultados financeiros positivos em grande escala para contribuir na geração do chamado *superávit primário*, a fim de pagar os juros da dívida pública, valorizando desta forma, diretamente o capital privado. Em terceiro lugar, ocorre uma ampliação da taxa de exploração do trabalho no setor elétrico, por meio de demissões em massa e redução dos salários dos trabalhadores. Segundo Gonçalves Jr., em 1995 o setor elétrico brasileiro empregava 172.693 trabalhadores e ao final de 2002 havia apenas 94.175<sup>13</sup>. Verificou-se um processo de intensificação do ritmo de trabalho, pois a força de trabalho empregada passou a atender a um maior número de consumidores por trabalhador e a produzir e vender mais energia por trabalhador. Em 1995 eram 221 consumidores de eletricidade por trabalhador e a energia vendida e produzida era de 1.442 Mwh/ano/trabalhador. Em 2002 passaram a ser 547 consumidores por trabalhador e a energia produzida e vendida atingia a quantia de 3.084 Mwh/ano/trabalhador (2002 p. 214).

Além dos ganhos de produtividade e maior lucratividade advindas da reestruturação produtiva, a energia elétrica produzida a partir de grandes barragens assume características especiais que tem possibilitado ainda mais lucros. Segundo Gonçalves Jr., os sistemas hidráulicos, apesar de serem intensivos em capital fixo para sua implantação, têm um custo de capital circulante muito baixo. Seu combustível é a água, sem custo frente a qualquer outro tipo de combustível como o gás natural, carvão, petróleo, biomassa, elementos físséis etc, que para serem utilizados, requerem toda uma cadeia produção, transporte e armazenagem, que na maioria das situações, são bastante complexas e intensivas também, em energia.

As grandes barragens duram por muito tempo, sendo três quartos de seus custos, aproximadamente, representados por investimentos em terrenos e obras civis, de duração ilimitada. Mesmo os seus equipamentos eletromecânicos têm também vida útil relativamente longa, em torno de setenta anos, somente após os quais precisam ser substituídos. Deste modo, a vida útil longa das grandes usinas hidrelétricas e sua independência de consumo de combustíveis permitem que, ultrapassada a fase da amortização dos investimentos, elas possam continuar produzindo indefinidamente, a custos quase nulos, somente pagando sua

---

<sup>13</sup> Avaliamos que estes números não devem incluir os operários envolvidos na construção de barragens, mas somente o quadro permanente das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

operação e manutenção, que demanda pouquíssimos funcionários<sup>14</sup>. Trata-se, portanto, de uma realidade muito diversa da situação de usinas térmicas, que precisam ser reconstruídas aproximadamente a cada 25 anos e que dependem permanentemente de gastos com combustíveis. Além disso, a produção das UHEs com investimentos já amortizadas vem sendo designada recentemente como "energia velha". Sua existência reduz custos de produção e representa importante vantagem comparativa para quem possui o controle de tais hidrelétricas. Estas características são um dos pontos que, juntamente com a não contabilização dos custos sociais e ambientais, fazem das barragens a fonte de energia elétrica comparativamente mais barata existente nos dias de hoje.

Por esta característica da produção de energia a partir de barragens, mais os ganhos de produtividade advindos da reestruturação produtiva, por si só, seriam capazes de, mantidos os níveis tarifários da época do setor estatal, gerar um aumento de lucratividade ao capital privado que assumiu o setor. Porém, a expansão das possibilidades de acumulação, em se tratando de eletricidade, não pararam por aí.

Ora, a energia elétrica possui um tempo de circulação muito reduzido, não é possível armazená-la, a não ser através de água nas barragens. O ato de produção de eletricidade é ao mesmo tempo o ato de transmissão. A energia elétrica possui consumidores cativos, pois a empresa de distribuição recebe concessão oficial para atuar em determinada área, não sendo possível à escolha para a maioria dos consumidores<sup>15</sup>, de qual empresa desejam comprar energia. Tem-se um monopólio praticamente total, a eletricidade é uma mercadoria sem similar nos espaços de venda e absolutamente necessária para a totalidade da sociedade no mundo moderno. Os novos agentes privados que assumiram as barragens e a distribuição de energia elétrica aproveitaram-se destas características para aumentar ainda mais suas taxas de lucratividade e, através de sua atuação política junto ao Estado brasileiro, conseguiram deslocar a tarifa de energia elétrica cobrada dos consumidores residenciais, dos custos reais e do tempo socialmente necessário para reproduzi-la, ampliando as bases para a exploração.

---

<sup>14</sup> A UHE Tucuruí por exemplo, responsável por mais de 10% da geração de energia elétrica consumida no Brasil, emprega somente 180 técnicos na sua operação.

<sup>15</sup> Somente poucas grandes empresas podem participar de leilões para compra de energia. Cerca de 550 costumam fazê-la, entre eles as eletrointensivas, tendo possibilidade de buscar energia elétrica a preços muito mais baixos.



Este processo efetiva-se pela criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que substituí o poder executivo na regulação do setor elétrico e definição das tarifas. A Aneel possui autonomia frente ao estado, seus diretores não são nomeados a partir de eleições, não estando subordinados nem aos Ministros, nem ao Presidente da República e nem ao legislativo para a definição de suas políticas. Tão pouco existe possibilidade de controle público da sociedade civil organizada sobre suas ações, que legitimam-se através da realização de “audiências públicas”, com poder apenas consultivo. A maioria dos seus técnicos e diretores são oriundos das próprias empresas privadas do setor elétrico, e suas deliberações tem claramente favorecido estas empresas. De fato, a Aneel possui diversas modalidades para aumento das tarifas de energia elétrica. Em média, cada distribuidora recebe dois aumentos por ano, quase sempre acima da inflação do período. Os contratos de concessão também prevêem revisões tarifárias de tempos em tempos, geralmente em períodos de quatro anos. Além disso, a criação de encargos especiais para fins variados como a manutenção de termelétricas inativas (seguro anti-apagão) e o pagamento da energia elétrica que as empresas do setor não venderam, por não possuí-la, na época do apagão de 2001, caracterizam formas variadas de exploração e apropriação de riquezas.

Resultado disto, o processo de aumento das tarifas da energia elétrica nos últimos anos atingiu grande magnitude, sentindo especialmente pela classe trabalhadora e pelos mais pobres. Segundo José Paulo Vieira (2005c), os brasileiros pagavam em 2000, R\$ 15 bilhões a mais, por ano, com tarifas de energia, do que quando as empresas eram estatais. Vieira mostra que, entre junho de 1994 e agosto de 2000, o aumento para os consumidores residenciais de 30 Kwh (o menor dos níveis de consumo estabelecidos) foi de 359,44%. Entre 1995 a 2002, a tarifa de eletricidade residencial cresceu 183% e a industrial 130%. A inflação no período ficou em 55,1% segundo o IPC, Índice de Preços ao Consumidor, enquanto que o rendimento médio dos assalariados e trabalhadores ocupados na região metropolitana de São Paulo, aumentou segundo o Dieese e Seade, respectivamente, somente 35,6% e 24,3% no período (VIEIRA, 2005c p. 109).

De 2000 a 2007, os aumentos continuaram ocorrendo, enquanto os custos de produção de eletricidade advindos da sucessiva amortização das dívidas das barragens antigas e dos mecanismo da reestruturação produtiva, diminuiram ainda mais. Soma-se a isso, o papel do

Estado que continua forte no sentido de valorização do capital, especialmente através da ação do BNDES que evita que as empresas privadas despendam somas significativas de seu capital para investimentos no setor. A ação a nível da superestrutura, sobre a Aneel, resulta como já dito, num descolamento da tarifa de energia dos custos relativos ao tempo socialmente necessário para reproduzi-la, de modo que estão abertas as portas para as empresas privadas de energia apropriarem-se de grande quantidade de riqueza diretamente de amplas camadas da população que antes, não estavam sendo exploradas exatamente desta forma.

### **3.4 - A NOÇÃO DE “DESENVOLVIMENTO” NO CAPITALISMO.**

Gustavo Ribeiro, nas suas considerações sobre desenvolvimento, aponta que a abrangência e as múltiplas faces deste conceito “permitem um enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes” (2000 p. 131). Ribeiro acredita também que as variações e tensões presentes na definição do que é desenvolvimento, são representativas da lógica onde atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares num campo de poder político e econômico, sobre quais as formas mais corretas de como se deve proceder com relação a desenvolvimento.

Diferentes atores coletivos estão num esforço permanente de convencer a outros, por meios simbólicos ou materiais, que os seus entendimentos e interpretações (sobre desenvolvimento) são universais. (RIBEIRO, 2000 p. 141).

Desse modo, observamos que um aspecto importante no que diz respeito à construção de usinas hidrelétricas, é à existência de uma certa “ideologia do progresso”, que liga automaticamente as *grandes barragens* com a noção de *desenvolvimento*. Esta ideologia nasce dos anseios da classe dominante e se dissemina na população em geral como *senso comum*, na forma de uma verdade incontestável. Na classe dominante, observadas as diferenças entre setores que no Brasil dos dias de hoje, podemos dividir entre os mais adeptos ao neoliberalismo de um lado, e os setores críticos a esse sistema, conhecidos como “desenvolvimentistas”, a ideologia do progresso é praticamente a mesma.

No primeiro grupo, mais afinado com o controle privado da produção das hidrelétricas, os investimentos em novas obras e a energia produzida nas grandes barragens, criariam mais

riqueza na indústria ao possibilitar a transformação de matérias-primas em mercadorias, produzindo um maior dinamismo no mercado e um melhor desenvolvimento das potencialidades do trabalho, visando à extração ampliada da mais-valia, e conseqüente acumulação de capital. Para tanto, é necessário que a construção de barragens e a própria produção, transmissão e distribuição de energia elétrica sejam definidas através das leis do mercado e da livre concorrência.

Já o segundo grupo, que defende a permanência do Estado com papel importante no controle das barragens, concorda com o papel da energia na produção de dinamismo econômico, e justamente por isso critica os neoliberais que objetivam reduzir a energia elétrica a uma mercadoria como as demais, sem observar adequadamente o valor estratégico desse bem no funcionamento do sistema capitalista como um todo. Nas palavras de Carlos Lessa, intelectual orgânico dos setores desenvolvimentistas do Brasil, a ideologia do progresso se revela:

O macrovetor técnico determinante da produtividade média do trabalho humano é a disponibilidade de energia por habitante. A disponibilidade de energia tem o poder de veto ao crescimento de investimentos produtivos e à ampliação dos suportes materiais do bem-estar. É, isoladamente, o setor mais estratégico para o futuro desenvolvimento das forças produtivas.<sup>16</sup>

Estes dois grupos da classe dominante, por sua condição objetiva na estrutura de produção, são incapazes de perceber a lógica que guia o capital. Prisioneiro do produtivismo, o capital está estruturalmente determinado pela forma de produção capitalista que é, antes de mais nada, uma produção voltada à acumulação. Enquanto em outros modos de produção, o ato social de trabalho tinha como finalidade principal criar valor de uso, para assim satisfazer as necessidades humanas imediatas, o capitalismo desvirtua o sentido do trabalho, fazendo da produção social seu próprio objetivo, afim de criar valor de troca e possibilitar o acúmulo de riquezas. Logo, a produção pela produção, com vistas à acumulação, está dissociado da busca de bem-estar geral, e umbilicalmente ligada à produção de lucro para a classe dominante. Por este ângulo, a ideologia do progresso que se expressa nas grandes barragens é sincera, do ponto de vista da burguesia, porque é indutora do seu objetivo imediato enquanto classe, a acumulação de riquezas. Ao mesmo tempo, esta ideologia é nefasta do ponto de vista da classe

---

<sup>16</sup> LESSA, Carlos. *Energia, vetor fundamental do desenvolvimento*. Artigo. *Jornal Valor Econômico*, 28/09/2005.

trabalhadora, porque expressa uma noção de desenvolvimento que não tem como objetivo imediato e concreto, a garantia de participação nas decisões, trabalho, terra, renda digna, saúde, educação, cultura, lazer, meio ambiente preservado; direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para toda a população, na sua amplitude e em toda sua diversidade.

Diana Antonaz, que escreveu artigo a partir de entrevistas realizadas com especialistas encarregados de dirigir o setor energético no primeiro governo Lula (2003-2006), assim descreve a posição acerca do desenvolvimento, dos técnicos que executam a política energética no âmbito do estado brasileiro:

Os grupos de pessoas que vivem em relação direta com a natureza, e dela retiram seu sustento, não são vistas pelo pessoal das empresas do setor (elétrico) como sociedades particulares (...) nem como detentoras de culturas importantes. Os especialistas, mesmo os de melhor estirpe são tomados pelo ímpeto civilizatório e acreditam honestamente estar levando “desenvolvimento” a comunidades atrasadas. Em momento algum refletem, embora sendo governo, que saúde, educação, estradas e outros direitos deveriam ser garantidos pelo estado em qualquer circunstância. Quando a construção da barragem está em jogo, as obrigações não cumpridas pelo estado se transformam em objeto de barganha, sendo que a contra-partida é a intervenção sem limites delineados na vida dos moradores da região. (ANTONAZ, 2005 p. 164).

Os burocratas do estado, assumindo a função de “ideólogos do progresso”, vêem as regiões atingidas por barragens, como um local a ser transformado para que o capital possa usufruir energia elétrica, e assim a região possa se “desenvolver”. Percebe-se que esta concepção de desenvolvimento expressa um entendimento da história como possuidora de uma lógica interna, de um sentido e de uma direção. Nos parece que a classe dominante, sejam neoliberais ou desenvolvimentistas, junto com seus intelectuais orgânicos e burocratas encarregados de aplicar a partir do Estado, a política energética; são incapazes de considerar as contradições e as clivagens envoltas no desenvolvimento do processo histórico. Nesse caso, o ato de progredir, de ir adiante é igualado automaticamente à melhoria, sem ao menos indagar acerca dos malefícios propiciados aos homens, aos trabalhadores, a terra e a natureza.

Assim, o *desenvolvimento* como categoria “a-histórica” expressa na análise das entrevistas dos técnicos do estado, e como categoria integrante do processo de acumulação, através da função que a classe dominante lhe dá; está disseminada com força no senso comum,

transmutando a ideologia do progresso, própria da burguesia, como uma ideologia de toda a sociedade. Ribeiro fala do “desenvolvimento como uma noção universalmente desejada”, como um conceito com “um rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global” (2000 p. 142).

De fato, na forma como as pessoas em geral vêem o desenvolvimento, este é confundido com o desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas, sejam as máquinas, os inventos, ou as descobertas científicas e tecnológicas. Tudo isto sempre associado diretamente à melhora das condições materiais de vida. Assim, uma sociedade é considerada desenvolvida quando ela é muito avançada tecnologicamente, tem armas sofisticadas, carros de última geração, foguetes espaciais, sistemas industriais com grande utilização da robótica, uma agricultura altamente mecanizada. As outras palavras que normalmente se somam à noção de desenvolvimento no senso comum são industrialismo, industrialização, produtivismo, produção, progresso, modernização etc.

A disseminação da ideologia do progresso como senso comum, também é auxiliado por parte dos sociólogos. Nas teorias da modernização defendidas por cientistas sociais como Parsons, por exemplo, sociedade ou cultura tradicional seriam sinônimo de subdesenvolvimento (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996 p. 197). Para Parsons, a modernização seria a evolução de sistemas sociais com alto grau de diferenciação funcional e estrutural, abrangendo uma complexa divisão social do trabalho e uma racionalidade que produz inovação e crescimento.

A visão predominante no senso comum é em parte verdadeira porque, de fato, uma sociedade que consegue muitas descobertas científicas, modernas e que consegue ter o controle das inovações tecnológicas pode “em tese”, melhorar as condições de vida da população. Ocorre que na maioria das vezes a transformação do avanço tecnológico em melhoria das condições de vida se restringe apenas ao “plano das idéias”. Situado em um mundo capitalista, o avanço científico e tecnológico só se realiza para aqueles que o podem comprar. Assim sendo, parcelas enormes da população continuam excluídas disto, que muitos consideram o “desenvolvimento”. (VIEIRA, 2005a).

Por outro lado, mesmo que todos os frutos de desenvolvimento científico e tecnológico fossem igualmente distribuído, ainda assim, haveria muitas contradições em relação a esta

noção. Não teríamos necessariamente um real desenvolvimento. O século XX nos mostrou que a idéia de produtivismo, por exemplo, coloca para a humanidade um outro conjunto de contradições, isto é, aquelas que dizem respeito à relação homem-natureza. Podemos indicar que a própria forma de exploração dos recursos naturais ao ser pautada pela lógica da busca incessante de lucro, é também incompatível com um desenvolvimento real que signifique a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida da maioria da população. (VIEIRA, 2005a). Como exemplos, temos as práticas econômicas ditas “desenvolvidas” que têm levado a poluição de rios, mares e do ar; a perda da biodiversidade e a extinção de espécies vegetais e animais; a expulsão de milhares de trabalhadores das suas terras e modos de vida para a produção em larga escala, seja de produtos primários no agronegócio ou também, pela construção de barragens para produção de energia que abastecem cidades e indústrias.

Outra idéia, comumente associada a desenvolvimento, é o crescimento econômico. Assim, resguardadas as suas contradições do período neoliberal, a maior parte dos governos do mundo trabalham a busca do crescimento econômico como premissa para o desenvolvimento. Cada vez mais, precisamos produzir mais energia, produzir mais bens de consumo, mais matérias-primas, mais produtos de exportação, abrir mais estradas, construir mega-projetos de infra-estrutura, transposições mirabolantes, barragens colossais, que necessitaram de linhas de transmissão gigantescas até os centros consumidores... Parece-nos que um dia chegaremos a tal grandeza econômica, que seremos enfim, desenvolvidos. Esta noção não leva em conta que o Brasil já foi um dos campeões mundiais de crescimento econômico. Apesar da estagnação que já se estende por mais de duas décadas, crescemos como nenhum outro país do mundo nos primeiros 80 anos do século XX. Mesmo assim, este crescimento não significou melhora geral das condições de vida do povo brasileiro, mas sim, mais desigualdade, mais desagregação social, mais violência, mais miséria e exploração dos trabalhadores.

Por todas estas questões, percebe-se que a noção de desenvolvimento, aparentemente tão consensual e universal, carrega dentro de si um conjunto de contradições e relações sociais de dominação e exploração, bem como, implicações sócio-ambientais que não são necessariamente quantificáveis monetariamente e que possam entrar na lógica do chamado “custo / benefício”.

### **3.5 – CAOS ECOLÓGICO: A REALIDADE DESTRUTIVA DO CAPITAL E O SETOR ELÉTRICO.**

Da ideologia do progresso e do produtivismo, um dos aspectos que mais tem se tornado relevante nos últimos anos, diz respeito ao conjunto de contradições entre o homem e a natureza, como mencionado anteriormente. As mudanças climáticas, o aquecimento global, o esgotamento dos solos e degradação da água, a destruição das florestas e ambientes selvagens, o esgotamento dos recursos naturais, a extinção acelerada de espécies vegetais e animais, a poluição do ar, terra e mar, o acúmulo de rejeitos e substâncias tóxicas de difícil armazenamento, que colocam em risco esta e as gerações futuras; o degelo das calotas polares, o aumento da incidência de furacões, tornados e tempestades de grande intensidade, as secas prolongadas e inundações sem controle; são todas características do momento histórico que estamos vivendo, que se tornam cada vez mais evidentes, e que colocam em xeque o modelo econômico, social e político de sociedade, hegemônico no planeta e, portanto, responsável por tais acontecimentos.

Nunca antes a humanidade esteve em situação tão crítica em relação ao ambiente em que vive. A comunidade científica internacional, resguardando pesquisadores patrocinados por grandes conglomerados multinacionais, já não tem mais dúvidas quanto aos impactos ambientais do sistema econômico em voga. As diferenças surgem quanto ao fato de se o “caos ecológico” eminente, é reversível ou não.

O sistema econômico que está nos levando a este caos ecológico, pode ser associado perfeitamente à atual lógica do setor elétrico nacional, de produção de cada vez mais energia elétrica a partir de grandes barragens, com gigantesco potencial destrutivo sobre o meio ambiente, sem qualquer questionamento em relação as reais necessidades e o uso e controle desta energia. A destruição de ecossistemas diversos, a interrupção do curso normal dos rios, os impactos na qualidade da água, no fluxo dos sedimentos e na reprodução dos peixes; são características das hidrelétricas. A própria Comissão Mundial de Barragens, que funcionou no âmbito das Nações Unidas, deixa claro que as barragens provocam a destruição de florestas e habitats selvagens, o desaparecimento de espécies, redução da biodiversidade aquática, degradação das áreas de captação a montante. Além disso, as barragens provocam impactos cumulativos sobre a qualidade da água e o declínio dos serviços ambientais prestados pelas

planícies aluviais a jusante, ecossistemas de rios e estuários, e ecossistemas marinhos adjacentes. (CMB, 2000 p. 10).

Soma-se a isso, a decomposição da matéria orgânica no solo submerso pelo reservatório, responsável pela má-qualidade da água e fundamentalmente pela liberação de milhares de toneladas de gases tóxicos e gás carbônico e metano, cuja concentração em excesso na atmosfera é responsável pelo efeito estufa.

A Comissão constatou que, das represas estudadas por cientistas até o momento, todas emitem gases que contribuem para o efeito estufa (...) A intensidade dessas emissões varia muito. Dados preliminares do Estudo de Caso sobre uma usina hidrelétrica no Brasil mostram que o nível bruto dessas emissões é significativo quando comparado com as emissões de usinas termelétricas equivalentes. (CMB, 2000 p. 10).

Nota-se que muitas hidrelétricas, conforme afirma a CMB que realizou estudos de caso em várias partes do mundo com a supervisão tanto de construtores e financiadores de represas, como de ambientalistas e populações atingidas, conclui que estas podem emitir gases do efeito estufa em quantidade equivalente a termelétricas movidas a carvão, gás natural ou petróleo, do mesmo porte ou capacidade análoga de produção energética. Dessa forma, as usinas hidrelétricas, além de provocarem alterações em microclimas locais, também contribuem para as mudanças climáticas a nível global, não se configurando no rol das energias limpas, como são comumente classificadas.

Além destes impactos imediatos no meio físico e biótico, as grandes hidrelétricas estão associadas há uma determinada visão de mundo imanente de um modelo econômico, que calcado na busca de lucro e acumulação incessante, não questiona qual é a real demanda por mais eletricidade, se é mesmo preciso gerar cada vez mais e mais energia para atender as necessidades humanas e propiciar vida digna a todos. Encontramos no pensamento de István Mészáros, um dos principais estudiosos das contradições atuais da relação capital x trabalho a nível mundial, a idéia da existência de uma realidade destrutiva no capitalismo, para ele:

O capital não tem mais condições de se preocupar com o aumento do círculo de consumo para benefício do indivíduo social pleno (...) mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. (MÉSZÁROS, 2003 p. 21-22)



Entre as “várias modalidades de destruição”, Mészáros descreve uma importante contradição do capital nos dias de hoje, o “desperdício catastrófico”. O modelo capitalista intervém em todos os planos da vida social, promovendo com isso o superconsumo destrutivo e a dissipação social. Para Mészáros, a promoção do extremo desperdício como hoje presenciamos, não poderá manter a sua existência, dada as suas contradições.

Contradição básica do sistema capitalista de controle é que este não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que os resultados sejam catastróficos. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume de produção, tanto mais tem de sepultar tudo sobre montanhas de lixo asfixiante. (MÉSZÁROS, 1987 p. 56-57).

De fato, as indagações que fizemos anteriormente sobre os produtos eletrointensivos subsidiados destinados a exportação, somados ao consumismo desenfreado na sociedade capitalista atual, são questões estruturantes que têm impulsionado a construção de mais e mais hidrelétricas.

No caso de os atuais níveis de produção de eletricidade serem ainda insuficientes para gerar bem estar a toda a população, resta-nos perguntar se a construção de mais usinas hidrelétricas é o único caminho ou a mais viável alternativa existente. Afirmamos que não. No Brasil, por exemplo, uma vigorosa reavaliação do modelo primário-exportador, somado a um programa sério contra o desperdício e de eficiência energética, além da repotencialização das usinas hidrelétricas antigas, pode evitar por longos anos, a necessidade de construção de novos empreendimentos energéticos. Por outro lado, a ampliação e diversificação das fontes alternativas, tais como solar, eólica, biomassa, entre outras, disseminadas em pequenos projetos por todo o território nacional, podem aumentar a capacidade instalada de produção energética sem comprometer o meio ambiente. Muitos dirão que estas fontes são menos eficientes e mais caras que a hídrica, respondemos que sim, porém, a atual estrutura tarifária brasileira as comporta perfeitamente, sem qualquer aumento de contas, trauma ou impacto maior. Outros dirão que não existe fonte energética que não cause impacto ambiental. Diremos que sim, porém cabe escolher as que causem menos impactos sociais e ambientais, e destas, as hidrelétricas, junto com as termelétricas movidas a combustível fóssil e as usinas nucleares, formam indiscutivelmente o grupo das mais perigosas e impactantes.

De qualquer modo, escolhas cruciais quanto às fontes energéticas mais adequadas aproximam-se cada vez mais daquilo que para Marx, conforme observa Mészáros (2003), significa o último horizonte histórico das contradições em evolução, quando num futuro indeterminado os indivíduos seriam forçados a enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas quanto à ordem social a ser adotada, para assim, *salvar sua própria existência*.

## **CAPÍTULO 4:**

### **A DIVISÃO DE CLASSE COMO DEFINIDORA DA LUTA SOCIAL: O CASO DO CONFLITO NO MUNICÍPIO DE ITÁ / SC.**

Aqui apresentamos estudo de caso realizado sobre o município de Itá, no interior de Santa Catarina, divisa com o Rio Grande do Sul. Itá dá nome à barragem mais importante já construída na bacia do rio Uruguai, a Usina Hidrelétrica de Itá (UHE Itá). Esta região foi um dos berços do Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo que os trabalhadores atingidos pela UHE Itá, juntamente com os atingidos pela vizinha Usina Hidrelétrica de Machadinho, moldaram o formato do MAB como temos hoje, tanto que parte significativa dos dirigentes nacionais do MAB provém ou tiveram origem no processo de luta social envolvendo estas duas hidrelétricas.

Escolhemos o município de Itá, dentro da área atingida pela Usina Hidrelétrica de Itá, por entender que este constitui objeto emblemático para o problema a que esta dissertação se propõe a trabalhar. Itá, pelos deslocamentos forçados de população e problemas trazidos pela inundação provocada pela hidrelétrica, tanto em parte significativa da área rural, quanto principalmente, pela relocação de toda a cidade e sede do município; foi palco de importantes conflitos sociais durante as décadas de 1980, 1990 e o início do século XXI.

Mais do que isso, a população de Itá propiciou a interação de duas formas organizativas distintas dos habitantes do município frente à barragem, que por sua vez, externalizaram duas formas diferentes de ver e compreender o mundo. Uma delas, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crab), que no decorrer do processo se transformaria em MAB, um movimento popular fortemente organizado em toda a bacia do rio Uruguai e na área atingida pela UHE Itá, com exceção da zona urbana do município de Itá; que por sua vez seria palco de atuação da chamada Comissão de Relocação de Itá, única tentativa bem sucedida – das inúmeras que se processaram na região – de questionar a hegemonia da Crab / MAB, na representação dos atingidos por barragens frente aos empreendedores do setor elétrico.

Trata-se aqui, de entender este fato, a partir da análise que fizemos da relação entre classe e movimento social. Ao mesmo tempo, o estudo de caso nos propicia elementos importantes para confrontação empírica de parte da discussão teórica feita no primeiro capítulo deste trabalho. Parte apenas, por que aqui não nós preocupamos em analisar, diferente do que fizemos nos capítulos 2 e 3, o MAB ou mesmo a Comissão de Relocação a partir dos antagonismos principais que evidenciam a divisão da sociedade em classes sociais. Mas sim, procuramos entendê-los a partir dos elementos da realidade concreta que moldam os contornos de formas organizativas de indivíduos, de acordo com a situação em que estes estão inseridos nas relações de produção. Destes elementos do mundo material, brotam as condições para o surgimento de uma ou outra forma de representação de interesses, que por sua vez, delineiam projetos antagônicos de sociedade.

Neste estudo de caso fomos a campo entender porquê, diante de um problema como as barragens, não ligado diretamente ao mundo do trabalho e, aparentemente comum em termos de estratificação social ou transversal em relação a classes sociais, surgem diferentes organizações para enfrentá-lo. Acreditamos que as influências exercidas pelas interações existentes no campo da política, na subjetividade humana, na cultura ou nas relações de parentesco, entre outros, apesar de importantes, não são suficientes ou mesmo capazes de nos responder esta indagação. Por isso, levantamos a hipótese que a existência de diferentes posicionamentos nas relações de produção e a existência de classes sociais, sejam as chaves explicativas possíveis para o entendimento deste fato.

Deste modo, com o problema e a hipótese definidos, procedemos visita a campo no município de Itá, com recolhimento de informações junto a órgãos da administração pública, especialmente na prefeitura municipal, entidades da sociedade civil como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação Comercial e Industrial de Itá, além dos arquivos na secretaria do Movimento dos Atingidos por Barragens responsável por Itá, que está localizada em Erechim / RS, e do Centro de Divulgação Ambiental (CDA), entidade mantida pelo Consórcio Itá (proprietário da UHE Itá) e responsável por arquivo com grande acervo de informações oficiais sobre a construção da Barragem.

Também efetivamos dez entrevistas no município. Destas, quatro foram com integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens oriundos da localidade; e seis

entrevistas com moradores atingidos não pertencentes ao MAB, desde pessoas simples da comunidade (escolhida de maneira aleatória) até indivíduos selecionados de acordo com sua importância no processo de transferência da cidade, tais como: ex-integrantes da Comissão de Relocação da cidade de Itá (já extinta), o secretário de administração da prefeitura, um vereador, o ex-prefeito que administrou o município por vários períodos no decorrer do processo, e também, entrevista com dois empresários de maior destaque do município, sendo um deles o atual presidente da associação comercial e industrial, e outra, reconhecida na comunidade como a “pessoa mais rica da localidade”. Além de conversas informais com moradores, observação da própria UHE Itá, da nova cidade de Itá e da área da velha cidade hoje alagada, onde se sobressai a surreal e assustadora imagem da metade mais alta das duas torres da antiga igreja, única construção restante parcialmente acima do fio d’água do lago artificial.

Ressalta-se que este pesquisador é também um atingido pela Usina Hidrelétrica de Itá, porém não do município de Itá, mas sim, do município de Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul, onde houve deslocamentos tanto na área rural quanto urbana, embora a cidade, diferente de Itá, tenha permanecido no lugar por ter sido parcialmente alagada. Tendo nascido no ano de 1983, houve possibilidade de um acompanhamento relativo do processo, e ao menos nos últimos 10 anos, o acompanhamento se deu com mais clareza dos fatos e conflitos sociais relacionados à Barragem.

Apesar do foco de estudo se centrar no município de Itá e nos acontecimentos ocorridos nesta localidade em torno da construção da Usina Hidrelétrica, este processo está dentro de um contexto maior e interligado, ocorrido nas últimas décadas na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. Os empreendimentos energéticos planejados nesta região, entre eles a UHE Itá, se intercalam numa seqüência e projeto comum, muitas vezes dependentes entre si. Por conseguinte, os fenômenos sociais resultantes junto a este processo também se intercalam. Isso não só pela UHE Itá atingir diretamente mais oito municípios além do de Itá, mas também pela própria ação dos atores envolvidos, tanto do lado empreendedor geralmente formado pelas mesmas empresas nas diferentes barragens, como pelo lado dos atingidos pelo empreendimento, articulados em maior ou menor grau em toda a bacia. A cidade de Itá mesmo, foi palco mais de uma vez ao longo dos últimos 25 anos, de manifestações de protesto

conjunta de atingidos por diversos empreendimentos, assim como também, os moradores de Itá se dirigiam a outras hidrelétricas para manifestações conjuntas, notadamente na UHE Machadinho, e em menor grau e mais recentemente, nas UHEs Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

Dado este contexto, torna-se imprescindível conhecer a região para entendê-la. Não é possível compreender o que ocorreu em Itá, sem levar em consideração os projetos de barragens planejados de forma integrada na bacia do rio Uruguai a as características próprias do lugar de maior incidência delas, o Alto Uruguai gaúcho e catarinense, onde se localiza Itá. Isto, até porque, como já dito, a resistência aos projetos de barragens também se dá de forma integrada na Região. Na análise que segue, procuramos inicialmente traçar este contexto. Logo, centramos nos fatos e na situação no município de Itá, com a ressalva da discussão em torno do MAB que, embora focada no MAB / Itá, é impossível separá-lo do restante do Movimento na região atingida pela UHE Itá e mesmo da Bacia, já que, nunca se constituiu como tal no município de Itá e em nenhum outro município de forma isolada na região. Suas instâncias e contornos nunca foram municipais, mas sim em nível de comunidades locais, regiões atingidas e nacional.

Preliminarmente, o que afirmamos é que um ponto crucial na diferença de comportamentos que delineou organizações distintas frente à construção da Usina Hidrelétrica em Itá, refere-se às opções que estavam colocadas aos atingidos. Para quem será expropriado, resta resistir o quanto possível; ou então, negociar na tentativa de compensar o prejuízo, minimizá-lo, ou talvez até, obter vantagens com o fato.

A escolha entre uma dessas duas alternativas sacramentou a distinção existente no município de Itá. Enquanto o setor mais abastado do cidade vislumbrou a oportunidade de obter ganhos com a barragem, aceitando logo no início e disseminando a idéia que a obra era inevitável, e que, portanto, restava apenas o caminho da negociação; os trabalhadores se recusaram a aceitar o fato consumado, e se levantaram num processo de luta popular intensa, que atravessaria mais de 25 anos de conflitos na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

#### **4.1 - A BACIA DO RIO URUGUAI E OS PROJETOS DE BARRAGEM.**

Principal bacia hidrográfica do sul do Brasil, a área drenada pelo rio Uruguai abrange aproximadamente 384.000 km<sup>2</sup>, dos quais 174.612 km<sup>2</sup> de área (45%), situam-se em território brasileiro, compreendendo 46.000 km<sup>2</sup> do estado de Santa Catarina (27%) e 130.000 km<sup>2</sup> no estado do Rio Grande do Sul (73%). Possui uma vazão média anual de 3.600m<sup>3</sup> por segundo, volume médio anual de 114 km<sup>3</sup> de água. A bacia do Uruguai em sua porção nacional é delimitada ao norte e nordeste pela Serra Geral de Santa Catarina, ao sul pela fronteira com a República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Riograndense que conforma outra bacia hidrográfica em direção ao oceano Atlântico, e a oeste pelo território da Argentina.

O Uruguai, principal rio da bacia, possui 2.200 km de extensão e se origina da confluência dos rios Pelotas e do Peixe na altura da sede urbana do município de Marcelino Ramos / RS. Nesse trecho, o Rio assume a direção leste-oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, posteriormente passa a dividir o território do Brasil e da Argentina na direção nordeste-sudoeste, até sair completamente do território brasileiro, quando passa a dividir os territórios da Argentina e do Uruguai, até sua foz no rio da Prata.

A bacia do rio Uruguai apresenta grande importância para o País em função das atividades agro-industriais desenvolvidas. Com exceção das lavouras de arroz e da pecuária na extensa região de campos da Campanha gaúcha, e de soja e trigo em algumas áreas do planalto do Rio Grande do Sul e da serra catarinense, a maior parte do território da bacia é dominado por minifúndios, localizados juntos aos vales dos rios, com concentração populacional acima da média brasileira. Nestes locais, se desenvolve a pequena agricultura camponesa marcada pela policultura e trabalho familiar. Entre as atividades comerciais, destacam-se criação de suínos e aves, a produção leiteira, o plantio de milho, trigo, arroz, feijão, soja e a fruticultura. Em relação aos municípios existentes, encontramos aproximadamente 384, sendo que as áreas urbanas de maior destaque estão localizadas em Lages, Chapecó, Joaçaba e Concórdia, em Santa Catarina; Erechim, Ijuí, Santa Rosa, Passo Fundo, Uruguiana, Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul; entre outros.

A população da Bacia no território brasileiro em 2000, era de 3.834.654 habitantes (2,3% da população do país), a população urbana representa 68,4% da população total, abaixo da média nacional que é de 81,5% segundo o IBGE. A densidade demográfica é de 22

hab/km<sup>2</sup>, enquanto a média do Brasil é 19,8 hab/km<sup>2</sup>. Se considerada apenas a porção norte da Bacia, nas áreas de divisa entre Rio Grande e Santa Catarina onde está localizada a maior parte dos projetos de barragem, a densidade demográfica aumenta consideravelmente, com média acima de 40 hab/km<sup>2</sup>. Na região do Alto Uruguai gaúcho e catarinense, local onde foram instaladas e estão em funcionamento as duas maiores hidrelétricas planejadas para a Bacia – a UHE Itá e a UHE Machadinho - a densidade populacional passa seguramente dos 50 hab/km<sup>2</sup>. Isso porquê, os dados disponíveis em relação a bacia do Rio Uruguai, englobam também a região mais ao sul conhecida como Campanha ou Pampa, uma área que corresponde a mais de 50% do total da bacia no lado brasileiro e onde a ocupação humana é reconhecidamente mais esparsa e dispersa, predominando extensos latifúndios de produção extensiva de gado solto na pastagem natural. Muito diferente da região de minifúndios ao norte, densamente povoada. Mesmo assim, os dados revelam uma concentração populacional acima da média nacional na bacia do rio Uruguai, e a presença de maior percentual de população rural se comparado com o resto do país.

A região hidrográfica do Uruguai, devido à quantidade de rios, o declive acentuado do relevo, corredeiras e quedas em vários pontos da bacia; apresenta um grande potencial hidrelétrico com uma capacidade total, considerando os lados brasileiro e argentino, de produção de 40,5 kw/km<sup>2</sup>, uma das maiores relações energia/km<sup>2</sup> do mundo, o que a faz uma “jazida” de água bastante rica em potencial hidrelétrico, de grande interesse do setor energético nacional e internacional. Soma-se a isso, a relativa proximidade com grandes centros consumidores, principalmente o sudeste do Brasil; e o relevo acidentado com profundos vales, o que propicia a construção de barragens com muros de grande altura, “encaixadas” nos paredões e nas montanhas, o que, ao mesmo tempo em que aumenta a quantidade de água armazenada nos lagos gerando mais energia, diminui significativamente o custo das obras<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Esta é uma grande vantagem comparativa das barragens na bacia do rio Uruguai em relação às demais regiões do Brasil onde, especialmente na região amazônica, há a necessidade de construção de grandes diques e muros extensos para o represamento, além de contenção nas margens dos rios de planície. Sendo que, ao contrário do sul, no resto do país geralmente a barragem principal não pode ser muito alta. Além disso, as barragens na bacia do Rio Uruguai, apesar de seu tamanho gigantesco que as coloca entre as barragens com muros mais altos do mundo, são obras de engenharia relativamente simples. Seu muro principal na maioria das vezes, constitui um aterro compactado de terra e rocha, que vai sendo construída por camadas, da base (larga) para cima (estrito),



#### **4.1.1 – OS RIOS DÃO LUGAR A LAGOS ARTIFICIAIS.**

O setor elétrico logo descobriria o potencial da jazida. Durante a década de 1970, foi elaborado um plano de aproveitamento energético da bacia do rio Uruguai que sugere a construção de 22 grandes barramentos de rios para a produção de energia elétrica, sendo três na fronteira entre o Brasil e Argentina. Posteriormente foram agregados outros novos projetos para a Bacia, especialmente das chamadas PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas. Todas as hidrelétricas, se construídas, poderiam inundar uma área de terra superior a 1.600 km<sup>2</sup>, afetando um grande número de pessoas, difícil de ser mensurado<sup>18</sup>. Estes projetos transformariam o perfil topográfico da região em uma escada de sucessivos reservatórios, onde o lago de uma barragem se estenderia praticamente até o muro da barragem rio acima, que por sua vez também teria seu lago até a barragem a montante, e assim sucessivamente. Dessa forma, o rio Uruguai e seus afluentes seriam completamente desfigurados, desaparecendo o curso natural das águas em longos trechos.

Dos projetos listados inicialmente, as barragens de Passo Fundo, Itá e Machadinho já estão em operação. A Usina Hidrelétrica de Barra Grande concluída em 2003, entrou em funcionamento apenas dois anos depois, por conta de forte resistência dos seus atingidos que impediram por longo tempo os trabalhos de supressão vegetal da área alagada após a descoberta de uma fraude no seu EIA-Rima. Também em 2005, ficou pronta a Usina de Campos Novos<sup>19</sup>, porém um grave erro de engenharia, denunciado previamente pelo MAB, lhe impede de operar. Além disso, estão em fase de construção ou licenciamento as barragens de Foz do Chapecó, Monjolinho, Quebra Queixo, Pai Querê, São Bernardo, Itapiranga, Garabi entre outras.

---

com as extremidades em formato de “triângulo”, encaixadas em paredões de rocha natural. Este formato faz com que o muro barre a água e se sustente no lugar por seu próprio peso, diferente das obras em outras regiões, mais complexas em termos de engenharia e, portanto, mais caras.

<sup>18</sup> Impossível calcular o número total de atingidos por todos os projetos de barragens, já que estes são colocados e alterados já há três décadas, período em que há crescimento da população e grande mudança demográfica na região. As estimativas apontam cerca de 250 mil a um milhão de atingidos caso todos os projetos fossem construídos.

<sup>19</sup> Em 2006, já concluída, a UHE Campos Novos teve rompido a base do muro da barragem principal, abrindo um grande buraco que fez a água já acumulada no lago artificial esvaziar imediatamente e o Rio tornar a correr normalmente. Felizmente o erro de engenharia se revelou na época da seca, não trazendo maiores consequências para as áreas abaixo da Usina, que poderiam sofrer desastre de grandes proporções, caso o rompimento abrupto da barragem ocorresse na época da cheia.

#### **4.1.2 – O ALTO URUGUAI.**

Todas as barragens e projetos listados acima, com exceção de Garabi, estão localizados na região da bacia do rio Uruguai que drena o Planalto Meridional Brasileiro. Esta área fronteiriça entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possui aproximadamente 75.300 km<sup>2</sup>, com alta concentração populacional para os padrões brasileiros, predominando pequenas e médias cidades e uma estrutura fundiária baseada, fundamentalmente, nas pequenas propriedades rurais, menos de 30 hectares na imensa maioria. Trata-se de uma região relativamente bem servida de infra-estruturas, tais como saneamento básico, estradas, transportes, energia elétrica, comunicação, educação etc., e com atividades industriais de relevância.

Nessa região se localiza o trecho onde os rios do Peixe e Pelotas formam a rio Uruguai, cujo entorno em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é conhecido como “Região do Alto Uruguai”. Onde, como já dito, localizam-se as duas maiores hidrelétricas já construídas na bacia, UHE Itá no rio Uruguai, e poucos quilômetros acima, a UHE Machadinho, no rio Pelotas.

O Alto Uruguai se caracteriza pelo relevo extremamente acidentado, com vales e montanhas intercalados, com raras áreas planas, coberto por florestas dentro do bioma da Mata Atlântica. Mais de 50% das terras são “dobradas”, ou seja, impróprias para a agricultura mecanizada nos moldes tradicionais. O solo é bastante fértil, apesar de pedregoso em alguns pontos, e da alta declividade<sup>20</sup>. Estas características dificultaram a expansão do latifúndio que se desenvolvia com força em grande parte do Rio Grande do Sul, e preservaram a região para o advento da agricultura familiar.

Durante o século XIX, o governo brasileiro incentivou a imigração de camponeses europeus, especialmente italianos e alemães, para o trabalho assalariado nas plantações de café da região sudeste e para a colonização das terras não aptas á pecuária da metade centro-norte do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A região do Alto Uruguai gaúcho e

---

<sup>20</sup> Um ditado popular dos colonos da região ilustra bem a situação da agricultura nas áreas de declive acentuado: “aqui se planta a tiro e se colhe a laço”.

catarinense se constitui como a última fronteira agrícola do sul do Brasil, sendo colonizada efetivamente apenas no início e primeira metade do século XX.

Antes disso, a região era habitada por povos indígenas, principalmente guaranis e kaingangs. Hoje restam algumas reservas remanescentes do povo Kaingang nos municípios de Xanxerê em Santa Catarina, e Iraí, Tapejara, Nonoai e Charrua no Rio Grande do Sul, entre outros. Os guaranis foram praticamente exterminados na região, restando pequenos grupos nômades miseráveis, que vivem de cidade em cidade, ou na beira de estradas.

A ocupação do homem branco foi organizado pelas chamadas companhias colonizadoras, que dividiram os lotes entre as famílias que chegavam, e quando necessário, organizavam o combate aos índios ou aos “bugres”, no dizer dos colonos. A exploração inicial das terras foi acompanhada pelo extrativismo nas florestas que cobriam a região. As toras de angicos, cedros, grápias, araucárias, dentre outros, eram transportados até a Argentina pelas águas dos rios Pelotas e Uruguai na época das cheias. Na primeira metade do século XX se instalaram grandes indústrias madeireiras, que só enceraram seu trabalho com o esgotamento quase total das madeiras de lei da região. Desde o início, foi desenvolvida uma agricultura comercial, já que as famílias jamais plantaram somente para se alimentar, pois precisavam produzir excedentes para pagar os custos das colonizadoras, mesmo que simbólicos em relação ao preço da terra e equipamentos agrícolas. Deste fato, nota-se uma das principais características da agricultura familiar no sul do Brasil, que desde o seu início não se constitui somente como subsistência, como em outras regiões do país. Isto possibilitou um relativo desenvolvimento econômico e social, com acumulação de capitais para investimento na indústria, como é o caso de cidades industriais importantes formadas a partir da agricultura, cita-se Erechim / RS e Concórdia / SC. Data dos anos 1940, a instalação das primeiras indústrias de processamento da carne suína e de aves, que viriam a ser marca da região nas décadas seguintes.

A colonização do Alto Uruguai se deu em grande parte, mas não só, com descendentes de imigrantes alemães e italianos vindos das chamadas *colônias velhas* do Rio Grande do Sul, notadamente a região do Vale dos Sinos (alemães) e Serra Gaúcha (italianos). A exceção feita aos poloneses, grupo importante na região, majoritariamente imigrantes vindos diretamente da Europa. A construção da estrada de ferro RS-SP no final do século XIX e início do século

passado, foi essencial para a abertura de acesso para milhares de famílias que se instalaram na região, sendo que boa parte das cidades lá existentes hoje, originaram-se das estações ferroviárias construídas na época.

A *colônia nova*, apesar da ocupação tardia, foi rapidamente e densamente povoada por pequenos agricultores. As excelentes condições de clima e solo presentes na região propicia à agricultura que, apesar das dificuldades do relevo, é bastante produtiva e se encontra organizada em milhares de minifúndios de 5 a 10ha, e colônias de 25ha em média.

Por volta de 1940 e 1950, praticamente já não havia mais como expandir a fronteira agrícola no sul do Brasil. Logo apareceriam pressões demográficas e migratórias importantes. Os primeiros sinais do conflito contemporâneo envolvendo latifundiários e os trabalhadores rurais sem terra, eclodiram ainda nos anos 1960<sup>21</sup>, intensificando-se no final dos anos 1970 e na década de 1980, justamente no Alto Uruguai e áreas próximas.

Mesmo com o enorme êxodo rural verificado no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, a região Alto Uruguai manteve sua estrutura fundiária tradicional. Este fato se deve em parte, a própria lógica de expansão capitalista na região, onde a manutenção das pequenas propriedades é estratégica para a viabilização das grandes agroindústrias que produzem no sistema integrado. Dessa forma, mesmo estando dividida em muitas pequenas unidades produtivas, a atuação conjunta com a agroindústria faz com que na verdade, haja um grande produtor, tanto em termos de quantidade como de qualidade na produção de mercadorias.

#### **4.2 – O MUNICÍPIO DE ITÁ.**

---

<sup>21</sup> Os conflitos fundiários são recorrentes na região sul do Brasil, desde a chegada do colonizador europeu. Entre os principais eventos, destacam-se: a destruição completa das missões indígenas, com a vitória portuguesa nas Guerras Guaraníticas do século XVIII, o que permitiu a instituição das “estâncias” para produção de charque, nas terras e com o gado pertencentes aos indígenas; no século XIX e XX, a expansão das colônias de imigrantes italianos e alemães, entre outros, sobre a terra dos indígenas remanescentes, nas áreas de relevo acidentado não tomado pelas estâncias, do norte do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e parte do Paraná; por fim, a construção da estrada de ferro ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, desencadeou a Guerra do Contestado – área de terra disputada por SC e PR - no começo do século XX, com o exército brasileiro massacrando mais de 20 mil camponeses caboclos, que se insurgiram contra o confisco de suas terras as margens da ferrovia e a extrema miséria em que viviam. Pelo menos estes dois últimos conflitos, ocorreram em terras do atual Alto Uruguai gaúcho e catarinense.

No Alto Uruguai catarinense está localizado o município de Itá, local de nosso estudo de caso. Seu espaço territorial ocupa parte da margem direita do rio Uruguai que lhe faz a divisa diretamente com o estado do Rio Grande do Sul, na altura do município de Aratiba / RS. A leste e norte faz divisa com dois importantes municípios catarinenses, respectivamente Concórdia e Seara. A oeste limita-se com Paial, município recentemente emancipado de outro importante município catarinense, Chapecó. Suas dimensões atingiam 226 km<sup>2</sup> de área bastante acidentada, ondulada ou montanhosa. Cerca de 80% do município era ocupada pela agropecuária, 10% consideradas áreas inaproveitáveis para tal e outros 10% ocupados pela área urbana ou áreas rurais edificadas. Após o enchimento do lago da usina hidrelétrica de Itá, a área total do município diminuiu consideravelmente, ficando em 165,4 km<sup>2</sup> segundo dados oficiais do IBGE.

Até a década de 1920, a região de Itá era escassamente povoada, predominando a presença de grupos indígenas e caboclos. Os kaingang ocupavam a região, sendo que na hoje localidade itaense de “Barra do Uvá” em frente à “Volta do Uvá”, no município de Aratiba / RS onde atualmente está construída a casa de força da UHE Itá, localizava-se uma aldeia indígena expulsa ou exterminada com a chegada dos imigrantes europeus.

Sobre os caboclos que fixaram residência na região antes da chegada dos imigrantes, é provável que sejam resultado das rotas de passagem de jesuítas, bandeirantes e paulistas, que passavam a fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul na altura do Alto Uruguai, em busca de minérios, índios e gado. Ou então, que sejam remanescentes da população envolvida na guerra do Contestado que se desenvolveu a poucas dezenas de quilômetros do atual território de Itá. Os caboclos, assim como os índios, não foram reconhecidos como proprietários de terras. Há registro de um povoado de “bugres” no atual território de Itá, também expulso pelas empresas colonizadores e pelos primeiros imigrantes italianos e alemães que ocuparam o município, a partir de 1919. Já em 1920, começa a se formar o núcleo populacional que daria origem à cidade de Itá. Em 1925 Itá tornou-se distrito do município de Limeira (hoje Joaçaba), em 1953 passou a fazer parte do município de Seara, de onde se emancipou em 1956.

Itá foi formado por imigrantes vindos das já mencionadas *colônias velhas* do Rio Grande do Sul. Os primeiros se deslocaram entre as “picadas” existentes na mata,

atravessaram o Rio Uruguai em canoas improvisadas, e se instalaram na margem direita do Rio em território catarinense. O seu povoamento se deu por meio da Companhia de Colonização Luce Rosa & CIA Ltda., que abriu ruas e estradas, e distribuiu lotes coloniais de pequenas propriedades ao longo das passagens que geralmente seguiam curvas de nível, no fundo dos vales ou no topo dos “espigões”, os quais limitavam os loteamentos. As casas das famílias, os paióis, chiqueiros, galinheiros, estrebarias, eram construídos nas imediações destas estradas. A proximidade dos lotes possibilitou a formação de pequenos aglomerados rurais, que com o tempo constituíram estruturas coletivas, tais como: igrejas, campos de futebol, clubes de festas, canchas de bocha, cemitérios, etc. (ZONIN, 1994).

Já a cidade de Itá seguiu a tradição comum das pequenas cidades da região. Um povoamento central em relação a diversas comunidades rurais, cresce com a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais, serviços públicos e circulação de pessoas, sendo elevada à condição de cidade. Porém, uma cidade que preserva com força a ligação com a terra, traduzida na base agrícola de sua economia.

A economia do município sempre foi baseado na agropecuária, principalmente na produção de milho, soja e feijão, e nas criações de suínos e aves integrados às grandes agroindústrias da região. Na área industrial há o beneficiamento de madeira, olarias, gráficas e confecção, entre outros. Antes da construção da Barragem, 87% dos empregos estavam no setor agropecuário. O número de assalariados no campo sempre foi pouco significativo, já na cidade, esta forma de relação de trabalho é importante.

O censo do IBGE para 1980, ou seja, no período da divulgação da notícia da construção da Usina Hidrelétrica, apontava a existência de 7.808 habitantes no município, sendo 85% na área rural. Em 1985, já com as obras da hidrelétrica em andamento, o IBGE indicou a existência de 8.816 habitantes no município de Itá, ainda com grande porcentagem na área rural, mas segundo informações obtidas na Prefeitura Municipal de Itá, já com expressivo aumento do êxodo rural em direção a sede do município e também a cidades vizinhas. A cidade de Itá praticamente dobra de tamanho no período, atingindo quase 1.800 habitantes. Após 1985 começou lentamente a relocação da população, tanto internamente dentro do município no caso principalmente da população urbana, quanto da construção de reassentamentos para a população rural em outros municípios e até outros estados da

federação. Por volta de 1987, Itá contava com nove mil habitantes, sendo sete mil na zona rural e dois mil na cidade. No ano 2000, já desconsiderando a população itaense deslocada para outras cidades e outros estados devido à construção da barragem, e considerando o crescimento populacional do período, o IBGE apurou a existência de 6.764 habitantes, sendo 3.422 habitantes na área urbana e 3.342 habitantes no meio rural. Para 2005, as estimativas do IBGE apontavam um total de 6.844 moradores no município.

Itá carrega os elementos da tradição cultural européia trazida pelos imigrantes e preservada pelos descendentes. A cultura e os costumes italianos e alemães, funde-se com a “tradição gaúcha” onde o chimarrão e o churrasco são elementos marcantes. Dessa fusão nasce um sotaque e linguajar peculiar, característico do norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as línguas e dialetos originais dos imigrantes ainda estão presentes, e seus traços marcam o português. O catolicismo é predominante. A maioria dos seus moradores possuem parentes na cidade e na zona rural, e se identificam uns com os outros como vizinhos, e com a comunidade. Nossa pesquisa colheu depoimentos em Itá onde são comuns frases como: “Aqui todo mundo é irmão”, “eu sou mãe de todo mundo em Itá”, “me dou bem com todos na cidade” etc.

Estes fatos e traços comuns aparentam uma certa unidade. Num olhar rápido ou superficial, os indícios empíricos apontam que a comunidade exprime homogeneidade, equilíbrio e consenso. Porém, um olhar apurado, sociológico e uma investigação mais atenta revela que a homogeneidade não passa de aparência e imaginação. Para exemplificar, transcrevemos trechos de dois depoimentos feitos em 2006, sobre relações de trabalho antes da construção da barragem. O primeiro de Dona Ortenila, viúva de um médico, moradora da maior, mais imponente e confortável residência no centro da cidade de Itá, matriarca de uma família dona do único hospital local, de laboratório clínico, de duas farmácias, de uma firma de cosméticos, de áreas de terra, além de diversos imóveis, entre outros bens, no município de Itá. Dona Ortenila nos falou num confortável sofá, num dos quatro diferentes ambientes de sua ampla e bem decorada sala de estar:

*Tínhamos bastante empregados, funcionários. Sempre tínhamos trabalho na lavoura, quase mantínhamos o hospital com produção própria. Tinha funcionários que cuidavam só essa parte, eu acompanhava, sempre acompanhei, até hoje. Nasci e me criei nisso, continuei a vida toda, em cima*

*de um terreno bom, a gente cuidava. Eram três chácaras, plantavam aipim, milho, criava vaca, porco, galinha, peru, de tudo. Eu sempre tinha bastante (empregados), tinha uns quatro funcionários, e outros que trabalhavam por fora. O resto eram empregados do hospital, era lavanderia, faxineira, cozinheira, enfermeira.*

O segundo depoimento, de uma hoje reassentada originária do município de Itá, neta de um dos trabalhadores que construíram a cidade velha de Itá, em especial a Igreja. Ela relata sua situação, de seu pai, sua mãe e seus irmãos antes da barragem, como “agregados” nas terras de Dona Ortenila e seu esposo. O depoimento foi colhido em Brasília, na secretaria nacional do MAB em uma das poucas pausas que a reassentada fez no seu trabalho de coordenação do programa de alfabetização de jovens e adultos para atingidos por barragens, desenvolvido pelo Movimento.

*Minha família sempre viveu da agricultura, né? E antes da construção da barragem nós morávamos de agregado dum, dum casal que morava na cidade velha. Inclusive eles eram os mais ricos da cidade velha. Eles tinha, eram donos do único hospital que existia no município de Itá. E nós sempre vivemos da agricultura, onde que a gente plantava milho, feijão, soja e mais as outras miudezas pra subsistência da família (...) Tinha toda uma relação com o proprietário, onde que toda a produção tinha que cedê pra ele uma porcentagem, não era toda pra nós (...) dava pra nós conseguir ter apenas o que comer.*

A seguir, a fim de sair do superficial e compreender melhor as condições concretas, materiais e objetivas do local que se deparou com a barragem, faremos um panorama das relações econômicas estabelecidas no município, com enfoque especial para o período anterior à construção da hidrelétrica, na época em que se delinearam e se definiram as posições da população frente a este empreendimento. Embora a divisão econômica entre o campo e a cidade seja tênue em Itá, a utilizaremos pra fins de organização do texto, e também por que este será a fronteira visível, embora abstrata como veremos, que delimitará a atuação das organizações coletivas que surgiram frente a UHE Itá.

#### **4.2.1 – RELAÇÕES ECONÔMICAS NO CAMPO.**

A área rural do município de Itá é constituída quase na sua totalidade, por pequenas propriedades agrícolas. O trabalho se estrutura na participação de toda a família na produção.



Estima-se que 90% das pequenas unidades produtivas existentes sejam ocupadas e trabalhadas somente pelas famílias proprietárias. A produção é marcada pela policultura de alimentos, criações de aves, porcos, gado de corte e de leite. Bastante diversificados, os produtos se destinam ao autoconsumo da família, e os excedentes são vendidos nas áreas urbanas próximas. Nota-se que desde sua instalação, as unidades camponesas em Itá sempre produziram para subsistência e para comercialização, devido o pagamento dos custos das colonizadoras e a necessidade de obter mercadorias não produzidas na comunidade. Nas últimas décadas, a principal fonte de renda monetária dos agricultores locais provém da produção de aves e suínos, “integrados” com grandes e modernos complexos agroindustriais presentes na região, como veremos a seguir.

As comunidades rurais de Itá, observadas isoladamente, são bastante homogêneas, havendo pequenas diferenciações entre “colonos fortes”, no linguajar popular, e os demais. Os colonos fortes seriam os com propriedades melhor estruturadas em termos de equipamentos, e que eventualmente contratam uma ou outra pessoa, em trabalhos temporários. Porém, isso é raro, a maioria trabalha a terra com ajuda exclusivamente da família. A estratificação social existente entre os moradores da área rural de Itá, apesar de não muito grande, compreende a existência dos pequenos proprietários e de trabalhadores rurais sem terra. A maioria dos sem terra vivem e trabalham como agregados em terras de proprietários que residem na cidade ou em outro município. No geral, todos possuem uma vida bastante simples e difícil, regada as intempéries do clima, às dificuldades da lida na terra, à falta de apoio oficial á atividade camponesa, ao baixo preço dos produtos agrícolas e à incapacidade estrutural de competir na produção com o grande latifúndio. Na maioria dos casos, a renda conseguida é suficiente apenas para alimentação da família.

Percebe-se que em Itá, o significado de propriedade de pequenas áreas de terra para os camponeses, não é o mesmo que o conceito de “propriedade privada dos meios de produção” corrente nos ambientes acadêmico e político. Há uma nítida diferenciação expressa entre a noção de propriedade privada como “terra de negócios de onde se tira lucro”, com a noção de propriedade familiar como “terra de trabalho de onde se tira o sustento”.

No município de Itá como um todo, são aproximadamente 30 núcleos rurais que estruturam a vida social da população camponesa local. Nestas “comunidades” (denominadas

linha<sup>22</sup>, vila, lajeado...), vivem grupos de famílias unidas por uma área de terras comunitárias<sup>23</sup>, onde geralmente estão instalados uma igreja, um salão de festas, um campo de futebol, uma cancha de bochas e um cemitério. Nestes locais há o espaço das festas, jogos, da religiosidade, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política, da gestão do poder, e da convivência com a morte (funerais). Percebe-se que em comunidades camponesas como o interior de Itá, as individualidades têm espaço, as que contrastam com o senso comum, encontram meios de influir. Os discretos são notados, não há anonimato, todos no local se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel importante nas relações sociais, nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão.

Segundo Alexander Chayanov (1974), os laços de família são fortes componentes da cultura dos pequenos agricultores. Para ele, a reprodução da família e os objetivos que ela própria se coloca é o motor da atividade econômica da agricultura camponesa. Assim, por exemplo, se uma família camponesa se coloca, consciente ou inconscientemente, objetivos de vida modestos, vai organizar sua vida econômica em função disto. Já outra família camponesa pode colocar como objetivo formar os filhos na universidade e, este objetivo conduzirá suas decisões na organização da produção e suas relações com o mercado.

De fato, os camponeses em Itá se integram entre si, por laços religiosos, culturais, parentesco, descendência comum. A impossibilidade de repartir a propriedade da terra, pelo seu pequeno tamanho, faz com que as famílias se organizam para que alguns filhos tenham uma formação profissional, enquanto outros filhos são preparados para herdarem a terra.

A homogeneidade na forma de organização do trabalho e da produção, os laços culturais e de parentesco que emergem desse modo de vida camponês e as relações estabelecidas nas comunidades, fazem com que todos se sintam próximos e “iguais entre si”. O laços de ligação e identificação entre as famílias se reforçam com a comum situação de

---

<sup>22</sup> Linha denomina as estradas ao longo do qual estão distribuídas as propriedades em uma determinada comunidade camponesa do sul do Brasil.

<sup>23</sup> Até meados dos anos 1990, também abrigavam pequenas escolas de ensino primário, porém atualmente, as políticas oficiais de educação substituíram as escolas do campo, pelos ônibus de transporte escolar até as “escolas-pólo” ou a sede urbana do município onde além da educação básica, também há o ensino médio.

subordinação do camponês ao capital agroindustrial, que hegemoniza as relações econômicas do grupo, para fora da comunidade.

Esta situação teve início por volta da metade do século passado, quando nasceram as agroindústrias de carnes na região Alto Uruguai, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina. Dessa forma, desenvolve-se o sistema de integração do produtor com a indústria, principalmente no ramo de suínos e aves, e também do milho para alimentar os rebanhos. Esta organização da produção marca profundamente a estrutura econômica da região. Os produtores familiares integrados, aparentemente autônomos em suas propriedades camponesas, são na verdade dependentes de padrões de produção impostos pelos complexos agroindustriais, sem muita margem de manobra na definição de sua produção ou do preço dos seus produtos.

As principais indústrias que atuam em Itá são as empresas Sadia, Seara e o Frigorífico Chapecó, de importância nacional e com sedes localizadas nos três municípios catarinenses fronteiriços a Itá, respectivamente: Concórdia, Seara e Chapecó. Estas empresas operam na integração através de programas de fomento, assistência técnica, financeira, insumos e garantia de compra da produção. Somam-se a elas, as cooperativas Cooperdia e Cooperalfa, que além da integração na criação e industrialização de aves e suínos, atuam também na comercialização da produção de soja, feijão e milho.

Não há qualquer diferença substantiva na relação entre *agricultores X empresas* e *agricultores X cooperativas*. No sistema integrado, os camponeses recebem crédito para insumos, valor que é descontado no momento da venda do produto. Sua produção é determinada pelo mercado nacional e internacional, onde atuam as agroindústrias. Seu ganho se restringe ao mínimo necessário, que mal permite a reprodução de sua condição camponesa. Nota-se que a integração gerou ganhos de produtividade que, porém, são extraídos do agricultor na forma de sobretrabalho ou mais-valia, incorporada nas mercadorias produzidas e apropriada pelos proprietários e altos diretores das cooperativas, além dos bancos que propiciam o crédito e das grandes empresas produtores de insumos e equipamentos.

Além disso, há sempre um intermediário na relação entre produtor e agroindústria, que está encarregado de entregar os insumos ao agricultor, e depois, de transporte da produção até a agroindústria. Estes intermediários em geral, também possuem um estabelecimento

comercial e fixam residência nos núcleos mais desenvolvidos do município. Ao realizarem as transações necessárias à integração, aproveitam também para fornecer ao agricultor os produtos do seu estabelecimento comercial. Nota-se que as agroindústrias também fazem essa relação direta com o produtor, na medida em que Cooperalfa, Cooperdia, Sadia e Seara mantinham supermercados no município, para atender a população de Itá não só com produtos alimentícios, mas calçados, insumos agropecuários e até mesmo, material de construção.

As relações econômicas no campo em Itá revelam uma certa homogeneidade na situação e relação de trabalho, se vistos isoladamente, que se manifestam nos traços culturais comuns. Ao analisar as interações dos camponeses de Itá para fora do grupo, revela-se uma realidade de subordinação, seja dos sem terra em relação aos proprietários de terra que vivem na cidade ou em outros municípios, ou mesmo, entre os agricultores como um todo e os intermediários do capital agroindustrial. Porém, o maior antagonismo está na expropriação direta de parte do trabalho dos agricultores pelos complexos agroindustriais. O sistema integrado ao mesmo tempo em que gera eficiência, ganhos de produtividade e agregação de valor aos produtos, mantém os camponeses na miséria ao ficarem somente com a parte do seu trabalho que constitui o mínimo necessário para sobrevivência de sua família e reprodução da mão-de-obra.

#### **4.2.2 – RELAÇÕES ECONÔMICAS NA CIDADE<sup>24</sup>.**

A sede urbana de Itá estava localizada num pequeno vale formado pelos lajeados Itá e Ariquetá, afluentes do rio Uruguai. Esta característica foi que propiciou o seu alagamento pela UHE Itá. A cidade possuía 940 habitantes em 1981, cinco anos depois já eram 1.800. Nessa época, apesar do pequeno número de habitantes, a cidade de Itá era bastante movimentada, graças ao afluxo da relativamente grande população rural do município, que movimentava o comércio local. Em 1981, a razão era de sete habitantes no meio rural para cada habitante na área urbana, enquanto a média na região na época já era de dois ou três no meio rural para cada habitante na área urbana. Em 2006, a razão entre habitantes do campo e cidade estava praticamente um por um, em Itá.

---

<sup>24</sup> As informações que seguem, trazem dados em sua maioria, retirados de levantamento sócio-econômico na cidade de Itá, feito em 1981 por sociólogos contratados pela Eletrosul para preparar o plano de relocação da cidade.

Através de pesquisa aberta que entrevistou 39 famílias em Itá em 1981, consultores de sociologia contratados pela Eletrosul observaram que a população da cidade de Itá se estruturava em uma sólida relação de parentesco, ao redor de famílias tradicionais, pioneiras. Dada a pouca dimensão do local, todos os moradores se consideravam vizinhos. As tramas de relações interpessoais assumiam papel relevante.

A economia da cidade de Itá se estruturou com base no apoio à atividade agrícola do município, concentrando na área urbana as atividades comerciais, religiosas, as escolas, bancos, prestação de serviços (entre eles um hospital particular com 35 leitos), equipamentos coletivos, os órgãos públicos e a administração municipal. Quando do levantamento socioeconômico para relocação de Itá em 1981, a Eletrosul dividiu os estabelecimentos existentes em duas categorias: atividades organizadas desenvolvidas empresarialmente; e atividades econômicas das famílias, realizadas complementarmente uma com a outra, ou independentes entre si.

Na primeira categoria **atividades organizadas desenvolvidas empresarialmente** se incluem, entre outras: olarias, madeireira, malharia, ferraria, restaurantes, matadouro, funilaria e esquadrias metálicas, empresas de transporte, supermercados, lojas, bancos, moinhos, atacadista, escritórios contábeis, hotel etc.

Neste grupo foram listados aproximadamente 40 estabelecimentos empresariais na cidade de Itá, sendo que 34 possuem sede em Itá e as demais organizações empresariais têm seus centros de decisão em outras localidades. No total, as 40 empresas desempenham cerca de 47 atividades em seu conjunto, assim distribuídas:

#### **ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL NA CIDADE DE ITÁ EM 1981.**

<b>NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Atividades pecuárias	01
Indústrias	11
Comércio	17
Prestação de serviços	18

Fonte: Eletrosul, 1981.

Estas empresas são de pequeno porte e ocupam um total de 196 indivíduos, sendo no mínimo 126 trabalhadores assalariados, e os demais, integrantes das próprias famílias proprietárias dos estabelecimentos. Incluem-se aí, a maioria dos intermediários que faziam a

relação entre os agricultores e as agroindústrias, no sistema integrado, conforme descrito no tópico anterior.

Observa-se também uma relação privada em serviços que deveriam ser públicos, mas que eram desenvolvidos de forma empresarial. Segundo próprio documento da Eletrosul (1981), os serviços médicos, hospitalar e farmacêutico de Itá eram monopolizados por um único médico. A farmácia e o hospital eram de sua propriedade particular. Todos os entrevistados pelos pesquisadores da Eletrosul indicaram insatisfação com o trabalho do médico, pois mesmo que o paciente tivesse convênio ou garantia de atendimento público, havia cobrança no final do procedimento. (1981 p. 33).

A segunda categoria econômica existente em Itá em 1981, denominada pela Eletrosul **atividades econômicas das famílias**, revela que aproximadamente 90% das famílias residentes na cidade desenvolviam algum tipo de atividade econômica junto às suas residências, o que originava em média 25% de sua renda. Estas atividades, feitas de forma informal, podiam ou não estar voltadas ao mercado. Na maioria das vezes, destinavam-se somente a subsistência das famílias e/ou troca entre os vizinhos. Cerca de 60% das famílias consumiam 100% de sua produção individual.

**ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS NA CIDADE DE ITÁ EM 1981.**

<b>NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Indústrias	08
Comércio	12
Prestação de serviços	29
Lavouras e hortas (milho, soja, mandioca, hortaliças, etc.)	127
Pomares (24 espécies de árvores frutíferas)	154
Criação de suínos (rebanho de 880 cabeças)	67
Criação de aves (frangos, perus, etc, com rebanho de 56.650 cabeças, inclusive com quatro aviários)	74
Criação de bovinos (184 cabeças)	44
Outras	05

Fonte: Eletrosul, 1981.

Nesta segunda modalidade econômica presente na cidade de Itá em 1981, registra-se a ocupação de 271 trabalhadores, sendo 230 membros das próprias famílias e 41 assalariados. Esta estrutura de produção familiar era permitida na cidade de Itá, graças à fertilidade do solo características dos vales, e o tamanho grande dos lotes urbanos. Em fins dos anos 1970, a

densidade populacional na cidade de Itá era em média de 20 habitantes por hectare, sendo que na área central da cidade, a densidade subia para 40 habitantes por hectare.

Em 1981, questionários distribuídos pela Eletrosul registraram interesse de 90% das famílias que realizavam atividades econômicas informais em seus lotes ou próximos a sua residência na cidade de Itá, em mantê-los na nova cidade. Cerca de 40% dos entrevistados, afirmaram que sem a horta e criações simplesmente “não dá para viver” (ELETROSUL, 1981 p. 35).

Na nova cidade de Itá a maioria dos terrenos ao redor das casas ficaram menores se comparados com a antiga cidade, até por conta da topografia do local. A qualidade do solo também é ruim, dificultando a produção. Além disso, o plano diretor da nova cidade proibiu a criação de animais no perímetro urbano. Peixer (1993), quando da sua pesquisa de campo no começo da década de 1990, já registrava reclamações entre os recém relocados, quanto ao tamanho dos lotes e qualidade da terra da nova Itá, que necessita de adubação adicional para poder produzir, ao passo que as terras na velha Itá eram mais produtivas, não necessitando tantos cuidados. Isto representa um ônus a mais não somente econômico, mas de trabalho despendido para os cuidados com a horta, especialmente entre os moradores de baixa renda, dificultando a sua sobrevivência, conforme depoimentos colhidos por Peixer:

*Aqui não pode criar animais, lá tinha porquinho, galinha, vaquinha de leite, hoje não tem nada. Só com o meu sustentinho (aposentadoria), tudo fica mais caro.*

*Tinha animais, só porquinho, aqui não. Faz falta, porque a gente tinha aquela carne, a banha e agora tem que comprar e é caro.*

*Deixei tudo. Tinha muita coisa plantada. Eu não podia ver as coisas (frutas e verduras) que comprava, eu chorava. Nunca mais vou ter essas coisas.(...) Lá (na cidade velha) eu plantei e comi. (PEIXER, 1993 p. 77).*

Em 2006, vinte anos depois do início da construção da nova cidade, e dez anos depois de conclusão da mesma, nossa pesquisa constatou que este sentimento continua forte na população comum de Itá, conforme depoimento de uma funcionária pública do município:

*A gente morava praticamente no centro, tinha uma pontinha de terra, a gente tinha casa e no resto a gente cultivava (...) criava porquinho, gado, tudo, mais pra consumo. Plantava feijão pra consumo, batata, tudo que você*

*imagina de roça, desde mandioca, cana, arroz, batatinha, a gente tinha tudo (...) Na hora da indenização isso não foi considerada.*

Na primeira categoria econômica existente em Itá em 1981, descrita pela Eletrosul, sobressaem-se pouco mais de cinco famílias tradicionais no controle de praticamente todos os estabelecimentos empresariais do município. Estas famílias também controlam o poder político local há décadas, divididas entre o PMDB e o PDS (ex-Arena, hoje PP) que se alternam no poder ao longo dos anos e se beneficiam do controle do orçamento público municipal. Percebe-se também, que as famílias ao se estruturarem eventualmente em campos de atuação econômicos e políticos distintos, e em fortes sobrenomes que as diferenciam, como os Sartoretto ligados ao PP e os Paludo ao PMDB, mantêm laços de parentesco entre si, principalmente devido aos casamentos que unem integrantes das duas famílias. Neste caso, a esposa de uma família distinta, passa a fazer parte da família do marido. Estas laços matrimoniais entre as famílias de maior destaque econômico em Itá, também são responsáveis pela transmissão de bens através de heranças, entre um grupo familiar e outro.

Esta realidade se evidenciava na desigual distribuição da renda verificada em Itá em 1981, conforme quadro abaixo. O trabalho assalariado nessa época equivalia há aproximadamente 35,5% da renda no município.

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA URBANA EM ITÁ EM 1981.**

<b>NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS</b>	<b>QUANTIDADE DE FAMÍLIAS</b>	<b>PARTICIPAÇÃO NA RENDA DA CIDADE</b>
Menos de 1	6,7%	0,8%
De 1 a 3	26,3%	7,8%
De 3 a 5	21,6%	12,9%
De 5 a 10	28,9%	28,9%
De 10 a 20	11,3%	22,9%
Mais de 20	5,2%	26,7%

Fonte: Eletrosul, 1981.

Apesar do risco dos dados acima apresentarem distorções, dado o fato que foram recolhidos pela Eletrosul e que a população pode ter sobreestimado sua renda ligando esta informação a uma possível indenização, eles revelam um perfil interessante. Nota-se que as 64 famílias mais pobres da cidade de Itá em 1981, recebiam menos de 10% da renda, enquanto que as 10 famílias mais ricas possuíam sozinhas quase 30% da renda da cidade. A



metodologia de pesquisa utilizada pela Eletrosul levou em conta a produção de subsistência ligada às famílias de menor renda, que foi quantificada e incluída nos dados. As famílias de maior renda não praticam este tipo de atividade. Este fato, por si só, revela que as distorções na distribuição de renda na cidade seriam maiores em 1981, caso as estatísticas considerassem apenas a renda monetária.

#### **4.3 – A USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ E SEUS IMPACTOS.**

E esta “comunidade” - onde os laços culturais e a tradição aparentam *homogeneidade*, mas que as relações de produção, diferentes posições na divisão do trabalho e desigualdades de renda revelam, na verdade, *heterogeneidade* - é que será atingida pela UHE Itá.

Esta barragem foi construída no trecho do rio Uruguai margeado pelos municípios de Itá e Aratiba (RS), à montante de uma extensa curva no Rio denominada “Volta do Uvá”. A UHE Itá tem uma altura de 126 metros e 800 metros de barramento principal. Sua extensão total atinge um raio de 160 km, do local onde o rio Uruguai deixa de ser rio e vira lago, na altura dos municípios de Marcelino Ramos / RS e Piratuba / SC; até a tomada d’água para as turbinas. Sua capacidade de geração é de 1.450 MW<sup>25</sup>, o que a coloca entre as maiores hidrelétricas brasileiras. Seu lago atinge 141 km<sup>2</sup>, sendo 103 km<sup>2</sup> de área alagada, 52,4 km<sup>2</sup> em Santa Catarina e 50,2 km<sup>2</sup> no Rio Grande do Sul. O restante do lago, correspondendo ao antigo leito do rio Uruguai e afluentes.

As comportas foram fechadas em agosto de 1999, mais de duas décadas depois do início dos trabalhos das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) para sua construção e dois anos após a privatização da obra, que passou a ser propriedade do grupo Itasa, liderado pela multinacional franco-belga Tractebel. No total, foram nove municípios atingidos: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul; Itá, Concórdia, Peritiba, Ipira e Piratuba em Santa Catarina.

---

<sup>25</sup> A título de comparação, a maior usina hidrelétrica em funcionamento no mundo, Itaipu, possui capacidade instalada de 13.300 Mw, responsável pelo abastecimento de 95% das necessidades do Paraguai, e de 24% do Brasil. Tucuruí / PA, a maior usina hidrelétrica totalmente brasileira, e segunda usina hidrelétrica em funcionamento no mundo, possui capacidade instalada de 8.370 Mw. A barragem de Três Gargantas, em construção na China, quando entrar totalmente em funcionamento, assumirá o posto de maior usina hidrelétrica do mundo, com 18.200 Mw de capacidade instalada.

Para o meio ambiente, as conseqüências da construção da UHE Itá foram drásticas. Os ecossistemas aquáticos e ambientes ribeirinhos sofrem com as modificações nos regimes dos rios, na qualidade da água e quantidade de peixes a jusante do barramento. A montante, a barragem submergiu 148 ha de floresta, 3.133 ha de capoeira. A inundação de áreas vegetadas significou a incorporação de cerca de 400.000 toneladas de matéria orgânica, que passou a se decompor, prejudicando a qualidade da água e liberando gás carbônico e metano na atmosfera, que provocam o efeito estufa e destruição da camada de ozônio. Prova da piora na qualidade da água, foi verificado logo após o enchimento do reservatório. O lago recém formado foi coberto quase completamente por milhares de macrofitas, que transformaram as águas do rio destruído, em um imenso tapete verde. A presença destas plantas aquáticas dá-se quando há excesso de sedimentos orgânicos na água.

Junto com a destruição de florestas acontecem alterações microclimáticas, e várias espécies animais ameaçadas de extinção foram colocadas em risco na região. No enchimento do reservatório e conseqüente infiltração das águas do rio no lençol freático, foram registrados tremores de terra, o que trouxe pânico a algumas comunidades isoladas. Além disso, o consórcio Itasa não concluiu a indenização da área de 100 metros obrigatória pela legislação brasileira, para preservação ambiental nas margens do lago. Foram indenizados apenas 30 metros, sendo que os agricultores que vivem nas áreas remanescentes dentro dos 100 metros, mantém sua atividade produtiva e têm sofrido a ação fiscalizadora dos órgãos ambientais.

Na área social, a UHE Itá trouxe perda líquida de população e redução na arrecadação de impostos dos pequenos municípios atingidos, já bastante debilitadas com a crise na agricultura. Houve minifundização das propriedades rurais, isolamento de comunidades remanescentes, redução do potencial de produção agropecuária, redução dos postos de trabalho, ocupação desordenada de áreas urbanas, êxodo rural, alagamento de ferrovias, 360 km de rodovias, pontes, portos de balsas, redes de energia, redes de telefonia. Foram destruídas 33 escolas, 30 igrejas, 25 cemitérios, 34 salões comunitários, entre outros.

Em uma região de base camponesa, em que predominam os pequenos e médios estabelecimentos familiares, as barragens representam a destruição dos meios e modos de vida de expressiva parcela da população regional. A UHE Itá deslocou mais de 3.200 famílias, sendo pelo menos 2.269 rurais e 931 de áreas urbanas. Já o número de propriedades rurais

atingidas foi de aproximadamente 2.026. Houve uma perda mínima de 10% do valor da produção agropecuária total dos nove municípios atingidos pela barragem de Itá e redução de aproximadamente três mil postos de trabalho, incluindo o setor agropecuário, comércio, indústria, serviços, saúde e educação etc. No município de Itá, foram praticamente 200 propriedades rurais alagadas.

A sede de Itá foi completamente inundada, bem como a periferia e o balneário de águas termais da cidade de Marcelino Ramos. Foram inundados ainda quatro sedes distritais e 38 núcleos rurais, sendo que o total de comunidades atingidas chegou há 94, muitas afetadas pelas interrupções de acesso e pela modificação nas estruturas das comunidades remanescentes. Assim, alguns núcleos de comércio e serviços desapareceram ou perderam a função, pela saída da clientela ou pela interrupção das vias de acesso. Este fato causou desequilíbrio na trama de relações sócio-econômicas e culturais da população, afetando inúmeras famílias que não sendo atingidas diretamente pelo lago, não foram indenizadas e tiveram que permanecer em comunidades desestruturadas e isoladas.

O aumento desordenado de população advindo da construção da barragem, que trouxe à região no pico da obra na segunda metade da década de 1990, um contingente de cerca de 20 mil pessoas, entre operários, funcionários da Eletrosul, familiares e outras pessoas atraídas na busca de emprego, trouxe conseqüências sobre os serviços públicos na região. Ocorreu aumento da demanda sobre os serviços de saúde, educação, bens de consumo coletivo, problemas na distribuição de mercadorias, especialmente gêneros alimentícios, o que ocasiona alta generalizada dos preços praticados no comércio local. Este aumento populacional provocou um reordenamento das atividades na sede do município de Itá, tanto modificações de nível econômico, sentida pela população em geral no aumento dos preços, e pelos comerciantes, no aumento da circulação de dinheiro e de lucros; como na percepção cultural e social de dividir o seu espaço com o outro.

A construção da UHE Itá foi planejada pela Eletrosul, empresa que carregava consigo um histórico de descaso social no trato às populações atingidas por seus empreendimentos. Criada em 1968, como subsidiária da Eletrobrás, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, a Eletrosul logo recebeu a concessão para a construção da UHE de Passo Fundo - RS, anteriormente sob responsabilidade da Companhia de Energia Elétrica do Estado do RS –

CEEE. Os empreendimentos de geração seguintes da Eletrosul foram no Paraná: Salto Osório, que entrou em operação em 1976, e Salto Santiago, em funcionamento desde 1980. Nota-se que há poucas informações referentes aos deslocamentos de populações nestas obras. Sabe-se que o número de famílias atingidos foi alto, dado o tamanho do área alagada 156km<sup>2</sup> em Passo Fundo, 38km<sup>2</sup> em Salto Osório e 225km<sup>2</sup> em Salto Santiago, todas construídas em regiões de intenso parcelamento de propriedades de agricultura familiar.

Conforme João Ruzczyk (1997), em entrevista realizada com um ex-diretor da Eletrosul, o mesmo teria dito sobre estas três barragens “como se tratava de uma época de ditadura, não foram colocadas muitas opções às pessoas a serem deslocadas” (p. 60). O mesmo diretor afirma que a Eletrosul, na construção de Salto Santiago, dado o grande número de famílias atingidas, resolveu assumir princípios de “solidariedade humana e participação social” no trato aos atingidos. Mesmo assim, ele reconhece que neste caso específico – de Salto Santiago – a utilização deste princípio permitiu indenizar apenas os pertences dos proprietários e muitos não receberam os valores das terras em que ocupavam ou tinham posse.

De fato, o tratamento social corrente no período militar e mesmo no período de democratização do país, ficou conhecido como “reassentamento hídrico”, expressão debochada para designar a saída das famílias no momento em que as águas dos reservatórios chegavam as suas casas. O termo “afogado” para designar os atingidos por barragens, também deriva desta política governamental. Muitos dos focos de formação do movimento de sem terra no início dos anos 1980 no sul do Brasil, tiveram origem em populações expulsas por barragens. No Paraná, até hoje, mais de três décadas depois do início das obras de Salto Osório e Salto Santiago, essa região continua sendo palco de disputas de terra envolvendo atingidos e seus descendentes, que não foram reassentados.

Com este histórico e concepção de trabalho, a Eletrosul passa a focar sua ação no final dos anos 1970, na região Alto Uruguai. Em 1979 foi publicado o Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai, prevendo 22 obras. No mesmo ano, a Eletrosul declara como prioritárias e dá início aos trabalhos para a construção das barragens de Itá e Machadinho na região Alto Uruguai, e instala escritório regional na cidade de Erechim / RS.

Naqueles anos, uma das poucas satisfações que a Eletrosul deu à sociedade regional, em relação aos impactos dos seus empreendimentos ocorreu em maio de 1981. Segundo

Moraes, em resposta a um documento enviado pelos prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (Amau), a Eletrosul esclarece sua posição com relação às indenizações:

Além de enfatizar a negociação individual, deixa claro que só indenizará as propriedades com documentos comprobatórios, sendo que as indenizações só serão pagas “conforme as conveniências da empresa”. Esclarece, ainda, que a questão dos posseiros, meeiros e agregados será encaminhada ao Incra (...) Solidários a esta lógica, os prefeitos deram-se por satisfeitos com a resposta ao seu documento. Para a CR<sup>26</sup>, porém, ele serviu de alerta... (MORAES, 1994 p. 226-227).

Estavam colocadas as condições para o desencadeamento do conflito social, que no município de Itá tomará uma forma peculiar, como veremos a seguir.

#### **4.4 – FRENTE À HIDRELÉTRICA, DUAS VISÕES DE MUNDO: A IDEOLOGIA DO PROGRESSO E O NÃO À BARRAGEM.**

*O hospital ficou melhor do que lá embaixo, mais ou menos, parece mentira, mas o mesmo tamanho. Eu até tenho menos funcionários aqui, do que na época lá embaixo. (...) A maior parte da população de Itá não precisou também, a maior parte ganhou bem mais do que tinha. (...) 90% aqui foi bem beneficiada. (Dona Ortenila).*

Talvez nos 10% restantes, estejam incluídos os funcionários do hospital que perderam o emprego, porque o hospital na nova cidade ficou mais bem estruturado, demandando menos funcionários. Mas não é isso que a entrevistada exprime em seu depoimento. Acredita efetivamente que os itaenses foram beneficiados com a UHE Itá. Acredita a partir da sua própria experiência vivida, pelo seu cotidiano de trabalho administrando o hospital privado, que passou a dar melhores resultados financeiros com menos funcionários para pagar salários, fato que somado a outros, possibilitou que a família investisse na ampliação de seus negócios em Itá. Dessa forma, a entrevistada não consegue compreender porque parte de seus concidadãos, muitos dos quais pacientes do hospital, e até “agregados” nas terras de sua propriedade, se posicionaram contra a barragem:

*- O que a senhora acha que impediu essa união, que uns se organizaram de um jeito, outros de outro?*

---

<sup>26</sup> CR refere-se à Comissão Regional, primeiro nome do que viria a ser mais tarde o Movimento dos Atingidos por Barragens na região sul do Brasil.

*Olha, cada lugar têm os seus, tem os bons e os ruins. Eu considero que aqui tem os bons e os ruins, sempre teve e ainda tem. Não conseguimos por falta de união das duas partes.*

*Quais as duas partes?*

*Como eu falei, tinha os bons e os ruins. Algumas pessoas faziam tudo pelo bem, outras só pra criticar. (...)*

*- Porque a senhora acha que uns eram contra, outros a favor da barragem? A senhora consegue compreender isso?*

*Eles eram contra a barragem, o pessoal era contra a barragem, não sei porque.*

*- O pessoal que a senhora fala é o pessoal do Movimento dos Atingidos por Barragens?*

*É, era esse pessoal. Eu sou contra, sou contra movimento. Acho que há diálogo, a gente pode dialogar. A gente tem que ver o porque de tudo isso, as vantagens que a gente tem.*

Posicionamentos resultantes de interesses particulares objetivos e específicos, não significam necessariamente que os indivíduos que os externalizam, os adotam a partir de uma compreensão consciente do mundo em que vive. Na sua alienação cotidiana e pela submissão ao senso comum, mesmo setores dos extratos mais elevados não conseguem conceber as contradições de classe que os cercam. Quando se deparam com situações contraditórias que lhes parecem impossíveis de serem compreendidas, simplesmente as ignoram ou tendem a recorrer à resposta fácil do dualismo entre o bem e do mal.

Um agricultor sem terra e pedreiro, que morava ribeirinho ao rio Uruguai em Itá, tendo seu cotidiano marcado pela relação com o Rio e com o trabalho na terra não conseguiu observar as vantagens que para Dona Ortenila, pareciam tão claras. Assim explica seu posicionamento contrário à construção da UHE Itá e sua militância no MAB:

*Pra que fazer todas essas barragens, inundar essas terra boa? Porque a terra boa é na beira do rio. Tem um monte de gente morando e tem que sair de lá, tem que ir pra morar na seca, onde não tem condições, não tem água, não é boa terra. É um desperdício inundar a terra, jogar o povo pra cá e pra lá, daqui e dali, vai pra cidade, vai pra favela, vai pra cá, vai pra lá.*

Encontramos em Lukács (1978), através de sua ontologia do ser social, a compreensão que é impossível pensar o homem, a sociedade e, por conseguinte a própria história, sem o cotidiano, entendido como começo e fim de toda ação humana. O roçado, a capina, o plantio, a colheita, os problemas na seca, tirar leite das vacas, tratar os porcos e as galinhas, preparar a argamassa e assentar um tijolo, contar o dinheiro para ver se dará até a próxima venda de

produtos ou até o próximo bico na construção, separar a parte da colheita e entregar ao dono da terra e outra parte para o pagamento dos insumos fornecidos pelas agroindústrias; são tarefas cotidianas distintas da supervisão do trabalho no hospital, do acompanhamento da contabilidade das farmácias para saber quanto lucraram naquele mês, do pagamento dos funcionários do laboratório clínico, da visita às terras para ver como anda o trabalho dos agregados na lavoura, da escolha do prato que a cozinheira fará no jantar.

Através da concepção ontológica do ser social é que se percebe a diversidade e complexidade das atividades econômicas e relações de trabalho existentes, como base de um conjunto de determinações que dimensionam as formas de luta e de expressão de identidades e de representações que grupos de indivíduos, em situações de trabalho comuns, fazem do mundo. De fato, toda a tese materialista tem como fundamento central, a prioridade do ser em relação à consciência. Na ontologia do ser social isso significa que pode haver o ser sem consciência, porém toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é, algo concreto, material. Para Lukács, o trabalho é a atividade concreta tipicamente humana que pressupõe a intervenção da consciência sendo dessa forma, uma síntese de ato prático e de conhecimento.

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza (...) Com o ato da posição teleológica do trabalho temos em si o ser social. (LUKÁCS, 1979 p. 17).

O trabalho aqui aparece como elemento constitutivo dos indivíduos e age como elemento aglutinador de grupos e interesses. O indivíduo constrói sua subjetividade e faz suas representações da realidade através de sua atividade, e a expressa objetivamente no mundo na defesa dos interesses que lhe são imediatos, concretos e objetivos. Em Itá, frente à barragem, este fato se torna evidente. Enquanto para os trabalhadores, a exploração que estavam submetidos e o rompimento abrupto de sua atividade cotidiana, geraram frustrações e revoltas que se materializaram num movimento social que passa a questionar o sistema político, econômico e social responsável por este acontecimento; o setor mais abastado da cidade, imbuído de um cotidiano marcado por relações empresariais, mesmo que em pequena escala,

visualiza possibilidade de expansão de seus lucros com a construção da barragem, recorre dessa forma ao Estado, no caso a prefeitura, elemento representante tradicional de seus interesses de classe e responsável pela valorização de sua atividade econômica que, no entanto, assim como todo o Estado em todas as suas esferas, aparece ideologicamente como árbitro entre diferentes interesses ou mesmo, como aglutinador destes interesses numa comunidade aparentemente homogênea.

Este é o campo concreto que delimitou duas visões frente à barragem no município de Itá no começo dos anos 1980, e que marcam até hoje a realidade local. São posições surgidas da imersão dos principais atores envolvidos, na *imediatez* do comportamento vinculado ao seu cotidiano de trabalho, como veremos a seguir.

#### **4.4.1 – O LUGAR DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO.**

Na pesquisa realizada por sociólogos contratados pela Eletrosul (1981), feita junto ao setor econômico de Itá para subsidiar a relocação na cidade, detectou-se expectativa generalizada entre os empreendedores locais no sentido de expandir seus negócios com a barragem. Foram aplicados questionários junto a todos os empresários locais e, segundo a Eletrosul, “as aspirações da classe empresarial local” são, entre outras:

- a) mudar o quanto antes (21 manifestações); b) obtenção de facilidades financeiras para a mudança; c) manutenção das empresas em funcionamento durante o período de mudança (serrarias e olarias); e) preservação, tanto quanto possível, das posições relativas das empresas no que diz respeito às suas localizações na cidade; (...) Observou-se que de um modo geral, os empresários locais não temem a mudança. (ELETROSUL, 1981 p. 22).

Uma das olarias estava inclusive, no período que foi feita à pesquisa em 1981, implantando nova tecnologia no processo de produção de tijolos, esperando vendê-los para a construção da nova cidade. Araújo e Vainer (1989) ao analisarem as lutas contra as barragem na bacia do rio Uruguai, constataram que na cidade de Itá, não se instituiu um pólo de resistência, uma vez que os comerciantes, que seriam a classe social mais importante do grupo social da cidade de Itá, viu a obra como uma oportunidade de serem beneficiados. Araújo e Vainer também chamam a atenção, no caso dos núcleos urbanos atingidos, para o peso exercido pelas organizações políticas-institucionais, como câmara de vereadores, prefeituras



etc. Em 2006, registramos o seguinte depoimento do atual presidente da Associação Comercial e Industrial de Itá:

*Minha família sempre morou na cidade, meus pais são oriundos do RS, vieram desde o ano 49 pra cá, sempre tivemos hotel, comércio, restaurante e junto a isso tinha a rodoviária, tinha central telefônica, o primeiro telefone foi na nossa casa. Então tinha todo essa parte aí, meu pai tinha granja também, lavoura, pecuária, suíno, aves, tinha duas colônias de terra (...) Nós sempre fomos a favor (da barragem), até porque a gente vislumbrava algo melhor, nós tínhamos uma situação geográfica um pouco difícil, o progresso demorava um pouco mais pra chegar, e talvez, taria aí a oportunidade de dar uma alavancada no desenvolvimento da cidade.*

De fato, na construção de uma barragem, determinadas empresas locais poderiam aumentar seu lucro a partir da prestação de serviços, produção e distribuição de bens. Ao mesmo tempo, abriria-se a possibilidade de maiores oportunidades em frentes de trabalho profissional para médicos, advogados, contadores e outros, que ao visualizarem a possibilidade de aumentar seus rendimentos, passam a divulgar a barragem como algo bom. Nota-se que a maioria dos profissionais liberais que atuavam em Itá em 1981<sup>27</sup>, eram originários das famílias que a Eletrosul denominou “classe empresarial local” de Itá, que por conta da melhor situação econômica, puderam mandar seus filhos frequentar curso superior fora, que depois retornaram ao município para exercer a profissão.

De qualquer modo, nos dois casos, o chamado “progresso” aparecia como utopia realizadora dos anseios inerentes à condição de classe que estes indivíduos estavam colocados, subsidiada por uma visão de mundo própria das determinações que sua colocação num lugar específico na divisão social do trabalho, propicia.

Analisaremos mais adiante, como “a classe empresarial local” de Itá se organizou para buscar a realização de sua utopia, e como, em parceria com a Eletrosul, torna esta ideologia do progresso hegemônica na cidade de Itá.

Por hora, afirmamos que no imaginário popular, estes setores de maior estatura econômica e detentores de estudo e conhecimento, possuem legitimidade e grande poder de persuasão sobre as pessoas mais simples e a população em geral de uma determinada

---

<sup>27</sup> As entrevistas para nossa pesquisa, feitas em Itá em 2006, constataram o mesmo. Médicos, advogados, farmacêuticos, bioquímico, engenheiros, veterinários que atuam no município pertencem, em sua maioria, às famílias tradicionais do local.

comunidade. Em Itá, eram originários deste setor também, a quase totalidade dos eleitos para os cargos públicos no município, de forma que, além da liderança adquirida pelo acúmulo do que Bourdieu chamaria de “capital simbólico”, este setor também possuía a liderança institucional da comunidade, através do controle do aparelho do estado.

Além disso, nossa pesquisa em 2006, averiguou que na cidade de Itá, os principais cargos das diretorias de organizações tradicionais de maior importância para a comunidade, estavam também ocupadas no começo da década de 1980, por integrantes da “classe empresarial local”, tais como: diretoria da comunidade da igreja católica, do Clube Cruzeiro (esportivo e recreativo), do Lions Clube, do sindicato rural e do sindicato de trabalhadores rurais (este até 1983 quando é tomado pelo MAB), entre outros, e dos únicos partidos políticos de relevância em Itá em 1981, o PMDB e o PDS. A exceção nesse caso, tanto em origem no grupo local economicamente mais forte, como em concordância com a ideologia do progresso, foi o padre.

Deste modo, frente ao posicionamento da elite local, dos políticos e das referências públicas da comunidade, a população cai na resignação. Dissemina-se nos mais pobres, a idéia de ceder espaço para o “bem”, para o “progresso” do país que precisa de energia, ceder espaço, “colaborar” com o Brasil, “se sacrificar” em favor dos outros. Enquanto que o sentimento de sacrifício e entrega a nação se disseminava entre os mais pobres da cidade, os comerciantes e lideranças políticas visualizavam o lucro que teriam. Peixer colheu os seguintes depoimentos de populares da cidade de Itá no início dos anos 1990:

*A gente não pode dizer não, a gente pensou no lado econômico do Brasil, pensamos na crise de energia, vai precisar (de energia), é um pouco da colaboração da gente para o Brasil.*

*Então eles (Eletrosul) fizeram ver que alguém tinha que se sacrificar em favor dos outros. Se faltasse energia não tinha meios de progredir o Brasil. Fizeram ver que o progresso viria para Itá e região. A gente via que a obra traria progresso. (PEIXER, 1993 p. 29).*

A noção de país, de nação, é apresentada para identificar a idéia de bem público, interesse geral, coletivo, onde o Estado está acima dos interesses particulares ou de classes. Nessa caso, a alienação da população simples da cidade de Itá, é constatada pela própria pesquisa sociológica feita pela Eletrosul em 1981, que subsidiaria a estratégia política da

empresa no local. A Eletrosul constatou que predominava no senso comum em Itá, “opiniões acríicas relativas às questões relacionadas à barragem e sobre a própria vida na cidade”. Verificou-se, por exemplo, o caso da lei municipal que impedia a criação de porcos na cidade, praticada por número significativo das famílias como complemento a sua renda no sistema das atividades econômicas das famílias. A prefeitura impediu a criação de porcos no perímetro urbano devido ao mau cheiro e o excesso de sujeira. Os entrevistados repetem estes argumentos e parecem apoiar o prefeito no caso, mesmo que 90% pretendiam, na época, manter estas atividades na nova cidade de Itá, sendo que ao menos 40% a consideram imprescindível para a sua sobrevivência. (ELETROSUL, 1981 p. 35).

De fato, nossa pesquisa em 2006 registrou o seguinte depoimento de uma funcionária pública moradora da cidade de Itá que, ao mesmo tempo em que lamentava por suas atividades dentro da categoria “atividades econômicas das famílias” não terem sido consideradas pela Eletrosul no momento da indenização, lembrava ação do prefeito em prol do “progresso”:

*Uma ousadia do prefeito da época de botar a pedra fundamental pra dizer: “Não, aqui vai saí (a barragem), vamo progredi, vamo querê o progresso de Itá”.*

Segundo Peixer a percepção favorável à barragem foi sendo criadas aos poucos no imaginário da população de Itá, a partir de conversas de final de tarde, nos bares, no comércio, nas rodas de chimarrão. “Divulgadas principalmente em forma de opinião do setor administrativo, comercial e profissionais liberais, que são pontos de conexão de toda a trama de relações de uma pequena cidade” (1993 p. 30). Percebe-se que em localidades como Itá, a proximidade das pessoas, possível graças à dimensão espacial, proporciona um conjunto de interações sociais que faz com que a informação, repassada no “boca-a-boca” seja um dos principais meios de formação de opinião. Neste contexto, os indivíduos de maior poder econômico e status na comunidade como os empregadores de uma forma geral, os comerciantes e os profissionais liberais, são considerados como vozes competentes para emitirem opinião. Desse modo, os bares, lojas, escritórios, consultórios etc., são lugares propícios á disseminação de idéias. A Eletrosul também se encarregou diretamente de propiciar os ambiente para conversas favoráveis á obra na cidade de Itá e para atuação de seus

aliados locais; principalmente através de festas e das famosas “churrascadas” pagas pela empresa aos moradores mais pobres.

A promessa de uma cidade nova, a circulação de dinheiro que viria, os empregos que seriam criados na obra, tudo convergiu para a construção de uma imagem da usina hidrelétrica como “redentora” da cidade de Itá, como o meio, *utópico*, para alcançar o *progresso*. Estar contra a barragem na cidade de Itá significava ser tachado de *atrasado* e *quadrado*, e era sinônimo de estar contra o desenvolvimento. De fato, sobre a noção de desenvolvimento, Ribeiro afirma:

Desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que pudesse tanto dar sentido às posições desiguais dentro do sistema – sem requerer a dominação aberta como nos tempos coloniais – quanto prover uma explicação pela qual os povos situados em níveis mais baixos pudessem “entender” suas posições e acreditar que existia uma saída para a situação de atraso. (2000 p. 141).

Na mesma pesquisa de 1981 que constatou apoio geral à construção da barragem entre a classe empresarial de Itá, a Eletrosul também averiguou que 58% dos moradores da cidade tinham uma visão positiva em relação a barragem, e já acreditavam que poderiam ganhar mais dinheiro com a construção da obra. Os motivos para essa possibilidade, no imaginário popular, foram: maior oportunidades de emprego, haverá indústrias, será um ponto turístico, haverá indústria do turismo (ELETROSUL, 1981 p. 38).

Constata-se assim, que a visualização do desenvolvimento do turismo foi um dos principais argumentos que ligou a idéia de *usina hidrelétrica* com *progresso*. Disseminado pela Eletrosul com apoio da elite local, a promessa de desenvolvimento de atividades econômicas e geração de renda e empregos a partir do turismo induziu e criou expectativas positivas na população urbana de Itá em relação à barragem. Em 2006, uma moradora de Itá assim relatou as expectativas na cidade há 25 anos:

*Todo mundo pensô que ia ter vantagens econômicas. Principalmente porque existia a grande expectativa de Itá se desenvolvendo no turismo. O turismo era uma utopia na época, mas que todo mundo pensava. (...) Ia tê turista em tudo que era lado. E nós ficamos anos esperando.*

Um complexo de engenharia monumental e de ponta, um enorme lago para passeio de barco ou pesca, belezas “naturais”, uma cidade nova, “bela e florida”, dotada de infra-estrutura

e de asfalto; pareciam efetivamente, elementos concretos, provas cabais que haveria “turista em tudo que era lado”. O que se via em Itá no final de 2006 era desolador. Uma cidade vazia, mesmo em dias de feriado e finais de semana. Um balneário moderno de águas termais<sup>28</sup> entregue as moscas, hotéis sem hóspedes. Um lago sem lanchas, sem *jet-ski*, sem barcos de passeio ou de pesca<sup>29</sup>, mas cheio de rampas e portos de acesso para barcos. Os turistas não vieram. As lojas, lanchonetes, restaurantes abertos ou ampliados por itaenses entusiasmados com o progresso que viria, estão vazios, apenas com seus donos decepcionados. A pequena feira de artesanatos e de “lembranças de Itá” aberta naquela manhã, não teve compradores e nem visitantes. Os mirantes com vista para o lago e para a paisagem repletas de belas montanhas verdejantes, característica do Alto Uruguai gaúcho e catarinense, passam despercebidos. No museu criado pela prefeitura, e no Centro de Divulgação Ambiental mantido pela Tractebel, vagam apenas seus poucos funcionários, a ponto de se entusiasmarem com a presença deste pesquisador, festejado como a segunda visita desde o último mês, com direito inclusive, a fotografia para o relatório mensal de atividades do local.

Mesmo assim, os pequenos empresários locais não perdem a esperança que tiveram desde 1979, conforme depoimento em 2006 do presidente da Associação Comercial e Industrial de Itá que, acreditando ainda na utopia do progresso, explicava as dificuldades atuais do município para atrair turistas:

*A gente não tem essa cultura turística e isso você não coloca da noite pro dia, você tem que trabalhar aos poucos. Turismo não acontece assim (...) as vezes leva 10, 20 anos pra se concretizar.*

Neste caso, a palavra “utopia” para designar o progresso no turismo que a barragem traria, perde todo seu sentido como *conceito*, e se restringe a sua explicação literal na língua portuguesa, como sinônimo de “ilusão”, “fantasia” e “alucinação”. Daqui a “10 ou 20 anos”, para quem já esperou mais de 25 anos, esperar mais algumas décadas para a chegada do turismo talvez valha a pena, basta que se continue acreditando na “utopia do progresso”.

---

<sup>28</sup> O balneário de águas termais foi construído pela prefeitura em 2003, numa tentativa de trazer os turistas à cidade.

<sup>29</sup> Nas informações do presidente da associação comercial e industrial de Itá, o lago sequer tem peixes, já que a proprietária da UHE Itá não desenvolveu um programa de repovoamento das águas. O povoamento natural do lago artificial deve durar ainda mais 10 anos.

A realidade em 2006 demonstra que, um quarto de século depois das primeiras promessas, Itá segue sendo tão somente o que já era antes, apenas mais uma das dezenas de cidades pacatas do Alto Uruguai e do oeste catarinense. Uma militante do MAB originária de Itá, assim se refere aos seus vizinhos favoráveis à barragem:

*Eles acreditavam em todo o discurso que a Empresa (Eletrosul) trazia, principalmente, ela trazia o discurso do progresso, aonde iam tá ganhando dinheiro, iam tá se dando bem na vida.*

#### **4.4.2 – DO QUESTIONAMENTO DA BARRAGEM À CRÍTICA DO CAPITALISMO.**

A perspectiva de “ganhar dinheiro”, se “dar bem na vida” numa *utopia do progresso* visualizado através da construção da barragem, não foi o único sentimento existente em Itá. Os trabalhadores, na visualização da perda da terra que lhes possibilitava o trabalho e lhes garantia o sustento, entram em desespero. Na cidade de Itá, a população mais simples antes de ser envolta na utopia do progresso, caminha da desinformação para o medo da inundação permanente que tomaria conta da cidade. Neste local, a frase “não queremos dilúvio” ecoada por itaenses nos idos dos anos de 1979, 1980 e 81, sintetiza o sentimento popular frente à hidrelétrica. Araújo e Vainer assim resumem o significado da UHE Itá para os trabalhadores atingidos:

Catástrofe que é manifestada através de expressões de conotação espacial. “Nossa terra vai sumir do mapa”, expressão síntese da consideração da irreversibilidade do projeto governamental, ao mesmo tempo lamento e invocação à luta (...) “Nossa Terra” é a terra do trabalho de cada um, mas também é a região; “sumir do mapa” é ser apagado do registro geográfico, mas também é, antes de tudo, deixar de existir. E deixar de existir “nossa terra” é deixar de existir “nosso trabalho” naquela terra. É a expulsão de populações e do trabalho. Trabalhadores e trabalho estrangidos à realocação no território a partir de uma iniciativa estatal: essa a síntese da problemática que atingiu (atinge) a região da Bacia do rio Uruguai. (ARAÚJO e VAINER, p. 06 1989).

Em uma região como o Alto Uruguai, última fronteira agrícola do sul do Brasil e já bastante fracionado em milhares de minifúndios, com famílias numerosas que não conseguiam mais repartir a terra entre todos os filhos, e onde já pipocavam vários conflitos de terra; a preocupação maior dos agricultores, agora ameaçados de expulsão por uma hidrelétrica, era: “para onde vamos?” “o que faremos?”. O histórico de tratamento social no setor elétrico,

somado à falta de informação e de respostas da Eletrosul quanto às indenizações e reassentamentos das famílias de trabalhadores, é o estopim que resulta num sentimento contrário a construção da obra, sintetizado nas palavras de ordem “Não às Barragens” e “Terra Sim, Barragem Não”.

A incerteza quanto à própria continuidade física do território em que viviam, se soma às preocupações cotidianas dos trabalhadores na busca da sobrevivência de suas famílias e na difícil reprodução da condição de camponês. Nas reuniões que passaram a ser organizadas entre os atingidos para juntar informações e discutir o que fazer em relação a UHE Itá, eram comuns reclamações quanto à “exploração” a que são submetidos pelas agroindústrias. Muitas vezes, as dificuldades de manutenção faziam com que os colonos tomassem empréstimos nos bancos, muito difíceis de serem quitados. Outro problema sentido pelos trabalhadores era a questão da saúde, onde pelo menos os pequenos proprietários viam ameaçada a sua reprodução, pois a precariedade do sistema público e o monopólio privado existente no município de Itá resultavam muitas vezes, em venda de terras para pagamento de tratamentos e internações.

Deste modo, a ameaça de expropriação pela barragem e a comum situação difícil de vida, sentidas pelos trabalhadores, constituem o *elo* que liga os atingidos, por meio do contato com os vizinhos, com a comunidade e a organização na igreja. Aos poucos, este *elo* faz com que a angústia e o medo, sentidos individualmente por cada família de trabalhador, transforme-se em revolta coletiva e organizada, para evitar que a “catástrofe” se confirme, e buscar melhores condições de vida. Em 2006, registramos o seguinte depoimento de um agricultor atingido, que hoje reside na nova cidade de Itá.

*No início, quando foi recebida a notícia que iria sair a barragem, só se ouvia notícia boa. Que seria a maior riqueza, que Itá seria a cidade do futuro, que seria tanta coisa de bom, só que na realidade nós fomos começando a analisar, nós que morávamos na costa do Rio: o que adianta termos uma cidade bonita, uma coisa boa pro município se nós teremos que sair daqui? E aí com isso, começamos a nós organizar e vamos fazer alguma coisa para nós.*

A luta que se segue, os conflitos, a atuação de mediadores, o estudo da realidade e a formação política, as articulações e apoios, entre outros, são questões presentes e atuantes nesta realidade concreta, que produziram um movimento social próprio que expressará os

desejos e anseios do grupo social que o conforma. O processo histórico de constituição deste movimento social e de seus posicionamentos, veremos mais adiante. Neste tópico cabe apenas enumerar os traços do posicionamento surgido frente a barragem, a partir de uma visão de mundo própria das determinações inerentes à condição de classe trabalhadora, que iria se expressar em forma de movimento social capaz de mobilizar milhares de trabalhadores na barranca do rio Uruguai.

Segundo Gilberto Nesi (1987 p. 29), a I Assembléia Geral dos Atingidos por Barragens, realizada em Chapecó, cidade vizinha de Itá, debateu entre outros assuntos, as seguintes questões: que tipo de progresso nos queremos? O que tem haver a luta contra as barragens e a luta contra o capitalismo? Porque estamos na luta? Como deve ser o Brasil que todos nós queremos? Como continuar nossa luta? Moraes, ao analisar a ata da mesma assembléia, assim resume a posição dos atingidos naquele momento:

A disposição de luta contra as barragens, definida, agora, como sinônimo de luta contra a dominação pois, conforme consta em Ata da Assembléia: “os dois exploram e oprimem” e “o dominador detém o poder e por isto querem fazer barragens para terem mais lucro ainda, deixando o povo na miséria”, denunciam o desprezo dos “dominadores” pela questão social (...) O “NÃO” (às barragens) assume contornos mais afirmativos de luta pelo direito de questionar soluções que reforçam a desigualdade social e, principalmente, pelo direito de participação nas decisões que determinam o destino dos trabalhadores. Já não se fala mais só em “atingidos” mas também em trabalhadores, em “nossa classe”, ampliando-se os objetivos da luta: por um país livre e democrático, pela igualdade social; pela honestidade e justiça; pelas eleições diretas, pela reforma agrária, pela participação do “povo” nas decisões, por um Brasil governado pelos trabalhadores. (MORAES, 1994).

Desde seu início, o “Não à Barragem de Itá” traz a discussão sobre os grandes projetos e a política energética nacional. Relaciona estes temas com as discussões do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, e suas ligações com os interesses do capital internacional. Uma visão totalizante do debate que podemos observar no documento transcrito de Ruszczyk “Nossa luta é contra as Barragens”, distribuído pelos atingidos em 1983 com os argumentos que justificavam o “Não” à UHE Itá:

*Ambientais:* riscos ecológico e ambientais; poluição dos rios; mudanças bruscas no clima da região e a possibilidade de ocorrência de doenças, como é o caso da malária; probabilidade de terremotos. *Sócio-culturais:* alagamento de pequenas propriedades rurais (é a região de maior densidade populacional); êxodo rural – migração forçada; aumento do desemprego e da



violência; destruição da cultura do povo e esfacelamento da vida comunitária; ausência de planos para reassentamento das famílias; total insegurança para as populações que vivem abaixo das barragens, haja vista a experiência do “dilúvio” já vivida por ocasião das últimas cheias; implantação de grandes projetos contrários aos interesses da população; desestímulo às iniciativas das populações na busca de fontes alternativas de energia; isolamento das regiões; insegurança para a população em geral. *Econômicas*: desaparecimento de terras férteis que estão produzindo alimentos; aumento do endividamento interno e externo; direcionamento do lucro para as multinacionais; diminuição, ao invés de aumento, da área de terras para a produção de alimentos; agravamento da crise econômica de que o País está sendo vítima; empobrecimento dos municípios e da região; favorecimento aos ricos da cidade que implantarão seus sítios de lazer nas margens dos lagos, deixando assim sem terra aqueles que precisam produzir alimentos; dúvidas quanto à vida útil de uma barragem (há informações que é em média 30 anos); especulação imobiliária e a exploração dos trabalhadores rurais pelas colonizadoras. *Falta de democracia*: a população, suas lideranças, não foram e não estão sendo consultadas; concentração do controle energético. (Ruszczuk, 1997 p. 130-131).

Percebe-se que, diferente da utopia do progresso disseminada em apoio a construção da UHE Itá que possuía argumentos vagos sobre possíveis benefícios aos mais pobres, por meio do desenvolvimento e geração de empregos que a barragem traria - vide o caso do turismo -; a crítica a esta obra é feita com base numa totalidade de argumentos que englobam inúmeras questões envolvendo diretamente os interesses dos trabalhadores. Vários pontos evidenciam as múltiplas contradições do sistema capitalista. Quando perguntado sobre o que acha dos posicionamentos do MAB, um agricultor em Itá nos respondeu:

*Vejo que o MAB, ao abraçar tantas bandeiras de luta, dá um grande salto enquanto movimento social. Passa a trabalhar não somente com os atingidos especificamente da barragem, e sim visando toda uma organização de toda a sociedade. Então nesse sentido se fortalece enquanto movimento social e fortalece também a luta da classe trabalhadora, né? Nesse sentido, de fazer o enfrentamento de fato com o capital. E no momento que nós vamos pra rua, no sentido de dizê não a esse modelo energético que tá aí, de dizê não as privatizações que tá acontecendo, a gente tá fazendo enfrentamento diretamente com os grandes imperialistas.*

Discussões em torno de qual “tipo de progresso nos queremos” e “como deve ser o Brasil que todos nós queremos” como as feitas na assembléia relatada, indicam a existência de um outro tipo de *utopia* de sociedade que envolveu e motivou a ação coletiva de indivíduos frente a hidrelétrica. Para Pedro Uczai (1992 p. 167) a luta dos atingidos da bacia do rio

Uruguai é localizada com vitórias localizadas. Porém, sua utopia é a negação da sociedade atual, e a construção de uma nova, sem explorados e exploradores.

#### **4.5 - A COMISSÃO DE RELOCAÇÃO DE ITÁ.**

A *utopia do progresso* tomou forma organizada em Itá logo em janeiro de 1980, pouco depois do anúncio oficial do alagamento da cidade. Nesta data, o prefeito municipal organizou por decreto a **Comissão de Relocação de Itá**. Ela foi criada primeiramente para tratar de todos os assuntos referentes à barragem, mas logo se restringiu basicamente a transferência da cidade. Segundo sua primeira ata datada de três de janeiro de 1980, analisada por Peixer, a primeira denominação da comissão foi “Comissão Representativa das Classes Sociais e Econômicas”. Seu nome logo mudou para “Comissão Pró-Relocação de Itá”. Em alguns documentos da Eletrosul aparece como “Comissão de Representantes da Comunidade”. Porém, em todas as entrevistas feitas para esta pesquisa no ano de 2006, os moradores de Itá se referem a ela como “Comissão de Relocação de Itá” ou “Comissão de Relocação da cidade de Itá”, ou ainda, somente “Comissão de Relocação”.

Na transcrição da primeira ata feita por Peixer, deu-se os seguintes objetivos à Comissão:

Representar as diversas classes sócio econômicas junto aos órgãos administrativos Estaduais e Federais; Tratar dos assuntos referentes à implicação dos interesses do município que envolve a barragem de Itá. Apresentar e defender os interesses de cada segmento que representa; Informar os segmentos que representa sobre o processo de negociação. (PEIXER, 1993 p. 104).

Na primeira composição, decidiu-se que a comissão seria integrada pelo prefeito com dois assessores, e um vereador representando a Câmara Municipal. Os demais membros seriam indicados pelos seguintes segmentos: profissionais liberais e funcionalismo; comércio e indústria; Lions Clube; agricultura; operários; entre outros. No entanto, pelo menos no caso dos operários, nunca houve a participação e o representante dos agricultores, o presidente do sindicato rural, teria sua legitimidade contestada várias vezes pelos trabalhadores do campo, já que residia na cidade. A Comissão sempre foi presidida pelo prefeito municipal, que detinha o poder de nomear os demais membros. Na maior parte da sua história, a Comissão permaneceu

com poucas alterações, a exceção do final da década 1980, quando prefeito municipal da época destituiu-a e nomeou outra, porém, alguns de seus membros permaneceram. No total, foram apenas 18 pessoas os integrantes da Comissão de Relocação ao longo de aproximadamente 17 anos, conforme a quantidade de nomes registrados numa placa de bronze, em sua homenagem na praça central de Itá. A quase totalidade dos membros da comissão foram homens do setor empresarial ou profissionais liberais da cidade de Itá, nomeados pelo peso político que possuíam, pelo saber, no caso dos profissionais liberais, e pela confiança do prefeito de ocasião.

Depois de formada, a Comissão passa a se reunir periodicamente uma vez ao mês, ou a cada 15 dias. Sua missão principal, representar os itaenses frente à Eletrosul. Suas principais ações ao longo dos anos, pelo menos as visíveis e públicas, foram: negociar a transferência da cidade, supervisionar a construção da Nova Itá e resolver os conflitos referentes a relocação; fazer lobby para a liberação de recursos para a execução da UHE Itá, nos momentos em que as obras eram paralisadas por falta de verba. Em entrevista com o secretário de administração de Itá em 2006, este sintetiza o campo de atuação da Comissão:

*Então a comissão, o prefeito, teve o grande mérito na época de juntar com eles (com a Eletrosul) e dizer: olha, nós podemos ser parceiros, nós não vamos brigar, mas não vamos brigar no bom sentido. Não houve uma luta corporal, de destruição, que o lado da Crab motivou no começo e que o Itá não fez, mas o Itá conseguiu negociar eu acho que uma, aquilo que eu disse antes, queriam fazer lajota, brigamos por asfalto. Então barganhamos e ganhamos. Calçada em toda a avenida, lá embaixo não tinha. O padrão das casas, nós não queremos um só padrão, vamos fazer padrões diversificados, a minha casa vai se classificar no padrão A, assim vai se construir, a sua no B, então nós tínhamos casas no padrão A, B, C, e D. Só uma que não pegou classificação na época, que todo mundo sabe, era a casa da dona Ortenila, que era a única que era uma casa que tinha piscina, era especial. (...) a mais baixa era padrão D, a do meu pai foi padrão B. A gente trabalhava dentro do padrão, o que mudava era janela, azulejo.*

Esporadicamente eram realizadas audiências públicas ou assembléias com toda a população de Itá, para discutir temas mais importantes. Geralmente nestas atividades também estavam presentes diretores da Eletrosul. Segundo Peixer:

A Comissão antes de cada reunião geral, fazia uma reunião interna preparatória dos problemas a serem discutidos, enfim da pauta a ser seguida na reunião. Quando divulgava os convites para as reuniões costumava pedir que as perguntas a serem feitas fossem entregues antes por escrito.

Geralmente, antes da reunião geral havia uma reunião dos representantes da Eletrosul, Prefeitura e Comissão. (PEIXER, 1993, p. 118).

A Comissão de Relocação funcionava na verdade como um elo de ligação entre a população e a Eletrosul. Só os membros da Comissão tinham acesso á Eletrosul. Para Peixer, seus trabalhos enquanto mediadores desta relação funcionam como elo de filtragem, tanto das propostas possíveis de fazer á Empresa, ao Estado, como também das informações que chegam e que são repassadas a população, na medida dos interesses da Comissão.

Em Itá, a proximidade dos locais de trabalho, moradia e de administração pública existentes na antiga cidade, dificultava formas autônomas de organização e possibilitava também um controle social sobre a população. Dessa forma, a atuação da Comissão de Relocação impossibilitava que reivindicações autônomas fossem levadas diretamente à Eletrosul. Mesmo que eventualmente tenha havido contato direto entre a população e a Eletrosul, através de seus técnicos ou escritórios, as reivindicações já estavam padronizadas, nos estilos e níveis definidos pela Comissão em conjunto com Eletrosul.

Nos poucos casos em que pessoas ou grupos da cidade de Itá se dirigiram a Eletrosul com reivindicações que fugiam do nível permitido pela Comissão / Eletrosul, a Empresa levou ao conhecimento da Comissão e solicitou providências para que todas as demandas fossem enviadas através da mesma. A Comissão por sua vez, agiu com rapidez, ao constranger as pessoas no sentido de se manterem unidas em torna dela para negociar com a Eletrosul.

Os que fugiam deste padrão eram duramente combatidos pela Comissão. Sobre a relocação da cidade de Itá, Ruzczyk afirma:

Em relação a prefeitura de Itá, que impediu a participação e a opinião da Crab no processo de relocação da cidade (...) o que se colocou foi uma negociação a partir de grupos de interesses, dos comerciantes e do prefeito do município. Esta disputa foi acirrada, com inúmeras articulações visando deslegitimar a Crab, exemplo disto, foi a realização de um abaixo assinado pela prefeitura de Itá, contra a reivindicação de reassentamentos, pois desta maneira, a “mão de obra do município” teria que se deslocar para outra cidade. (RUSZCZYK, p. 171-172 1997).

Como a UHE foi vista como redentora em Itá, os contrários a barragem, o MAB no caso, foram vistos como nocivos á cidade. Nilo Brandi, o principal líder dos trabalhadores atingidos no município de Itá assim se refere a Comissão de Relocação:

*Máfia que conduziu a Comissão de Relocação tinha interesse econômico e por trás, político. Eles eram de tradição, porque tinha dois partidos e essas grandes famílias tavam divididas. Com a barragem, com o atrito que acabou tendo com os atingidos (...) eles permanecendo divididos estariam fragilizados, então o que aconteceu em Itá? Eles se juntaram, essas duas mafiazinhas e fizeram uma, e vieram combater com nós. Era o medo, o medo de perder poder (...) por isso tinha horas que era difícil permanecer na cidade, porque eles tinham assim uma gana pra cima dos menores que era terrível.*

Em 1981, a própria Eletrosul reconheceu que a legitimidade da Comissão de Relocação, ou “Comissão de Representantes” como a Empresa se referia, era pequena entre a população simples de Itá. Nas entrevistas feitas numa pesquisa pela Eletrosul, a maioria afirma que a Comissão representa mais os “grandes” e que há dificuldade em obter informações concretas sobre os assuntos relativos à transferência da cidade. Verificou-se também em 1981, uma “desinformação” generalizada na população comum de Itá em relação a seu destino. (ELETROSUL, 1981 p. 35)

Em 2006, quando perguntado sobre o funcionamento da Comissão de Relocação, um trabalhador que na década de 1980 integrava o PMDB de Itá, partido de boa parte dos integrantes da Comissão, assim afirmou:

*Aquela comissão deles ali, eles se organizaram mas era só os mais grande ali. A gente não tinha muita participação nisso aí né. Era daquela comissão o Paludo (ex-prefeito), o Stum que era o dono do hospital, só gente assim, não me lembro bem os nomes deles. Eles escolheram a Comissão entre eles na época (...) pelo que a gente descobriu depois, acho que essa Comissão aí fez muito acordo que prejudicou nós. Se fosse diferente era melhor pra todo o nosso município.*

Em Itá há uma confusão grande entre o público e o privado, onde as relações políticas são controladas por famílias tradicionais, detentoras do poder econômico na cidade. Apesar da alternância de poder entre PDS e PMDB no município, todos os prefeitos eleitos pertencem a mesma família ou tem laços de parentesco entre si. A partir de depoimento de integrante da própria elite econômica atual de Itá, é possível captar os contornos desta realidade de relações patrimonialistas transmutadas para a Comissão de Relocação, conforme fala do presidente da Associação Comercial e Industrial de Itá, que na década de 1980 ainda era muito jovem, mas que em 2006 tentava entender alguns problemas não solucionados pela Comissão:

*Faltou um pouco de humildade e tentar beneficiar a todos. Sabe, quando você tá numa associação, você tem que ver o coletivo, se é pra fazer o individual não tem porque ser associação.*

#### **4.5.1 – O ESTADO FANTASIADO DE SOCIEDADE CIVIL.**

A Comissão de Relocação tratava de temas espinhosos na cidade, que a Eletrosul teria dificuldade em resolver. Por exemplo, o tamanho dos terrenos na nova cidade. Pela topografia do local, não haveria espaço para todos os moradores do centro da cidade velha, serem transferidos para terrenos do mesmo tamanho na cidade nova. Cabia então à Comissão de Relocação intermediar e encontrar solução para estes impasses. Egídio Paludo, ex-prefeito de Itá durante boa parte da construção da barragem, assim explica a existência da Comissão.

*O prefeito se socorria na Comissão de Relocação, e ela foi criada para dar respaldo ao prefeito nas decisões, já que se entendia que era uma coisa muito grande para a comunidade pequena de Itá, a mudança da cidade toda, se pra movimentar as vezes uma família, duas ou três já é um problema, imagina mudança geral, não só na sede urbano, mas também muitas famílias de Itá da área agrícola que foram mudadas também.*

De fato, a Comissão de Relocação era uma extensão da ação da prefeitura, não era algo organizado a partir da vontade coletiva de seus representados, mas sim, a partir de decreto municipal emitido pelo prefeito na legitimidade que o poder público constituído lhe propiciava. A população da cidade de Itá não se conseguiu perceber como autônoma em relação à prefeitura, passando ao poder público municipal toda a prerrogativa para lidar com a questão da barragem. Um atingido assim se refere a atuação da prefeitura de Itá:

*Em épocas de campanha todos os prefeitos, tanto faz um como outro né, (...) não, porque vamos negociar assim, ajudar o povo... só que na verdade depois que eles eram prefeitos, eles trabalhavam junto com a Empresa né. Apoiavam a Empresa, mas não apoiavam o povo. (...) hoje dá vontade de não botar mais nenhum prefeito, porque são tudo caco, como o Egídio Paludo. Dá pra ver claramente que eles apoiavam mais a empresa que o povo né. O povo atingido sofreu muito.*

Como extensão da prefeitura, a Comissão de Relocação fazia parte do mesmo Estado que havia planejado e queria executar a construção da UHE Itá, obviamente que em esferas diferentes, municipal e federal. Mesmo assim, tratava-se do mesmo agente, o que criava o problema para a população, no caso a Eletrosul na esfera nacional, e o que os representaria na

solução deste mesmo problema, no caso a extensão da prefeitura na esfera municipal. Em se tratando do mesmo “corpo” burocrático, o Estado, não haveria razão para maiores atritos. Obviamente que no campo da política, são necessárias representações que legitimem determinadas ações do Estado. Logo, a extensão da prefeitura assumia uma espécie de *verniz* de *sociedade civil organizada*, na medida em que: aparentava ser representante da comunidade, quando na verdade representava a vontade do prefeito o do grupo político que repartia o poder local; realizava reuniões gerais com a população, para legitimar decisões já tomadas em conjunto com a Eletrosul; resolvia conflitos que a Eletrosul teria dificuldade de lidar sozinha; servia como muro de contenção entre a população local e a Eletrosul, na medida em que filtrava as demandas à empresa, e se encarregava de convencer os itaenses daquilo que era aceitável junto a Eletrosul; e por fim, como todo aparelho de estado, era extremamente permeável aos interesses particulares das elites que o controlavam. Por fim, vale registrar que a Comissão de Relocação também agia diretamente na invalidação de direitos buscados pelas classes populares de Itá, conforme depoimento de um atingido que relata manifestação por reassentamento, realizada por agricultores na praça da cidade em frente a prefeitura:

*Da parte do prefeito, nós não ia conquistar nada, se fosse pelos prefeito, e isso deu pra ver claramente um dia que tinha manifesto aqui na praça que existe ali, na pedra lá que se diz a marca de Itá. Então ali na frente nos tinha um manifesto, bem em frente da prefeitura, aí o prefeito Jairo (Sartoretto), que tá hoje prefeito e na época era prefeito também, ele gritou com um reassentado da sacada (da prefeitura), como ele não tinha coragem de ficar aqui em baixo, ele gritava lá de cima: “tu é um vagabundo, um sem-vergonha que devia tá não sei aonde, veado, em vez de sair brigando pra ir pro reassentamento, isso é uma coisa que é uma besteira, isso não existe, fazer um reassentamento, uma coisa que só vocês tão achando que vão fazer”, eles brigaram contra.*

Detalhe importante, o reassentado sobre o qual o prefeito descontou sua cólera verbal, era um trabalhador rural sem terra, que foi empregado nas terras do próprio prefeito em Itá.

#### **4.6 – O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.**

Sem a “ajuda do prefeito” e da Comissão de Relocação para a defesa de seus interesses frente a Eletrosul, não restava outra alternativa aos agricultores de Itá senão a sua própria organização para se defenderem a si próprios. Na iminência de ocupação do seu território por um projeto que seria a sua negação física, o confronto de interesse leva a conscientização dos

lados, sobre quem é o seu oposto. Surge então a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, a Crab, em oposição à Eletrosul e à política energética implementada pelo Estado.

A Crab nasce em 1979, reunindo ameaçados pelas duas hidrelétricas prioritárias da Eletrosul na bacia do rio Uruguai, a UHE Machadinho e a UHE Itá. No decorrer dos anos, a Crab expandirá sua atuação para praticamente toda a porção norte da Bacia, desde as proximidades das nascentes dos rios na serra gaúcha e catarinense, até a região do projeto da UHE Garabi na fronteira do Brasil com a Argentina. O nome da organização também será alterado, e nos anos 1990 a Crab será o principal grupo regional, a impulsionar a unificação dos atingidos em todo o Brasil, no Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, nome que substitui oficialmente Crab, a partir de 1991.

Araújo e Vainer (1989) que elaboraram pesquisa no final da década de 1980 no Alto Uruguai, constataram que os pequenos proprietários e não proprietários se constituíram como os grandes atores do movimento contra as barragens na região. Embora esta clivagem não negue as diferenças internas destes grupos, o peso dos pequenos agricultores e sem terras é consequência, não só qualitativa, em decorrência das posições e da combatividade, mas também de que, efetivamente, em termos quantitativos, é o grupo mais afetado entre os diretamente atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho. Apesar disso, os autores também destacam o papel dentro do Movimento, dos moradores urbanos, de linhas e vilas da região.

Nos seus primeiros anos, a Crab se volta para o trabalho de base junto aos atingidos, à definição de reivindicações, a divulgação do movimento em busca de apoio político, e as negociações com o Estado, em especial com a Eletrosul. Neste momento, o que estava em jogo para a Crab era seu próprio reconhecimento como organização representativa dos atingidos. (ARAÚJO e VAINER, 1989). Ao mesmo tempo em que a Crab desenvolvia uma tática que buscava lhe dar legitimidade, a Eletrosul mantinha uma postura de negociar algumas demandas quando pressionada, mas sem, entretanto reconhecer qualquer organização política autônoma dos atingidos, somente as comissões formadas pelos prefeitos, como a Comissão de Relocação de Itá. Dessa forma, privilegiava alguns mediadores e não reconhecia a Crab como representante dos atingidos.

Além das prefeituras, a Crab disputou espaço de representação dos atingidos com os sindicatos tradicionais e as cooperativas dos complexos agroindustriais. Cada uma a sua



maneira, buscava legitimizar sua atuação e conseguir informações que os qualificassem como representação. Junto à formação da Comissão de Relocação de Itá, há uma proliferação de comissões pró-barragens em praticamente toda a região Alto Uruguai, articuladas pelas forças dominantes locais (prefeitos, empresários, diretores de cooperativas etc.), que tentavam assumir uma postura de porta-vozes dos interesses dos atingidos.

No âmbito da UHE Machadinho, por exemplo, foi formada a “Equipe Trabalho e Justiça da Barragem de Machadinho”, reunindo setores da elite regional, que consideravam irreversível a construção da UHE Machadinho, e chegaram inclusive a distribuir manifesto em apoio aos planos da Eletrosul na região, ao mesmo tempo em que se diziam representantes dos atingidos. Fizeram parte desta Equipe, a Cotel, maior complexo agroindustrial do Alto Uruguai gaúcho, prefeitos de municípios atingidos e até o prefeito de Erechim, município não atingido, mas de maior influência no âmbito regional e onde foram instalados os escritórios da Eletrosul. A Equipe Trabalho e Justiça, rapidamente perdeu seu crédito junto aos atingidos por barragens, pelo não cumprimento por parte da Eletrosul, das promessas que eram repassadas aos atingidos através da Comissão, e pelo fracasso dos projetos de colonização da Cotel no Mato Grosso e na Bahia, construídos com o argumento principal de absorver a população atingida por barragem que não tivesse condições de permanência na região.

Assim como a Equipe Trabalho e Justiça, as demais comissões que objetivavam representar os atingidos, tiveram vida efêmera, com exceção da Comissão de Relocação de Itá, que se consolida representando efetivamente um setor atingido, a elite da cidade de Itá, com interesses objetivos na construção da barragem e com grande poder de influência naquele município atingido.

A busca de legitimidade da organização foi resultado de um conjunto de questões, posturas, posicionamentos, formas de ação que a Crab toma internamente em relação aos atingidos, e externamente em relação a Eletrosul e o Governo, e a sociedade em geral. Ao mesmo tempo, de forma dialética, os atingidos viam objetivamente na Crab a representante de seus anseios enquanto classe trabalhadora, frente a barragem. Anseios estes, que dada a contradição extrema e a situação limite em que estavam colocados, na eminência de perderem seu território, sua casa, seus locais de trabalho e seus meios de vida para dar lugar a uma

grande barragem; nenhum empresário ou membro da elite regional que visualizava vantagens pessoais naquilo que os trabalhadores viam como catástrofe, seria capaz de compreender.

Nos próximos tópicos, veremos como se constrói essa representação na Crab, e como *classe trabalhadora atingida* e *Crab* se fundem, no decorrer do processo, num movimento popular de massas. De imediato afirmamos que, os recursos iniciais disponíveis à Crab para constituir-se como porta-voz dos atingidos eram escassos, frente ao poder institucional das prefeituras, e ao poder econômico das elites locais e dos diretores das cooperativas apoiados nos meios de comunicação, que almejavam a mesma posição. Porém, o projeto político representado pela Crab, que entendia a hidrelétrica de Itá num contexto totalizante e contrário ao modelo capitalista, foi o que mais se aproximou dos interesses objetivos dos trabalhadores atingidos. Essa é a chave explicativa para a força alcançada e consolidação da Crab /MAB como principal forma organizativa dos atingidos, enquanto as demais, com exceção da Comissão de Relocação de Itá, fracassaram.

#### **4.6.1 – MEDIADORES: A CRAB COMO ENTIDADE.**

A população do Alto Uruguai tem um histórico de associativismo, herdada dos imigrantes europeus. A associação em sindicatos, em cooperativas agropecuárias, na comunidade, na Igreja, nos partidos políticos, tanto a nível local, como regional, fazem parte da cultura local. Deste modo, a organização na região preexistia à intervenção do Estado. Não é à toa, que diante dos projetos de barragens, a reação tenha se estruturado através de comissões. A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens; a Comissão de Relocação em Itá; todas as comissões e equipes criadas durante o processo no âmbito das prefeituras, e outras entidades; partiam do princípio organizacional de representação de atores coletivos, numa cultura de organização que é tradicionalmente acionada pela população do Alto Uruguai frente aos problemas que surgem. A transformação da Crab em movimento popular de massas e em MAB é um fato que ocorre no decorrer do processo e resulta do conjunto de contradições e situações de conflito que os trabalhadores da região atingida, são colocados diante da barragem.

Todos os cientistas que desenvolveram trabalhos de pesquisa, principalmente na área de história e sociologia, sobre as questões envolvendo a usina hidrelétrica de Itá, são unânimes

em destacar o papel desempenhado pelos chamados “mediadores”, a igreja, professores da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (Fapes) e sindicalistas, no surgimento e organização da Crab. Citamos, entre outros, Ruszczyk (1997 p. 120), quando afirma que foram estes três agentes que contribuíram através da estrutura física, financeira e intelectual para a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai. Rothman (1996) que analisa o MAB a partir da teoria de “mobilização de recursos”, da sociologia norte-americana, afirma que foi o segmento progressista da Igreja Católica a fonte principal de “recursos que facilitaram a mobilização inicial do movimento dos atingidos por barragens na bacia do rio Uruguai” (1996 p. 118). Para Rothman, a igreja foi importante não só para obtenção do que ele chama de recursos internos, ou seja, de apoio dentro da área de atuação do MAB, como também, na mobilização de recursos externos essenciais para o fortalecimento do movimento, como recursos humanos e financeiros. A presença de professores da antiga FAPES, e de alguns poucos sindicalistas progressistas que atuavam na região na época, especialmente em Chapecó e Concórdia / SC e Erechim / RS, também foram importantes para Rothman na conformação inicial da Crab.

A migração involuntária ameaçava a perda dos seus meios de sobrevivência, as terras e sua herança cultural, separando-os da família e dos amigos, da sua igreja e da sua comunidade. Os assessores e líderes religiosos possuíam a credibilidade e as habilidades para comunicar essa mensagem, de maneira que influenciaram a consciência e o comportamento dos colonos e formaram um sentido de solidariedade entre os atingidos, motivando-os para defender suas casas, suas terras, sua comunidade. (ROTHMAN, 1996 p. 129).

Moraes (1994) fala que estes atores – religiosos, professores e sindicalistas - uma vez informados sobre as especulações em torno de projetos de barragens na região, saíram em “missão de alerta”, o que garantiu uma marca diferenciadora ao MAB da bacia do rio Uruguai, já que se organizou antes mesmo do anúncio oficial do projeto, a partir de dados levantados por professores da Fapes, de estudos da Eletrosul desde 1977 na região.

De posse das informações referentes ao tratamento dispensado pelo setor elétrico à questão social nos empreendimentos de barragens, passam a realizar reuniões e ações junto aos colonos, no mesmo momento em que estes sentem a presença física da Eletrosul na bacia do rio Uruguai. O processo de articulação, discussão e disseminação de informações, seria o passo inicial que garantiria a emergência da Crab. Somente em 1978, foram realizadas mais de

150 reuniões com trabalhadores atingidos. No dia 24 de abril de 1979, 350 agricultores se reuniram na cidade de Concórdia / SC, vizinha do município de Itá, e junto ao grupo da Fapes, decidiram criar uma comissão para encaminhar a luta pelos direitos dos atingidos. Nascia assim a Crab.

A conformação inicial da Crab dar-se-á na estrutura de comissão de representantes, onde a Crab era composta por um determinado número de religiosos, sindicalistas e professores da Fapes. O número de integrantes, variou conforme o tempo, sendo que em 1983, Moraes (1994) relata a formação de uma executiva da Crab composta por um agente da Comissão Pastoral a Terra, um diretor de sindicato de trabalhadores rurais, dois componentes da comissão inicial de 1979, e dois atingidos, além de alguns assessores. A organização inicial da Comissão foi feita em moldes parecidos com a Comissão de Relocação de Itá, embora qualitativamente diferente, dada que se conforma completamente independente do Estado e já com lideranças e entidades com nítido corte popular, são eles: os religiosos da teologia da libertação no âmbito das igrejas, os sindicalistas do nascente “sindicalismo combativo”, e os professores progressistas da Fapes.

No caso das igrejas, é notória a efervescência das comunidades eclesiais de base durante a década de 1970 em diante. A Igreja Católica, por mais contraditória e indefinida que fosse, tinha um projeto a implantar através da teologia da libertação, a construção de uma nova sociedade, a utopia do reino dos céus na terra. Dessa forma, a igreja teria um papel fundamental na disputa ideológica em torno da negação do capitalismo. Obviamente que o desejo de construção do reino dos céus na terra, aproximava-se muito da utopia socialista, e de fato, socialistas e cristãos progressistas passaram por um processo de aproximação, constituindo uma síntese entre a militância combativa e transformadora, com a mística e simbologia cristã de libertação. Síntese essa, que de certo modo, materializou-se em movimentos sociais como o MAB. Segundo Moraes:

O trabalho de constituição da base social do movimento foi, inicialmente, bastante influenciado pela visão que a Igreja Católica tem do problema da terra. Filhas do “mal” capitalista, as barragens aparecem como algo a ser exorcizado para proteger a “pureza” da pequena propriedade rural. É algo que vem de fora, como se não fizesse parte da totalidade das contradições vivenciadas pelos trabalhadores rurais. (MORAES, 1994 p. 227-228).

De forma dialética, a igreja renovada pela teologia da libertação, também precisava encontrar espaços para entrar nas paróquias e capelas das comunidades de descendentes italianos e poloneses, tradicionalmente conservadoras, na beira dos rios do Alto Uruguai. A ameaça de destruição da vida comunitária, representada pelas barragens, foi a porta de entrada dos agentes pastorais progressistas, vencendo resistências das estruturas hierarquizadas e centralizadas nos presidentes de comunidade, diretores de capelas (Moraes, 1994) e também dos párocos locais. Cumpriram papel essencial neste processo, os Bispos Dom José Gomes<sup>30</sup>, da diocese de Chapecó, a qual pertence a cidade de Itá, e Dom Orlando Dotti<sup>31</sup>, da Diocese de Vacaria / RS.

No caso das igrejas, destaca-se também a atuação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) principalmente a partir dos colonos descendentes de alemães. Já na Igreja Católica, apesar das diferenças entre setores progressistas e conservadores no interior da mesma, percebe-se um engajamento dela como um todo, como instituição e estrutura, e não somente pela ação de agentes pastorais, padres, bispos e freiras ligados à Teologia da Libertação. Obviamente, os religiosos progressistas constituíram a linha de frente do apoio aos atingidos, porém os conservadores não se colocaram em oposição, como os bispos da Diocese de Erechim<sup>32</sup>, tradicionalmente ligados a vertente mais conservadora, mas permitindo a liberando a estrutura da diocese para o apoio a Crab, muitas vezes, inclusive, assinando cartas de recomendação em projetos de auxílio financeiro que a Crab apresentava para agências de cooperação na Europa. A ação inicial da igreja junto aos atingidos terá dois efeitos principais sobre o grupo: primeiro, a utilização da legitimidade que a igreja possui entre os trabalhadores da região, para legitimar a Crab perante eles e perante a sociedade; segundo, por meio dos processos de estudo desenvolvidos pelas pastorais sociais e grupos eucarísticos, a igreja será fator fundamental na formação dos líderes locais atingidos que assumiram anos mais tarde, a direção dos destinos da Crab. Nilo Brandi, atingido no município de Itá que viria a ser uma

---

<sup>30</sup> Já falecido.

<sup>31</sup> Hoje, Bispo emérito da Diocese de Vacaria.

<sup>32</sup> Um dos bispos de Erechim chegou inclusive a assinar carta de apoio a legitimidade da Crab na representação dos atingidos, quando está disputava com a Equipe Trabalho e Justiça composta inclusive por ao menos um padre da Diocese.

das principais lideranças do MAB na região, assim descreve sua experiência pessoal até a Crab:

*Anterior ao processo da barragem eu era ministro da eucaristia na comunidade, eu era agente de saúde, por exemplo, assim, eu era o primeiro agente de saúde a medir a pressão do sangue fora do hospital, então, o meu vínculo com a minha comunidade era muito forte.*

No caso dos sindicalistas, a influência inicial foi menor, pois a Crab se forma no mesmo período em que os sindicatos combativos passam a tomar espaço no país, especialmente com as greves operárias no ABC paulista. Os apoios iniciais vieram de sindicatos de trabalhadores rurais controlados por federações ligadas a Contag, com muitos dirigentes sindicais que estiveram a frente das organizações no período da ditadura, convivendo com o regime. Ao longo da década de 1980, a relação entre Crab e sindicalistas combativos será estreitada. Cria-se em todo o Alto Uruguai, movimentos de oposição sindical que buscam ganhar os sindicatos “pelegos” para o campo popular. A Crab, inicialmente tímida nesse processo pelo constrangimento de receber apoio de alguns dos sindicatos tradicionais, logo assume posição na linha de frente junto as oposições e passa a ajudá-las na conquista dos STRs. O sindicato dos trabalhadores rurais de Erechim foi um dos primeiros a ser conquistado, e lá a Crab instala numa sala, sua secretaria regional. O STR do município de Itá é conquistado em 1983, quando Nelson Schiavini, liderança do MAB no local assume a presidência. A formação da CUT neste mesmo ano dá novo impulso ao sindicalismo combativo, e as ligações da Crab com ele. No decorrer da década de 1980, são realizadas escolas sindicais na região Alto Uruguai, para formação de lideranças. A principal influência do sindicalismo combativo sobre a Crab foi no campo teórico, onde este trazia elementos mais concretos da luta da classe trabalhadora, em contraposição de alguma forma, com a influência exercida pela igreja, baseada em conceitos como “opção pelos pobres” e “projeto de Deus”.

Finalmente a Fapes, instituição de pesquisa e ensino superior de caráter comunitária, fundada em 1975 em Erechim, cujos professores foram os primeiros a tomar conhecimento dos projetos da Eletrosul para a região. A criação da Fapes levou em conta a necessidade de um centro de pesquisa e ensino que estivesse ligado aos problemas e á realidade regional. Segundo Rusczyk (1997 p. 118), neste debate se colocavam as forças políticas da região,

especialmente o MDB, que naquela época abrigava as forças progressistas. Com a redemocratização do país, o própria criação do Partido dos Trabalhadores na região Alto Uruguai terá como um dos pólos centrais, os debates no interior da Fapes. A atuação de professores e estudantes da Fapes não se restringiam a área de influência do município de Erechim, mas se estendia também à região de Chapecó / SC, da qual pertence Itá. Da Fapes partia apoio e cursos de formação de lideranças para as oposições sindicais. O trabalho junto aos atingidos por barragens inicia a partir de um projeto de educação popular do setor de extensão rural da Fapes com apoio de entidades de cooperação internacional, liderado pelo professor Raimundo Pedrosa, que viria a ser a principal liderança da Crab até a primeira metade da década de 1980.

A partir deste e de outros trabalhos progressistas, a Fapes passa a sofrer pressão política de setores conservadores. Ao mesmo tempo, o trabalho desenvolvido pela Fapes faz que com outras pessoas se qualifiquem para a liderança dos movimentos populares na região. A disseminação de formação política leva a Crab a acreditar que os próprios atingidos devam ser os sujeitos de sua luta, levando os professores e intelectuais a ocuparem um papel secundário e de assessoria, que vai diminuindo progressivamente ao longo dos anos.

A atuação destes “mediadores” dará os contornos iniciais do movimento contra as barragens, organizado através de comissão de representação dos atingidos frente ao Estado e as empresas do setor elétrico. As primeiras coordenações eram compostas majoritariamente por lideranças não-atingidas. Embora a Crab fosse capaz de organizar grandes atos de massa, ela era vista separada dos atingidos. Ao identificar a Crab, identificava-se seu secretário-geral, sua secretaria, seu presidente, os integrantes da comissão que representavam outras entidades. Ou seja, de um lado estavam aqueles que ocupavam alguma função na estrutura organizativa, especialmente na secretaria, e os outros são os atingidos que não ocupam função específica na estrutura. Desse modo, a Crab assume inicialmente a forma de um “serviço” de intermediação entre os atingidos e os agentes envolvidos na construção das barragens. O movimento social real em formação, dos trabalhadores atingidos, era algo sobre o qual a Crab incidia, mas não era a Crab. De forma dialética, o processo de informação, de formação política, de disseminação de ideais libertadores praticados pelos mediadores, seria responsável, junto com a luta em si por seus próprios interesses, pelo despertar da consciência de vários atingidos que

vão assumindo postos de liderança nas suas comunidades e na Crab. No decorrer do processo de luta, estes fatores fazem com que a manutenção da Crab separada dos atingidos, passe a ser problema para o movimento, que encontrará saídas para superá-lo.

#### **4.6.2 – A CLASSE TRABALHADORA TOMA SEU ESPAÇO: A CRAB COMO MOVIMENTO POPULAR.**

A saída encontrada foi a fusão daquilo que antes estava separado, através da passagem da Crab / comissão para a Crab / movimento, e mais tarde MAB. Hoje seguramente não se pode apontar que o MAB seja seus dirigentes e sua estrutura burocrática, pois não se encontra o MAB somente em suas secretarias, mas sim, em cada grupo de base, em cada reassentamento, em cada barranca de rio onde o movimento está organizado. Houve um verdadeiro processo de “destruição” da Crab para a “construção” do Movimento.

Numa assembléia geral em 1991, deliberou-se pela substituição do nome Crab pelo de Movimento dos Atingidos por Barragens, gesto símbolo da tentativa de fundir organização e movimento, em um único instrumento coletivo. Araújo e Vainer (1989) destacam como pontos que favoreceram a transmutação da Crab de “comissão” para “movimento de massas”, as especificidades da categoria predominante no seu interior, o campesinato. Este segmento tinha uma tradição de luta no Alto Uruguai, seja por crédito, preços, juros etc. A proximidade física com o movimento dos sem terra, que tinha a região como um dos seus principais pontos de formação no Brasil, também é apontando como tendo contribuído para este processo.

No organograma anterior, a Crab tentava estruturar comissões locais em cada comunidade atingida, e comissões municipais, reproduzindo a nível local o mesmo formato organizativo existente a nível regional. Às “comissões” cabia prestar assistência e assessoria, distribuir informações aos atingidos e acompanhá-los nas negociações com a Eletrosul. Com o passar do tempo, as comissões locais dão espaço para os grupos de base, envolvendo todos os atingidos, e as comissões locais e regional, dão lugar à coordenação da Crab, com um grupo dirigente denominado “executiva da Crab”, responsável pelo trabalho cotidiano da organização a partir de sua secretaria, em Erechim / RS. Nota-se que paulatinamente, perdem-se na Crab a figura de presidente, secretário-geral etc, processo que vai moldando a estrutura organizativa do MAB existente até hoje. Para garantir mais coesão e representatividade, a



Crab incorpora cada vez mais agricultores atingidos na sua coordenação, acelerando a mudança de “comissão de assessoria”, pensada e constituída ainda em 1979, para um movimento de massas, que começa a ter contornos mais nítidos a partir das grandes mobilizações de 1983 e 1984 como veremos adiante, se consolidando neste formato a partir de 1986.

No processo, a troca do nome veria a ocorrer anos mais tarde, com o I Congresso Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, que funda oficialmente o MAB em 1991. A partir daí, e durante toda a década de 1990, a organização dos atingidos na bacia do rio Uruguai passa de Crab, para Crab/MAB e finalmente, somente MAB ou MAB Sul. Por volta do anos de 1998, 1999 e 2000, o nome Crab é definitivamente abandonado e hoje faz parte apenas da história do MAB.

A transformação da Crab, de comissão para movimento de massas, ocorre no contexto de um amplo e intenso trabalho de base e formação política que lideranças inspirados nas idéias do “sindicalismo combativo”, desenvolveram em todos os municípios atingidos pelas usinas de Itá e Machadinho a partir de 1985. No município de Itá especificamente, destaca-se a figura de Nilo Brandi, jovem atingido que, em conjunto com outros agricultores, assumiria a primeira direção da Crab majoritariamente composta por atingidos, num momento em que os professores e assessores começam a sair de cena.

Estes atingidos, que assumem efetivamente a direção dos destinados da Crab, vão as bases e promovem uma reconstrução da identidade de atingido, a partir de uma reflexão mais profunda do significado das barragens dentro do modelo energético vigente no sistema capitalista brasileiro e a partir da própria condição ontológica de sua atividade produtiva. Ao atingido, neste momento, é ligada a definição a partir do tamanho de sua propriedade, e se definem pelas relações de produção colocadas, nas quais o trabalho familiar predominante é considerado explorado e submisso ao sistema econômico vigente no Brasil. Ao mesmo tempo, a identidade de atingido se expande quando abriga um sentido ampliado de propriedade, negando os limites jurídicos existentes e incorporando a dimensão social:

O “atingido proprietário” se identifica pelo direito à indenização, prevista em lei, e pelo direito insurgente de participar no processo de definição de valores que, sob a ótica do trabalho, redimensiona a restrita avaliação patrimonialista dos técnicos. Isto caracteriza um trabalho contra-

hegemônico, de recusa da ideologia dominante e de criação de novas representações. (MORAES, 1996 p.153).

Desse modo, no significado de propriedade da terra se incorpora também todos que nela trabalham, mesmo sem título de posse, ou seja, os sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, agregados etc. Estas categorias, assim como a anterior de pequenos proprietários, se definem na identidade de atingido a partir das relações de trabalho em que estão inseridos e colocados, consideradas por sua vez, também como trabalho explorado e submisso ao sistema capitalista.

Deste modo, a partir das relações de trabalho estabelecidas e do reconhecimento mútuo possibilitada por elas e, portanto, a partir de uma situação de classe dada, é que se molda a identidade de “atingido por barragem”, que encontra sua organização no MAB. Desta forma, mesmo divididos entre “proprietários” e “sem terra”, os atingidos por barragens se reconheçam, se identifiquem e se encontrem como classe no MAB. O termo atingido, pouco a pouco, vai perdendo o sentido de vítima passiva e passa a designar sujeitos ativos, capazes de ir a luta pela garantia de seus direitos. Neste momento, a Crab deixa de ser “comissão de representantes”, e passa a ser o “movimento social” inquestionável dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itá.

#### **4.6.3 – PEQUENOS PROPRIETÁRIOS AGRÍCOLAS E SEM TERRA: NO MAB A UNIDADE POSSÍVEL DA DIVERSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.**

A Crab foi identificada como a organizadora de uma luta por indenizações justas capaz de garantir a reprodução dos pequenos agricultores. Outras vezes foi identificada com a luta dos sem terra, com um discurso socializante, envolvendo reassentamentos coletivos, modelo de produção alternativo, dentro da luta mais ampla pela reforma agrária no Brasil. Parece que essa aparente separação de sujeitos sociais envolvidos na luta, teria dificultado a construção de um sujeito coletivo único, e a Crab teria dificuldade de fazer a síntese, o que a manteve como “comissão” por longo tempo.

Porém, com o desenrolar da luta e evolução dos acontecimento, a situação comum de trabalhador e de explorado foi capaz de unir o que antes parecia distante. Araújo e Vainer (1989) destacam a importância dessa união realizada dentro da Crab entre pequenos

proprietários, que foram a categoria de maior peso, e os sem terra, que com o tempo se consolidam e ganham força. De fato, a identidade de atingido organizada pelo MAB, dessa forma, faz um recorte de classe, cabendo na organização do MAB, os atingidos pertencentes à classe trabalhadora e os que a apóiam, ficando de fora, os segmentos atingidos próximos à pequena burguesia, ou influenciados pelas classes dominantes.

A unidade de classe entre pequenos agricultores e sem terra foge à maioria dos esquemas teóricos de classe correntes nas ciências sociais. O próprio MAB, por meio de sua prática cotidiana mostra que na luta por direitos, na luta contra a exploração do capital, pequenos proprietários e sem terra, a despeito de suas peculiaridades que os fazem setores distintos, são uma só classe, a classe trabalhadora.

O entendimento dos pequenos proprietários como classe trabalhadora parte do princípio que o valor da terra não está apenas no seu potencial de venda, mas no trabalho que nela se desenvolve e na sua capacidade de prover a vida material, cultural e política do trabalhador rural. Dessa forma, a pequena propriedade se define pelo trabalho. E como trabalhadores, os pequenos proprietários seriam capazes de demonstrar no MAB, identificação e solidariedade de classe com os demais trabalhadores. Três são exemplos emblemáticos dessa característica. Primeiro, a luta por reassentamentos coletivos que, apesar de consolidada por pequenos proprietários, quem mais se beneficiou foram os sem terra. A maioria dos pequenos agricultores acabou optando somente por indenizações, enquanto que os sem terra atingidos demoraram a incorporarem-se com força na luta do MAB, pois primeiro necessitavam quebrar as barreiras ideológicas do senso comum no contexto do estado capitalista, que legitima indenização somente para os detentores de propriedade privada na forma como o sistema judiciário a entende.

Em segundo lugar, quando da distribuição de indenizações para compra individual de outros lotes de terra, os pequenos proprietários organizados no MAB se deram conta que estavam sendo levados a visitar terras de outros pequenos proprietários que as colocaram a venda, pressionados por dificuldades econômicas, vencimento de dívidas e juros bancários. Situação esta, que podiam se identificar perfeitamente, e que leva o MAB a exigir o total controle dos atingidos sobre os critérios e locais a serem pesquisados. Segundo Moraes, do contrário, os pequenos proprietários podiam até resolver seus problemas individuais, mas

provocariam sério desequilíbrio na estrutura fundiária da região como um todo, ocasionando a expulsão de agricultores endividados para dar lugar aos atingidos indenizados.

Esta experiência desperta a solidariedade de classe com agricultores não atingidos pelas barragens apenas, mas pelo processo de modernização em sentido geral. O exercício de um direito propicia a interrupção da heterogeneidade e da singularidade da situação de atingido na descoberta da identidade com outras situações de classe. (MORAES, 1994 p. 277).

O terceiro e último exemplo, era a relação estabelecida com os operários das obras da barragem de Itá. Um trabalhador atingido assim se refere a uma ação do MAB na nova cidade de Itá, que ilustra bem a postura do MAB em relação aos trabalhadores da barragem:

*Nós paralisamos toda a cidade. Nós chegamos a parar naquele dia acho que em torno de trezentos operários que a gente nem conhecia (...) Nós não chegamos a criar atrito com os trabalhadores porque nosso objetivo não era brigar com os trabalhadores. Não teve atrito nenhum. Pra nós era muito claro, eles tavam defendendo o pão deles. Não tinha atrito nenhum com o trabalhador em si. Claro, porque o nosso inimigo era o chefe e dali pra frente que conduzia o sistema.*

Recorremos novamente a Moraes, para exemplificar como a realidade do MAB quebra, na prática, teorias de classe arraigadas em esquemas acadêmicos tradicionais. Em sua pesquisa, Moraes relata a existência no Alto Uruguai, da Escola Sindical Margarida Alves (Esma), pela qual passaram muitos militantes do MAB no final da década de 1980. Nessa escola, houve uma redefinição de conceitos trazidos por professores adeptos de um marxismo economicista ou ortodoxo, quando em contato com trabalhadores da bacia do rio Uruguai. Numa relação dialética entre professor e aluno, chega-se à conclusão que a teoria trazida pelos professores acostumados aos grandes clássicos do marxismo internacional, parecia desvinculada com a experiência vivida e a realidade da região.

Os trabalhadores não conseguiam se ver nos esquemas de “operários”, ou como “pequena burguesia rural”, que os professores tentaram enquadrá-los inicialmente. Ao mesmo tempo, devido às dificuldades observadas na aplicação prática destes conceitos, os professores passam a se aprofundar nas leituras de estudiosos da realidade brasileira e se mostram desde então, mais sensíveis aos problemas concretos da luta social. Deste modo, a partir de 1989 houve mudanças metodológicas na Escola Sindical:

Os professores da Esma começaram a abandonar o “esquema fechado” das três classes (burguesia, pequena-burguesia e assalariado), substituído por discussões que induziam os participantes a tentarem uma elaboração própria do que são classes sociais. (...) A multiplicidade de tipos sociais encontrada nos municípios, a partir de levantamentos feitos pelos próprios “alunos”, chamou a atenção para as mudanças provocadas pela expansão do capitalismo no campo. A observação da situação concreta dos “pequenos proprietários” permitiu a compreensão de que são tão explorados quanto os assalariados, embora de forma diferente. (MORAES, 1994 p. 187).

De fato, a realidade das novas relações de produção no campo impunha outras categorias que forçavam uma redefinição dos esquemas anteriormente aprendidos. Isto representou um grande avanço teórico e político para intelectuais que superaram a visão estreita de ver os pequenos proprietários como “pequenos-burgueses” desprovidos de um potencial de luta e de transformação. Adiante veremos como a luta social concreta no MAB, evidencia e molda ao mesmo tempo, os contornos da classe trabalhadora entre as populações atingidas por barragens.

#### **4.7 – A NOTÍCIA DA OBRA NO MUNICÍPIO DE ITÁ.**

Já em 1977 houve notícias desencontradas em Itá sobre projetos de barragem na bacia do rio Uruguai. Para a maioria da população da sede do município, a desconfiança de que “algo estava errado”, fortalecia-se na medida em que aumentava a movimentação de técnicos, principalmente quando estes vinham com helicópteros, aparelhos de grande curiosidade nos municípios do interior.

*Num determinado dia baixou um helicóptero que trouxe algumas pessoas, não sei porque vieram de helicóptero, a gente não sabe isso, mas com certeza algumas pessoas com mais poder de decisão, dentro da Eletrosul, diretores, e aí então que a coisa começou a criar expectativa na cidade. (Egídio Paludo, ex-prefeito de Itá).*

Já os agricultores, mais distantes da cidade, permaneciam à margem destas informações, percebendo algo quando de suas idas na sede do município ou quando da visualização de estranhos nas suas comunidades, conforme relato de um integrante do MAB:

*Morava junto com meu pai. Ele ficou decepcionado porque eles vieram, avançaram por dentro da área de terra dele lá sem pedir licença pra ninguém, não pediram licença pra mim demarcar a área e medir, mediram tudo, derrubaram milho dobrado e coisa pra lá. Só que daí, ninguém falava*

*nada, meu pai disse: vai fazer o quê? Vai pra cima deles? Vai tocar o quê que é? Porque todo mundo fica quieto, todo mundo, ninguém falava nada. Daí ficou naquela. Foram medindo, avançando e tal só depois que nós fomos descobrir que era por causa da barragem que eles tava medindo as coisas.*

O primeiro a receber oficialmente a notícia da construção da barragem de Itá foi o prefeito da época, que a repassou a seu círculo de apoio. A maioria da população, notadamente os setores mais pobres e menos influentes na política local, continuavam sem informação, descrentes dos boatos que circulavam e descredulos da possibilidade de Itá ser alagada, dada a altura e distância que a cidade se encontrava em relação ao Rio Uruguai. Segundo Peixer:

*A notícia da construção da barragem, no início de 1979, e a perspectiva de não alagar a sede é de conhecimento de apenas alguns segmentos como comerciantes, setor administrativo, profissionais liberais e algumas pessoas do setor educacional. O acesso a esta informação relacionava-se à proximidade que estes segmentos possuíam com o setor administrativo do município. (PEIXER, 1993 p. 23).*

Peixer relata também a estratégia inicial da Eletrosul para conquistar o apoio da população de Itá à construção da barragem:

*A estratégia utilizada pela empresa era, no primeiro momento, não liberar todas as informações e dados sobre a área e sobre o projeto. Em um segundo momento, liberou as informações e, simultaneamente, fez um trabalho de marketing, de venda de um produto, informando sobre o “progresso” que viria para a região e sua inevitabilidade. (PEIXER, 1993 p. 25).*

Primeiro a Eletrosul informou que a cidade não seria alagada e destacou as vantagens para o município que poderiam ser obtidas com a obra. Neste momento se dirigiu principalmente para determinados grupos de maior influência no município. Somente depois, a empresa comunicou que a cidade também seria alagada. Desta forma, Itá viveu um primeiro momento de euforia, pois a elite econômica local já havia criado expectativas de progresso. De fato, o ex-prefeito Egídio Paludo, que na época era um pequeno empresário em Itá, assim relatou como foi “convencido”:

*Eles já definiram para nós que já tinha projeto e não tinha como diminuir o tamanho da usina porque tinha que aproveitar a queda do Rio Uruguai e aproveitar o volume d’água, enfim, convenceram os mandantes do município da época que a usina era intransferível e era, como precisava para o progresso do país, a energia elétrica e assim por diante, enfim, convenceram.*

Esta estratégia foi aos poucos, minando as possibilidades de resistência, ao mesmo tempo em que formou no local, uma base política de apoio ao projeto. Em fins de 1979, a Eletrosul tornou pública a notícia do alagamento da cidade de Itá. Mais uma vez, poucos indivíduos tomaram conhecimento da notícia logo no início. Segundo Peixer, esta foi repassada apenas para um pequeno grupo de pessoas, lideradas pelo prefeito, que se dirigiram a Eletrosul para solicitar ajuda ao município a fim de adaptar a estrutura para atender às demandas de construção de uma barragem. Nossa pesquisa registrou versão parecida de como a notícia da inundação chegou a Itá, através de reunião com “lideranças” convocada pelo prefeito.

*Numa determinada noite, acho que foi final de novembro, dezembro de 79, o prefeito convocou ali as lideranças da cidade, que deu em torno de umas 50, 80 pessoas. Num determinado momento da reunião, um dos diretores que estava presente, anunciou na comunidade que será feita a usina, tem projeto e que a grande surpresa, mas hoje ou mais amanhã vocês vão ter que ficar sabendo, porque nós vamos ter que programar junto com vocês um grande trabalho para Itá. E aí nesse momento ele falou, “a cidade será coberta pela água do Rio Uruguai, será inundada pela Usina”. (Egídio Paludo)*

Quando a certeza do alagamento sai dos círculos da elite e chega à população da cidade de Itá em geral, o sentimento é de desespero, principalmente com a sentença de inevitabilidade e irreversibilidade transmitida e reafirmada pelo prefeito e pelos comerciantes à população, demonstrando o acerto da estratégia da Eletrosul que na época nem sequer concessão oficial para construção da UHE Itá havia conseguido, quanto mais uma fonte segura de recursos disponíveis. No caso da concessão oficial, só foi conseguida em 03 de março de 1981, e os recursos para construção da obra só vieram com força na segunda metade da década de 1990, ou seja, mais de 15 anos depois de anunciada a inevitabilidade, pelo prefeito e comerciantes. Porém, considerando a barragem “irreversível”, a população não encontra respaldo nas lideranças locais para se posicionar contra, e nem se considera no direito de decidir pela aceitação ou não da construção da barragem.

Nas áreas de Itá mais distantes da influência do pequena elite local que circulava em torno da prefeitura e que se encarregou de disseminar a *utopia do progresso*, a história era outra. As notícias dos impactos das grandes usinas hidrelétricas em construção pelo país, logo chegaram na região, os atingidos por Itaipu inclusive, gravaram depoimentos sobre o drama

que viviam, ou vieram fazê-los pessoalmente na barranca do rio Uruguai. Estes fatos, aliados a atuação dos “mediadores” possibilitou a percepção das perdas que a população teria com a construção das barragens. Além disso, as informações vagas, inadequadas e ambíguas sobre os critérios para as indenizações e reassentamento, ou simplesmente, a falta destas informações, gerou incerteza e angústia na população da região, que resultaram na resistência organizada à barragem.

#### **4.8 – A NOVA ITÁ, VITRINE DO MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO.**

A nova cidade de Itá foi realmente um grande feito da Eletrosul. Uma cidade planejada, ruas pavimentadas e arborizadas, rede de esgoto, de luz, prédios públicos bem acabados, centro comercial, escolas, praças, casas de alvenaria. Uma cidade bonita e agradável, digna de orgulho para todos os seus moradores. Apesar dos 15 anos que demorou em ser concluída e de alguns problemas, principalmente com sua periferia, a nova Itá destoa do contexto do setor elétrico brasileiro, marcado pelo descaso social e falta de reparação aos atingidos. A exceção representada pela nova Itá explica-se pelo contexto peculiar em que foi construída, como veremos adiante. Primeiro, é importante salientar a importância que a nova Itá atingiu como vitrine do setor elétrico brasileiro, conforme Moraes, por volta de 1987:

A construção da Nova Itá já havia se constituído no grande cartão de visitas da Eletrosul, que alardeava a excelência do tratamento dispensado aos atingidos. (p. 156 1996).

Ainda segundo a pesquisa de Moraes, um ano antes, o jornal Zero Hora de Porto Alegre publicou a seguinte nota sobre a construção da Nova Itá:

Os responsáveis pela Eletrosul resolveram fazer da mudança de Itá uma vitrine, para mostrar às outras localidades, que serão desapropriadas, o tratamento que as centrais dão aos atingidos pelas águas de suas represas. (ZH, 28.09.1986). (MORAES, 1994 p. 232).

É importante ter claro, que a Eletrosul ao anunciar em 1979, os 22 projetos de barragens que pretendia executar na bacia do rio Uruguai, depara-se com uma forte e aguerrida resistência popular, não só dos atingidos pela UHE Itá como veremos adiante, mas na UHE Machadinho e em várias outras barragens da região. Dado o contexto de abertura



política e liberação do regime autoritário que se processava no país, o recurso à utilização dos aparelhos de repressão do Estado, estavam limitados. Dessa forma, a violência oficial para conter a resistência popular e “resolver o problema social”, não poderia ser utilizada, pelo menos não nos moldes que foi utilizada nas hidrelétricas de Itaipu e Passo Real anos antes.

Neste sentido, a estratégia para viabilizar os 22 projetos teria que contar com outras “armas”. O primeiro recurso utilizado é a propaganda e o marketing, disseminando a idéia do desenvolvimento e do progresso. Porém, esta ferramenta mostrou-se com alcance limitado, atingindo principalmente setores empresariais de centros urbanos de municípios maiores, a exceção ocorre como vimos, na cidade de Itá.

Um aspecto fundamental do processo, é que a primeira barragem na ordem de prioridade prevista pela Eletrosul para a Bacia foi a de Machadinho. A UHE Itá constava como a segunda a ser construída. Somente a partir de 1982, frente à ferrenha resistência dos atingidos da UHE Machadinho, especialmente os moradores do então distrito de Carlos Gomes, área urbana que desapareceria completamente, a Eletrosul inverteu a ordem, passando a priorizar a UHE Itá, onde havia possibilidades de enfraquecer a resistência, dividindo-a e cooptando uma parte.

Nota-se que a resistência dos 800 moradores de Carlos Gomes, que inviabilizou a construção da UHE de Machadinho naquele momento, fazendo a Eletrosul voltar suas forças para a construção da UHE Itá, trouxe aprendizados à empresa que foram aplicados na prática. Além disso, o período que vai de 1979 até 1987, é considerado uma das fases de maior intensidade na luta contra as barragens. Foram realizadas grandes romarias, um abaixo assinado com um milhão e dezesseis mil assinaturas contra a construção das barragens, funcionou a Comissão Especial de Barragens na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que se manifestou contra a construção de barragens; inúmeras marchas, ocupações de escritórios, e ações diretas para impedir o trabalho da empresa na região, como o bloqueio de estradas e apreensão temporária dos funcionários que entravam nas comunidades sem permissão dos moradores.

Todos estes fatos fizeram a Eletrosul perceber que, na luta ideológica, apenas propaganda não seria suficiente para viabilizar os projetos de barragem. Seriam necessários sim, argumentos mais sólidos e palpáveis, e ações concretas que servissem de exemplos aos

demais atingidos. A conjuntura especial formada na cidade de Itá com a receptividade da elite local ao discurso do progresso e sua perspectiva de ganhar dinheiro com a Barragem, fez com que a Eletrosul escolhesse o trabalho neste lugar como o exemplo a ser construído. Dessa forma, a Empresa construiu um pacto em Itá, como bem relata um ex-prefeito de Itá:

*Enfim, nos convenceram, e nós formamos um pacto na época, com a Eletrosul e com o governo do estado, de que nós iríamos fazer uma grande parceria e íamos trabalhar na política da boa vizinhança.*

Uma liderança do MAB em Itá assim descreve a situação:

*Na cidade não teve uma luta maior pra conseguir o que eles conseguiram. Eu te diria, na questão da cidade, que se você quer conquistar uma criança você vai com um doce no bolso. E o que o projeto capitalista precisa, por exemplo, na época: era 22 barragens na bacia do rio Uruguai, 40 mil famílias atingidas, duzentas mil pessoas...quer dizer, claro que o primeiro passo tinha que ser uma bandeja cheia de quesitos né.*

E foi. O início da construção da cidade nova de Itá no ano de 1983 coincide com o início do período de maior rejeição a UHE Itá, quando a Crab toma uma posição firme contra a construção desta hidrelétrica, sintetizada na palavra de ordem “terra sim, barragem não”. O não às barragens significava também, um Não a Eletrosul, onde a Crab exigia o seu fechamento. Em relação a este período, Zander Navarro escreveu:

A Eletrosul começou as obras da Nova Itá, que substituiria a cidade de Itá e deveria ser uma espécie de modelo para as outras obras. (NAVARRO, p. 79 1996).

Quanto ao “doce no bolso” para conquistar a população da cidade de Itá, pelo menos para a elite local em torno da prefeitura, ele foi grande e saboroso. Entre outros exemplos, temos a escolha da área da nova cidade de Itá ainda em 1980, feita as pressas pela prefeitura que, no ano seguinte, já instala a pedra fundamental das obras que seriam concluídas somente em 1996.

A Eletrosul fez um inventário no município de Itá e descreve três áreas propícias à transferência da cidade. A escolha da Comissão de Relocação feita em setembro de 1980, recaiu sobre a opção C, conhecida na época como Altos de Itá, há aproximadamente 5 km da velha cidade. A área de terra pertencia a família Sartoretto, do prefeito na época Januário Sartoretto do PDS, que controlava a Comissão de Relocação. A família Sartoretto mantém até hoje

grande influência econômica e política no município, sendo que o prefeito no período 2005-2008 é Jairo Sartoretto. Além disso, além de terem vendido a área de terra que conformou a nova cidade de Itá, a família manteve a propriedade sobre áreas remanescentes no entorno da nova zona urbana, que foram consideravelmente valorizadas nos anos seguintes. Registramos em nossa pesquisa, os “atingidos”, e bem indenizados, pela área da nova cidade:

*Inclusive essa cidade aqui em cima era tudo na terra do meu pai.  
(Dona Ortenila)*

*Coincidentemente eu moro fora da área urbana, porque na mudança da cidade eu tinha uma pequena área de terra, onde eu moro hoje, eu fiz minha casa por minha conta e não pela relocação da cidade pela Eletrosul, porque eles só faziam pela área urbana. Eu quis fazer lá porque entendi que era um lugar bonito (...) moro bem ao lado da área urbana, bem próxima a cidade, (...) é no bairro Colina Verde, onde a gente criou também esse nome do bairro e que, faço parte da comunidade. (Egídio Paludo, ex-prefeito).*

A compra da área foi feita pela própria prefeitura, dado que a Eletrosul na época ainda não tinha a concessão da Eletrobrás para iniciar qualquer obra relativa a barragem de Itá, apenas fazer os estudos necessários.

*Essa área a prefeitura adquiriu de treze proprietários, treze agricultores. Que por coincidência, quando eu assumi o poder público, a prefeitura, em 83, foi no meu mandato que a gente acabou de pagar os proprietários (...) Porque a área da cidade nova de Itá não era da Eletrosul, era obrigação deles, mas era propriedade do município, depois no final da negociação toda então, a Eletrosul indenizou a cidade velha para o município já que aqui era de obrigação deles fazer. O município se antecipou, não só na compra da área, mas isso tudo foi meio tratado, combinado, comissão de relocação, poder público e Eletrosul. (Egídio Paludo, ex-prefeito)*

A população simples de Itá achou a transação no mínimo estranha. Até hoje, há reclamações em Itá quanto à escolha da área da cidade. Muitos moradores acham que a cidade deveria ter sido construída em regiões mais planas do município. A nova Itá é conhecida na região por possuir um formato de espigão ou “tripa” no linguajar popular, por estar localizada numa elevação, onde possui mais de 3,5 km de comprimento, por apenas 300 metros de largura na zona central, beirada por terrenos de grande declividade, difíceis de serem habitados.

Esta característica faz com que hoje haja a impossibilidade da cidade se expandir lateralmente, somente podendo crescer de forma longitudinal, o que trás dificuldades de

locomoção aos moradores, com poucas opções de transporte público para percorrer o trecho de mais de 3,5 km da cidade. Nota-se que isso constitui uma anormalidade em se tratando de cidades da região Alto Uruguai, que em sua maioria estão localizadas nas áreas planas entre os morros característicos da região, expandindo-se para os lados a partir de um ponto central onde estão localizadas geralmente a igreja e uma praça. As cidades características do Alto Uruguai são marcadas pela proximidade, onde o local de moradia está há poucos metros do trabalho, do comércio, da escola, da igreja, da parte administrativa, dos bancos e dos órgãos públicos em geral. Na nova Itá, a disposição espacial dos setores e atividades mudou completamente. Alguns depoimentos de moradores da cidade discorrem sobre os motivos da escolha deste local para a Nova Itá:

*Eu acho que não seria o melhor lugar pra construir a cidade não. Influência do prefeito da época e dessa Comissão né, que tudo eles tinham terra nessa área aqui. Nós achava que ia sair na Santa Cruz, e depois foi mudado pra cá. (vereador).*

*Sei que onde favorecia mais, tinha uma região mais plana, descendo aqui pro lado de baixo da barragem, que é Itá ainda, na região de Santa Cruz, uma região muito boa também pra se construir. Mas eles comentavam na época que ter escolhido aqui era porque tinha uns donos das terra aqui que eram da administração (prefeitura). (moradora de Itá).*

*Acho também que houve uma questão muito política na época, a nossa região aqui tem um local muito próximo, um lugar muito maior, com uma planície maior, muito mais ampla, se você pegar aqui no hotel tem 50m de largura somente, então acho que também houve um problema político nisso, onde algumas famílias foram beneficiadas, por causa dessas negociatas. (associação comercial).*

Logo após o anúncio dos projetos de barragem na bacia do rio Uruguai, no começo da década de 1980, seguiu-se à crise econômica vivida pelo país no período, o que fez escassear os recursos para as grandes obras. Assim, a Eletrosul encontra na própria Comissão de Relocação e na prefeitura de Itá, um aliado importante para desenvolver uma busca frenética por recursos para construir a UHE Itá, que duraria as duas décadas seguintes. Primeiro junto ao governo federal; no final dos anos 1980 e na década de 1990, junto a organismos financeiros internacionais; e finalmente na iniciativa privada, com a privatização completa da parte de geração da Eletrosul em 1997.

A Nova Itá começou efetivamente a ser construída em 1984, e foi inaugurada oficialmente em dezembro de 1996. Em 1986, o então presidente da Eletrosul inaugura, com a presença de apenas 100 pessoas, as primeiras obras da nova cidade: o centro comercial, a praça central, o centro administrativo municipal, uma escola, parte do conjunto residencial e da infraestrutura urbana (algumas ruas, pavimentação, água e esgoto, energia elétrica etc.). No entanto, a pico da obra se daria só a partir de 1991.

Peixer (1993) relata a construção da nova cidade de Itá, como um monumento, como um espaço símbolo de representação, tanto da política da Eletrosul, quanto do desejo de progresso alimentado pelas lideranças e autoridades municipais.

Enquanto monumento, as festas eram os momentos altos de motivação e legitimação. Desde o início, quando só havia a terraplanagem e alicerces de algumas construções já eram feitas festas/churrascadas na nova cidade, principalmente, em frente à construção da nova prefeitura. (...) Estas festas eram promovidas pela prefeitura em parceria com a Eletrosul. A festa servia como um elemento congregador e formador de opinião da localidade bem como legitimadora das ações da prefeitura. (PEIXER, 1993 p. 80).

Enquanto a relocação da cidade de Itá andava, nos outros municípios atingidos, os trabalhos de relocação nem haviam começado. O pesquisador Valdir Zonin (1994), em sua pesquisa de campo realizada em 1993, observou que a sede do município de Itá já havia sido totalmente relocada. Já no município de Severiano de Almeida, das 168 famílias atingidas, nenhuma havia sido reassentada ou indenizada até aquele ano. Em Marcelino Ramos, as 155 famílias atingidas na zona urbana do município também não haviam sido relocadas, o que de fato só viria a ocorrer no final da década de 1990 e início dos anos 2000, praticamente 20 anos depois que o marco inicial de construção da Nova Itá foi instalado.

*A comunidade representada pela comissão de relocação decidiu trabalhar em parceria, na inauguração da cidade já no ano de 96, foi feita uma placa “a parceria feita entre poder público do município de Itá e Eletrosul deu certo” uma placa feita na inauguração da cidade. (Egídio Paludo, ex-prefeito).*

Esta “parceria”, efetivamente deu certo, tanto para os itaenses que se beneficiaram com a construção da nova cidade, quanto para o setor elétrico, que desde então passou a ter um cartão de visitas concreto para demover resistências contra projetos de barragem. Esta parceria foi possível em Itá graças ao predomínio do setor economicamente mais forte da cidade que

conformou a Comissão de Relocação, ao perceber logo que poderia se beneficiar economicamente da construção da UHE Itá. Como também tinha forte influência, senão comandava completamente, o poder público municipal e a maior parte das organizações da comunidade na cidade de Itá, utilizou-as para irradiar seu sentimento favorável à obra, que acabou sendo majoritário no local.

Dessa forma, hegemonizou a condução dos habitantes da cidade na defesa dos interesses de classe que lhes eram inerentes frente à barragem. A população rural, mais afastada desse setor, não só fisicamente, mas também pelos próprios preconceitos existentes nos pequenos municípios do interior do sul do Brasil entre os moradores da cidade e os *colonos* no sentido pejorativo que é dado a esta palavra nessas regiões e, portanto, afastada de sua hegemonia, deu-se conta que essa oportunidade, de obter vantagens econômicas com a construção da barragem, seria apenas para um determinado grupo. Dessa forma, constituiu-se logo enquanto movimento social popular com o objetivo de lutar pelos seus legítimos interesses, antagônicos aos interesses do setor da classe dominante local que hegemonizou a Comissão de Relocação.

Os trabalhadores da cidade de Itá não tiveram, em sua grande maioria, o mesmo destino. Envoltos na ideologia do progresso, disseminado pela elite econômica local e pela Eletrosul através do campo da política, através de propaganda, pressão do Estado e de instituições sociais tradicionais, acabaram aderindo a um projeto que não era seu, mas que moldou uma correlação de forças tal, que se impôs no local.

Para compreender essa situação, recorremos à formulação de Gramsci no que ele considera “bloco histórico”, ou seja, o conjunto da infraestrutura e superestrutura num processo complexo, contraditório e discordante, entendido como reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Entendemos a importância do campo estrutural da sociedade, onde estão localizados os meios de produção e as relações de trabalho; sobre as superestruturas, onde estão presentes as demais dimensões da vida humana e social, como a cultura, a política, o Estado, as ideologias, a educação, a comunicação, a religião etc. Porém, sem diminuir o peso das relações econômicas, verificamos a existência de uma relação dialética entre estes dois campos, onde inexistem uma relação pura de causa e efeito, mas múltiplas e contraditórias interações tanto entre a infraestrutura e a superestrutura, assim como

no interior delas. Este processo é que vai moldando o movimento da história, que não resulta de uma determinação economicista, mas segundo Gramsci, em termos de “correlação de forças” resultante da dialética das relações entre as forças sociais. Estas forças sociais se constituem no campo econômico, a partir das relações que estão presentes na infraestrutura de uma determinada sociedade, mas se enfrentam essencialmente no nível das superestruturas.

Por isso que os sujeitos políticos específicos construídos num processo de luta, possuem contornos delimitados por uma determinada relação de trabalho que estão inseridos, portanto são sujeitos que dão visibilidade a uma classe social; mas também são influenciados por questões presentes na superestrutura, o que explica por que trabalhadores se referenciam pela comissão de relocação na cidade de Itá:

*Tem gente que de repente mesmo vindo de uma maioria desfavorecida não consegue entender o processo e acaba defendendo sem saber. Foi o que ocorreu com os pobres da cidade (de Itá), porque os formadores de opinião é uma equipe bem desgraçada porque esse pessoal eles tão todo dia na roda de chimarrão, tão todo dia sentados na barbearia, tão no posto de gasolina, tão no posto do hospital, tão sentado em qualquer departamento público só trabalhando isso, só fazendo isso. Então, por exemplo, assim, que nem a empresa tentou no começo aqui, vinha gaitero, vinha violeiro, vinha cantadores, tudo pra induzir o pessoal. Então, quem tinha uma bodeguinha, claro que não ia contra porque o cara ia tocar e cantar de graça na bodega do cara. Ai o bodegueiro é aquele que tu ia lá, era o cara de tua confiança durante vinte, trinta anos e de repente o cara é a favor da barragem. Como é que tu vai ser contra o cara? É uma coisa assim, terrível. (liderança do MAB em Itá)*

#### **4.8.1 – A PERIFERIA DE ITÁ.**

Duas vilas na periferia de Itá não foram contempladas com o processo de permuta de casas para a cidade nova. A Vila Januário, constituída por casebres no caminho da cidade para a balsa no Rio Uruguai, onde viviam trabalhadores temporários de extrema pobreza. E a Vila Jandira, composta por trabalhadores empregados da serralharia e das marcenarias, além de funcionários de baixo salário da prefeitura ou, de prestadoras de serviços á Eletrosul. Alguns moradores da vila Jandira também trabalhavam como assalariados temporários na agricultura. Ambas as vilas forneciam a mão-de-obra para os trabalhos temporários na cidade, como faxina, capinar terrenos, descarregar caminhões etc.

Mesmo fazendo parte da pauta de negociações da Comissão de Relocação, a mesma não colocava o assunto em discussão e nem dava encaminhamentos adequados junto a Eletrosul. Além dos preconceitos inerentes a situação de periferia pobre, característico de qualquer cidade brasileira, seja grande ou pequena, os moradores destas vilas sofreram com a falta de regularização fundiária e das escrituras de seus terrenos. Pelo menos a vila Jandira, onde residiam 23 famílias, foi construída em uma antiga chácara com loteamento clandestino, feito e comercializado pelo seu dono. No momento da indenização da antiga Itá e construção da Nova, a Comissão de Relocação intermediou a indenização para o proprietário, já falecido, cuja viúva e herdeiros residem hoje na cidade vizinha de Concórdia / SC.

Além disso, a vila Jandira estava situada numa elevação de terreno em relação à antiga Itá, o que lhe deu a condição de “parcialmente atingida”, com o alagamento chegando a apenas algumas casas. Como o loteamento não estava regularizado e o registro na prefeitura dava conta da existência de uma chácara no local, a vila foi considerada pela Eletrosul como área rural e não perímetro urbano, conforme relato do ex-prefeito de Itá.

*A Eletrosul nunca aceitava tratar ela (a Vila) da mesma maneira. Primeiro porque eram fora da área urbana, segundo porque eles estavam num local onde eles não eram proprietários de fato, eram só donos através de um contrato. Porque o cidadão que loteou a área não fez um loteamento oficial, apenas foi lá, traçou vários lotes, bem irregulares e passou a fazer vendas aos cidadãos, as famílias começaram a construir, daqui a pouco a Celesc colocou energia, a Casan colocou água e se transformou num bairro da cidade, porém não legal, não documentado, não reconhecido pela própria câmara de vereadores. (Egídio Paludo, ex-prefeito).*

A falta de reconhecimento da vila Jandira como parte da cidade ocorreu, apesar da organização da mesma como área urbana, da sua proximidade com centro da velha Itá e de sua dependência econômica e social em relação à cidade, como revela o próprio relatório feito pela consultoria CNEC, responsável também pelos estudos de impacto ambiental da UHE Itá, onde afirma “Vila Jandira é praticamente uma extensão da cidade de Itá, configurando-se como um bairro periférico” (CNEC, 1988).

Mesmo assim, até o início dos anos 1990, tudo indicava que a cidade de Itá sairia do lugar, mas sua periferia permaneceria lá. Algo estranho e sem precedentes esteve para acontecer. A nova Itá ficaria sem sua *periferia pobre*, enquanto a periferia pobre, já não seria



mais *periferia*, apenas continuaria *pobre*, pois por estar numa parte alta não seria alagada, e poderia continuar no mesmo lugar, sem sua cidade.

Uma liderança do MAB na cidade de Itá assim se referiu a situação:

*Aqui dentro da cidade mesmo houve diferenças. Tinha na época ali a vila Jandira, outras pessoas que moravam ao redor da cidade, que viviam dependendo da cidade e essas pessoas não tiveram o privilegio que teve o pessoal da cidade. Os bairros ali onde colocaram esse pessoal, trouxeram o material que sobrou da cidade velha, tiraram a madeira que tinha lá para fazer umas casinhas para colocar esse pessoal. Eu acharia que devia de ter o mesmo direito que os outros. A comissão que tinha de relocação, eles tinham interesse em colocar a cidade, o pessoal que era ali do centro, esse pessoal ali, eu acredito que eles não se preocuparam com o pessoal que morava nas periferias, na região ao redor e que dependiam da cidade.*

Frente a falta de preocupação da Comissão de Relocação com o caso, o MAB decide começar a atuar nas Vilas. No início dos anos 1990, militantes do movimento já trabalhavam na organizando dos atingidos e a direção do MAB passa a pautar a questão das vilas de Itá em suas reuniões de negociação com a Eletrosul. Assembleias foram organizadas no local com apoio da paróquia de Itá, onde se percorria casa por casa para organizar os trabalhadores da periferia urbana de Itá. Logo, estes estavam participando das manifestações públicas do MAB e lutando lado-a-lado com os demais trabalhadores atingidos na busca por seus direitos.

A pressão organizada, neste caso específico, foi feita não só em relação a Eletrosul, mas também à prefeitura de Itá e a própria Comissão de Relocação, que foi forçada a definir a situação da periferia de Itá e encontrar lugar para seus moradores na nova Itá.

*No final do processo para eles terem as mesmas condições, o município resolveu dar uma área da nova cidade, que hoje é o bairro das Palmeiras, a prefeitura deu o terreno, e a Eletrosul deu o terreno como se fosse urbano da cidade. Daquele área (da Vila Jandira), foi indenizado o proprietário, o proprietário vendeu os lotes e depois ainda recebeu. (Egídio Paludo, ex-prefeito de Itá).*

Dessa forma, com pressão sobre a Comissão de Relocação e a Eletrosul, estes trabalhadores tiveram suas casas indenizadas pela Empresa e puderam construí-las novamente num terreno na nova cidade de Itá. O que não mudou foi sua situação de periferia pobre. Deixaram as vilas Januário e Jandira, para habitarem a vila das Palmeiras e/ou bairro Floresta, construído em uma das áreas de declive acentuado no entorno da nova Itá, com casas

pequenas, dispersas umas das outras e com urbanização confusa e precária, devido às dificuldades do terreno. Sobre a transferência da periferia e qualidade das casas, o ex-prefeito comenta:

*Em Itá os últimos moradores que receberam transferência da cidade velha, que eram da região periférica da cidade velha de Itá, também estão aqui no bairro Floresta, também receberam meia água (formato da casa), 42 metros quadrados. (Egídio Paludo, ex-prefeito de Itá).*

Os moradores da Vila Jandira que antes estavam no moro em relação ao vale plano onde se localizava a velha Itá, hoje estão no “peral” e nos “barrancos”, como se fala na região, em relação ao “espigão” também plano, onde se localizada a nova Itá. Porém, há notícias que algumas famílias da vila Jandira, por conta da relação que estabeleceram com os demais trabalhadores atingidos, acabaram optando pelos reassentamentos rurais coletivos, conquistados pelo MAB. Isto certamente lhes garantiu uma situação melhor como detentores de uma parcela de terra com infraestrutura necessária para o trabalho agrícola, do que a incerteza dos trabalhos temporários e precários na cidade de Itá.

#### **4.9 – O CONFLITO DE RESISTÊNCIA.**

*Vínhamos saindo de um programa de ditadura, na época eles mandavam. Então eles achavam que negociando com o pessoal da cidade, que é o pessoal maior, com o resto nós fizemos o que nós queremos, e aí, nós agricultores não aceitamos. Foi feito luta, diversas manifestações, mobilizações, fizemos de tudo, e daí nessas mobilizações foi onde nós conseguimos fazer com que nós agricultores também fossemos reconhecidos, e aí com isso conseguimos reassentamento, terra por terra, nenhum saiu sem ter mobilização, sem ter paralisação, sem ter que parar uma obra, ou outra coisa aí, nada saía sem nós ter mobilização. Se nós não tivemos mobilizado, nós não tinha conseguido nada.*

Nas palavras de Nelson Schiavini, liderança do MAB, hoje morador da cidade de Itá e ex-presidente do STR local, encontramos uma síntese do processo de conflito social existente em torno da UHE Itá. Após a fundação da Crab no ano de 1979 e intenso trabalho de base e centenas de reuniões nas comunidades, é lançado o “Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens”. Neste documento, há questionamentos do projeto de construção e do modo como foi elaborado. Além disso, levanta a questão dos

direitos da população residente na região, questionando as indenizações em dinheiro e reivindica pela primeira vez a bandeira de troca de “terra por terra” ou reassentamento. Um ponto crucial das reivindicações dos atingidos presente no manifesto seria também a rejeição das negociações individuais e o estabelecimento de negociações coletivas como forma de interlocução com a Eletrosul.

Segundo Ruzczyk (1997), fruto da pressão social, já em 1980 a Eletrosul divulga informações prevendo não indenizações, mas transferência dos colonos atingidos para áreas de colonização ou reassentamento em várias regiões do Brasil. A pressão da Crab aumenta, e a Eletrosul aponta para indenizações somente aos proprietários, indicando o Incra para resolver a questão dos demais e procurando apoio nas cooperativas e prefeituras locais para proceder à liberação da área a ser alagada. Ao mesmo tempo, começa uma ofensiva midiática na região, buscando divulgar a idéia que “energia é progresso e desenvolvimento”. Nesse período, não reconhece qualquer organização autônoma dos atingidos, apesar de ter se reunido, por força da pressão popular, com a Crab em alguns momentos.

Frente ao pouco caso e a falta de respostas da Eletrosul, cresce entre os trabalhadores uma visão negativa das barragens na região, que estabelecerá o campo propício à bandeira do “Não á Barragem de Itá”. A rejeição a hidrelétrica representaria naquele momento, dado os desmandos da Eletrosul, a consciência de que esta era a única garantia efetiva de manutenção de sua situação de classe. Segundo Araújo e Vainer, “manutenção pela qual essencialmente lutam, e que as barragens sejam impedidas, caracterizando uma estratégia especializada de resistência” (1989 p. 29-30). Em 1982, segundo Sigaud (1986), a Crab denuncia que as grandes UHEs são feitas para os “grandes”, em benefício de multinacionais. Denuncia também que as barragens iriam expulsar os agricultores da terra, criando reserva de mão de obra, ou então, a remoção de famílias para o norte do País, visando abrir caminho para o latifúndio.

No dia 15 de fevereiro de 1983, a Crab, a Diocese de Erechim e a Comissão Pastoral da Terra reúnem cerca de 30 mil pessoas numa Romaria da Terra na então vila de Carlos Gomes / RS, com o tema “Águas para Vida e Não para a Morte”. Em setembro de 1983, uma comissão especial criada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para discutir a questão das barragens, promove o “Encontro Estadual sobre a Implantação de Barragens na Bacia do rio Uruguai”, nas dependências da Assembléia em Porto Alegre. Os participantes são

unânicos em rejeitar os projetos de barragens, com exceção de dois deputados do então PDS, e da representação da Eletrosul. No mesmo ano, o STR de Itá passa as mãos da Crab.

Outra Romaria da Terra é realizada pelos atingidos, desta vez na própria cidade antiga de Itá. Intitulada “I Romaria Contra as Barragens da Bacia do Rio Uruguai”, reuniu milhares de pessoas de toda a região e também foi convocada pela CPT, pelo STR de Itá e pela Crab. Durante a romaria, uma cruz foi implantada na frente da igreja matriz da cidade de Itá, com os dizeres “Barragens Não, Terra Sim”. Uma liderança do MAB em Itá e uma moradora comum da cidade não militante do Movimento, assim descrevem a mobilização:

*Dia 17 de março de 1985 foi o primeiro grande impacto que nós tivemos aqui na cidade (...) foi queimado um caixão da Eletrosul e isso nos demonstrava que até ali ninguém conseguia afrontar nada a Eletrosul. A Eletrosul era a dona da verdade. Até ali eles cortavam nosso milho, faziam trilha, carreira pra medir onde eles queriam. Quer dizer, eles não respeitavam ninguém, até que aquele dia os próprios moradores da cidade chegaram a ver de perto que dá pra afrontar o sistema. (Nilo Brandi, liderança do MAB).*

*Eu me lembro daquele povo todo, daquela multidão, que eu nunca tinha visto tanta gente junto ao mesmo tempo, mas era um formigueiro de pessoas assim. Eram desfiles, eles queimaram caixão, bandeira da Crab e tal. Ixi! era um movimento assim. (moradora da cidade).*

Tanto a romaria da terra em Carlos Gomes como a de Itá, procuraram mostrar a relação entre questões geralmente separadas pela visão dualista que opõe cidade / campo. A romaria da terra por tradição é voltada aos agricultores, porém, ambas foram realizadas em sedes urbanas municipais que seriam alagadas pelas águas de hidrelétricas, Carlos Gomes pelo primeiro eixo da UHE Machadinho, que acabou não se concretizando; e Itá pela UHE Itá que efetivamente inundou essa cidade. Não só ficou evidenciada em ambas a tentativa de unidade dos trabalhadores atingidos da cidade e do campo, como pelo menos na de Carlos Gomes, por exemplo, os quadros encenados da via sacra abordaram temas no intuito de resgatar a noção de totalidade entre cidade e campo: barragens, sofrimento dos agricultores, o processo de expulsão do campo a formação de favelas e desemprego nas cidades.

Outra grande ação de massas contra a construção de barragens, que resultou diretamente do envolvimento da Igreja Católica no movimento dos atingidos, foi um abaixo-assinado pelo “não as barragens” que inicia em março de 1984. A Crab encabeça a

mobilização e em apenas cinco meses, recolhe um milhão e dezesseis mil assinaturas de cidadãos brasileiros. Somente na Diocese de Chapecó, da qual pertence a cidade de Itá, o bispo Dom José Gomes comandou pessoalmente o recolhimento de mais de 200 mil assinaturas contra as barragens. Este número gigantesco de adesões, de difícil alcance para qualquer movimento social até mesmo nos dias de hoje, revela a capacidade de mobilização, articulação e agregação social que a Crab atinge logo nos seus primeiros anos de vida. Outro aspecto importante relacionado ao abaixo-assinado está no fato de que amplos setores da sociedade brasileira tomaram conhecimento efetivo da existência da Crab e de sua luta. Seja pelo fato de ter assinado o abaixo-assinado, de ter visto a coleta de assinaturas, ou pela imprensa que registrou o fato relacionado a este Movimento, até então restrito a uma região de pouca visibilidade no cenário político nacional.

A partir do abaixo assinado, um grupo de 33 lideranças dos atingidos seguem para o Rio de Janeiro, sede da Eletrobrás, onde são recebidos pelo segundo escalão da empresa. Depois, o grupo segue para Brasília, onde entrega o abaixo-assinado para o então ministro especial de assuntos fundiários, General Danilo Venturini. No mesmo ano, a Crab entregaria suas reivindicações diretamente a Tancredo Neves, então candidato à presidência da República, que se compromete a suspender as obras. Em 1985, a Crab é recebida em Brasília pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves que na ocasião, se comprometeu a suspender todas as obras na bacia do rio Uruguai seguindo a orientação dada por Tancredo Neves no ano anterior.

Porém, a Eletrosul continuava a realizar seus estudos e trabalhos normalmente na região, o que provocou uma radicalização do Movimento. A partir deste momento, as grandes atividades de massa, como concentrações públicas, assembléias, romarias etc., passaram a ser coordenadas com ações diretas nas comunidades. Assim, os atingidos passam a realizar o arrancamento de marcos, colocados pela Eletrosul para demarcar a área atingida; impedimento dos trabalhos dos técnicos da Eletrosul, de levantamento topográfico e cadastramentos; e até mesmo a “retenção de funcionários por invasão de propriedade”, com objetivo de impedir os trabalhos da Empresa na região. A Eletrosul por sua vez, intensifica sua articulação com a Comissão de Relocação de Itá, onde esta faz forte *lobby* junto a Brasília para reverter a

decisão do Ministro das Minas e Energia, e retomar a construção da UHE Itá. A decisão logo é revogada e as obras sequer chegam a ser paralisadas.

#### **4.9.1 - O ACORDO DE 1987.**

Em janeiro de 1986, a Eletrosul tentou fazer uma reunião com os proprietários das terras da área onde instalaria o canteiro de obras da UHE Itá, excluindo duas famílias que eram membros ativos da Crab. Avisados a tempo, cerca de 150 atingidos coordenados pelo STR de Aratiba / RS que era aliado a Crab, invadiram e interromperam a reunião para denunciar a “traição” e lembrar que as negociações deveriam ser feitas de forma coletiva. Em 1987 a área do canteiro é finalmente desapropriada pela Eletrosul, após decreto presidencial neste sentido.

Uma mobilização em Erechim, no mês de julho de 1987, reúne mais de seis mil atingidos que fizeram uma grande passeata pelas ruas da cidade, arrastando suas foices e enxadas pelos paralelepípedos das ruas. Os trabalhadores cercaram a sede da Eletrosul e ameaçando atear fogo em suas instalações.

No mesmo período, os escritórios da Eletrosul na cidade de Itá também foram ocupados pelo Movimento. Nessa ação, houve a retenção de um engenheiro na área da cidade de Itá pelos atingidos, que o obrigaram a paralisar as obras da cidade nova. Esta mobilização foi decisão local da coordenação do Movimento e não uma decisão da direção geral da Crab. Este fato se insere no período de transição entre Crab / Comissão para Crab / Movimento, onde os trabalhadores passam a tomar para si a organização e a fundem com seu movimento. Nilo Brandi, assim descreve a ação na cidade de Itá:

*Uma vez depois de Erechim, nós viemos pra casa com a mão abanando, sem nenhuma solução, foi no dia 25 de julho de 1987. Logo em seguida, acho que no dia 3 ou 4 de agosto de 1987, nós paralisamos toda a cidade de Itá, uma atitude meio isolada do pessoal de cá. Mas era exatamente por causa do confronto que se criava aqui, por exemplo, não tinham indenizado o canavial de um atingido aqui e eles (Eletrosul) jogaram o trator em cima do canavial fazendo terraplanagem pra fazer o horto. E eles construíram. Então houve assim aquela revolta no pessoal, da própria comunidade, em defesa daquele atingido. (...) A partir daquele momento o presidente da Eletrosul ligava pra nós e no dia 7 de agosto de 1987 fomos recebidos pela Eletrosul em Florianópolis e foi assim o primeiro grande passo de negociação entre os atingidos e a Eletrosul, sem a Comissão de Relocação.*

Nota-se que o contexto de tensão existente na região, fazia brotar ações espontâneas da massa de atingidos. O impedimento dos trabalhos da empresa com a expulsão ou retenção por algumas horas de seus técnicos, fez com os próprios funcionários da Eletrosul passassem a se recusar a adentrar a região, pela falta de segurança. Embora nunca tenha sido registrada o uso de violência física contra os funcionários da empresa, esta realidade criou uma situação insustentável para a Empresa no Alto Uruguai.

Frente à radicalização do Movimento a Eletrosul resolve ceder, e propõe um acordo com a Crab. No dia 17 de agosto de 1987, este foi firmado em Erechim, pelo presidente da Eletrosul em frente a mais de 800 atingidos. No dia 29 de outubro, foi ratificado pelo Presidente da República e pelo Ministro das Minas e Energia. Neste acordo, a Crab foi reconhecida oficialmente pela Eletrosul como legítima porta-voz dos atingidos por barragens, a houve garantia de negociação coletiva. Os atingidos conquistaram três tipos de reparação, a sua escolha: indenização, terra por terra ou reassentamento coletivo. Porém, a grande vitória do MAB, inédita na história das barragens, é a inclusão dos sem terra e dos filhos casados dos proprietários, considerados também como sem terra, no direito ao reassentamento. No acordo também constava que nenhuma obra seria iniciada dentro do rio, sem antes solucionar a questão social, ficando neste período somente a realização das obras preliminares necessárias.

O acordo de 1987 é um dos indícios de que as mobilizações populares feitas na bacia do rio Uruguai questionam e forçam modificações no autoritarismo tecnocrático que caracteriza o planejamento do setor elétrico brasileiro. A partir deste acordo, as mobilizações coletivas do MAB passaram a visar à efetivação e ampliação das conquistas obtidas. Neste sentido, é importante observar que para a Crab, o acordo representava a mediação do possível naquele momento histórico. Seus dirigentes sabiam que não poderiam sustentar com força o “não a barragem de Itá” por muito mais tempo, dado inclusive a divisão que se estabelecia nessa região, com a influência da Comissão de Relocação de Itá. No mesmo sentido, a Eletrosul já convencida pelas mobilizações dos atingidos, que não construiria a barragem sem dar garantias de indenização, fatalmente passaria a discutir com mais seriedade individualmente com cada atingido, sua reparação, caso a Crab continuasse resistindo à obra. Neste sentido, era grande o risco da base social do MAB ser dilacerada em Itá, por isso o Movimento toma a decisão de assinar o acordo com a Eletrosul para Itá e continuar a luta para

efetivar as conquistas obtidas. Ao mesmo tempo, concentraria suas forças na tentativa de impedir a construção da UHE Machadinho, onde os atingidos estavam mais unidos.

Ao assinar o acordo com a Eletrosul, o MAB entra numa nova etapa de sua luta em Itá. As conquistas obtidas frente à barragem eram até então, inéditas na história dos atingidos por barragens do Brasil, tendo dessa forma, refletido em todo o setor elétrico nacional.

#### **4.9.2 - A LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS.**

Acordo assinado não significa acordo cumprido. A luta pelos direitos dos atingidos passa a ser o mote do MAB em Itá de 1987, até depois do enchimento do reservatório da hidrelétrica em 2000. Na segunda metade da década de 1990, já com a construção de barragens controladas por empresas privadas, especialmente multinacionais, como a Tractebel que adquire a UHE Itá, as ações de massa do MAB voltam a se radicalizar na região, resultando em várias, inúmeras e surpreendentes ocupações dos canteiros de obras, por centenas de famílias. Como exemplo, em 1990, o MAB paralisou novamente as obras da UHE Itá com a ocupação do canteiro por mais de 400 atingidos. A pauta principal era o cumprimento do acordo de 1987. Em 4 de outubro de 1999, nova ocupação do canteiro de obras da barragem de Itá, com 700 famílias.

Um dos fatos mais importante deste período no que se refere à questão de classe, é o ineditismo da conquista para os sem terra atingidos, que resultaria no reassentamento de mais de 1.500 famílias até o final do processo. Esta situação faz com que a Crab passe a priorizar o trabalho com esse setor, em detrimento dos pequenos proprietários. Há questionamentos internos na região de Itá no final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando a Crab começa a construção dos reassentamentos. Nesse momento, os atingidos que são proprietários passam a questionar a Crab dizendo que esta estaria priorizando o investimento e a assistência técnica para o pessoal reassentado, e não acompanhando as pesquisas de preço e o pagamento da terra dos pequenos proprietários. De fato, a construção dos reassentamentos coletivos que passaram a ser administrados pela própria Crab, a fim de evitar desvios de verbas e mal serviço de empreiteiras, constituíram um desafio grande, a qual a estrutura do Movimento não estava acostumada. Dessa forma, as energias do Movimento eram canalizadas para organizar a construção de casas em formato de mutirão, o trabalho coletivo, novas formas de produção



agrícola, que foram prioritariamente desenvolvidos nos reassentamentos coletivos, onde as famílias atingidas permanecem juntas. Já os pequenos proprietários, muitas vezes, acabavam se dispersando pela compra de áreas de terra individuais em diversos outros municípios.

É importante salientar também, que muitos pequenos proprietários optaram pelos reassentamentos coletivos. Mas o mais importante é ter em mente que a diversidade de categorias dentro da classe trabalhadora tende a produzir interesses conjunturais diversos e até divergentes, mas nunca irreconciliáveis entre si. Interesses irreconciliáveis se verificam na sociedade entre a classe trabalhadora e a burguesia.

Esta característica de interesses conjunturais divergentes no interior da classe trabalhadora, mas não contraditórios, e portando, de possível conciliação, é o que permitirá o MAB superá-los e já no início do século XXI, unificá-los novamente em luta, na bandeira da construção do projeto popular e na reivindicação comum por crédito a fundo perdido, para recuperação e desenvolvimento das áreas atingidas pela UHE de Itá e dos reassentamentos. Esta luta revigorou o Movimento na região de Itá após o enchimento do reservatório, e produziu uma marcha sobre as barragens que reuniu mais de cinco mil pessoas numa ocupação da UHE Itá, no ano de 2000. Hoje, novamente, o MAB tenta através da luta pela diminuição dos preços da luz elétrica, e por uma discussão que coloca em xeque o controle privado dos meios de produção de energia, reacender a mobilização popular na região de Itá.

#### **4.10 - IDENTIDADE DE ATINGIDO E A NOÇÃO DE BENEFICIÁRIO.**

No próprio processo de luta é que as pessoas adquirem uma identidade política específica, o que não anula as diferenças de interesses e de necessidades dos indivíduos que participam de uma determinada organização. Pelo contrário, há uma relação dialética aí colocada. A própria situação *a priori* do indivíduo na estrutura produtiva acaba por influenciar a sua inclusão ou não, numa determinada identidade política, que por sua vez, não anula eventuais diferenças de segmentos que são envolvidos, ou possíveis de serem envolvidos nessa identidade. O que dificilmente ocorre, a menos no mundo da fantasia e da falsa consciência, é a construção de identidades políticas sólidas e permanentes, entre indivíduos com interesses econômicos opostos ou contraditórios.

Na cidade de Itá, pelas próprias contradições presentes dentro da Comissão de Relocação, a construção de uma identidade mais permanente de atores coletivos não foi possível. Porém, há traços de reconhecimento mútuo entre os setores influenciados pela Comissão, não a partir de sua situação concreta, mas a partir do domínio e uma disseminação ideológica processada por setores dominantes dentro da lógica da utopia do progresso.

Dessa forma, na cidade de Itá as pessoas não se reconhecem como atingidos que luta pelos seus direitos, mas sim, como *beneficiário* de uma hidrelétrica. Os depoimentos obtidos no local, demonstram este sentimento:

*Você ia receber uma casa na cidade nova com terreno e com 5% a mais de construção. Então, você ia ser beneficiado, não tinha porque não querê a indenização. (moradora)*

*Quem não vai gostar de ganhar uma casa nova, num lugar bonito, novo, né? Então aqui era tudo planejado, tudo bonitinho, tinha rede de água, rede de esgoto, asfalto (empresário)*

*Eu acho que o que houve de movimento foi mais pra atrapalhar do que favorecer. Mais pra atrapalhar, destruir, movimentos assim que não favoreciam nada, eu acho que ao contrário, a gente deveria ter trabalhado mais que nós poderíamos ter ganho muito mais da Eletrosul do que ganhamos. (dona Ortenila)*

*Eles iam indenizar toda a cidade velha de Itá, além de dar toda uma estrutura nova, pode ver, nos temos uma cidade com 100% de pavimentação asfáltica, toda ela. Tudo benefício que a gente recebeu. (ex-prefeito)*

O discurso de *ganhar benefício*, quando na verdade está se falando de direitos de todo cidadão, como uma casa nova no caso de perder a antiga, rede de água, rede de esgoto, pavimentação; contrasta radicalmente com o discurso dentro da identidade de atingido, onde os direitos são conquistados através das luta, e não presentes recebidos.

De fato, a realidade do MAB é profundamente marcada pela construção de uma identidade de atingido, e pela sua afirmação como legítimo representante deste segmento, fato que gerou disputas com diversas outras forças e organizações políticas que pleiteavam a mesma condição. A identidade de atingido para o MAB, construída a partir da situação ontológica da classe social que o forma, é marcada pela denúncia das injustiças e exploração praticados contra os afetados por hidrelétricas, o que os fazem *vítimas* da ação do setor elétrico

organizado nos moldes capitalistas; porém não vítimas passivas, mas um setor combativo da classe trabalhadora que vai a luta e se torna sujeito ativo de sua história. Dessa forma, a identidade de *atingido* construída no MAB, indica a existência de um grupo social vítima do sistema econômico que o oprime, e que ao mesmo tempo, vai a luta para mudar esta situação.

*Eu acredito que cada um dentro da sua classe tem a sua necessidade e as suas reivindicações. Olhando pra minha família, enquanto agricultora, não foi fácil, mas a gente, com a luta dos atingidos, conseguiu um reassentamento. Então hoje dá pra se dizê: com a luta nós conseguimos ter um pedaço de terra pra podê mora, trabalhá e sobrevive como uma família. Agora, olhando pro lado da família proprietária, foi uma das famílias que negociou individualmente com a empresa. Certamente, ele não saíram perdendo nada, onde que conseguiram toda a estrutura que eles tinham na cidade de Itá, tanto que até hoje mantém o hospital em seu poder. (militante do MAB oriunda do município de Itá).*

Esta trajetória revela alguns momentos contraditórios. O esforço de fazer compreender a especificidade de sua luta, enfatizando a questão energética, efeitos sociais das barragens, direitos do povo, democratização do Estado e das decisões políticas referentes ao planejamento energético, soam como categorias que de certa forma, abstraem os conflitos de classe. A partir do momento em que a identidade de atingido ficou mais firme, O MAB passa a articulá-la com mais clareza com luta geral pela terra, reforma agrária, projeto popular, transmutando aos poucos os atingidos de sujeitos apenas de sua luta específica, para assumirem-se como classe trabalhadora. Este processo coincide com a transformação da Crab comissão, para Crab movimento, ou para Movimento dos Atingidos por Barragens, como vimos.

Em 1987 a Crab já definia com mais clareza o seu papel: “organizar a classe trabalhadora contra o projeto do capital”, na qual se inseria dentro do “projeto político da classe trabalhadora”. Quando se questiona que, a maioria dos atingidos não se identifica claramente com a luta contra o capital em si, mas que este segmento está mais interessado na luta pelos seus interesses imediatos, ignora-se que estes interesses imediatos dos atingidos são contraditórios ao capital e que, portanto, mesmo sem utilizar termos ou palavras que identifique, a luta dos atingidos é uma luta clara contra o capitalismo.

Logo, o movimento popular surgido dos setores excluídos da possibilidade de obterem benefícios econômicos com a barragem, assume um projeto histórico mais amplo de

transformação social, próprio da classe trabalhadora. Desse modo, enquanto para os setores que foram hegemônicos pela Comissão de Relocação de Itá, a identidade de *atingido* já é passado ou sequer existiu em Itá, sendo transmutada para uma noção vaga e alienada de *beneficiado* na Nova Itá, para os integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens permanece vivo o desejo de luta por transformações socialistas no Brasil.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa discutimos a relação entre os movimentos sociais contemporâneos, considerados por grande parte dos analistas como atores centrais dos processos políticos recentes do mundo globalizado, e as classes sociais que, por sua vez, são uma categoria do qual há questionamentos importantes por parte da sociologia, quanto a sua capacidade explicativa, a sua relevância e até mesmo, quanto a sua existência nos dias de hoje.

Nas últimas décadas, uma série de acontecimentos históricos como a reestruturação produtiva, a queda do socialismo real e o avanço do neoliberalismo diminuíram o peso político do que se entendia por classe operária e fizeram com que os movimentos sociais tradicionais, notadamente os sindicatos, perdessem relevância ou entrassem em crise. Ao mesmo tempo, o mundo viu emergir ou ganhar importância, uma série de movimentos sociais de novo tipo, que se organizam ao redor de demandas diversas até então em segundo plano.

Frente a esta conjuntura, muitos autores como Alberto Melucci, Alain Touraine e Claus Offe passaram, em suas pesquisas, a relativizar a noção de luta de classes para explicação dos conflitos sociais atuais. O fato de grande parte dos movimentos sociais contemporâneos não se organizarem diretamente a partir dos locais de trabalho é tomado como uma evidência empírica que comprovaria a superação do paradigma teórico das classes sociais e da própria utilidade da noção de classe para análise dos conflitos contemporâneos. De fato, há na sociologia atualmente, uma vertente importante dos estudos sobre movimentos sociais que baseia suas análises numa verdadeira recusa a utilização da noção de classe social enquanto uma categoria real.

Por outro lado, também há autores que mantêm a teoria tradicional sobre classes ou produzem inovações que não dão conta das mudanças que o mundo tem passado, alterações que evidenciam uma situação diferente e mais complexa em se tratando de estrutura de classes sociais. Percebe-se que a realidade aponta, na sociedade recente, para uma situação distinta do conceito de classe operária como sujeito principal da transformação, nos moldes que este paradigma foi em grande parte dos séculos XIX e XX.

Sociólogos como Ricardo Antunes (2003), por exemplo, esforçam-se numa tentativa de ampliação e de adequação de um conceito de classe capaz de explicar os conflitos sociais de

hoje, saindo da noção restrita de classe operária e englobando todos os assalariados. Porém, essa é, ainda, uma tentativa de adequação que não dá conta da multiplicidade de movimentos sociais existentes. Por ser baseada em parâmetros utilizados para analisar o movimento sindical, estas tentativas de ampliação do conceito de classe não conseguem explicar os movimentos sociais que pipocam pelo mundo afora, agora no século XXI.

Neste campo de discussão é que se insere nossa pesquisa, justamente para problematizar a relação entre classes e movimentos sociais. A análise que fizemos tentou não ignorar as mudanças que diminuíram a importância do movimento sindical, além de não negligenciar as alterações nos contornos dos agentes sociais e das lutas populares como estas se apresentam neste dado momento histórico. Por outro lado, nossa análise também buscou ver até onde efetivamente estas mudanças vão. Se elas são tão drásticas a ponto de se concluir que as classes sociais não são mais base para a emergência de identidades coletivas, não tem mais importância para a análise dos movimentos sociais recentes, ou se, a questão de classe permanece relevante nos dias de hoje.

Não nos limitamos à discussão apenas no plano teórico. Nosso problema de pesquisa levou a um campo empírico, delimitado, que trouxe elementos concretos capazes de auxiliar no debate sobre movimentos e classes sociais. Para tanto, o foco de análise foi dirigido para o Movimento dos Atingidos por Barragens, um movimento social com suas origens ainda na década de 1970, mas que surgiu como organização nacional nos anos 1990 e hoje está presente em todas as regiões do Brasil.

O MAB é um movimento popular organizado a partir de uma demanda aparentemente transversal do ponto de vista das classes sociais, já que a construção de uma hidrelétrica atinge parcela específica do território nacional, onde estão presentes, como em todos os outros locais, relações de dominação, hierarquias, relações sociais, culturais, econômicas em toda a diversidade. Ao mesmo tempo, pudemos observar que o MAB incorporou boa parte das práticas e bandeiras dos chamados novos movimentos sociais, na caracterização que a sociologia faz deles. No entanto, é um movimento social que se vê e se entende, enquanto parte do movimento mais geral da classe trabalhadora na luta contra o capital.

A análise sobre o material empírico aponta que a construção de barragens dentro de um modelo de sociedade baseado em relações capitalistas que são, antes de mais nada, relações

voltadas à acumulação e ao lucro, significa o avanço do capital sobre territórios e meios de vida distintos, bem como, sobre a diversidade de situações de trabalho presentes nestes locais. Frente a esta investida do capital, verificamos que é possível a união de setores para além da composição tradicional de classe, com exceção de indivíduos que naquele território atingido, visualizam também possibilidades de acumulação através da barragem, mesmo que em pequeníssima escala se comparado às possibilidades de acumulação global que estes empreendimentos propiciam.

Este fato fica claro a partir do estudo de caso realizado no município de Itá / SC. A delimitação de um campo para análise objetiva de um conflito social concreto relativo ao deslocamento de populações por conta da construção de uma barragem, permitiu observar o posicionamento de diferentes indivíduos, ou grupo de indivíduos, em situações distintas de trabalho, frente a um problema comum a todos eles, que era a construção da Barragem, no caso, da UHE Itá. Com o estudo de caso, ficou claro que a identidade dos atores sociais locais que interagiram com a Barragem não foi resultado apenas de formações ideológicas que intervieram naquele espaço ou resultado de interações no campo da política, mas sim, havia uma base concreta e material prévia que delimitou grupos distintos para só então, através da ideologia e política, apresentarem-se com identidades específicas. Podemos concluir, ao menos no caso particular estudado, que identidade não se define somente a nível de ideologia, mas sim, tem base concreta. De forma que, a formação de grupos sociais para ação coletiva ou de um movimento social propriamente dito, tem base material clara. A análise aponta, igualmente, para a importância de levar em consideração as relações de trabalho e os interesses econômicos dos indivíduos para a delimitação e definição dos grupos de ação coletiva que surgem, bem como, dos projetos políticos que estes apresentam. No caso de Itá, ficou evidente a preponderância das relações de trabalho lá presentes previamente, frente aos demais fatores que intervieram no processo para delimitação dos grupos sociais formados a partir do anúncio da construção da UHE Itá.

No estudo de caso vimos claramente que a situação comum de trabalho, envolvendo neste caso específico principalmente pequenos proprietários e sem terra, aliada a comum situação de atingido pela UHE Itá, criou os elos de ligação que possibilitaram a ação coletiva comum do grupo. No mesmo grupo não incluíram-se os setores que, dada uma situação local

de utilização do trabalho alheio mesmo que em pequena escala, de uma relação patrimonialista de famílias tradicionais com a prefeitura, além de seu posicionamento na estrutura local de produção que possibilitava a visualização da obtenção de vantagens econômicas com a hidrelétrica, constituíam interesses objetivos frente à barragem, diferentes dos demais atingidos que viviam, como já dito, do seu próprio trabalho ou do trabalho do núcleo familiar. Este fato não constituiu oposição frontal entre os dois grupos, dado que seus antagonismos diretos estavam colocados numa escala muito reduzida, mas foi, nesse caso, suficiente para que se constituíssem grupos de ação coletiva distintos. Um deles, o que se organizou junto ao MAB com clara identificação como classe trabalhadora e forte antagonismo em relação à construção da barragem. O segundo, podemos afirmar com certeza que, se não conformava parte da classe dominante, agiu ao menos sob sua influência através da adesão a “ideologia do progresso”, na medida em que atuou politicamente para viabilizar a UHE Itá, recebendo em troca uma pequena porcentagem das possibilidades de acumulação advindas da hidrelétrica, seja pelo desenvolvimento local do comércio e principalmente pelas relações suas junto ao poder público local. Obviamente que todas estas afirmações que fizemos, são permeadas por múltiplos e complexos fatores no campo político e ideológico que vão delineando concretamente o fenômeno social sem que, os indivíduos envolvidos dêem-se conta e sem que haja capacidade de constatar todos, mesmo que tenhamos tratado muitos com profundidades no estudo de caso. Fato é que, nos esforçamos primordialmente para captar a base real e concreta que permitiu o processo como ele aconteceu em Itá.

A partir do caso de Itá, observamos que a participação ou não em algumas das possibilidades de acumulação, mesmo que em pequena escala, parece constituir um dos marcos visíveis da “linha divisória entre as classes sociais”. Porém, não uma linha divisória estanque. Nos parece que há potencial de comportamentos diversos de acordo com a visualização por cada indivíduo, do que se opõe concretamente a realização de seus interesses econômicos objetivos imediatos. Esta visualização precisa, obviamente, ter alguma base material concreta, mas é permeada por ideologia que pode ofuscar alguns aspectos e evidenciar outros, de acordo com os interesses da classe social hegemônica.

Na análise mais geral, concluímos que a ação coletiva desenvolvida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil é possível a partir da conexão de indivíduos que vivem



do seu próprio trabalho, na diversidade das relações de trabalho presentes entre os integrantes do Movimento, sejam eles pequenos agricultores, sem terra, meeiros, parceiros, pescadores, trabalhadores urbanos, assalariados...; mais a comum situação de expropriação ou exploração causada pela construção das hidrelétricas. Para isso, consideramos o trabalho como algo mais do que o trabalho alienado, o trabalhador como algo mais do que um vendedor de força de trabalho, enfim, o trabalho como categoria fundante do ser social e como estritamente necessário à sobrevivência e bem estar; ao mesmo tempo em que consideramos as relações de exploração na sociedade capitalista, como os vínculos causais entre o bem-estar de determinado grupo social e a privação e sofrimento de outro.

No MAB, independente deste movimento trabalhar com uma demanda não localizada imediatamente no mundo do trabalho, constatamos que os interesses econômicos objetivos advindos das relações e situações de trabalho existentes no território atingido, são fundamentais para a delimitação do movimento social como ele se apresenta. Ao mesmo tempo, observamos que a luta sobre a qual se assenta a organização dos atingidos por barragens no Brasil se dá a partir de uma contradição polar entre dois grupos distintos, no qual a possibilidade de aumento da acumulação capitalista quando da construção de hidrelétricas está intrinsecamente ligada à negação do território de trabalho e negação dos meios de vida dos atingidos por barragens. O inverso é verdadeiro. A garantia de permanência deste espaço de trabalho e dos meios de vida dos atingidos ou a sua reprodução adequada em outro local, significa necessariamente a negação da acumulação capitalista a partir da construção de hidrelétricas ou ao menos, a sua limitação. No jogo de forças entre estes dois campos opostos estabelecidos a partir de um processo de, de um lado, avanço do capital, de outro, resistência, é que se definirá quais os reais níveis de acumulação capitalista e quais as possibilidades de manutenção do espaço de trabalho e meios de vida, ou ainda, sua reprodução em outro local ou não.

A dualidade presente no processo divide grupos distintos que, apesar dos contornos e composição complexos, são claros. De um lado, indivíduos que não vivem somente de seu trabalho, mas operam de alguma forma, nos marcos da acumulação propiciada através da construção de barragens, sejam os proprietários de empresas do setor elétrico, de empreiteiras, de consultorias, de instituições financiadoras, grupos empresariais diversos que se beneficiam

do processo de valorização do capital feito pelo Estado. Além destes interesses citados, existem muitos outros, formando uma gama de possibilidades de acumulação ora mais concentradas, ora dispersas e difusas, mas que resultam todos na expropriação ou tentativa de expropriação dos atingidos por barragens. A complexidade da composição do grupo que opera no sentido da acumulação capitalista a partir das barragens deve-se ao fato que este não pode mais ser visto personificado claramente, como era o caso do “patrão” ou do “latifundiário”. São indivíduos que guiam sua ação a partir dos interesses objetivos colocados na ampliação e reprodução dos mecanismos diversos que permitem a acumulação capitalista, logo, precisam ser vistos na sua totalidade enquanto classe, considerada a nível global.

Na outra ponta da polaridade, a complexidade dos contornos e da composição do grupo são também relevantes. Porém, igualmente, a configuração de um grupo distinto e antagônico ao anterior é clara. Trata-se em primeiro lugar, de indivíduos que trabalham e vivem do resultado do seu próprio trabalho ou do trabalho do grupo familiar que estão inseridos. Sejam assalariados urbanos ou rurais, pequenos proprietários agrícolas, posseiros, sem terra, pescadores, trabalhadores urbanos autônomos ou temporários, indígenas, quilombolas, enfim. *A priori*, esta característica diversa de situações de trabalho é capaz de criar a identificação com o próprio trabalho e com a necessidade dele para a sobrevivência, estando limitadas as possibilidades de identificação comum somente às situações de trabalho específicas que na sua própria essência a colocam, como dos assalariados frente ao patrão, dos sem terra frente ao latifundiário. Com a barragem, evidencia-se uma questão concreta que permite aos indivíduos que vivem do seu próprio trabalho, a visualização dos elos de ligação de uns com os outros, a partir da situação objetiva que a hidrelétrica lhes coloca, de negação de seu espaço e de seus meios de vida a fim de garantir a reprodução e ampliação das possibilidades de acumulação capitalista. A relação com o oposto, com o contraditório, com a sua negação e a situação comum de “trabalhar para viver”, colocam as bases reais e concretas para que este grupo conforme, aja e se comporte enquanto uma classe social real.

Neste caso há uma relação implícita entre a situação *a priori* como trabalhador, independente da relação de trabalho que está envolvido, com a comum situação – neste caso específico – de/ou potencial expropriado/explorado; para a definição das condições concretas

que conformam a classe. Não há classe *a priori*, sem a relação comum antagônica de exploração colocada, assim como também não há classe só considerando esta relação.

A conclusão deste trabalho evidencia a necessidade de se considerar as classes na discussão dos movimentos sociais contemporâneos. Não a partir de um conceito estanque característico da discussão em torno de “classe operária”, mas a partir da visualização de sujeitos que, apesar de não estarem ou não se encontrarem mais nos mesmos locais de trabalho ou na situação de assalariamento, sofrem com múltiplas formas de expropriação e exploração características do período atual do capitalismo. Desenvolvendo, desta forma, possibilidades de reconhecimento mútuo pela comum situação de explorado, evidenciando dualidade e contradição com indivíduos que operam no sentido da expropriação e acumulação capitalista universal.

A partir desse entendimento, afirmamos que ao estudar sujeitos sociais em luta que não se encaixavam na configuração tradicional e paradigmática da “classe operária”, investigando a singularidade dessa configuração e da identidade que este sujeito se apresenta, como fizemos com profundidade nesta dissertação com os atingidos por barragens organizados no MAB, chega-se novamente à classe trabalhadora. Logo, a posição de um sujeito coletivo na estrutura do sistema capitalista ou, nas palavras de Mészáros (2002), na “estrutura hierárquica de comando do capital” continua sendo uma das principais, ou talvez, a principal chave para o entendimento dos conflitos e movimento sociais atuais. O que observamos é que a luta de classes muda de forma, mas o seu conteúdo essencial, a exploração e a resistência à exploração, continuam.

Obviamente que uma determinada situação de classe, como a dos trabalhadores atingidos, não significa que estes tenham consciência de sua situação enquanto classe e clareza do problema que enfrentam. Porém, é esta situação de classe dada, esta base concreta, cujas determinações independem de decisões de indivíduos, que possibilita a emergência de um movimento social do tipo como o MAB se apresenta. Possibilita, mas não determina absolutamente, suas características são resultado de uma rede complexa de interações que se estabelecem no campo da política.

Quando dissemos que a base concreta permite a emergência de um determinado tipo de organização, mas não a determina, queremos dizer que há interações a nível da superestrutura

capazes de agir sobre a base concreta e moldar os fenômenos sociais. Por exemplo, a ideologia dominante busca encobrir as referências à divisão da sociedade em classes. Na medida em que ela penetra em determinado grupo social, pode efetivamente resultar em pulverização de lutas específicas, sem ligação entre si. Nesse caso, a forma organizativa em que o MAB se apresenta e o projeto de sociedade que defende, apesar de construir uma identidade bem delimitada, a de atingido por barragem, contribui para o rompimento da fragmentação, para a superação de imposições advindas da heterogeneização do trabalho, bem como propicia elementos concretos para a luta unificada da classe trabalhadora na sua composição mais ampla. Um exemplo, é a questão da contestação às altas tarifas de energia pagas pelos mais pobres, que o Movimento tenta levantar como bandeira de luta com o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Por isso afirmamos que a experiência do MAB, como um movimento social que atravessou um longo tempo de descenso do movimento de massas e de negação da atualidade da luta de classes sem diminuir seu ímpeto ao enfrentamento, deva ser considerada pelos demais movimentos sociais. Olhando para o MAB, pudemos concluir que os movimentos sociais contemporâneos devem fazer um esforço de análise, no sentido de desvendar a fundo, dentro das expressões de singularidades, especificidades e diversidade de sua luta, o que há de comum e quais são os interesses estratégicos da classe trabalhadora, na forma como ela está colocada neste dado momento histórico.

Percebe-se que os movimentos sociais contemporâneos que conseguem caminhar no sentido de superação do imediatismo e buscam uma atuação a partir de um entendimento totalizante da realidade, se apresentam como mais capacitados a atuar no campo político. Assim, observando as diferenças e respeitando a contribuição dos diversos setores em luta, abre-se a possibilidade dos movimentos sociais fortalecerem tanto sua luta específica como a luta por mudanças globais na sociedade. A atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens é um exemplo de que é possível aliar luta específica com luta geral, visualizando a construção de uma nova sociedade, através da organização popular e lutas de massa, capazes de superar os mecanismos de exploração de uma classe sobre outra.

Por fim, um grande desafio que está colocado à pesquisa na área de sociologia e nas demais ciências humanas, é a construção de uma discussão, que partindo dos contornos que as

classes sociais têm assumido recentemente e analisando os movimentos sociais em evidência, possa problematizar sobre a existência efetiva de um sujeito de transformação e sobre quais as reais bases concretas que possibilitem ou não, a unidade entre os diversos setores protagonistas de lutas sociais e populares em todo o mundo neste início de século.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zorge Zahar, 1999.

ANTONAZ, Diana. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005). In: SEVÁ, Oswaldo (org). *Tenotã-Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: IRN, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 7º ed. 2000.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BERMANN, Célio. *Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Editora Livraria da Física: Fase, 2001.

\_\_\_\_\_. *Exportando a nossa natureza, produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais*. Cadernos sobre Comércio e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fase, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1991.

BOSCHI, Renato Raul. *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

BOURDIEU, Pierre e CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *El oficio de sociólogo: presupuestos epistemológicos*. Madrid: Siglo Veintiuno de Espana Editores, 1994.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse (org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º ed. 1989.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade econômica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CNEC, CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES. *Relatório com caracterização física e sócio-econômica da área atingida no município de Itá*. Florianópolis: CNEC, 1988.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. O relatório da CMB, um sumário. Londres: Earthscan Publications, 2000.

CRUZ, Rafael de la. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse (org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAL ROSSO, Sadi. *Construção de projetos de pesquisa em sociologia*. Brasília: UnB, 2006.

ELETROSUL. *Diretrizes para relocação da cidade de Itá em decorrência do seu futuro alagamento pela Usina Hidrelétrica Itá*. Florianópolis: Eletrosul, 1981.

FAILLACE, Sandra T. Os atingidos do rio: análise da categoria “atingido” na questão da UHE Itá. In: SIGAUD, Lygia (coord). *Avaliação dos aspectos sociais da produção de energia elétrica – Relatório do 1º ano de atividades do sub projeto*. Rio de Janeiro: Museu Nacional – PPGAS, 1989.

GADEA, Carlos A. e SCHERER-WARREN, Ilse. *A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos*. Rev. Sociol. Polit. n.º. 25, nov. 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2º ed. 2003.

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ongs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 4º ed. 2004.

GONÇALVES JR, Dorival. *Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GURVITCH, Georges. *As classes sociais*. São Paulo: Global, 1982.

HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

HOBBSAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

IANNI, Octavio. *A crise de paradigmas na Sociologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS: n°. 13, Ano 5, jun 1990.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista: a particularidade do estético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *A ontologia do ser social*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: Volume I*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILIBAND, Ralph. *A plausibilidade do socialismo*. In: BLACKBURN, Robin (org). *O mundo depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MINAYO, Maria C. de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Maria S. M. de. *No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens*. In: NAVARRO, Zander (org). *Política, protesto e cidadania no campo: As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996.

\_\_\_\_\_. *No rastro das águas: pedagogia do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 1994.



MORAES NETO, Benedito de. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Água e energia para a soberania do povo brasileiro: Instrumento de preparação 2º Encontro Nacional do MAB*. Brasília: MAB, 2005.

\_\_\_\_\_. *MAB: Uma história de lutas, desafios e conquistas*. São Paulo: MAB, 2002.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org). *Política, protesto e cidadania no campo: As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996.

NEGRI, Antônio e HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NESI, Gilberto L. *Projeto de construção de usinas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai e o Movimento dos Atingidos por Barragens – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – Crab*. Florianópolis: UFSC, 1987.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Vol. I, 1989.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PEIXER, Zilma I. *Utopias do Progresso: a barragem de Itá na visão de sua população urbana*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1993.

PINTO, Lúcio F. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ, Oswaldo (org). *Tenotã-Mõ: Alerta sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: IRN, 2005.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2º ed. 1978.

REIS, Maria J. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1998.

RIBEIRO, Gustavo L. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora UnB, 2000.

ROTHMAN, Franklin D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In NAVARRO, Zander (org). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996.

RUDÁ, Ricci. *Fuga para o futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

RUSZCZYK, João C. *Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens: MAB/CRAB – 1979 – 1992*. Dissertação de mestrado. Erechim, RS: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

\_\_\_\_\_. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2º ed. 1996.

SEVÁ, Oswaldo. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: SEVÁ, Oswaldo (org). *Tenotã-Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: IRN, 2005.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação n° 9. Rio de Janeiro: Museu Nacional – PPGAS – UFRJ, 1986.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TOURAINE, Alain. *A sociedade post-industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 3º ed. 1995.

\_\_\_\_\_. *Na fronteira dos movimentos sociais*. Revista Sociedade e Estado. Brasília: Sol/UnB, v. 21, n° 1, jan/abr. 2006.

\_\_\_\_\_. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TRINDADE, Gestine C. (org). *A educação no Movimento dos Atingidos por Barragens*. Brasília: Coletivo de Educação do MAB, 2º ed. 2005.

UCZAI, Pedro F. *Movimento dos Atingidos por Barragens: O caso de Itá e Machadinho na Bacia do rio Uruguai – 1979-1991*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 1992.

VAINER, Carlos B. Águas para vida, não para morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA (orgs). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Fundação Ford, 2004.

\_\_\_\_\_. (org). *O conceito de atingido: Uma revisão do debate e diretrizes*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico G.B. *Elementos para a história do movimento de resistência às barragens no Alto Uruguai*. Uma reflexão a partir da visão dos atingidos. Relatório de Pesquisa Vol. III (Convênio Ippur/Finep). Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 1989.

VAINER, Carlos B.; VIEIRA, Flávia B. *Manual do Atingido*. Rio de Janeiro: MAB, 2005.

VIEIRA, Flávia B. *América Latina, desenvolvimento e ideologia: entre o desenvolvimento que se tem e o que se quer*. Artigo de conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos, Juiz de Fora: ENFF/MST/UFJR, 2005a.

VIEIRA, Flávia B. 2001. *Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

VIEIRA, Flávia B. e MENEZES, Paula. *Globalização desde baixo: um olhar sobre o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens*. Artigo em CD Rom. Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens, 2005b.

VIEIRA, José Paulo. *Energia elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2005c.

VIZENTINE, Paulo F. *Da crise do socialismo à guerra ao terrorismo: dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2º ed. 2002.

ZONIN, Valdir P. *Atingidos por barragens e a política do setor elétrico nacional: estudo dos casos Machadinho (RS) e Itá (SC)*. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: UFSM, 1994.